

# UFAL

FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

## **RESTRIÇÕES DE EXTRAÇÃO DE ARGUMENTOS E ADJUNTOS DE NOME NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Adeilson Pinheiro Sedrins

Universidade Federal de Alagoas  
Campus Aristóteles Calazans Simões  
Tabuleiro do Martins  
57072-970 – Maceió – Alagoas  
Fone (082) 3214-1640/ 3214-1463

Adeilson Pinheiro Sedrins

RESTRIÇÕES DE EXTRAÇÃO DE ARGUMENTOS E ADJUNTOS DE  
NOME NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Letras e Linguística da  
Universidade Federal de Alagoas para  
obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Denilda Moura

MACEIÓ  
2009

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

S449r Sedrins, Adeilson Pinheiro.  
Restrições de extração de argumentos e adjuntos de nome no português brasileiro / Adeilson Pinheiro Sedrins, 2009.  
215 f.

Orientadora: Maria Denilda Moura.  
Tese (doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 208-215.

1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Sintaxe. 3. Construções nominais.  
4. Adjunto adnominal. 5. Complemento nominal. I. Título.

CDU: 801.56



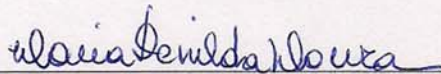
## TERMO DE APROVAÇÃO

Título do trabalho: RESTRIÇÕES DE EXTRAÇÃO DE ARGUMENTOS E  
ADJUNTOS DE NOME NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Autor: Adeilson Pinheiro Sedrins

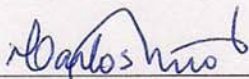
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Lingüística,  
pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, da Faculdade de Letras da  
Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

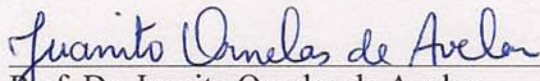


Prof. Dra. Maria Denilda Moura  
Faculdade de Letras, UFAL

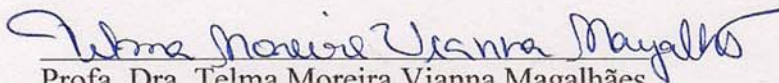
Examinadores:



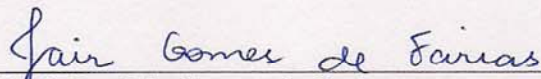
Prof. Dr. Carlos Mito  
Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, UFSC



Prof. Dr. Juanito Ornelas de Avelar  
Departamento de Lingüística, UNICAMP



Prof. Dra. Telma Moreira Vianna Magalhães  
Faculdade de Letras, UFAL



Prof. Dr. Jair Gomes de Farias  
Faculdade de Letras, UFAL

Maceió, 19 de junho de 2009

Pesquisa financiada por uma bolsa  
CNPq e bolsa CAPES (PDEE)

A minha mãe  
Rose Mary Alves Pinheiro  
e a Adeildo Pinheiro Sedrins (*in memoriam*)

## Agradecimentos

Como convém, cabe aqui registrar minha gratidão às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração desta tese.

Assim, em primeiro lugar, agradeço a Deus, por tornar tudo possível.

A Professora Doutora Maria Denilda Moura, (bem mais que) orientadora desta tese, a quem sou grato por toda confiança em mim depositada. Pelo encorajamento e apoio em todas as minhas escolhas durante meu percurso acadêmico, desde a época de minha iniciação científica. A ela devo muito da minha bagagem acadêmica (senão toda ela) e bastante da minha bagagem extra-acadêmica. Sem ela, esta tese não existiria.

Ao Professor Juan Uriagereka, por ter aceitado me orientar durante meu curto estágio de doutorado na University of Maryland, mesmo sendo para ele um período complicado. Pela sua simpatia e disponibilidade para discutir meus *drafts*, pelas suas sugestões valiosas e por toda assistência desde antes da minha ida a College Park.

Ao Professor Norbert Hornstein, com quem tive o privilégio de discutir algumas idéias embrionárias discutidas neste trabalho, por me aceitar em seu curso de sintaxe durante o segundo semestre de 2008, na University of Maryland e, claro, pelos cookies maravilhosos.

Ao Professor Jairo Nunes, com quem tive o privilégio de estudar durante um semestre na USP e discutir um *draft* (bastante remoto) do que viria a ser esta tese hoje. Durante meu percurso acadêmico foram várias as oportunidades que tive de usufruir das idéias dessa *brilliant mind*, em minicursos, palestras e congressos.

A Juanito Ornelas de Avelar, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora desta tese, pela simpatia e disponibilidade. Também tive o privilégio de usufruir de um curso ministrado por ele e pelo Professor Jairo Nunes, na USP, no primeiro

semestre de 2007, em que muitas idéias da sua tese, amplamente aqui exploradas, foram discutidas.

Ao Professor Carlos Miotto, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora desta tese e pelo seu *Manual de sintaxe*, minha leitura primeira em teoria gerativa.

Ao Professor Sérgio Menuzzi pelas suas valiosas contribuições na primeira qualificação desta tese.

A Professora Núbia Rabelo Bakker Faria, por ter contribuído tão solidamente para a minha formação, desde a minha graduação. O seu olhar sobre a teoria chomskyana é inspirador. Agradeço também pelas contribuições na primeira qualificação desta tese.

Ao Professor Aldir Santos de Paula, também responsável direto pela minha bagagem em Lingüística. Pelas conversas lingüísticas e extra-lingüísticas e também pelas contribuições na primeira qualificação desta tese.

A Alex Drummond, pela simpatia e pelas discussões sobre “extraposição”, bastante pertinentes para este trabalho, durante minha estadia na University of Maryland.

A Emma Ticio, pelo envio da sua tese, bastante explorada neste trabalho.

A Marcelo Amorim Sibaldo e Rafael Bezerra de Lima, por muita coisa.

A Ana Paula Scher, pela contribuição em minha formação durante seu curso no primeiro semestre de 2007 na USP, pela simpatia e por deixar os alagoanos sentidos em casa!

A Jair Gomes de Farias, porque me sugeriu, no meu tempo de PET, a leitura do *Manual de sintaxe*, para eu dar conta dos “meus” adjuntos e complementos. Obrigado pela disponibilidade em discutir meus textos durante todo esse tempo, pelas contribuições durante o segundo exame de qualificação e pelas conversas não-acadêmicas.



A Cláudia Roberta Tavares Silva que juntamente com Jair Farias foram inspiradores desta tese. Agradeço a leitura cuidadosa deste trabalho quando ainda era um projeto para ingresso na Pós-Graduação. Pela pessoa maravilhosa e atenciosa que é.

A Telma Magalhães pela leitura cuidadosa e contribuições durante o exame de qualificação desta tese e por fazer parte também da banca de defesa.

A Mirian Santos de Cerqueira, por muita coisa. Pelo encorajamento, pelo bom humor, pela amizade, pelas viagens, pelas fotos, pelas conversas...

Aos amigos que encontrei em College Park: Jun Abe, Atakan e Sam, por me fazerem sentir menos deslocado; Balazs, pelas conversas, em sotaque húngaro, sobre coisas sem pé nem cabeça; a Regina Igel.

A Danniell e Dorothy, “por seres”!

A Thaíse e Fernando, “gentes boas”!

A piauiense Vivi!

A Manu, Denise, Cida, Érica, Marcos, Cris Soares, Cris Lessa, Val Moura, Sol, Renatinha, Erivânia, Judson, Biu, Inês, essas e um bocado que eu provavelmente esqueci.

Ao PET-Letras/UFAL, onde tudo começou. A todos os petianos com quem convivi e aprendi.

Aos amigos da turma de mestrado Val, Leônia, Márcio, Giuliano e Heder.

A minha família, especialmente a Regina, Rose Mary, Ane, Esther, Taciane e Talita.

Ao Rock (*in memoriam*).

Se apenas houvesse uma única verdade, não poderiam pintar-se cem telas sobre o mesmo tema.

(Pablo Picasso)

## Resumo

O principal objetivo desta tese é analisar a estrutura sintática dos sintagmas de determinante no Português Brasileiro (PB), dentro do quadro teórico da Teoria de Princípios e Parâmetros, na sua versão Minimalista (CHOMSKY, 1995 e trabalhos subsequentes), centrando-se no fenômeno da extração de argumentos e adjuntos de nome introduzidos pela preposição *de* (*de-phrases*), como um fenômeno submetido a restrições de ordem estrutural. A análise a ser apresentada assume a hipótese DP como proposta em Abney (1987), bem como a perspectiva teórica que tem tratado a arquitetura do sintagma nominal como uma arquitetura que reflete a da sentença. Os *de-phrases* em contextos nominais serão analisados separadamente em dois grupos: o grupo dos sintagmas genuinamente genitivos e que são manipulados na sintaxe como verdadeiros DPs, aos quais iremos nos referir como sintagmas argumentais, e o grupo a que iremos nos referir como típicos adjuntos adnominais. Conforme iremos mostrar ao longo desta tese, enquanto que os sintagmas do primeiro grupo são licenciados em posições argumentais, o segundo grupo é licenciado em configuração de adjunção. No que concerne às restrições impostas para a extração dos *de-phrases*, iremos propor que as restrições a serem verificadas podem ser capturadas unicamente pela noção da condição de *Localidade*, como proposto em Manzini (1994). Ainda, iremos argumentar que, no PB, os traços de concordância (pelo menos no que se refere à concordância de número) parecem estar localizados em D (MAGALHÃES, 2004; COSTA & FIGUEIREDO-SILVA, 2006) e, uma vez que D é *locus* de número no PB, esta categoria licencia genitivos em relação a Caso, idéia já presente em Avelar (2006). Em termos de estrutura do DP, outro ponto crucial da análise é a proposta de projeção de uma categoria funcional acima da projeção DP, a qual denominaremos FP, nos moldes em que TopP é uma categoria proposta em Haegeman (2004) no domínio nominal. Conforme iremos discutir, a posição [Spec, FP] é a posição de válvula de escape para *de-phrases* no PB e não a posição [Spec, DP], esta última, uma posição A, relacionada a propriedades de Caso (genitivo). No que tange ao fenômeno da adjunção dentro de sintagmas de determinante, iremos assumir a proposta de Hornstein & Nunes (2008) de que a adjunção é uma operação que ocorre sem rotulação obrigatória, seguindo a proposta de adjunção de *de-phrases* no sintagma nominal como apresentada em Avelar (2006), para o PB. A diferença em relação à proposta de Avelar é a de que em vez de serem licenciados na periferia da construção nominal, os típicos adjuntos adnominais são gerados abaixo da projeção DP, o que explica a resistência desses constituintes para extração.

Palavras-chave: construções nominais, extração, genitivos, adjuntos adnominais preposicionados, restrição de localidade.

## Abstract

The main goal of this thesis is to analyze the syntactic structure of determiner phrases in Brazilian Portuguese (BP), under the Principles and Parameters approach in its minimalist version (CHOMSKY, 1995 and subsequent works), focusing on the extraction of arguments and adjuncts introduced by *de* (of) preposition (*de*-phrases). The analysis to be developed takes into account Abney's (1987) DP hypothesis and the theoretical perspective that assumes the nominal construction as the reflex of the architecture of the clause structure. The *de*-phrases are going to be analyzed into two different groups: those which are true genitive constructions (arguments) and those which we are going to refer to as typical adjuncts. As we will make clear throughout the thesis, the group of genitives is generated in argument positions and the second group is generated in adjunction configuration. In what regards the restrictions imposed on extraction of *de*-phrases, we are going to propose that it can be captured by the unique constraint of *Locality*, as discussed in Manzini (1994). We are also going to argue that in BP the *locus* of *phi*-features (at least in what concerns number features) is the head D (MAGALHÃES, 2004; COSTA & FIGUEIREDO-SILVA, 2006) and, once D is the *locus* for number in this language, this head is responsible for the Case properties of genitives (following similar analysis showed in AVELAR, 2006). Another crucial point of the proposal is the projection of a category FP, above DP, in BP nominal constructions, which plays similar role of the projection TopP proposed in Haegeman (2004). [Spec, FP] is an escape hatch position, not [Spec, DP], the last one an A position, related to Case properties. In relation to adjunction phenomenon, we will assume Hornstein & Nunes's (2008) proposal that adjunction occurs without obligatory labeling, in a similar way that Avelar (2006) proposes adjunction in DPs of BP. Instead of being adjoined in the DP periphery, as stated in Avelar, true nominal adjuncts are adjoined in a projection below DP, fact that explains why typical adjuncts can't be extracted in this language.

Keywords: Nominal constructions, extraction, genitives, nominal adjuncts, locality constraints.

# Resumen

El objetivo principal de esta tesis es analizar la estructura sintáctica de los sintagmas nominales en el portugués de Brasil (PB) en el marco teórico de la Teoría de Principios y Parámetros en la versión minimalista (CHOMSKY, 1995 y el trabajos posteriores), centrándose en el fenómeno de la extracción de los argumentos y adjuntos del nombre introducidos por la preposición *de* (*de-phrases*), como un fenómeno sujeto a restricciones estructurales. El análisis que se presenta toma el DP como se propone en la hipótesis de Abney (1987) y la perspectiva teórica que se ha ocupado de la arquitectura de sintagmas nominales como una arquitectura que refleja la sentencia. Los *de-phrases* en contextos nominales se examinan por separado en dos grupos: el grupo de los genitivos que se manipulan en la sintaxis como auténticos DPs, a la que nos referimos como argumentos, y el grupo al que nos referimos como típicos adjuntos de nombre. Como vamos a mostrar a lo largo de esta tesis, mientras que los sintagmas del primer grupo son los proyectados en las posiciones de argumentos, el segundo grupo se proyecta en configuraciones de adjunción. Cuanto a las restricciones impuestas para la extracción de *de-phrases*, se propone que las restricciones que deben observarse sólo puede tomarse por la noción de la condición de Localidad, según lo propuesto por Manzini (1994). Sin embargo, sostenemos que en PB, rastros de acuerdo (al menos en relación con el acuerdo del número) parece estar situado en D (MAGALHÃES, 2004, Costa & FIGUEIREDO-SILVA, 2006) y, desde D lugar es el *locus* de número en PB, esta categoría licencia genitivo en relación a Caso, idea ya encontrada en Avelar (2006). En términos de estructura de la DP, otro punto crucial del análisis es la propuesta de la proyección de una categoría por encima de la proyección funcional DP, que piden FP, en la misma manera en que la categoría TopP es propuesta en Haegeman (2004). Como vamos a discutir, la posición de [Spec, FP] es la posición de la válvula de escape y no la posición [Spec, DP], el segundo, de la posición A, tiene propiedades relacionadas con Caso (genitivo). Con respecto al fenómeno de la adjunción en el sintagma nominal, que tendrá la propuesta de Hornstein y Nunes (2008) que la adjunción es una operación que se produce sin el etiquetado obligatorio, propuesta presentada en Avelar (2006) para el PB. La diferencia con la propuesta de Avelar es que en lugar de obtener la licencia en la periferia de la construcción, los típicos adjuntos de nombre son generados por debajo de la proyección de DP, lo que explica la resistencia de dichos componentes para la extracción.

Palabras-clave: construcciones nominales; extracción; genitivos; adjuntos de nombre; restricción de localidad.

# Índice

<b>1. Introdução</b>	
1.1. Extração de argumentos e adjuntos de nome .....	18
1.2. Extração de argumentos e adjuntos de nome no PB .....	23
1.2. Objetivos, quadro metodológico e metodologia .....	25
1.2.1. Objetivos .....	25
1.2.1.1. Geral .....	26
1.2.1.2. Específicos.....	26
1.2.2. Metodologia .....	26
1.3. Inventário de questões .....	27
1.4. Estrutura do trabalho .....	27
<b>2. Pressupostos da análise</b>	
2.1. Introdução .....	29
2.2. O quadro teórico .....	30
2.2.1. A derivação das expressões de uma língua particular .....	31
2.2.2. Fases .....	35
2.2.3. Restrições sobre movimento .....	37
2.3. Estrutura frasal, Posição A/Posição A' e adjunção .....	38
2.4. Sobre a estrutura clausal para o DP .....	48
2.5. A natureza da preposição <i>de</i> em contextos nominais .....	53
2.6. Sobre a distinção argumento/adjunto de nome .....	58
2.7. Síntese do capítulo .....	60
<b>3. Genitivos</b>	
3.1. Introdução .....	62
3.2. Construções genitivas .....	63
3.3. Relações de proeminência .....	66
3.4. Extração de construções com múltiplos genitivos .....	71
3.4.1. Extração e definitude .....	75
3.5. Análises prévias .....	80
3.5.1. Cinque (1980) .....	80
3.5.2. Giorgi & Longobardi (1991) .....	83
3.5.3. Torrego (1987) .....	86
3.5.4. Valois (1996) .....	88
3.5.5. Ticio (2003) .....	89
3.5.5.1. Adotando a análise de Ticio (2003) .....	96
3.6. Síntese do capítulo .....	97
<b>4. A estrutura do DP no PB</b>	
4.1. Introdução .....	99
4.2. A estrutura do DP no PB .....	100
4.3. Restrições de extração .....	102
4.4. Dois aparentes problemas .....	120
4.4.1. Q como adjunto .....	125
4.4.1.1. A análise de Benmamoun (1999) .....	130
4.4.1.2. Adjugando Q no PB .....	133
4.4.2. Genitivo em [Spec, FP] .....	141

4.4.2.1.	Genitivos como adjuntos .....	143
4.4.2.2.	Genitivos são gerados como Specs .....	149
4.5.	D como <i>locus</i> de concordância no PB .....	166
4.6.	Síntese do capítulo .....	172
<b>5. Adjuntos</b>		
5.1.	Introdução .....	173
5.2.	Extração de adjuntos .....	174
5.3.	Adjuntos adnominais de <i>matéria</i> .....	179
5.4.	Adjuntos adnominais de <i>origem/procedência</i> .....	191
5.5.	Adjuntos adnominais <i>temporais</i> .....	198
5.6.	Síntese do capítulo .....	204
6.	Considerações finais .....	205
	Referências bibliográficas .....	208

## 1. Introdução

A noção de movimento tem sido adotada por teorias lingüísticas formais com vistas a capturar uma das mais intrigantes propriedades das línguas humanas, que é a possibilidade de um elemento ser interpretado numa posição diferente daquela em que é foneticamente realizado. Como ilustração dessa propriedade, observe-se que em (1), a seguir, o item interrogativo *quem*, que está na periferia esquerda da sentença, é interpretado como o objeto do verbo *ver*. O símbolo *t* marca a posição de base a partir da qual esse item foi movido, uma notação comumente utilizada no modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981; 1986b) para indicar o vestígio do elemento movido.

(1) *Quem a Maria viu t?*

Em relação à propriedade de deslocamento de elementos interrogativos para o início da sentença, uma diferença paramétrica entre as línguas naturais pode ser observada. Assim é que, no inglês, por exemplo, o movimento de um constituinte interrogativo para o início da sentença é obrigatório, enquanto que em línguas como o chinês, esse movimento não é visivelmente verificado. O Português Brasileiro (doravante PB), por outro lado, é uma língua em que o movimento visível de um elemento interrogativo pode ou não ser verificado, como mostram os exemplos em (2):

(2) a. *De quem você gosta t?*  
 b. *Você gosta de quem?*

Essa propriedade de deslocamento nas línguas naturais, incluindo a obrigatoriedade ou não do movimento visível de constituintes, tem sido um dos centrais objetos de estudo da Teoria Gerativa, nas várias versões que essa teoria tem apresentado para a análise lingüística. Além da questão de por que existe movimento de constituintes nas línguas naturais, outra que surge imediatamente, para uma teoria de movimento, é a que busca estabelecer quais as restrições a que



essa operação (de movimento) está sujeita. Note-se, por exemplo, que, em (3), o movimento de um elemento interrogativo, no PB, não se pode dar de forma deliberada:

- (3) a. Você saiu depois que o João consertou *o quê*?  
 b. \**O que* você saiu depois que o João consertou *t*?

Tendo em vista a variação paramétrica entre as línguas em relação à observação visível do movimento de constituintes, como também a existência de restrições estruturais para a efetivação de deslocamentos, uma teoria de movimento deve incluir em seu corolário de investigação as seguintes questões: (i) que elementos podem ou devem ser deslocados nas línguas naturais; (ii) para que posição devem ser deslocados; (iii) o que determina seu deslocamento; (iv) quais as restrições a que a operação de movimento está sujeita? (cf. LUTZ, 1995).

Assumindo como aparato teórico a Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY & LASNIK, 1995), em resposta à questão (i), tem-se observado que os tipos de objetos sintáticos passíveis de movimento nas línguas naturais são projeções máximas (XPs), ou núcleos ( $X^0$ ), como delineados na teoria X-barras padrão. Em resposta a (ii), as posições de destino do objeto movido são de mesma natureza desses objetos, de forma que um núcleo se move para uma outra posição de núcleo e um XP se move para uma posição XP. Já no que concerne à questão (iii), os movimentos de constituintes verificados nas línguas naturais ocorrem para satisfação de requerimentos de ordem gramatical (estabelecimento de concordância, satisfação de requerimentos relacionados a Caso, etc.).

Em busca de uma resposta à questão (iv), podemos verificar que ao longo do desenvolvimento da teoria gerativa as restrições para movimento têm tomado cada vez mais um ar minimalista, em conformidade com versões cada vez mais enxutas de gramática que vêm sendo desenvolvidas a partir de Chomsky (1995). Assim, enquanto que no modelo de Regência e Ligação, o Princípio de Categoria Vazias com suas alíneas (i) e (ii) (CHOMSKY, 1981, 1986b), a Restrição de Movimento de Núcleo (TRAVIS, 1984), a Condição sobre Domínio de Extração (HUANG, 1982) e a Condição de Subjacência (CHOMSKY, 1986a) eram observados como restrições para movimentos de diferentes objetos sintáticos, na versão minimalista da

gramática, a única restrição de localidade para movimentos é capturada pela Condição de Elo Mínimo, como proposto em Chomsky (1995, capítulo 4).

A título de ilustração de restrição de movimento, (4) e (5) são exemplos de uma assimetria bastante conhecida na literatura gerativista:

- (4) a. \**Quem* (que) a Maria chorou [ADJUNTO depois que o João machucou *quem*] ?  
 b. \**De quem* [SUJEITO o professor ~~de quem~~] saiu?
- (5) a. *De quem* o João quebrou [OBJETO DIRETO o carro ~~de quem~~]?

Observe que o elemento movido em (4a) sai de dentro de uma sentença adjunto e o elemento movido em (4b) sai da posição de sujeito do verbo *sair*. Por sua vez, o elemento movido em (5) sai da posição de objeto do verbo. Huang (1982) atribuiu esses contrastes de extração a uma mesma restrição a qual denominou de Condição sobre Domínio de Extração (CED), como apresentada a seguir:

- (6) Condição sobre Domínio de Extração

Um constituinte A pode ser extraído de um constituinte B apenas se B é propriamente regido.

O elemento interrogativo *de quem* em (5) é extraído de um constituinte que apresenta uma relação local com o verbo (*o carro de quem*) diferente da relação que os constituintes em colchetes, em (4a) e (4b), apresentam. Em termos do modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981), a diferença entre (4) e (5) se deve ao fato de que em (5) o elemento em colchetes (objeto direto do verbo) está numa posição propriamente regida<sup>1</sup>, enquanto que o adjunto [depois que o João machucou *t*], em (4a), e o sujeito [o professor *t*], em (4b), não. Conforme prevê (6), o constituinte *de quem*, em (5), pode ser extraído sem agramaticalidade, já que parte de dentro de um constituinte propriamente regido. Por outro lado, os elementos movidos em (4a) e (4b) partem de constituintes não propriamente regidos, resultando na agramaticalidade das sentenças.

<sup>1</sup> Ver Chomsky (1986a) para as definições de regência, regência por antecedência e propriamente regido.

O Princípio de Categorias Vazias, por sua vez, permite explicar o contraste de gramaticalidade apresentada nos exemplos a seguir. Podemos ver que em (7), mesmo sendo extraído de uma posição propriamente regida (posição de objeto da oração matriz), o movimento de *que carro*, em (7a), resulta num grau pequeno de aceitabilidade. Por outro lado, se comparado com os deslocamentos ocorridos em (7b) e (7c), estes últimos são completamente agramaticais.

- (7) a. ?[*Que carro<sub>i</sub>* você pensa [como o João poderia consertar *t<sub>i</sub>*]]?  
 b. \*[*Como<sub>i</sub>* você pensa [o que o João poderia consertar *t<sub>i</sub>*]]?  
 c. \*[*Quem<sub>i</sub>* você pensa [como *t<sub>i</sub>* poderia consertar o carro]]?

O Princípio de Categorias Vazias é dado em (8):

- (8) Princípio de Categorias Vazias (ECP, do inglês *Empty Category Principle*)  
 Uma categoria vazia não pronominal deve ser:  
 (i) regida dentro da projeção intermediária X' pelo núcleo lexical que lhe atribui papel temático; ou  
 (ii) regida por um antecedente próximo.

Como postulado pelo ECP, os vestígios dos exemplos em (7) deveriam ser ou regidos lexicalmente, atendendo à alínea (i), ou serem localmente regidos por antecedência, atendendo à alínea (ii). Em (7a), construção mais aceitável, o vestígio (*t<sub>i</sub>*) se encontra numa posição regida lexicalmente, irmã do verbo, não violando, assim, o ECP. Vejamos, então, o que ocorre em (7b) e (7c). Em (7b), *como* é projetado em configuração de adjunção em relação ao verbo *consertar* e, como adjunto, não é regido lexicalmente (não é projetado como irmão do núcleo V). Assim, com vistas a não violar o ECP, para que seu movimento até a periferia esquerda da sentença matriz fosse licenciado, ele teria de mover-se através do [Spec, CP] da sentença encaixada, deixando aí um vestígio que serviria como antecedente para o vestígio que se encontra na posição de origem. Como a posição [Spec, CP] da sentença encaixada, em (7b), já está preenchida pelo constituinte interrogativo *o que*, o adjunto não pode ocupar essa posição e o vestígio deixado na posição de

origem, dessa forma, não encontra um antecedente dentro do domínio da sentença encaixada, violando ECP.

Da mesma forma que o adjunto *como* em (7b) viola o ECP, pelo fato de seu vestígio na posição de origem nem ser regido lexicalmente, nem por antecedência, o sujeito movido em (7c) apresenta as mesmas violações. Como a posição [Spec, CP], em (7c), está ocupada pelo constituinte *como*, o sujeito da encaixada não pode se mover para esta posição com vistas a chegar à periferia da sentença matriz. Assim, o vestígio do sujeito da sentença encaixada, em (7c), nem se encontra regido lexicalmente, pois está numa posição de sujeito, nem encontra um regente dentro do domínio da sentença em que é gerado, violando ECP.

### 1.1. Extração de argumentos e adjuntos de nome

A observação de restrições para movimento de constituintes permitiu verificar, no inglês, um contraste interessante entre a extração de um sintagma preposicionado (PP), licenciado em posição de complemento, e a extração de um PP licenciado em posição de adjunto. Os contrastes em (9), observados por Huang (1982) e retomados em Chomsky (1986a), mostram que a extração do complemento nominal em forma de *wh* é possível, tanto com a preposição movida juntamente com o NP, (9b), ou com a preposição permanecendo *in situ*, (9a). Nenhuma dessas possibilidades é possível para a extração do adjunto em (9c) e (9d).

- (9) a. which city did you witness [<sub>NP</sub> the [destruction of *t*]]  
       que cidade você presenciou a destruição de  
       ‘de que cidade você presenciou a destruição?’
- b. of which city did you witness [<sub>NP</sub> the [destruction *t*]]  
       de que cidade você presenciou a destruição  
       ‘de que cidade você presenciou a destruição?’

c. \*which city did you meet [<sub>NP</sub> the man [<sub>PP</sub> from *t*]]

que cidade você encontrou o homem de

‘de que cidade você encontrou o homem?’

d. \*from which city did you meet [<sub>NP</sub> the man *t*]

de que cidade você encontrou o homem

‘de que cidade você encontrou o homem?’

(CHOMSKY, 1986a, p. 80, ex. (181))

Com base em dados como (9b) e (9d), algumas propostas foram desenvolvidas com a finalidade de explicar estruturalmente o contraste entre a extração de complementos e adjuntos de nome no inglês (cf. HUANG, 1982; CHOMSKY, 1986a; STOWELL, 1989; CULICOVER & ROCHEMONT, 1992). Conforme Chomsky (1986a) propôs, por exemplo, os casos de (9a) e (9b) são previstos pelo ECP, já que os vestígios (*t*), nesses casos, estão em posição propriamente regida (regida pelo núcleo N), respeitando, assim, a alínea (ii) do ECP. (9c), por sua vez, é excluída, não pelo ECP, mas pela condição de *Subjacência*<sup>2</sup>, segundo a qual o movimento de um constituinte pode cruzar, no máximo, uma barreira. De acordo com o quadro teórico esboçado em Chomsky (op. cit.), o movimento que *which city* realiza em (9c) cruza pelo menos duas barreiras: PP (projeção não *L*-marcada<sup>3</sup>) e NP (barreira por herança).

A pedra no sapato é o exemplo em (9d). Conforme Chomsky nota, a explicação dada para (9c) não dá conta de (9d). Note que em (9d) todo o PP adjunto é movido para o início da sentença e esse movimento não cruza barreiras dentro do sintagma nominal: NP, em (9d), não é uma barreira inerente porque está em posição *L*-marcada, nem barreira por herança<sup>4</sup>. Logo, a agramaticalidade de (9d) poderia ser diretamente capturada pelo ECP, sugerindo que o vestígio deixado pelo adjunto não está numa posição propriamente regida, nem é regido por um antecedente próximo. Contudo, como Chomsky logo adiante discute em seu texto, as restrições atuantes na extração do adjunto adnominal em (9d) podem ser de ordem mais “misteriosa”. O

<sup>2</sup> Para a noção formal de *Subjacência*, como delineada em Chomsky (1986a), ver o capítulo 4.

<sup>3</sup> Ver capítulo 4 para as noções de *barreira* e *L*-marcação.

<sup>4</sup> Ver Chomsky (1986a) para uma discussão sobre a noção de barreira por herança.

autor mostra que em outras estruturas similares do inglês, como as apresentadas em (10), o movimento do adjunto adnominal se torna possível:

- (10) a. this is the city that I met [<sub>NP</sub> three people [<sub>PP</sub> from *f*]]  
 ‘essa é a cidade de onde eu encontrei três pessoas’  
 b. which city did you meet [<sub>NP</sub> more people [<sub>PP</sub> from *f*]] (London or Paris)  
 ‘de que cidade você encontrou mais pessoas (Londres ou Paris)’  
 (CHOMSKY, 1986a, p. 81, ex. (183))

Comparando os exemplos em (9) e (10), note-se que as construções nominais de onde o adjunto adnominal é movido diferem em relação ao que Chomsky denominou de “especificidade”. Diferente dos sintagmas nominais em (10), as construções nominais em (9) são introduzidas pelo artigo definido do inglês (*the*), enquanto que, nos exemplos em (10), os sintagmas nominais são introduzidos por elementos menos específicos. Esse contraste levou Chomsky à conclusão de que além das restrições estruturais impostas pelo sistema gramatical, algo como uma “condição de especificidade” tem de ser levada em consideração no caso de extração de constituintes a partir de construções nominais.

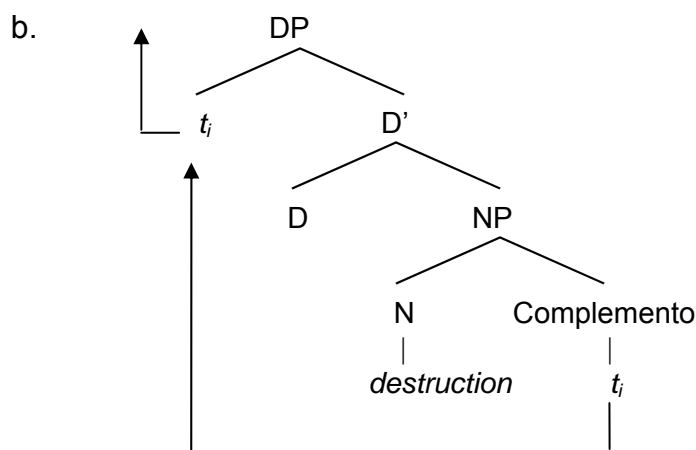
A partir da hipótese DP, proposta em Abney (1987), os estudos acerca da sintaxe das construções nominais tomam uma nova perspectiva. Tome-se, por exemplo, o fato de que considerando DP e não mais NP como a projeção mais proeminente do sintagma nominal, numa teoria de barreiras, como aquela esboçada em Chomsky (1986a), NP deixa de ser a projeção *L-marcada* passando a ser uma barreira inerente nos casos em (9). Stowell (1989) é um dos primeiros trabalhos que procuram explicar os contrastes de extração entre complementos e adjuntos de nome lançando mão da noção de ECP, juntamente com a estrutura de DP proposta em Abney. Três assunções são cruciais na análise de Stowell: (i) o movimento de um objeto dentro de NP se dá através de [Spec, DP] e, dessa forma, não viola subjacência, cruzando apenas uma única barreira, NP; (ii) vestígios intermediários são apagados (cf. LASNIK & SAITO, 1984); e (iii) além do ECP, a extração para fora do domínio nominal está sujeita ao seguinte Princípio:

- (11) uma categoria referencial é uma barreira para regência por antecedência.  
 (STOWELL, 1989, p. 245, ex. (26))

De acordo com o princípio em (11), DP configura como uma categoria referencial impedindo que um vestígio em seu Spec, por exemplo, seja regido por alguma categoria acima dessa projeção. Os exemplos em (12) e (13), a seguir, ilustram, respectivamente, a derivação para extração de complemento e de adjunto de nome no inglês, de acordo com a proposta do autor:

(12) Extração de complemento nominal no inglês (cf. STOWELL, 1989)

a. *of which city<sub>i</sub> did you witness the destruction t<sub>i</sub>?*



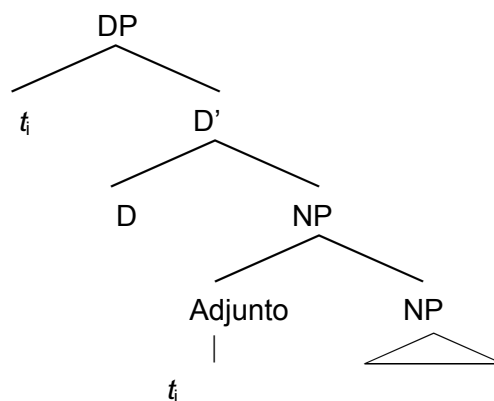
(12) é uma representação arbórea do movimento realizado pelo complemento nominal. Note-se que o vestígio na posição de complemento está numa posição propriamente regida, respeitando, assim, a alínea (i) do ECP. O vestígio na posição [Spec, DP], contudo, de acordo com a proposta do autor, viola ECP já que não está numa posição propriamente regida, nem pode ser regido por antecedência, uma vez que, conforme (11), a projeção DP bloqueia a regência desse segundo vestígio por qualquer outra categoria acima de DP. Como a extração de um complemento nominal é gramatical no inglês, o autor assume com Lasnik & Saito (1984) que vestígios intermediários devem ser apagados. Como o vestígio problemático para o ECP é o vestígio intermediário em [Spec, DP], uma vez apagado, a derivação converge.

No caso da extração de um adjunto adnominal, contudo, mesmo com o apagamento dos vestígios intermediários, a violação de ECP permanece, como ilustra (13):

(13) Extração de adjunto adnominal no inglês (cf. STOWELL, 1989)

a. \**From which city* did you meet [<sub>NP</sub> the man *t*]

b.



Note-se que em (13b), mesmo que haja o apagamento do vestígio intermediário em [Spec, DP], nos termos de Lasnik & Saito (1984), a violação do ECP permanece, uma vez que o primeiro vestígio não está em posição regida lexicalmente. Dessa forma, a teoria desenvolvida em Stowell (1989) prevê que complementos nominais, mas não adjuntos sejam livremente extraídos para o início da sentença. Note-se ainda que a análise do autor desconsidera o efeito de especificidade observado em Chomsky (1986a).

Culicover & Rochemont (1992) apresentam uma análise similar a de Stowell para dar conta da assimetria entre a extração de complemento e adjunto de nome, através da noção do ECP e da hipótese DP de Abney. A vantagem em relação à proposta de Stowell consiste em dispensar um princípio adicional como aquele esboçado em (11). A análise dos autores também dispensa a teoria de Lasnik & Saito (1984) de apagamento de vestígios intermediários. De acordo com os autores, a extração de um adjunto adnominal segue como mostra a ilustração em (13b), mas o fracasso dessa derivação é obtido levando-se em consideração duas assunções básicas: (i) os autores assumem com Rizzi (1990, cap. 2) uma definição conjuntiva para o ECP; e (ii) D não é um núcleo com propriedades de regente. Dessa forma, a derivação em (13b) fracassa porque o primeiro vestígio do adjunto não é regido por um núcleo, violando ECP.

De acordo com os trabalhos sumariados acima, fica evidente que, a fim de dar conta do contraste de extração entre argumentos e adjuntos de nome, as análises que têm sido desenvolvidas sob a perspectiva gerativista têm procurado



estabelecer quais as restrições de ordem estrutural que bloqueiam a extração de adjuntos adnominais, mas permitem a extração de complementos.

### 1.1.2. Extração de argumentos e adjuntos de nome no PB

Quando olhamos para dados do Português Brasileiro (PB), verificamos que essa língua apresenta um comportamento peculiar no que tange à extração de argumentos e adjuntos de nome, se comparada a uma língua como o inglês. A princípio, um contraste entre a extração dessas construções pode ser também verificado no PB, como mostra (14):

- (14) a. *De qual cidade* você presenciou a destruição *t*?  
 b. \**De qual cidade* você encontrou o homem *t*?

Em (14a), temos a extração de um complemento nominal para o início da sentença, resultando em uma construção perfeita do PB, contudo, em (14b), em que há a extração de um adjunto adnominal, o resultado se mostra agramatical. Apesar de o contraste entre a extração de complemento e adjunto de nome poder ser verificado no PB, em (14), Avelar (2006) verificou que *de-phrases* não argumentais, como os apresentados em (15), a seguir, podem ser livremente extraídos para fora do domínio nominal em PB:

- (15) a. *De qual caixa* a criança comeu [os bombons *t*?  
 b. *De qual porta* o funcionário já trocou [a maçaneta *t*?]

Dessa forma, a extração de um adjunto introduzido pela preposição *de*, como é o caso dos exemplos em (15)<sup>5</sup>, parece ser tão boa quanto a extração de complementos nominais, como é o caso das extrações em (16).

---

<sup>5</sup> Como será depreendido da análise a ser apresentada no capítulo 3, exemplos como os apresentados em (15) apresentam, na verdade, construções com PPs genitivos e, portanto, PPs argumentais e não típicos adjuntos.

- (16) a. *De qual estrada o governo iniciou a restauração t?*  
 b. *De qual ponte as chuvas causaram a destruição t?*  
 c. *De que tipo de material os estudantes fizeram a análise t?*  
 d. *De qual livro o João detestou a leitura t?*

Ainda no que tange ao movimento de PPs para fora de contextos nominais, as possibilidades de extração no PB também diferem daquelas encontradas no espanhol, por exemplo. Conforme observado por Ticio (2003), o espanhol não permite extração a partir de DPs especificados<sup>6</sup> (17), o que é possível no PB (18)<sup>7</sup>:

- (17) a. \**De qué autor has leído los três libros?*

(TICIO, 2003)

- (18) a. *De qual autor você leu os três livros?*

Ainda, quando introduzidos por um artigo definido, os DPs no espanhol permitem apenas a extração de um genitivo com interpretação de *tema*, bloqueando a extração de genitivos com interpretação de *possuidor* ou *agente* (19). No PB, todos esses casos de extração resultam em construções gramaticais (20).

- (19) a. \*¿*De qué autor has leído [los libros t<sub>agente</sub>]*?  
 ‘De que autor você leu os livros’  
 b. \*¿*De quién has visto [las fotos de ese monte t<sub>possuidor</sub>]*?  
 ‘De quem você viu as fotos desse monte’  
 c. ¿*De qué cantante salieron publicadas [las fotos t<sub>tema</sub>]*?  
 ‘De que cantor saíram publicadas as fotos’

(TICIO, 2003, p.31, ex. (16))

<sup>6</sup> DPs especificados são, na análise de Ticio, aqueles que apresentam demonstrativos ou numerais em sua estrutura interna.

<sup>7</sup> Como foi discutido anteriormente, essa restrição de especificidade do DP bloqueando a extração de constituintes, também é relevante no inglês, como observou Chomsky (1986a). Dessa forma, o PB se difere tanto de uma língua como o inglês, como o espanhol, no que tange à extração a partir de DPs especificados.

- (20) a. *De que* autor o João leu os livros?  
b. *De quem* o João viu as fotos de férias?  
c. *De que artista famoso* publicaram as fotos?

A partir dos dados acima apresentados, fica evidente que o PB apresenta uma peculiaridade em relação ao fenômeno da extração de PPs para fora do domínio nominal. Como a extração de argumentos e adjuntos é um fenômeno diretamente ligado a restrições de ordem estrutural, consoante o que apresentamos nesta introdução, procuramos nesta tese oferecer um estudo acerca da arquitetura das construções nominais no PB, bem como sobre que tipo de restrição sintática estaria bloqueando ou permitindo a extração de argumentos e adjuntos de nome nessa língua, tanto de contextos de DPs definidos, quanto de contextos de DPs indefinidos. Dessa forma, o presente trabalho discute como argumentos e adjuntos de nome são licenciados em termos estruturais no PB, focalizando exclusivamente os PPs encabeçados pela preposição *de*, com fins de delimitação do objeto de estudo.

### 1.3. Objetivos, quadro teórico e metodologia

#### 1.3.1 Objetivos

Partindo da premissa de que sintaticamente as noções de complemento e adjunto devem ser pensadas em termos de relações estruturais, e de que a extração de um constituinte a partir de um DP está diretamente ligada à organização estrutural desse sintagma, com tem sido verificado em vários estudos sobre o tema (HUANG, 1982; CHOMSKY, 1986a; STOWELL, 1989; GIORGI & LONGOBARDI, 1991; CULICOVER & ROCHEMONT, 1992; CASTILLO, 2001; TICIO, 2003; BOŠKOVIĆ, 2005, entre outros), os objetivos deste trabalho são:

### 1.3.1.1 Geral

- Analisar a estrutura interna dos sintagmas de determinante do Português Brasileiro, em particular, discutir a relação que núcleos nominais têm com adjuntos e argumentos em forma de *de-phrase*, tomando como cerne as restrições que bloqueiam/permitem a extração desses constituintes, adotando a versão minimalista da Teoria de Princípios & Parâmetros (CHOMSKY, 1995 e trabalhos subseqüentes).

### 1.3.1.2. Específicos

- Estabelecer um quadro descritivo-explicativo do padrão de extração de argumentos e adjuntos de nomes no PB, introduzidos pela preposição *de*;
- Propor uma estrutura para o DP do PB que possa capturar restrições sobre extração nessa língua;
- Argumentar a favor de uma única restrição da componente gramatical atuando na extração de PPs complementos e adjuntos de nome, introduzidos pela preposição *de*, em contextos nominais do PB.

### 1.3.2. Metodologia

Como já apontado anteriormente, esta pesquisa tomará como modelo teórico de análise a Teoria de Princípios e Parâmetros, na sua versão denominada de Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e trabalhos subseqüentes) e, como toda pesquisa realizada sob essa perspectiva, o estudo pretendido será feito conforme o método de abordagem hipotético-dedutivo, bem como o método de procedimento comparativo, já que realizamos uma comparação entre as construções nominais do

PB e as de outras línguas. Os dados do PB serão de introspecção, isto é, faremos uso de nossa intuição como falante nativo da língua e, para comparação com outras línguas, coletamos dados da literatura sobre estrutura do DP, como os apresentados em Giorgi & Longobardi (1991), para o italiano; Valois (1991), para o francês; Engelhardt (2000), para o hebraico; Ticio (2003), para o espanhol; entre outros.

Os contextos de extração a serem abordados são contextos de sintagmas de determinante em posição de objeto direto de sentenças finitas, devido à neutralidade desse contexto em relação ao fenômeno da CED, como descrito na seção 1.1.

#### 1.4. Inventário de questões

Procuraremos fornecer respostas, nesta tese, para as seguintes questões: (i) como os nomes no PB realizam seus argumentos e adjuntos, em termos estruturais; (ii) o que desencadeia o movimento de argumentos e adjuntos de nome em forma de *de-phrases* no PB; (iii) quais as restrições estruturais impostas para a extração de argumentos e adjuntos de nome nessa língua.

#### 1.5. Estrutura do trabalho

A tese está estruturada da seguinte forma: no capítulo 2 apresentamos o quadro teórico em que a análise será desenvolvida, bem como os pressupostos que guiarão as nossas análises no decorrer da tese; no capítulo 3 apresentamos um quadro descritivo das propriedades sintáticas do que estamos nos referimos como construções genitivas no PB, bem como delineamos o padrão de extração de construções genitivas nessa língua, comparando com o padrão encontrado em outras línguas românicas e pontuando análises prévias oferecidas para o fenômeno da extração nessas línguas. No capítulo 4, a fim de oferecer um quadro explicativo para o padrão de extração de argumentos e adjuntos de nome no PB, delineamos a proposta de estrutura do sintagma nominal, bem como da restrição de movimento imposta pela gramática responsável pelo padrão de extração encontrado nessa

língua. No capítulo 5, estendemos a análise apresentada no capítulo 4 para o caso de extração de adjuntos adnominais no PB, partindo da análise oferecida por Avelar (2006) para o padrão de extração de adjuntos de nome nessa língua. O capítulo 6 consiste nas considerações finais desta tese.

## 2. Pressupostos da análise

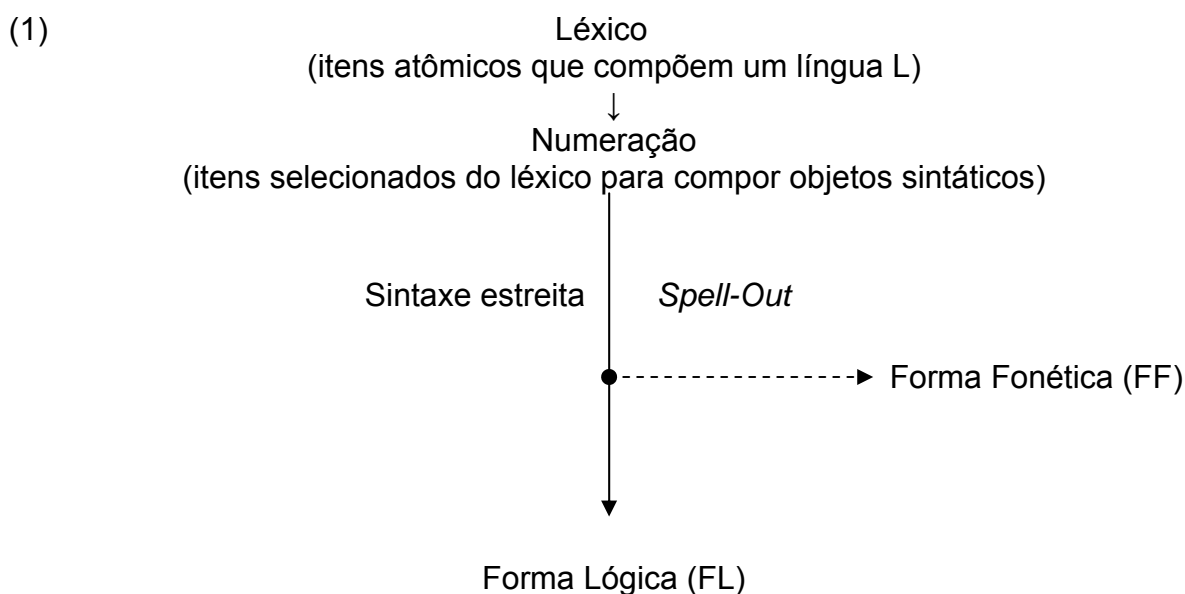
### 2.1. Introdução

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos centrais do modelo teórico que subsidiará nossa análise, o modelo de Princípios & Parâmetros, na sua versão minimalista (cf. CHOMSKY, 1995, 1998, 2001, 2004, 2008) e, além de situarmos as operações que são realizadas pela gramática constitutiva da nossa Faculdade da Linguagem, na derivação de sentenças, iremos também caracterizar o objeto de estudo desta tese, discutindo, por exemplo, como adjuntos adnominais são projetados na estrutura sintática, qual a natureza do item *de* que introduz as construções no foco de análise, qual a estrutura básica de um sintagma nominal e o que estamos assumindo como argumento e adjunto de nome. Para isso, na seção 2.2., apresentamos a arquitetura da Faculdade da Linguagem e seu funcionamento na derivação de sentenças de uma língua particular; na seção 2.3., discutimos as noções de posição argumental e não-argumental, bem como a configuração de adjunção em termos do que propõe Chomsky (1994) para a representação da estrutura frasal, situando a proposta de adjunção sem rótulo desenvolvida em Hornstein & Nunes (2006, 2008) e o trabalho de Avelar (2006) sobre a configuração sintática de adjuntos adnominais no PB. Na seção 2.4., fazemos menção aos trabalhos de Szabolcsi (1994) e Ritter (1991), com vistas a delinear o caráter clausal da arquitetura das construções nominais e, na seção 2.5., discutimos a natureza do item *de* nessas construções, a fim capturar a propriedade de item nulo que esta preposição apresenta em contextos de construções genitivas. Na seção 2.6., definimos o que estamos tomando como PP argumento e PP adjunto dentro do sintagma nominal e, finalmente, na seção 2.7., apresentamos uma síntese conclusiva do capítulo.

## 2.2. O quadro teórico

Um pressuposto presente ao longo do desenvolvimento da teoria gerativa chomskyana é o de que existe uma Faculdade da Linguagem, órgão biológico alocado na mente/cérebro, que permite ao falante a aquisição de sua língua particular, produzindo de forma ótima as sentenças dessa língua. Apesar de essa Faculdade interagir com outros sistemas (sistemas de interface), a busca na teoria é determinar apenas aspectos da estrutura e do uso da língua específicos de *FL* e não dos outros sistemas com que interage (cf. CHOMSKY, 2004, p. 106).

Um modelo proposto para a arquitetura da *FL*, seguindo as orientações de Chomsky (1995) é o ilustrado em (1):



De acordo com a arquitetura em (1), o léxico, depósito das unidades que compõem uma língua particular, é o lugar de onde o sistema computacional seleciona itens para formar um objeto sintático. Esse conjunto de itens selecionados a partir do léxico, e que vão entrar na composição de uma sentença, constitui a Numeração. As unidades que compõem o léxico são constituídas por traços, os quais fornecem informações para a derivação de objetos sintáticos (traços formais), como também informações que são codificadas pela componente fonológica (traços



fonológicos) e pela componente semântica (traços semânticos). Cabe ao sistema computacional trabalhar de forma ótima a fim de que alcancem as interfaces FF e FL<sup>1</sup> apenas objetos legíveis a cada uma delas. Dessa forma, traços não interpretáveis pela componente FF, por exemplo, devem ser apagados antes de atingirem essa interface, sob pena de fracasso da derivação.

*Spell-out*, em (1), é um ponto arbitrário correspondente ao momento em que a estrutura derivada é enviada para a componente fonológica, que é a interface com o sistema articulatorio-perceptual.

### 2.2.1. A derivação das expressões de uma língua particular

Na derivação de uma estrutura de  $L$ , o sistema computacional (aqui entendido como gramática, órgão na mente humana que deriva as sentenças da língua) lança mão de algumas operações, que são de número reduzido e que passamos a descrever nesta seção.

Como dissemos, a Numeração é constituída dos itens que são selecionados a partir do léxico e que serão combinados para a formação de um objeto sintático. Assim, a Numeração consiste num conjunto de pares  $(IL, i)$ , em que  $IL$  (de Item Lexical) é um item do léxico, e  $i$  é o seu índice, compreendido como o número de vezes que  $IL$  é selecionado. A derivação não pode ser finalizada até que a Numeração seja igual a zero, sob pena de não surgirem questões de convergência ou de economia, que são indispensáveis ao modelo. Por outro lado, a computação pode continuar mesmo quando esta for igual a zero (como nos casos em que a Numeração é exaurida, mas há movimentos a serem efetuados). A operação que atua sobre a Numeração é *Select* (cf. CHOMSKY, 1995, cap. 4), que seleciona um item lexical  $IL$  da Numeração, reduzindo o seu índice de 1, introduzindo-o na derivação.

Uma propriedade essencial da língua é que esta consiste num sistema discreto de infinitude o qual, por sua vez, é constituído de objetos organizados hierarquicamente. A operação básica desse sistema é a operação que toma um

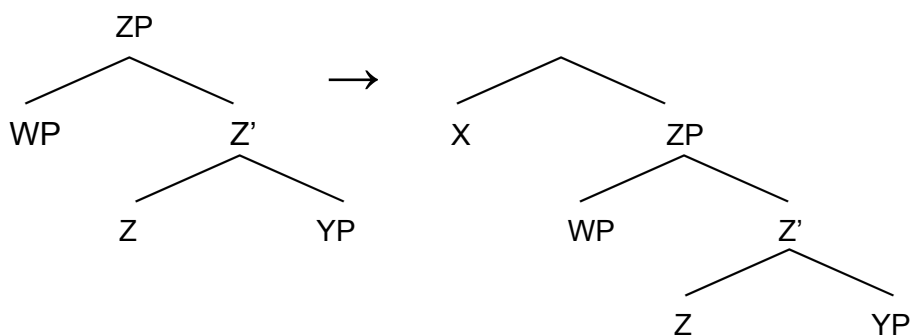
---

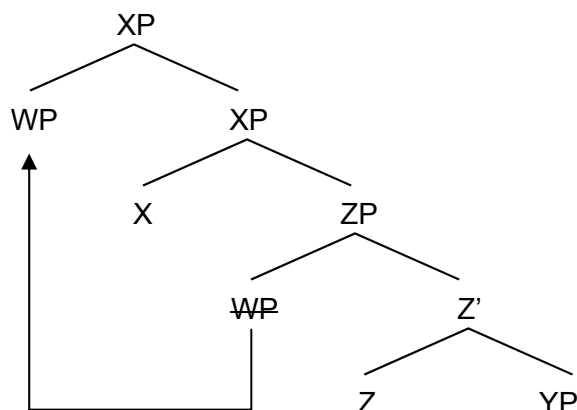
<sup>1</sup> Os níveis de interface FF e FL são os níveis que interagem, respectivamente, com os sistemas sensorio-motor e intencional-conceptual.

número  $n$  de objetos sintáticos já formados e constrói um novo objeto sintático, resultando numa propriedade específica da língua, que é a da recursividade (cf. CHOMSKY, 2008). A essa operação que constrói um novo objeto sintático a partir da concatenação de dois já existentes iremos nos referir como *Merge*. *Merge*, então, é a operação que concatena um objeto X a um objeto Y formando um novo objeto Z. Em termos de ilustração, para a formação de um sintagma como [o menino], por exemplo, dizemos que houve a concatenação de dois itens retirados do léxico, o e *menino*, formando um novo objeto sintático, de estrutura atômica, o sintagma de determinante [<sub>DP</sub> o menino]. Esse objeto formado pode, por sua vez, ser concatenado a outro objeto, formando um novo objeto atômico e assim sucessivamente.

Vamos assumir com Chomsky (2008) que *Merge* é uma operação básica da língua e pode ser realizado de duas formas: *Merge Externo* (ME) e *Merge Interno* (MI). O primeiro consiste no caso em que X é selecionado diretamente da Numeração e concatenado a Y, um objeto já formado sintaticamente, e o segundo é aquele em que X é concatenado a Y, sendo X já parte de Y (*MI* correspondendo, assim, ao caso em que o objeto concatenado foi previamente movido). (2) e (3), a seguir, ilustram, respectivamente, os dois tipos de *Merge*. Em (2), dizemos que houve *Merge Externo*, já que X, concatenado ao objeto previamente formado, ZP, foi selecionado diretamente da Numeração. Em (3), dizemos que houve *Merge Interno* entre WP e XP, uma vez que WP já era parte de XP.

(2) *Merge Externo*



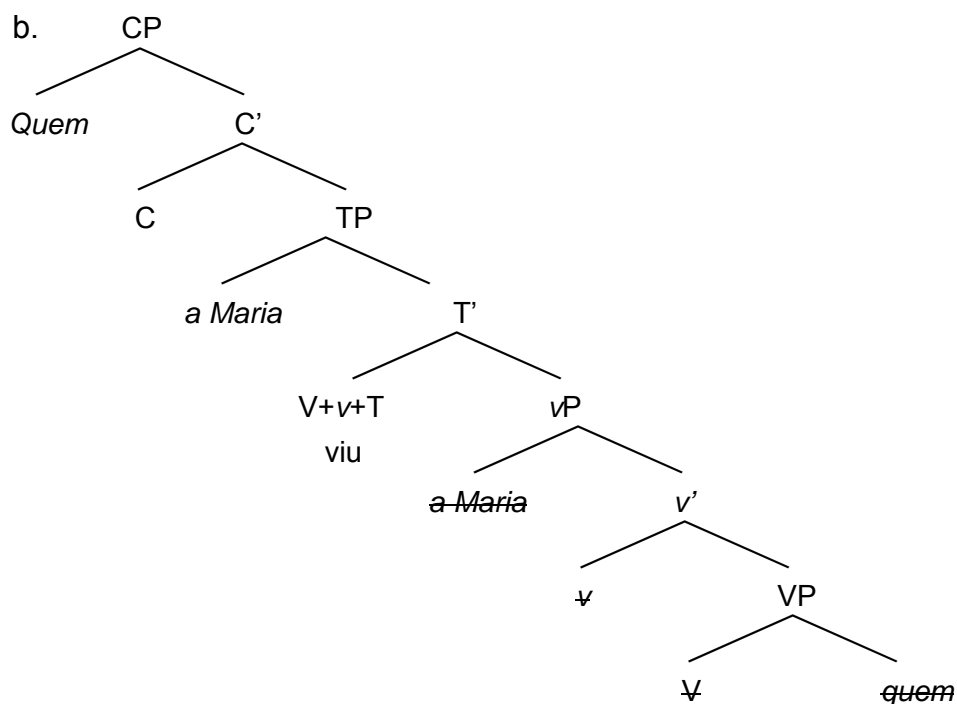
(3) *Merge Interno*

A operação de *Merge Interno* se configura, nesse sentido, como uma formalização teórica para capturar o fenômeno de deslocamento apresentado pelas línguas naturais, conforme discutido na introdução desta tese.

(4), a seguir, é a representação da forma fonética de um objeto sintático em que *Merge Interno* foi aplicado, e (5) é a representação derivacional desse objeto. Centremo-nos no caso específico de *quem*. Cada ocorrência desse item, em (5), denomina-se cópia. A cópia na periferia esquerda da sentença em (5) é a pronunciada, conforme pode ser visto em (4), e a que está localizada na posição de base é apagada por princípios da componente fonológica, portanto, não pronunciada (cf. CHOMSKY, 1993).

(4) *Quem* a Maria viu?

(5) a. *Quem* a Maria viu ~~*quem*~~?



Note-se que o apagamento de *quem*, representado na forma ~~*quem*~~, é resultado, como dissemos, de uma operação na componente fonológica, sendo assim, esta cópia está presente em LF, o que permite a interpretação desse constituinte na posição de base.

É imperativo destacar que uma operação só deverá ser licenciada se houver razões para isso, em outros termos, só haverá, por exemplo, aplicação de *Merge Interno*, se houver necessidade de, através desta operação, satisfazer requisitos de ordem gramatical. Vamos assumir com Chomsky (1995, 1998, 2001) que essas necessidades se limitam à checagem/verificação e posterior eliminação de traços não-interpretáveis que os itens que entram na derivação carregam. Dessa forma, vamos supor que esses itens são constituídos de traços interpretáveis ou não. Os traços não-interpretáveis, por serem ilegíveis nas interfaces, devem ser eliminados antes de *Spell-out*. Essa eliminação é obtida através da valoração dos traços não-especificados (não-interpretáveis), a qual se dá a partir de uma relação entre *sonda* (item com traços não-valorados) e *a/vo* (item que valoriza os traços da sonda). Em termos ilustrativos, baseados em Chomsky (2001), podemos dizer que um elemento como T, categoria funcional responsável pela flexão número, pessoa e tempo do

verbo, por exemplo, entra na derivação com seus traços- $\phi$  (traços de pessoa, gênero e número) não valorados, enquanto que um DP, um item como *o menino*, entra na derivação com esses traços especificados (no caso de *o menino* os traços seriam especificados para *masc., sing., 3<sup>a</sup>pes.*). A fim de valorar seus traços, T sonda na estrutura um item que apresente os valores especificados para aqueles não-valorados em sua constituição. Uma vez que T, a sonda, encontra seu alvo, seus traços são valorados e em seguida apagados, resultando num objeto legível para as interfaces.

### 2.2.2. Fases

Uma outra noção que constitui os pressupostos minimalistas é a de que as derivações ocorrem por Fases (cf. CHOMSKY, 1998, 2000, 2004), de forma que cada Fase seja determinada por um sub-arranjo da Numeração ( $LA_i$ ). As Fases seriam basicamente CP e  $vP$ , de acordo com Chomsky (1998, 2001, 2004, 2008). Cada Fase corresponde a um momento em que *Spell-Out* é aplicado. Nos termos de Chomsky (2001), podemos definir Fase como em (6):

(6) Fase (CP,  $v^*P$ ):

$$HP = [\alpha [H \beta]]$$

Em (6),  $\beta$  é um item que está no domínio de H e  $\alpha$  é um elemento localizado à periferia (esquerda) de HP, HP uma fase. Em termos da teoria X-barrado padrão, podemos pensar que em (6)  $\alpha$  é um item localizado na posição de *Spec* de H, H um núcleo, enquanto que  $\beta$  está na posição de complemento de H. Considerando, por exemplo, o caso da Fase CP, a posição [*Spec*, CP] é a posição periférica dessa Fase, e TP, complemento de C é uma projeção localizada no domínio mínimo de C.

Uma fase corresponde a um ciclo tão estrito que as operações não podem “olhar para dentro” de uma fase abaixo de seu núcleo H. Daí a fase corresponder a um domínio no qual apenas o núcleo H ou sua periferia estão disponíveis para

operações posteriores, conforme postula a Condição de Impenetrabilidade de Fase em (7):

(7) Condição de Impenetrabilidade de Fase

Em uma fase  $\alpha$  com o núcleo H, o domínio de H não está acessível a operações fora de  $\alpha$ , mas apenas H e sua periferia.

Em outras palavras, a Condição de Impenetrabilidade de Fase permite apenas que constituintes na posição de Spec da projeção da Fase, ou o núcleo desta, sejam acessíveis a operações fora dela. Essa condição exclui um movimento do tipo apresentado em (8), a seguir. Consideremos duas Fases em (8) – CP<sub>1</sub> e CP<sub>2</sub> – a agramaticalidade resultante nesse exemplo, como assinalada pelo símbolo (\*), provém do fato de que o elemento movido *wh* não saiu da periferia da Fase CP<sub>2</sub>.

(8) \*<sub>[CP<sub>1</sub> wh<sub>i</sub> ...[CP<sub>2</sub> ...[XP t<sub>i</sub> ...]]]</sub>.

Para que o elemento *wh* fosse movido até a periferia do CP matriz (CP<sub>1</sub>), sem agramaticalidade, esse operador deveria ter sido previamente movido para a posição periférica do CP mais baixo (CP<sub>2</sub>), já que só nessa posição estaria disponível para operações na fase seguinte (CP<sub>1</sub>), porque CP<sub>1</sub> só enxerga a periferia de CP<sub>2</sub> (núcleo e Spec de CP<sub>2</sub>).

Uma idéia que estará presente em nossa análise sobre as restrições de movimento de constituinte para fora do sintagma nominal no PB, será a de que DP se comporta como uma Fase, assim como CP e  $\nu$ P, idéia já defendida em alguns trabalhos (cf. GUTIÉRREZ-BRAVO, 2001; SVENONIUS, 2003). Sendo o DP uma Fase, elementos localizados no domínio mais interno do DP não estão acessíveis a operações fora desse sintagma. Ou seja, a extração a partir de um DP só é possível para aqueles elementos localizados na periferia do sintagma nominal.

### 2.2.3. Restrições sobre movimento

Além de as restrições impostas pelas configurações de Fase, as quais determinam quais elementos estão disponíveis para movimento numa Fase posterior, serem observadas, a propriedade de deslocamento de constituintes, observada nas línguas naturais, obedece a um restrição denominada na perspectiva minimalista de Condição de Elo Mínimo (*Minimal Link Condition*), definida em (9):

(9) Condição de Elo Mínimo (CEM)

K atrai  $\alpha$  apenas se não há  $\beta$ ,  $\beta$  mais próximo a K do que  $\alpha$ , de forma que K atraia  $\beta$ .

Conforme discutimos anteriormente, as operações realizadas pela gramática são decorrentes da necessidade de checagem de traços (valoração e posterior eliminação de traços não-interpretáveis). Em relação à propriedade de deslocamento, vamos assumir que um movimento é realizado com a finalidade de satisfação de requerimentos gramaticais, como a checagem de determinado traço na estrutura. Nesse sentido, a condição CEM, em (9), é uma formalização de como a língua opera de forma econômica na derivação de sentenças, eliminando alternativas disponíveis para satisfação de determinado requerimento gramatical. A CEM garante que um núcleo atraia o constituinte mais próximo que possa checar seus traços e é crucial notar que também bloqueia derivações que envolvem uma violação indireta dessa condição de localidade. Dessa forma, suponhamos que um item K precise atrair um constituinte que satisfaça suas necessidades gramaticais e existem pelo menos dois constituintes com traços suficientes para satisfazer essas necessidades, de acordo com (9), é o item mais próximo de K que será atraído por este. Ainda, numa estrutura como [K ... Q ...  $\alpha$ ], suponhamos que  $\alpha$  pode satisfazer tanto um traço gramatical de K, quanto de um traço de Q, se  $\alpha$  é movido para checar algum traço de K, sem que seja atraído primeiro por Q, a CEM é violada.

Vamos recorrer a um exemplo apresentado em Chomsky (1995, p. 423), que ilustra muito bem como funciona a CEM. Tomemos (10):

(10) a. Seems [<sub>CP</sub> that it was told John [<sub>CP</sub> that IP]]

Parece que EXPL foi dito John que

‘Parece que foi dito a John que...’

b. \*John seems [<sub>CP</sub> that it was told t [<sub>CP</sub> that IP]]

John parece que EXPL foi dito que

‘Parece que foi dito a John...’

Em (10a) o traço de Caso nominativo [NOM] do expletivo *it* foi checado pelo núcleo I da oração intermediária (com o auxiliar *to be*, na forma *was*) e não está mais acessível a nenhuma outra operação. Por isso, o único constituinte que pode checar o traço de Caso [NOM] do I da oração matriz (relacionado a forma verbal *seems*) é o DP *John*. Contudo, se *John* sofre *raising* como mostra (10b), há uma violação da CEM, porque o constituinte mais próximo, que poderia checar os traços de I da matriz seria o expletivo.

Note-se que a restrição CEM nada tem a dizer sobre a extensão que um movimento pode tomar. Em outras palavras, poderíamos pensar que um item como K, por exemplo, irá acarretar o movimento de  $\alpha$ , desde que  $\alpha$  seja o único item na estrutura capaz de satisfazer requerimentos gramaticais de K, não importando a distância em que  $\alpha$  se encontre de K. Contudo, como veremos no capítulo a seguir, algumas projeções entre um item K e um item  $\alpha$  podem servir como barreiras para o movimento de  $\alpha$  até K, havendo necessidade de se verificar qual a distância máxima que deve haver entre K e  $\alpha$ , o que iremos capturar através da noção de *Localidade* como apresentada em Manzini (1994), a ser apresentada no capítulo 4.

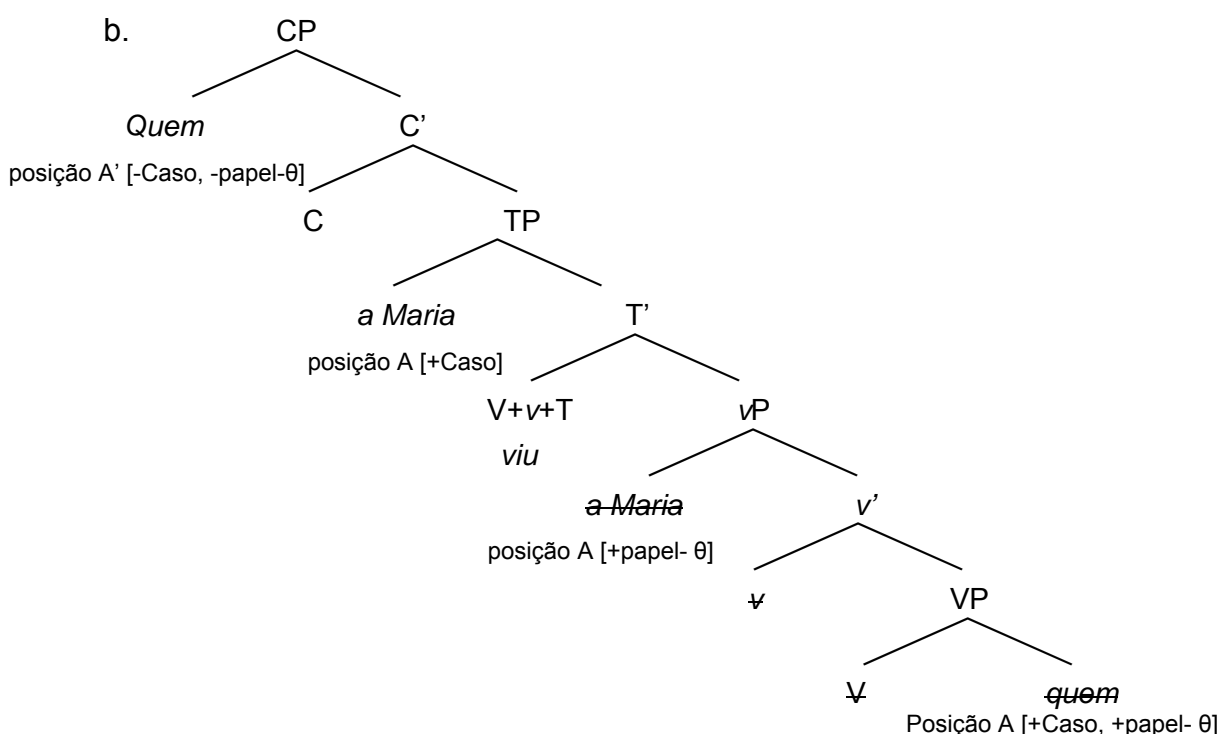
### 2.3. Estrutura frasal, Posição A/ Posição A' e adjunção

Um dos pressupostos centrais nesta tese é a distinção entre posição argumental e não-argumental na sentença, posição A e A', respectivamente. De maneira geral, as posições argumentais são aquelas em que se definem as relações gramaticais básicas da sentença, como a posição de objeto e de sujeito de um verbo



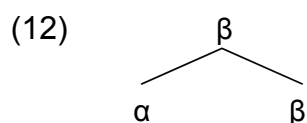
(cf. RAPOSO, 1992). Uma característica da posição argumental é que é nesta onde papel temático e/ou Caso são atribuídos/checados. As posições não-argumentais, por sua vez, são posições em que não há atribuição de papel temático, nem atribuição de Caso. Basicamente, são típicas posições A' a posição de [Spec, CP], que geralmente aloja elementos interrogativos, e a posição em que se encontra um adjunto. (11) é uma representação arbórea de uma sentença com a indicação das posições A e A':

(11) a. *Quem a Maria viu?*



Olhemos de perto o caso das construções com adjuntos, os quais ocupam uma posição A'. Uma característica da adjunção de um item a um objeto X é a de que tal operação não altera a natureza categorial desse objeto. Assim, a adjunção de um advérbio a um sintagma verbal, por exemplo, tem como produto um sintagma verbal. De um modo geral, a configuração de adjunção tradicionalmente adotada no modelo chomskyano (modelo X-barra padrão) é a representada em (12). Essa configuração permite capturar algumas propriedades fundamentais do fenômeno da adjunção, como a de manutenção sobre a informação da categoria antes e pós-adjunção. A operação de adjunção conserva a informação sobre o nível-barra, de forma que, quando um item é adjungido a um XP (projeção máxima), o produto é um

XP (também projeção máxima), diferenciando-se, por exemplo, da operação que combina X e seu complemento, a qual retorna um objeto de nível X'. Outras propriedades ainda podem ser listadas: o núcleo do complexo pré e pós-adjunção é o mesmo: no caso de um VP, antes e após a adjunção de um advérbio, o núcleo do complexo será sempre V, por exemplo; ainda, o número de vezes que a adjunção pode ocorrer a um objeto sintático parece ser ilimitado, diferente do número de argumentos que podem aparecer com esse objeto. Não obstante, outra característica básica da adjunção é a de que um adjunto está apenas incluído dentro da projeção em que é adjungido, mas não está dominado por esta. Essa distinção entre *incluído* e *dominado* apresenta reflexo direto nas relações de c-comando entre constituintes da sentença. Assim é que o adjunto, por não ser dominado por todas as ocorrências de  $\beta$ , como em (12), não interfere nas relações de c-comando que  $\beta$  realiza. Dito de outra forma, se  $\beta$  c-comanda  $\gamma$  antes da adjunção de  $\alpha$  a  $\beta$ , após essa adjunção,  $\beta$  continua c-comandando  $\gamma$ .



Empiricamente, essas propriedades podem ser observadas, como, por exemplo, a propriedade de conservação da natureza da categoria do objeto antes e pós-adjunção. É o que podemos ver em (13), onde a adição de adjuntos à construção nominal não interfere no quadro de subcategorização do verbo *namorar*, que toma como complemento um DP:

- (13) a. João namora [DP aquela menina].  
 b. João namora [DP aquela menina [adjunto chata]].  
 c. João namora [DP aquela menina [adjunto chata] [adjunto de cabelos longos]].

Essas propriedades um tanto quanto “bizarras” resultantes da configuração de adjunção, de não interferir no quadro de subcategorização, nem nas relações de c-comando, por exemplo, fazem do fenômeno da adjunção uma característica bastante peculiar da língua. É como se, em termos derivacionais, o adjunto fosse um

objeto ignorado, não-enxergado pelas operações do sistema computacional. Por outro lado, sua existência é indiscutivelmente real<sup>2</sup>.

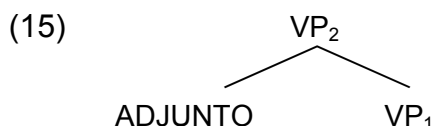
Quando nos referimos, logo anteriormente, a nível-barra e projeção máxima, dizendo que a adjunção retornava sempre um objeto de mesmo nível, estávamos nos referindo ao que Chomsky (1994) denominou de meras formas notacionais utilizadas apenas com fins de exposição. Entidades como XP, X' e X<sup>o</sup> (projeção máxima, projeção intermediária, nível zero) não são primitivos teóricos. A proposta de *Bare Phrase Structure* (BPS), de Chomsky (1994), é a de que as projeções sejam definidas de forma relacional e não a partir de primitivos como “o”, “ ’ ” e “P”, como em X<sup>o</sup>, X' e XP. Assim é que uma projeção mínima pode ser definida como um item lexical selecionado da numeração; uma projeção máxima seria um objeto sintático que não mais projeta; e uma projeção intermediária seria um objeto sintático que não é nem uma projeção mínima, nem uma projeção máxima. Essa forma relacional de se referir à projeção permite, por exemplo, que não haja projeções vácuas dentro da estrutura frasal (cf. HORNSTEIN, NUNES & GROHMANN, 2006, cap. 6). Nesse sentido, tome-se o item *biscoito*, no exemplo em (14). *biscoito* é tanto um item lexical, uma projeção mínima, quanto uma projeção máxima. A representação de níveis N', por exemplo, como em (14b), torna-se, dessa forma, desnecessária.

- (14) a. Maria adora [<sub>N</sub> biscoito].  
 b. Maria adora [<sub>NP</sub> [<sub>N'</sub> [biscoito]]].

Nesse modelo relacional, como Hornstein & Nunes (2006, 2008) observam, a representação tradicional para a configuração de adjunção se torna incompatível. Como a adjunção retorna sempre um objeto de mesma natureza, em termos de nível-barra, a definição da projeção como uma definição relacional se torna inviável. A título de ilustração, tome-se o caso de adjunção de um advérbio a VP, VP uma projeção máxima. Como projeção máxima, VP não mais projetaria, contudo, com a adjunção do advérbio, a estrutura resultante é a apresentada em (15):

---

<sup>2</sup> Ver Chomsky (2004) para uma leitura sobre a particularidade da configuração de adjunção. No referido texto, a fim de capturar as peculiaridades dessa configuração, bem como justificar a sua existência enquanto objeto sintático, o autor propõe, por exemplo, que esta seja uma operação realizada por um tipo particular de *Merge* (*pair Merge*), que se difere daquele que combina argumentos à estrutura da sentença.



O problema em relação a (15), dentro do modelo de BPS, é considerar a primeira ocorrência de VP, sinalizada como VP<sub>1</sub>, uma projeção máxima, uma vez que esta continua a projetar, derivando a ocorrência VP<sub>2</sub>. Considerar, por outro lado, que as ocorrências VP<sub>1</sub> e VP<sub>2</sub>, em (15), são de naturezas distintas, não permite explicar por que a adjunção retorna um objeto de mesma natureza do que havia antes dessa operação.

A fim de acomodar o fenômeno da adjunção dentro do modelo de BPS, capturando todas as propriedades que uma configuração tradicional de adjunção capturava, Hornstein & Nunes (2008) propõem que adjuntos sejam licenciados na estrutura de uma maneira bem peculiar, mais simples do que a maneira como argumentos são licenciados. A diferença crucial entre a forma como um argumento e um adjunto são projetados na estrutura frasal é que o primeiro implica sempre rotulação obrigatória com o objeto ao qual é concatenado, enquanto que o segundo pode apenas ser concatenado, sem que haja rotulação identificando essa combinação<sup>3</sup>. Nessa perspectiva, apenas elementos rotulados podem ser alvo de operações na gramática<sup>4</sup>.

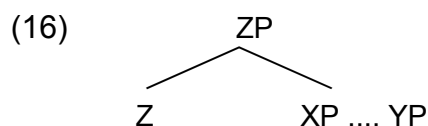
A operação *Merge*, nesse sentido, envolve duas outras operações, *concatenar* e *rotular*. A simples operação de concatenação seria incapaz por si mesma de satisfazer os requerimentos para a geração de sentenças da linguagem humana. Enquanto que a operação *concatenar* agrega linearmente constituintes, é a operação *rotular* que permite a formação de um átomo que posteriormente será concatenado a outro átomo.

Uma vez que os adjuntos possam viver como elementos concatenados à estrutura, mas não rotulados, as propriedades de uma configuração de adjunção podem ser acomodadas. (16) é uma ilustração do fenômeno da adjunção de um elemento YP à projeção XP, sem rotulação. Note-se que o fato de a concatenação

<sup>3</sup> Uriagereka (1998, 2001) e Chametzky (2000) já sugerem que adjuntos sejam elementos não rotulados na estrutura frasal.

<sup>4</sup> Uma consequência desejável dessa proposta é que ela permite capturar o fato de que a extração a partir de adjuntos é uma operação nula na gramática, o que pode ser atribuído ao fato de que adjuntos são objetos invisíveis para a computação sintática.

entre XP e YP não ter sido rotulada tem as seguintes implicações: YP é um objeto invisível para uma computação sintática como *Move* (ou *Merge interno*) e não interfere nas relações de c-comando estabelecidas dentro de XP.



Na teoria de adjunção apresentada em Hornstein & Nunes, a rotulação do adjunto é uma operação disponível, contudo, não se dá de forma opcional. De acordo com os autores, a rotulação na adjunção pode ocorrer devido a alguma condição de interface.

Empiricamente, essa rotulação pode ser observada nos casos em que há movimento da projeção máxima juntamente com o elemento a ela adjungido. Nesse sentido, vamos assumir que o item *todas*, em (17), é adjungido ao DP *as roupas*<sup>5</sup>, que é gerado em posição de objeto e posteriormente movido para a posição de sujeito:

- (17) a. *As roupas todas* foram rasgadas ~~*as roupas todas*~~ pela Maria.  
 b. *As roupas* foram rasgadas ~~*as roupas*~~ *todas* pela Maria.

Os movimentos em (17), dentro da teoria apresentada em Hornstein & Nunes (2008), podem ser interpretados da seguinte forma: em ambos os casos, (17a) e (17b), a operação *Move* foi aplicada ao constituinte DP. A diferença é que, em (17a), *todas* está concatenado e rotulado ao DP, formando um elemento atômico para as operações da gramática, mas não em (17b). *todas* foi licenciado em (17b), da mesma forma que o item YP em (16).

Essa proposta de adjunção permite ainda acomodar casos em que operações da gramática parecem atuar sobre elementos descontínuos, como é o caso do que pode ser verificado em (18), exemplo retirado de Hornstein & Nunes (2008). Como mostra (18a), uma operação de movimento foi aplicada ao VP juntamente com o adjunto *in the afternoon* (à tarde), indicando que este adjunto estava rotulado com o VP, formando com este um elemento atômico, alvo do movimento. Da mesma forma,

<sup>5</sup> Ver capítulo 4 para uma discussão acerca da adjunção de *todos* no sintagma nominal.

uma operação de apagamento verificada pela elipse em (18b) foi aplicada ao constituinte VP+*in the afternoon*.

- (18) John [<sub>VP</sub> ate the cake] [*in the yard*] [*with a fork*] [*in the afternoon*],  
 ‘John comeu o bolo no jardim com um garfo à tarde’  
 a. and [<sub>VP</sub> eat the cake *in the afternoon*], he should have *in the kitchen*, *with a spoon*.  
 ‘e comido um bolo à tarde, ele teria na cozinha, com uma colher’  
 b. but Bill did (so) *in the kitchen*, *with a spoon*.  
 ‘mas Bill o fez na cozinha, com uma colher’  
 (HORNSTEIN & NUNES, 2008, p. 74, ex. (41))

Os casos de (18) podem, então, ser explicados considerando-se que [*with a fork*] e [*in the yard*] estariam apenas concatenados na estrutura e, por isso, as operações *Move* e *apagamento* atuariam sobre a estrutura atômica [*ate the cake in the afternoon*], assumindo que *in the afternoon* foi concatenado e rotulado com o VP.

Nessa proposta, a adjunção aparece como uma operação mais simples, em relação à operação que introduz argumentos na sentença, afastando-se, assim, de uma visão tradicional sobre as configurações de adjunção, as quais sempre foram concebidas com caráter mais complexo.

As configurações de adjunção constituem um dos pontos centrais de discussão desta tese, que, como apresentado na introdução, tem como objeto de investigação a sintaxe de extração de argumentos e adjuntos de nome no PB. Como será discutido no capítulo 5, a assunção de uma configuração de adjunção, como proposto em Hornstein & Nunes (2008), além de ser mais viável em termos teóricos, em relação à configuração tradicional de adjunção, por adequar-se ao modelo minimalista de estrutura frasal proposto em Chomsky (1994), nos permitirá acomodar de forma sucedida o comportamento sintático dos adjuntos adnominais introduzidos por *de* no PB.

Avelar (2006) apresenta uma análise baseada na configuração de adjunção, como a proposta em Hornstein & Nunes (2006), investigando, além da sintaxe dos adjuntos adnominais introduzidos por *de*, no PB, a sintaxe de adjuntos introduzidos por outras preposições, como *em*, *com* e *para*. Em sua análise, Avelar observa que adjuntos adnominais introduzidos por *de* podem ser livremente extraídos para o

início da sentença, diferente do que ocorre com adjuntos introduzidos pelas preposições *em*, *com* e *para*, por exemplo.

Vejam os primeiros casos que ocorrem nos exemplos dos adjuntos adnominais introduzidos por *em*, *com* e *para*. Como pode ser verificado nos exemplos em (19), os sintagmas preposicionados dentro dos DPs destacados podem tanto acarretar uma leitura de adjunto adverbial, quanto uma leitura de adjunto adnominal. Em (19a), por exemplo, o PP *com a Juliana Paes* pode ser interpretado como advérbio de *companhia*, pessoa com quem a Maria rasgou o caderno, ou como um adjunto adnominal, como no caso em que fosse interpretado que a Juliana Paes estivesse na capa do caderno. Em (19b), *naquela mesa* pode ser interpretado como o lugar em que o João leu os livros (leitura adverbial) ou pode atuar como um elemento restritivo atuando sobre *livros* (leitura de adjunto adnominal). Por sua vez, em (19c), *para a festa do João* pode tanto ser interpretado como a finalidade (leitura de adjunto adverbial), ou como elemento restritivo atuando sobre *o bolo*, como em *A Ana confeitou o bolo para a festa do João e não o bolo pra festa do Pedro*.

- (19) a. A Maria rasgou [o caderno [com a Juliana Paes]].  
 b. O João leu [os livros [naquela mesa]].  
 c. A Ana confeitou [o bolo [para a festa do João]]

Um fato curioso, observado por Avelar (2006), é que quando realizados na forma interrogativa, deslocados ou *in situ*, esses adjuntos acarretam apenas uma leitura adverbial, como pode ser depreendido de (20) e (21).

- (20) a. *Com quem/com qual atriz* a Maria rasgou o caderno ~~com quem/com qual atriz?~~  
 b. *Em que mesa* o João leu os livros ~~em que mesa?~~  
 c. *Para qual festa* a Ana confeitou o bolo ~~para qual festa?~~
- (21) a. A Maria rasgou o caderno *com quem/com que atriz?*  
 b. O João leu os livros *em qual mesa?*  
 c. A Ana confeitou o bolo *para qual festa?*

Note-se que em (20a) e (21a), a leitura disponível é apenas aquela que em termos tradicionais é classificada como de *companhia*, ou seja, uma leitura adverbial (a Maria e a atriz rasgaram juntas o caderno). Da mesma forma, em (20b) e (21b), a única leitura disponível para *em que mesa* é a de adjunto adverbial de lugar e, em (20c) e (21c), a leitura mais natural é aquela em que o PP *para qual festa* está diretamente ligado ao verbo *confeitar* e não ao nome *bolo*.

Quando temos PP modificadores dentro do DP, introduzidos pela preposição *de*, o quadro se torna diferente. É o que pode ser verificado em (22). Tanto *in situ* (22b), quanto quando deslocado (22c), o *de-phrase* na forma interrogativa atua sobre o núcleo *livros*, comportando-se como adjunto adnominal.

- (22) a. O João leu [os livros [da biblioteca]].  
 b. O João leu os livros *de onde/de que biblioteca?*  
 c. *De onde/de qual biblioteca* o João leu os livros ~~*de onde/de qual biblioteca?*~~

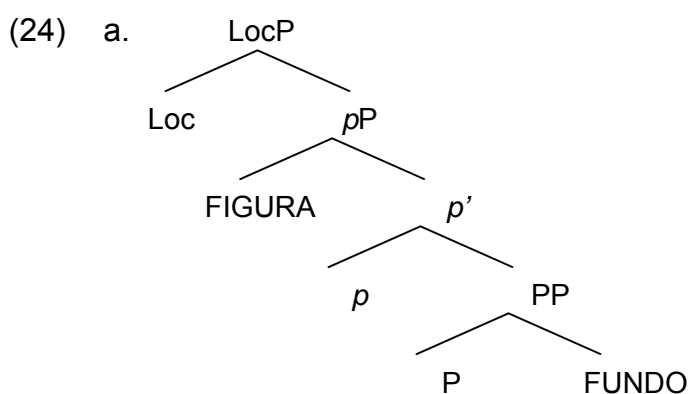
Os dados em (20)-(22), apresentados acima, mostram uma propriedade que permite verificar que PPs introduzidos por *de* (*de-phrases*), licenciados dentro de um DP, apresentam propriedades diferentes das de PPs introduzidos pelas preposições *em*, *com* e *para* (verdadeiros PPs). Enquanto que *de-phrases* mantêm sua função de adjunto adnominal, mesmo quando realizados em formas interrogativas (cf. (22)), a realização de um PP verdadeiro em forma interrogativa só é possível quando este é um adjunto adverbial (cf. (20)-(21)).

Para acomodar essas e outras propriedades que distinguem, de um lado, adjuntos adnominais introduzidos por *de*, e de outro, adjuntos de nome introduzidos por *em*, *com* e *para*, Avelar propõe que os primeiros sejam adjungidos à periferia da construção nominal, manipulados na derivação como verdadeiros DPs, enquanto que PPs introduzidos por *em*, *com* e *para* sejam organizados numa arquitetura clausal, uma estrutura complexa encabeçada por um item adverbial – que pode ou não ser realizado morfologicamente – o qual é incompatível com elementos interrogativos. Esse item adverbial é, por exemplo, representado pelas formas *ali* e *lá*, nos exemplos em (23), e estariam presentes nos exemplos em (19), mas não realizados fonologicamente.

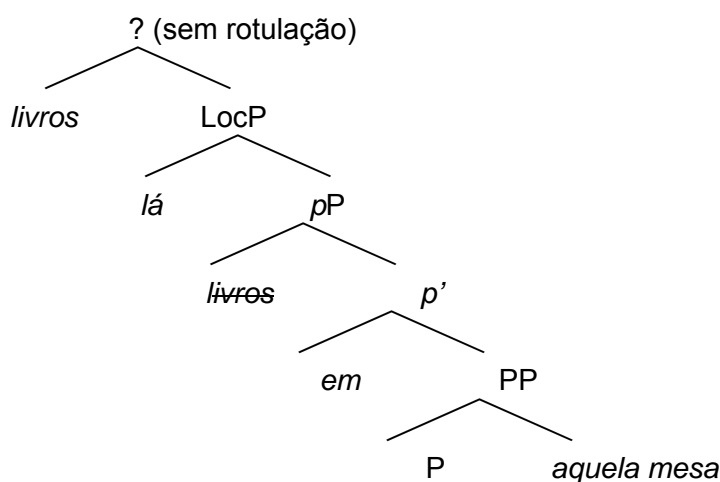


- (23) a. O João leu [aqueles livros *lá* naquela mesa].  
 b. A Maria rasgou [aquele caderno *ali* com a Juliana Paes]

A estrutura clausal para verdadeiros PPs, de acordo com a proposta de Avelar, é a apresentada em (24). Figura e Fundo representam a relação estabelecida através da preposição entre dois DPs. Nessa estrutura, *Loc* corresponde ao item adverbial que encabeça o complexo, o qual, conforme dissemos, pode ou não ser morfologicamente realizado.

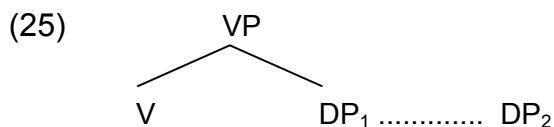


- b. Aqueles livros *lá* naquela mesa



Como adjuntos adnominais introduzidos por *de* seriam gerados de forma distinta da de verdadeiros PPs, sem a presença obrigatória de um item adverbial como *Loc*, a incompatibilidade com elemento interrogativo não é acarretada. A forma pela qual *de-phrases* são licenciados como adjuntos na estrutura nominal é a ilustrada em (25), com DP<sub>1</sub> representando o DP modificado e DP<sub>2</sub> o DP modificador.

Como dissemos, na proposta de Avelar, *de-phrases* são licenciados na sintaxe como verdadeiros DPs, com inserção tardia da preposição, idéia presente já em Chomsky (1986b) Giorgi & Longobardi (1991), Fraga (2006), entre outros.



Uma consequência na proposta de Avelar é a de que os adjuntos adnominais em forma de *de-phrases* são todos extraíveis a partir do sintagma nominal, uma vez que estes são licenciados na periferia do DP, não aparecendo, assim, restrições de localidade para extração. Isso explicaria por que, no PB, a extração de adjuntos adnominais é mais livre do que em uma língua como o inglês, por exemplo. Como mostramos na introdução, questões de especificidade do DP, acarretada pela presença de um artigo definido, por exemplo, bloquearia a extração de adjuntos adnominais nessa língua. A forma de capturar o fato de que no PB esse efeito não é observado, seria, então, postular, como propôs Avelar, que os adjuntos, por serem licenciados fora da projeção DP, estariam fora do escopo do artigo definido, e, por isso, a sua extração é indiferente à natureza do determinante.

Todavia, conforme vamos discutir no capítulo 5, sobre a extração de adjuntos adnominais no PB, parece haver uma maior resistência de extração de típicos adjuntos adnominais (como os que designam *matéria* e *origem/procedência*), o que pode estar relacionado, como iremos sugerir, ao fato de que a adjunção de *de-phrases* pode ocorrer não só à projeção DP, mas também a outras projeções dentro do sintagma nominal, da mesma forma que temos, por exemplo, advérbios que são adjungidos a diferentes projeções no nível da sentença (advérbio de VP, advérbio de CP, etc.).

#### 2.4. Sobre a estrutura clausal para o DP

Outro pressuposto que permeia a análise nesta tese é o de que a estrutura das construções nominais reflete a estrutura da sentença. Nesse sentido, da mesma

forma que no nível da sentença encontramos o domínio temático ( $\nu P$ ,  $VP$ ), o domínio de concordância ( $TP$ ,  $Agr$ ) e o domínio discursivo ( $FocP$ ,  $TopP$ ,  $CP$ ), o  $DP$  também pode ser dividido em três domínios: o domínio onde os argumentos do Nome são licenciados (domínio temático, constituído de  $NP$  e, em algumas análises,  $nP$ ), o domínio de Caso e concordância (constituído de  $AgrP$ , ou  $NumP$ , ou  $PossP$ , etc.) e o domínio onde informações como foco e tópico são decodificadas (domínio discursivo, constituído, em algumas análises, de  $DP$ ,  $ToP$ , por exemplo).

Evidências de que o  $DP$  apresenta uma estrutura clausal é encontrada em várias línguas com morfologia rica para as relações de Caso e de concordância dentro do  $DP$ . Szabolcsi (1986, 1987, 1989 e 1994) observa que no húngaro, por exemplo, um possessivo pode ocupar duas posições distintas antecedendo o nome, fato que corrobora a proposta de que existe pelo menos uma projeção funcional acima de  $NP$ . Ainda, como mostra a autora, cada uma das diferentes posições ocupadas pelo possessivo em (26) e (27) refletem morfologia diferente para Caso:

- (26) (a) *Mari kalap-ja- i*  
 ‘the Mari(-NOM) hat- POSS-PL(-3SG)  
 ‘Mari’s hats’  
 ‘O chapéu da Mari’

(SZABOLCSI, 1994, p. 180, ex. (2b))

- (27) *Mari-nak a- kalap-ja- i*  
 Mari-DAT the hat- POSS-PL(-3SG)  
 ‘Mari’s hats’  
 ‘Os chapéus da Mari’

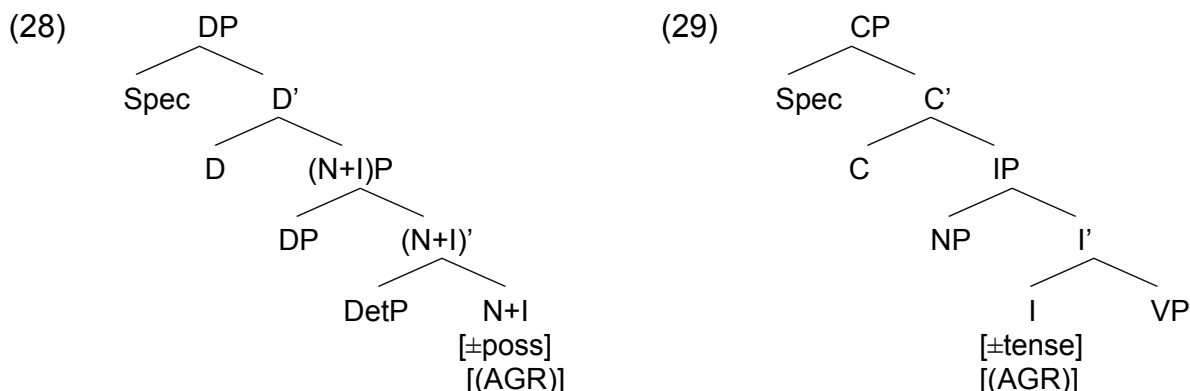
(SZABOLCSI, idem, ibidem, ex. (3))

O exemplo em (27), com o possuidor antecedendo o determinante, é uma evidência empírica para a existência de uma projeção acima de  $NP$ . Antes do advento da hipótese  $DP$  (ABNEY, 1987), as construções nominais eram concebidas como basicamente um  $NP$ , em cuja posição de  $Spec$  se encontrava o determinante. Como em (27) o possuidor precede o determinante, há de se postular uma posição acima daquela em que o núcleo  $D$  é gerado, a qual aloja tais possuidores (pelo menos no húngaro). Com base no padrão de concordância verificado dentro de

construções nominais, bem como nas relações de Caso aí estabelecidas, Szabolcsi (1986, 1987, 1989) propõe que o sintagma nominal no húngaro apresente uma estrutura como a ilustrada em (28). Compare-se com a estrutura da sentença em (29) e percebe-se que, em termos estruturais, a arquitetura do DP em (28) se assemelha à arquitetura da sentença em (29)<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup> A estrutura de CP em (29) é baseada, por Szabolcsi (1994), em Chomsky 1986.



Como observado por Szabolcsi (1994), o papel que a projeção DP desempenha é similar ao desempenhado por CP no nível da sentença, algo que fica corroborado pelo fenômeno da extração de possuidores no húngaro. Da mesma forma que a posição [Spec, CP] é uma posição que serve como válvula de escape para que elementos de uma sentença encaixada sejam movidos até uma posição na sentença matriz, [Spec, DP], em línguas como o húngaro, é a posição por onde um possuidor é extraído para fora do domínio nominal. Szabolcsi (op. cit.) mostra que além das diferentes marcas de Caso para cada posição que um possuidor ocupa, existe uma assimetria em relação à extração: na forma nominativa, um possuidor não pode ser extraído (cf. (30)), mas na forma dativa a extração é possível (cf. (31)).

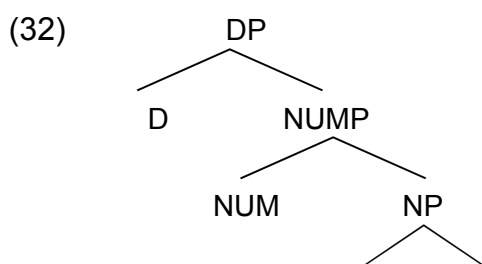
- (30) \**Mari fekete volt a kalap-ja.*  
 Mari(-NOM) black was the hat- POSS(3SG-NOM)  
 'Mari's hat was black.'  
 'O chapéu da Mari era preto.'

- (31) *Mari-nak fekete volt a kalap-ja.*  
 Mari-DAT black was the hat- POSS(-3SG-NOM)  
 'Mari's hat was black'  
 'O chapéu da Mari era preto'

Note-se que a forma nominativa do possuidor está relacionada com a realização deste numa posição abaixo de D (cf. ex. (26)) e a forma dativa a uma posição acima daquela em que D é realizado (cf. ex. (27)), provavelmente a posição [Spec, DP]. Dessa forma, o contraste de extração em (30)-(31) é obtido: em (30), o

possuidor foi licenciado, dentro do DP, numa posição mais interna, onde recebeu caso Nominativo, enquanto que o possuidor em (31) foi licenciado na posição [Spec, DP], onde recebeu Caso dativo e, por estar nessa posição periférica, na margem do DP, estava acessível para mover-se até a periferia esquerda da sentença.

Ritter (1991) é outro exemplo de análise que corrobora o paralelismo entre a estrutura das construções nominais e a da sentença. A autora apresenta evidências, baseada em dados do hebraico, para a existência da projeção de DP e de uma segunda categoria funcional NUM, responsável pela especificação de número (singular e plural) dentro do sintagma nominal. Assim, da mesma forma que no nível da sentença TP (ou IP) corresponde ao *locus* de concordância, NUMP, no nível do sintagma nominal, corresponde às propriedades de traços- $\phi$ , mais especificamente aos traços de número. A representação arbórea em (32) é baseada na proposta da autora.



Uma das questões centrais desta tese é a forma como o DP no PB é estruturado permitindo/bloqueando a extração de argumentos e adjuntos para fora do domínio nominal. A partir das análises sumariadas acima, vamos partir do pressuposto, em nossas análises, de que existem pelo menos duas categorias projetadas acima de NP. A categoria mais proeminente apresenta um Spec com propriedades de posição de válvula de escape por onde um PP extraído é movido (como é o caso de [Spec, DP] na análise de Szabolcsi (1994)), e a outra apresenta propriedades relacionadas à concordância (semelhante ao papel de NumP, na análise de Ritter (1991)), como será discutido no capítulo 4.

## 2.5. A natureza de preposição *de* em contextos nominais

Outra questão que se coloca em nossa análise diz respeito ao papel desempenhado por *de* nos contextos nominais a serem estudados. Comumente atribui-se à preposição duas funções: (i) atribuidor e realizador de Caso; (ii) realizador de Caso, apenas. As preposições com a primeira função geralmente são tidas como itens lexicais ou verdadeiras preposições, providas de conteúdo semântico e de estrutura argumental; aquelas que exercem apenas a segunda função são tidas por itens funcionais ou pseudo-preposições, desprovidas, portanto, de conteúdo semântico e de estrutura argumental (cf. DEMONTE, 1987; SALLES, 1992; FARIAS, 2005a e 2005b; BERG, 2006, entre outros)<sup>7</sup>.

Em seu estudo sobre as preposições do português, Salles (op. cit.) observa que, de acordo com propriedades relacionadas a Caso e papel-temático, é possível agrupar as preposições dessa língua em três grupos distintos: (i) preposições que introduzem constituintes selecionados por núcleos lexicais<sup>8</sup>: *a, de, em, com, por* e *para*; (ii) preposições que introduzem constituintes não selecionados por núcleos lexicais: *sem, após, até, desde*; (iii) preposições intermediárias que apresentam propriedades dos dois primeiros grupos: *sobre, entre, contra, ante* e *perante*. Ainda, como observa Salles, o grupo (i), em que *de* se insere, correlaciona-se ao grupo de preposições que substituíram, em português, as desinências de caso latino, fato que favorece a classificação desse item como um elemento funcional, realizador de Caso.

A preposição *de*, no PB, apresenta um grau de conteúdo semântico praticamente nulo e por isso entra em contextos diversificados de relação entre dois nomes, como pode ser verificado a seguir (ver também BERG (2006)):

---

<sup>7</sup> Ver Farias (2005a, 2005b) para a discussão de um terceiro tipo de preposição, as que o autor denomina de preposições *half-way*, que nem se comportam como preposições plenamente lexicais, nem plenamente funcionais.

<sup>8</sup> Esse primeiro grupo, em que *de* se enquadra, correlaciona-se a preposições que substituíram em português as desinências de caso latino, conforme aponta Salles (1992).

- (33) *origem*: o amigo de São Paulo  
*tempo*: o turno da tarde  
*instrumento*: dançou de sandálias  
*meio*: viajou de ônibus  
*lugar*: caiu da escada  
*matéria*: bolo de chocolate  
*causa*: morreu de dengue

Outra propriedade dessa preposição, de maior relevância para a nossa análise, é o fato de que quando introduzem argumentos do nome, não atribuem Caso a este, evidenciando sua função de mero item realizador de Caso. A fim de ilustrar essa propriedade, vamos nos reportar ao quadro de pronomes no PB, em (34), uma vez que esse é um sistema em que formas especificadas para caso sobrevivem.

- (34) Paradigma pronominal em PB<sup>9</sup>

		<b>Formas oblíquas</b>			
	<b>Nom</b>	<b>Ac</b>	<b>Dat</b>	<b>Abi</b>	
1sg	Eu	Me, eu	Me, mim, eu	Comigo/eu	
2sg	Você/tu	Você, tu, te, lhe	Você, lhe, te, ti	Contigo/você	
3sg	Ele(ela)	Ele(ela), se	Ele(ela), lhe	Ele(ela)	
1pl	Nós, a gente	Nos, nós, a gente	Nos, nós, a gente	Conosco/nós/ a gente	
2pl	Vocês	Vocês	Vocês	Vocês	
3pl	Eles(elas)	Eles(elas), se	Eles(elas), lhe	Eles(elas)	

Conforme podemos verificar em (34), a forma *mim* é especificada exclusivamente para contextos oblíquos, aqueles em que o pronome é complemento

<sup>9</sup> Tabela baseada em Carvalho (2009).



de uma preposição. Quando observamos determinados contextos nominais em que a preposição *de* está presente, verificamos que a forma oblíqua não é licenciada:

- (35) a. A substituição da Maria > a substituição *dela*  
 b. \*A substituição de mim > a minha substituição

A impossibilidade da ocorrência da forma *mim* em (35b) pode ser atribuída ao fato de que *de*, nesse contexto, é incapaz de atribuir Caso (oblíquo) ao seu “complemento”. Por outro lado, o fato de a forma *ela*, em (35a), poder ser licenciada em mesmo contexto, pode ser atribuído à natureza não especificada desse item, no que concerne à forma morfológica de Caso, como pode ser observado na tabela em (34). Em outras palavras, se *mim* é uma forma licenciada em contextos de preposição, o fato de esse pronome não poder ser licenciado em (35b), após a preposição *de*, indica que esse item exerce papel de uma pseudo-preposição.

Outra propriedade interessante apresentada pelo item *de* em contextos nominais é o fato de que ele não interfere nas relações de c-comando, como podemos verificar em contextos de ligação, o que indica que não estamos lidando com um PP.

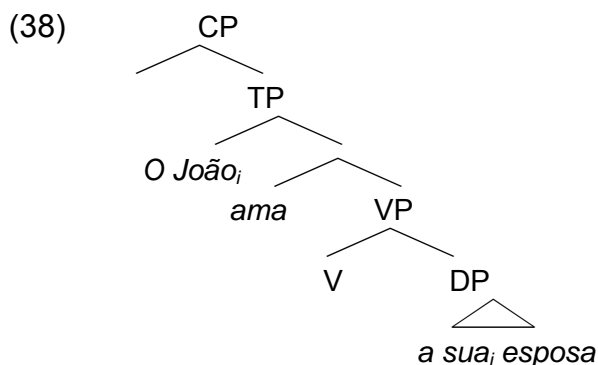
Como postulado pela Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981, 1986b), uma expressão anafórica deve ser licenciada de tal forma numa sentença, que o seu antecedente esteja numa posição em que a c-comande. A noção de c-comando é apresentada em (36):

- (36) C-comando  
 $\alpha$  c-comanda  $\beta$  sse  
 (i)  $\alpha$  não domina  $\beta$  nem  $\beta$  domina  $\alpha$ ;  
 (ii) cada nóculo ramificante  $\gamma$  que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ .

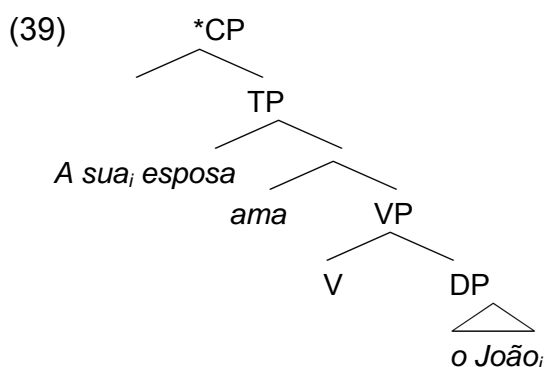
Para mostrar como a noção de c-comando captura as propriedades de ligação nas línguas naturais, tomemos os exemplos em (37), exemplos do PB. Como o contraste em (37) mostra, apenas quando o *João* precede a forma pronominal *sua* a ele coindexado (37a) a sentença é gramatical. (37b) é descartada, uma vez que *João* não antecede (não c-comanda) a forma pronominal a ele coindexada. As

representações arbóreas dos exemplos em (37a)-(37b) são dadas em (38) e (39), respectivamente, em forma resumida.

- (37) a. O João<sub>i</sub> ama a sua<sub>i</sub> esposa.  
b. \*A sua<sub>i</sub> esposa ama o João<sub>i</sub>.

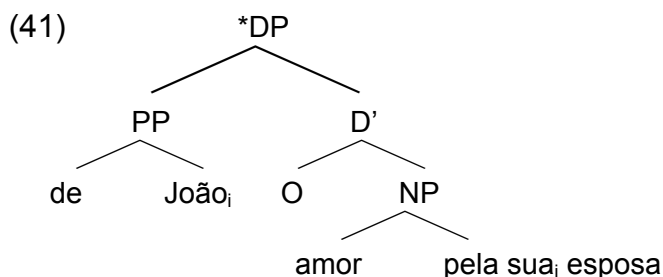


Note-se acima que *O João*, na posição de sujeito, c-comanda *sua*, uma vez que o nó ramificante que domina *O João*, TP, também domina o nóculo em que *sua* é licenciado, o nóculo DP. Por outro lado, em (39), abaixo, o nóculo ramificante DP, que domina *o João*, agora na posição de objeto, não domina o nóculo em que o pronome anafórico é licenciado.

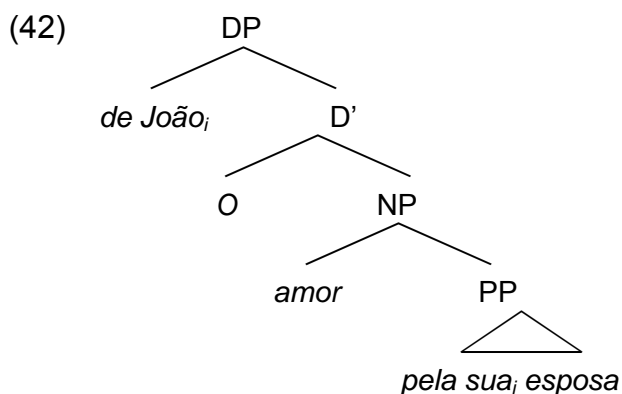


Vejamos agora um caso de ligação envolvendo construções nominais. Como pode ser verificado em (40), a seguir, *o João* serve como antecedente para o pronome anafórico *sua*. Dito de outra forma, *João*, em (40), c-comanda o pronome *sua*, decorrendo daí a leitura em que *o João* ama a sua esposa. Se em (40) o constituinte *de João* fosse projetado como um PP, teríamos a configuração arbórea em (41).

(40) O amor [de João<sub>i</sub>] [pela sua<sub>i</sub> esposa]



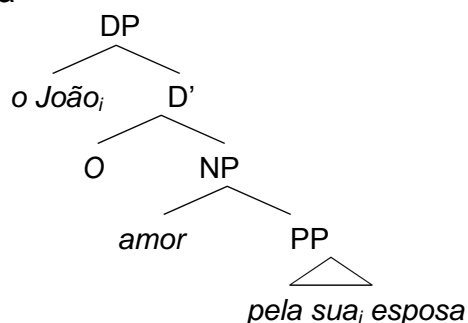
Note-se que se *de João* for projetado como um PP, como em (41), não haverá meio de acomodar o fato de que *João* está ligando (c-comandando) a anáfora *sua*, uma vez que nesse caso o nó ramificado que domina *João*, PP, não domina o nó em que a anáfora é licenciada, violando, assim, a noção de c-comando apresentada em (36). Uma forma de capturar o fato de que o item *de*, em (40), não está bloqueando o c-comando de *João* para o pronome *sua*, seria assumir que *de João*, em vez de PP, é projetado como um DP, conforme mostra (42)<sup>10</sup>:



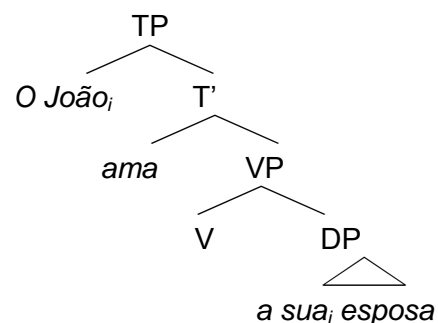
Note-se que agora, em (42), o nó ramificado que domina *João*, DP, também domina a projeção em que *sua* é licenciado, não violando, assim, c-comando, permitindo a ligação verificada em (40). Podemos ir mais longe e supor que sequer o item *de* está presente durante a computação sintática e, na verdade, em vez de uma estrutura arbórea como (42), temos uma como (43) em que apenas *João* ocupa a posição [Spec, DP]. Compare com (44), a contraparte verbal, e veja o paralelismo entre as duas construções:

<sup>10</sup> A estrutura de DP apresentada nesta seção, para as construções nominais do PB, será foco de análise ao longo desta tese.

(43) O amor do João<sub>i</sub> pela sua<sub>i</sub> esposa



(44) João<sub>i</sub> ama a sua<sub>i</sub> esposa.



A partir das propriedades apresentadas acima, vamos assumir em nossas análises que o item *de* que encabeça as construções genitivas é inserido tardiamente após a concatenação do genitivo à estrutura nominal. Essa idéia de inserção tardia da preposição pode ser verificada já em Chomsky (1986b), quando o autor propõe a inserção de preposições realizadoras de Caso, como *of* (*de*) em contextos nominais do inglês, apenas no até então proposto nível representacional Estrutura de Superfície.

Assim, na análise que será apresentada, vamos assumir que, em termos computacionais, as construções genitivas são manipuladas com verdadeiros DPs, conclusão já alcançada em outros trabalhos (CHOMSKY, 1986b; GIORGI & LONGOBARDI, 1991, AVELAR, 2006, entre outros).

## 2.6. Sobre a distinção argumento/adjunto de nome<sup>11</sup>

Por fim, neste capítulo, cabe-nos definir o que estamos tomando como argumento e adjunto de nome, uma questão um tanto quanto controversa na teoria lingüística, seja de um ponto de vista sintático, ou de um ponto de vista semântico.

<sup>11</sup>Cabe aqui apresentar uma justificativa para o uso, neste trabalho, dos termos *argumento* e *adjunto*, em vez de *complemento* e *adjunto*, como geralmente se emprega em análises tradicionais. O problema com a dicotomia *adjunto/complemento* de nome, e que comumente leva a equívocos de análise, é a falta de um termo que possa contemplar construções que não são “complementos” de um núcleo X, ou seja, não são argumentos internos, como também não são adjuntos, como é o caso dos termos tidos por “argumentos externos”. Por essa razão, será mais oportuno nos referirmos à dicotomia argumento/adjunto, o primeiro abarcando tanto argumentos internos quanto externos, em detrimento da dicotomia complemento/adjunto.

Como Dowty (2002) observa, a distinção entre argumentos e adjuntos, apesar de antiga, consiste num ponto de controvérsia não só na perspectiva dos estudos de gramática tradicional, mas também em perspectivas de teorias lingüísticas formais correntes<sup>12</sup>. Como Partee & Borschev (2002) observam essa distinção (entre argumentos e adjuntos) torna-se ainda menos clara em contextos nominais, tendo em vista o fato de que, tipicamente, nomes não licenciam argumentos<sup>13</sup>. Exemplos claros de nomes que tomam argumentos parecem ser aqueles em que o nome denota um evento complexo, nos termos de Grimshaw (1990), como é o caso do nome *destruição*, por exemplo, em construções como *a destruição da cidade*. O problema são nomes relacionais (cf. (45)), ou nomes que entram em relação de posse inalienável (cf. (46)), por exemplo, os quais não denotam eventos, mas de alguma forma parecem tomar argumentos:

- (45) a. O irmão \*(da Maria) chegou.  
 b. O filho \*(da Maria) foi visto no cinema.
- (46) a. O João disse que o braço \*(da Maria) está inchado.  
 b. O nariz \*(do Paulo) estava sangrando.

Por razões que se tornarão evidentes no decorrer da análise a ser apresentada, nesta tese, vamos assumir que, entre os *de-phrases* licenciados dentro do sintagma nominal, aqueles a que iremos nos referir como genitivos são licenciados em posições argumentais, no sentido em que foi discutido na seção 2.5., enquanto que *de-phrases* não-genitivos, os quais correspondem a típicos adjuntos adnominais, como os adjuntos de *matéria* e *origem/procedência*, são licenciados em configurações de adjunção.

---

<sup>12</sup> Para uma discussão acerca da problemática da distinção entre complementos e adjuntos de nome em manuais de gramática, ver Vianna (1983), Gonçalves (1993), Rezende (2000), Rodrigues (2000) e Sedrins (2006).

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Anderson (1983), Higginbotham (1983) e Dowty (1989), entre outros, como representantes de uma linha de pesquisa que propõe que nomes, contrariamente a verbos, não tomam argumentos, pelo fato de que apenas opcionalmente licenciam estes. Ver também Grimshaw (1990) para uma classificação de nomes que tomam verdadeiros argumentos e nomes que licenciam apenas modificadores.

## 2.7. Síntese do capítulo

Apresentamos, ao longo deste capítulo, os pressupostos que guiarão a análise a ser realizada ao longo desta tese. Assim, vamos assumir que na derivação das sentenças da língua, a gramática (componente da mente/cérebro especializada na derivação de objetos lingüísticos) seleciona itens do léxico para formar uma Numeração, a qual é organizada por sub-arranjos, cada um constituindo uma Fase, domínio em que apenas sua periferia (seu Spec) e seu núcleo estão disponíveis a operações na Fase seguinte, como prediz a Condição de Impenetrabilidade de Fase. A operação básica realizada pela gramática é *Merge*, que combina dois itens para formar um novo objeto lingüístico e que, segundo Chomsky (2008), vem em dois sabores: *Merge Externo* (aquele em que o item combinado provém da Numeração) e *Merge Interno*, que pode ser capturado pela idéia de movimento.

Além da restrição imposta pela configuração de Fase, a Condição de Elo Mínimo é uma restrição da gramática que garante um funcionamento econômico do sistema computacional, de forma que movimentos mais curtos bloqueiam movimentos mais longos.

Não obstante, como pressupostos centrais para a análise a ser apresentada nos capítulos seguintes, listamos:

- (i) Os adjuntos são licenciados na estrutura sintática de uma sentença através da operação *concatenar*, sem que haja obrigatoriedade de *rotulação*, o que permite acomodar o fenômeno da adjunção nos termos de *Bare Phrase Structure* (CHOMSKY, 1994);
- (ii) O item *de* que introduz construções genitivas é um item ausente na computação sintática, introduzido posteriormente, o que implica assumir que construções genitivas são manipuladas como verdadeiros DPs na sintaxe;
- (iii) O DP apresenta uma estrutura clausal que reflete a arquitetura da sentença, apresentando, além de NP, uma projeção relacionada à concordância e outra cujo Spec apresenta propriedade de válvula de escape de constituintes para

fora do domínio nominal. Essas duas projeções apresentam uma relação direta com o papel que TP e CP desempenham no nível da sentença;

- (iv) Os PPs argumentos são aqueles licenciados em posições argumentais (posições em que papel temático e/ou Caso é atribuído/chechado), enquanto que PPs adjuntos são aqueles licenciados em posições não argumentais, provavelmente em configuração de adjunção.

A seguir, no capítulo 3, iremos nos dedicar ao estudo de propriedades sintáticas das construções genitivas no PB, a fim de delinear a análise que será desenvolvida no capítulo 4, a qual será estendida no capítulo 5 para dar conta dos casos de extração de *de-phrases* adjuntos.

## 3. Genitivos

### 3.1. Introdução

Neste capítulo, analisamos o comportamento sintático dos sintagmas preposicionais genitivos, em relação ao fenômeno da extração no PB, fornecendo um panorama das restrições de extração verificadas nessa língua. Apresentamos ainda algumas análises oferecidas para dar conta do fenômeno da extração em outras línguas românicas, como o italiano, o espanhol e o francês, pontuando as limitações de cada proposta para dar conta dos dados de extração no PB. Como será visto, e já apontado na introdução desta tese, o PB, em relação a línguas como o espanhol e o inglês, por exemplo, apresenta uma extração mais livre para as construções genitivas e, seguindo um padrão observado nas línguas românicas em geral, a presença de um genitivo mais proeminente na estrutura bloqueia a extração de um genitivo projetado mais abaixo.

O capítulo apresenta a seguinte organização: na seção 3.2., apresentamos as propriedades do que estamos assumindo como construção genitiva no PB diferenciando de outros sintagmas preposicionais tradicionalmente classificados como adjuntos; na seção 3.3., discutimos as relações de proeminência estabelecidas em construções com mais de um argumento genitivo, baseados, principalmente, em fenômenos de ligação dentro do sintagma nominal; na seção 3.4., apresentamos o padrão de extração de genitivo encontrado no PB, comparando ao padrão de extração verificado em outras línguas; na seção 3.5., apresentamos uma síntese de algumas propostas para o fenômeno da extração, especialmente nas línguas românicas, apontando limitações dessas análises para acomodar os dados do PB; e, por fim, na seção 3.6., apresentamos uma síntese conclusiva do capítulo.



### 3.2 Construções genitivas

Nesta seção, faremos uso das propriedades apresentadas em Müller (1997) para a caracterização do que estamos assumindo como construções genitivas no PB. As propriedades apresentadas em Müller, por sua vez, são baseadas no texto de Milner (1982), que verificou as características de construções genitivas no francês.

No PB, devido principalmente ao seu esvaziamento semântico, a preposição *de* dentro do sintagma nominal pode introduzir sintagmas com interpretações semânticas diversificadas, como podemos observar em (1), e também pode entrar em alternância com algumas preposições, conforme ilustra (2):

- (1)
- a. A casa [<sub>possuidor/agente</sub> do João]
  - b. A casa [<sub>matéria</sub> de madeira]
  - c. O amigo [<sub>origem</sub> de São Paulo]
  - d. O livro [<sub>assunto</sub> de sintaxe]
  - e. A destruição [<sub>tema</sub> da cidade]
  - f. O livro [<sub>tempo</sub> do século passado]
  - g. O livro [<sub>valor</sub> de cem reais]
- (2)
- a. O livro com/de capa dura
  - b. O presente pra/da Ana
  - c. Um livro sobre/de matemática
  - d. O livro na/da mesa

Há, contudo, um grupo específico de PPs introduzidos por *de* que apresentam algumas propriedades particulares e que são tradicionalmente denominados de genitivos. Os sintagmas genitivos no PB, além de serem introduzidos pela preposição *de*, apresentam uma interpretação semântica bastante delineada: são interpretados ou como *tema*, ou *agente* ou *possuidor*, apenas. As propriedades que esses três genitivos apresentam têm sido base para sua classificação como argumentos, diferenciando-se dos demais *de-phrases*, tratados tradicionalmente como adjuntos.

Adotando quatro critérios descritivos para a caracterização das construções genitivas proposta por Milner (1982), para o francês, Müller (1997) distingue, para o PB, entre as construções na forma *de*+N, aquelas que correspondem ou não a um genitivo. Segundo esses critérios, um argumento genitivo é caracterizado por:

- (3)
- a. introdução por *de*;
  - b. relativização por *cujo*;
  - c. não aceitação de pronomes, com a exceção de *ele* e das “formas de tratamento” *você(s)* e *a gente*;
  - d. possibilidade de substituição por um pronome possessivo.

Conforme os exemplos em (4)-(6) mostram, os sintagmas com interpretação de *tema*, *agente* e *possuidor* atendem às propriedades de (3), constituindo, assim, sintagmas genitivos, diferente do que ocorre com sintagmas com interpretação de *matéria*, *assunto* e *procedência/origem*, por exemplo, ilustrados em (7)-(9):

- (4)
- a. A destruição [<sub>tema</sub> do edifício] foi um pesadelo pro João.
  - b. O edifício<sub>i</sub>, *cuja*<sub>i</sub> destruição foi um pesadelo pro João...
  - c. A destruição *dela* (= do edifício) foi um pesadelo pro João.
  - d. A *sua* destruição (= destruição do edifício) foi um pesadelo pro João.
- (5)
- a. O seminário [<sub>agente</sub> do João] foi um sucesso.
  - b. João<sub>i</sub>, *cujo*<sub>i</sub> seminário foi um sucesso...
  - c. O seminário *dela* (= do João) foi um sucesso.
  - d. O *seu* seminário (= seminário do João) foi um sucesso.
- (6)
- a. A casa [<sub>possuidor</sub> da Maria] está em reforma.
  - b. Maria<sub>i</sub>, *cuja*<sub>i</sub> casa está em reforma...
  - c. A casa *dela* (= da Maria) está em reforma.
  - d. A *sua* casa (= casa da Maria) está em reforma.

- (7) a. A casa [<sub>matéria</sub> de madeira] está em reforma.  
 b. \*A madeira<sub>i</sub>, *cuja*<sub>i</sub> casa está em reforma...  
 c. \*A casa *dela* (= de madeira) está em reforma.  
 d. \*A *sua* casa (= casa de madeira) está em reforma.
- (8) a. O livro [de sintaxe] está na estante.  
 b. \*A sintaxe<sub>i</sub>, *cujo*<sub>i</sub> livro está na estante...  
 c. \*O livro *dela* (= de sintaxe) está na estante.  
 d. \*O *seu* livro (= livro de sintaxe) está na estante.
- (9) a. O amigo [<sub>origem/procedência</sub> de São Paulo] telefonou pra Maria.  
 b. \*São Paulo<sub>i</sub>, *cujo*<sub>i</sub> amigo telefonou pra Maria...  
 c. \*O amigo *dela/dela* (= de São Paulo) telefonou pra Maria.  
 d. \*O *seu* amigo (= amigo de São Paulo) telefonou pra Maria.

As construções genitivas englobam as construções de posse alienável (10), posse inalienável (11), construções com nomes inerentemente relacionais (parentescos, etc.) (12) e as de parte-todo (13):

- (10) a. O carro do João > o *seu* carro > João, *cujo* carro... > o carro *dela*  
 b. A caneca da Maria > a *sua* caneca > Maria, *cuja* caneca... > a caneca *dela*
- (11) a. O nariz do João > o *seu* nariz > João, *cujo* nariz... > o nariz *dela*  
 b. O braço da Maria > o *seu* braço > Maria, *cujo* braço... > o braço *dela*
- (12) a. O pai do João > o *seu* pai > João, *cujo* pai... > o pai *dela*  
 b. O amigo da Maria > o *seu* amigo > Maria, *cujo* amigo... > o amigo *dela*
- (13) a. As pernas da cadeira > as *suas* pernas > a cadeira *cujas* pernas... > as pernas *dela*  
 b. A maçaneta da porta > a *sua* maçaneta > a porta *cuja* maçaneta... > a maçaneta *dela*

Podemos agrupar os PPs dos casos de (10)-(13) sob o rótulo de construções “possessivas”. Note-se que todas podem ser parafraseadas com o verbo *ter* indicando posse, como mostra (14)<sup>1</sup>:

- (14) a. João tem um carro/um nariz/um pai  
 b. Maria tem uma caneca/um braço/um amigo  
 c. A cadeira tem pernas  
 d. A porta tem uma maçaneta

Com base nas propriedades de caracterização das construções genitivas em (3), apresentamos, a seguir, propriedades de ordem estrutural que essas construções apresentam no PB, iniciando pela ordem hierárquica em que esses genitivos são organizados na estrutura do DP, capturada a partir da observação de fenômenos de ligação de anáfora. A análise de construções não-genitivas, como as apresentadas em (7)-(9) será realizada no capítulo 5, em que discutiremos as conseqüências da proposta apresentada no capítulo 4 para a estrutura do DP.

### 3.3. Relações de proeminência

Observando (15) e (16), abaixo, a ordem em que os genitivos no PB são realizados parece não ser fixa:

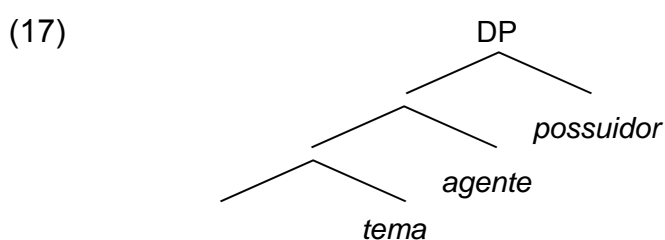
- (15) a. O João riscou um livro [<sub>possuidor</sub> da Maria] [<sub>agente</sub> do Graciliano Ramos].  
 b. O João riscou um livro [do Graciliano Ramos] [da Maria].
- (16) a. O João rasgou uma foto [<sub>possuidor</sub> da Ana] [<sub>tema</sub> do Roberto Carlos].  
 b. O João rasgou uma foto [do Roberto Carlos] [da Ana].

---

<sup>1</sup> Note-se, contudo, que a leitura evidenciada para construções que designam parte-todo, como as apresentadas em (13), quando parafraseadas com a forma verbal *ter*, é uma leitura existencial, como fica evidente, por exemplo, em (14d). Agradecemos a Telma Magalhães e a Jair Farias por apontar este fato.

Como falantes do PB, (15a) e (16a) nos soam mais natural do que (15b) e (16b), contudo, não descartamos a possibilidade dessas duas últimas como construções possíveis, provavelmente resultado de alguma operação da componente fonológica da gramática.

Apesar de não haver, em princípio, uma ordem linear fixa na realização dos genitivos, conforme mostram (15) e (16), em termos estruturais existe uma relação de proeminência a qual pode ser capturada empiricamente a partir de testes envolvendo ligação de anáforas e ligação de pronome por um NP quantificado. Conforme o fenômeno da ligação nos permitirá observar, os genitivos no PB, assim como em outras línguas românicas, são projetados na estrutura nominal de uma maneira em que o *possuidor* c-comanda assimetricamente o *agente*, que por sua vez c-comanda assimetricamente o *tema*, resultando na seguinte ordem hierárquica: *possuidor* > *agente* > *tema*, algo como esboçado em (17)<sup>2</sup>:



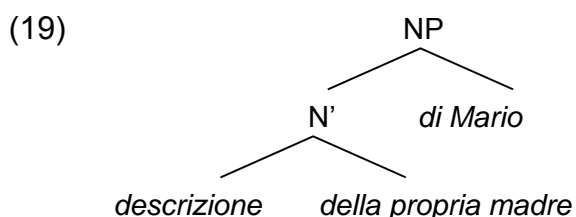
Vejamos primeiro a assimetria entre *agente* e *tema* dentro do sintagma nominal. Observando (18) abaixo, construção do italiano com dois genitivos, Giorgi (1991) pontuou que o sintagma *di Mario* só pode ser interpretado como o *agente* (o responsável pela descrição) e *della propria madre*, que contém a anáfora *propria*, só pode ser interpretado como o *tema* (o alvo da descrição).

- (18) a. La descrizione di Mario<sub>i</sub> della propria<sub>i</sub> madre  
 ‘A descrição de Mario da própria mãe’

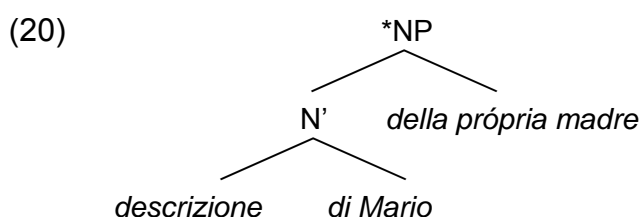
(GIORGI, 1991, p. 30, exemplo (16))

<sup>2</sup> Em vários momentos desta tese, iremos ilustrar em configuração arbórea a posição de Spec, como também a de adjunção, à direita. Contudo, não estamos assumindo que tais constituintes sejam gerados à direita, e sim à esquerda, seguindo análises como a de Kayne (1994). A opção por ilustrar, em alguns casos, esses constituintes à direita, se deu por ora se tornar mais conveniente (em termos de organização da ilustração), ora por seguir uma tradição (cf. GIORGI & LONGOBARDI, 1990) de representação desses elementos dentro do sintagma nominal.

Como de acordo com a Teoria de Ligação (cf. CHOMSKY, 1981) uma anáfora deve estar ligada e, para tal, ser c-comandada por seu antecedente/referente, uma saída óbvia para representar a estrutura em (18), do italiano, seria uma configuração em que *di Mario* é gerado em posição acima de *della propria madre*, posição a partir da qual *Mario* c-comanda a anáfora *propria*, como ilustrado em (19)<sup>3</sup>:



A impossibilidade de em (18) o sintagma *della propria madre* ser interpretado como *agente*, e *di Mario* ser interpretado como *tema* decorre do fato de que para tal interpretação *della propria madre* teria de ser gerado acima do genitivo *di Mario* e, assim, a anáfora *propria* não poderia ser ligada por *Mario*, como ilustrado em (20):



Num exemplo do PB equivalente ao do italiano em (18), como dado em (21), encontramos o mesmo padrão de leitura:

(21) A descrição de João da própria mãe (para os colegas)

Em (21), *João* é interpretado como o *agente*, enquanto que *da própria mãe* é interpretado como *tema*. Para essa construção, uma leitura em que a mãe do João fez uma descrição dele não é permitida. Note-se que, seja qual for a derivação proposta para dar conta de (21), temos de garantir que a anáfora *própria* seja gerada

<sup>3</sup> É crucial assumir aqui o caráter funcional da preposição que em termos sintáticos parece ter um papel completamente nulo, seguindo análises gerais como as de Chomsky (1986b), Giorgi & Longobardi (1991), Valois (1991), Ticio (2001), Avelar (2006), entre muitos outros trabalhos. O caráter nulo da preposição *de*, pelo menos quando introduz genitivos em PB, reflete o fato de que esta preposição não interfere em relações de c-comando. Ver discussão realizada no capítulo anterior, seção 2.5.

numa posição a partir da qual esteja ligada por *Mário*, ou seja, *Mário* tem de c-comandar a anáfora *própria*.

A impossibilidade de interpretar *da própria mãe* como o *agente* procede se assumirmos que, como *agente*, *da própria mãe* é gerado mais alto do que *Mário* na estrutura (cf. (20)), fato que explica por que nesse caso *própria* não estaria ligada por *Mário*, tornando a construção agramatical.

Em resumo, uma anáfora dentro do sintagma genitivo *tema* pode tomar como antecedente o genitivo *agente*, mas uma anáfora dentro do genitivo *agente* não pode ser ligada por um elemento dentro do genitivo *tema*, o que aponta para uma assimetria estrutural em que o *agente* c-comanda (e portanto pode ligar) o *tema*, mas não o inverso. Note-se que essa assimetria em que o *agente* é projetado em posição mais proeminente no sintagma nominal em relação ao *tema* reflete a assimetria entre sujeito e objeto no domínio da sentença.

Um segundo fenômeno das línguas naturais que permite verificar uma assimetria entre sujeito e objeto, em termos da Teoria de Ligação, é a ligação de um pronome por um NP quantificado. Esse tipo de assimetria pode ser verificado também em construções nominais como em (22) a seguir:

(22) A descrição de cada garoto da sua própria mãe

Em (22), *cada garoto* é interpretado como *agente* e *da sua própria mãe* como *tema*. Novamente temos de garantir que a anáfora *própria*, bem como o pronome *sua* sejam c-comandados pela expressão quantificada, para isso, temos de assumir que o genitivo *tema da sua própria mãe* é gerado em posição mais interna em relação à expressão quantificada *cada garoto* que corresponde ao *agente*.

Em (23), apresentamos o fenômeno da ligação envolvendo agora construções genitivas de *possuidor* e *agente*.

(23) O quadro [<sub>possuidor</sub> de cada colecionador<sub>i</sub>] [<sub>agente</sub> do seu<sub>i</sub> artista favorito]

Semelhante ao que ocorre em (22), temos de garantir que o pronome *seu* em (23) seja c-comandado pela expressão quantificada *de cada colecionador*, a fim de capturar o fenômeno de ligação entre *seu* e *de cada colecionador*. As relações de

ligação estabelecidas em (23) indicam que o *possuidor* c-comanda o *agente*, ou, dito de outra forma, o *possuidor* é gerado em posição acima do *agente*. Note-se agora a agramaticalidade de (24) abaixo:

(24) \*O quadro [<sub>possuidor</sub> do seu<sub>i</sub> colecionador<sub>i</sub>] [<sub>agente</sub> de cada artista favorito<sub>i</sub>]

Em (24), *seu* tem de tomar como antecedente para referência a expressão quantificada *de cada artista favorito*, no entanto, parece falhar em ser ligada por *artista*, pelo menos assumindo as leituras de papel temático assinaladas em subscrito. A impossibilidade da derivação de uma estrutura como (24) mostra que a expressão quantificada (*cada artista favorito*) é incapaz de c-comandar o pronome *seu*, contrariamente ao que acontece em (23). Verificando o contraste entre (23) e (24), vemos que um *possuidor* pode ligar um *agente*, mas não o contrário, o que indica que em termos estruturais, o *possuidor* c-comanda assimetricamente o *agente*.

Esse c-comando assimétrico pode ser verificado também em construções nominais como as de (25) a seguir, com genitivos *possuidor/agente* e *tema*:

(25) a. A foto [<sub>possuidor/agente</sub> de cada admirador<sub>i</sub>] [<sub>tema</sub> de sua artista favorita<sub>i</sub>]  
 b. \*A foto [<sub>possuidor</sub> de seu<sub>i</sub> admirador] [<sub>tema</sub> de cada artista favorita<sub>i</sub>]

O sintagma *de cada admirador* nos exemplos em (25a) e (25b) pode tanto ser interpretado como o *possuidor* (numa leitura em que o admirador possui uma foto da sua artista favorita, sem necessariamente ter sido a pessoa que tirou a foto) ou pode também ser interpretado como o *agente* (a pessoa que tirou a foto da sua artista favorita). Em (25a), a expressão quantificada, que corresponde ao *possuidor/agente*, liga o pronome *sua* dentro do genitivo *tema*, enquanto que em (25b) tal ligação não ocorre causando agramaticalidade. O que o contraste em (25) mostra é que o *possuidor/agente* é projetado numa posição a partir da qual c-comanda o *tema* e, portanto, pode ligar um pronome *seu*, mas não o contrário.

Com base nesses dados de ligação entre construções genitivas no PB, podemos chegar à seguinte conclusão: a partir dos contrastes de ligação verificados, temos que no PB, genitivo *agente* c-comanda genitivo *tema* e genitivo *possuidor* c-



comanda *agente* e *tema*, o que de fato não constitui uma peculiaridade desta língua, haja vista que essa relação de proeminência corresponde ao quadro geral verificado para pelo menos outras línguas românicas como o francês (VALOIS, 1996), o italiano (GIORGI & LONGOBARDI, 1991) e o espanhol (TICIO, 2003). No mais, no que tange à aparente ordem livre que esses genitivos podem apresentar no PB, vamos assumir de forma similar como discutido em Giorgi & Longobardi (1991) e Ticio (2003), por exemplo, que essa ordem livre parece provir de regras estilísticas computadas na componente FF da gramática.

Na seção que segue, iremos discutir os padrões de extração de construções genitivas no PB que, em relação a restrições de movimento em construções com mais de um genitivo, apresentam um comportamento similar ao verificado em inúmeras línguas, no sentido de que a presença do genitivo mais proeminente bloqueia a extração de um genitivo mais interno na estrutura. No entanto, algumas peculiaridades em relação à questão de definitude merecem especial atenção no PB, conforme veremos mais adiante.

#### 3.4. Extração de construções com múltiplos genitivos

Em relação à extração de construções genitivas, o PB apresenta um comportamento bastante semelhante ao das demais línguas românicas, como o italiano, o francês e o espanhol. Para as línguas que permitem extração de genitivo, o quadro geral é de que a extração tem de obedecer à ordem em que esses genitivos são gerados (possuidor > agente > tema), de forma que um genitivo só pode ser extraído se nenhum outro estiver à sua frente, bloqueando o caminho. O que os dados empíricos mostram é que genitivos gerados mais acima bloqueiam movimento de genitivos gerados mais abaixo, mas não o contrário. Nesta seção, discutiremos os padrões de extração em construções de múltiplos genitivos, comparando o caso do PB ao de outras línguas românicas e, conforme veremos, um fator que diferencia o PB de línguas como o espanhol, por exemplo, é a extração livre que o PB apresenta a partir de DPs definidos.

Como observado em geral nas línguas românicas, *tema*, *agente* e *possuidor* podem ser extraídos em PB:

- (26) a. O João rasgou várias fotos [<sub>tema</sub> daquela artista famosa].  
 b. *De que artista famosa* o João rasgou vários fotos ~~de que artista famosa?~~
- (27) a. O João leu vários livros [<sub>agente</sub> de Chomsky].  
 b. *De quem/De que autor* o João leu vários livros ~~de quem/de que autor?~~
- (28) a. O João leu vários livros [<sub>possuidor</sub> da Maria].  
 b. *De quem/De que pessoa* o João leu vários livros ~~de quem/de que pessoa?~~

A extração é possível também para construções de posse alienável, inalienável, de parte-todo e parentescos, uma vez que tais construções, como vimos, estão englobadas sob o rótulo de construções possessivas, sendo casos, portanto, de construções genitivas:

- (29) a. O João consertou o carro da Maria. (posse alienável)  
 b. *De quem* o João consertou o carro?
- (30) a. O João beliscou o braço da Maria. (posse inalienável)  
 b. *De quem* o João beliscou o braço?
- (31) a. O João quebrou as pernas da cadeira. (parte-todo)  
 b. *De que cadeira* o João quebrou as pernas?
- (32) a. João conheceu a tia da Maria. (parentesco)  
 b. *De quem* o João conheceu a tia?

No decorrer do capítulo, vamos nos referir a construções do tipo apresentadas em (29)-(32) apenas como construções possessivas.

Apesar da livre extração para *tema*, *agente* e *possuidor* verificada em (26)-(28), quando mais de um genitivo está presente num sintagma nominal, algumas restrições de movimento aparecem. Seguindo o padrão descrito para outras línguas

românticas, a extração a partir de construções com múltiplos genitivos não se dá de forma livre e apenas o genitivo mais proeminente pode ser extraído. Conforme os exemplos abaixo mostram, a presença do *possuidor* inibe tanto a extração do *tema*, quanto a extração de um *agente*:

- (33) a. O João rasgou várias fotos [<sub>tema</sub> de artistas famosos] [<sub>possuidor</sub> da Maria].  
 b. \**De que artistas famosos* o João rasgou várias fotos da Maria ~~*de que artistas famosos?*~~
- (34) a. O João rasgou vários livros [<sub>agente</sub> do Chomsky] [<sub>possuidor</sub> daquele professor].  
 b. \**De que autor* o João rasgou vários livros daquele professor ~~*de que autor?*~~<sup>4</sup>

Contudo, a presença do *tema* ou do *agente* não impede que o *possuidor* seja bloqueado. (35a), a seguir, é uma construção que apresenta dois genitivos, um com interpretação de *agente*, outro com interpretação de *possuidor*, conforme assinalado em subscrito. Note-se que em (35b) o *possuidor* é extraído para o início da sentença e, mesmo com a presença do genitivo *agente* (*do Chomsky*), a sentença é gramatical:

- (35) a. O João rasgou vários livros [<sub>agente</sub> do Chomsky] [<sub>possuidor</sub> da Maria].  
 b. *De qual professora* o João rasgou vários livros do Chomsky ~~*de qual professora?*~~

(36a), a seguir, é uma construção com dois genitivos, um com interpretação de *tema*, outro com interpretação de *possuidor*, conforme assinalado em subscrito. Note-se novamente que, similar à (35b), a extração do *possuidor* em (36b) para o início da sentença resulta numa sentença gramatical, apesar do fato de apresentar um segundo genitivo que permaneceu *in situ*:

---

<sup>4</sup> Telma Magalhães e Jair Farias apontaram ser gramatical este exemplo. Acreditamos que, além de fatores de ordem estrutural, outros como o peso do material movido podem interferir na gramaticalidade da construção resultante. Para ilustrar essa afirmação, tomemos o exemplo em (i), em que o agente é realizado apenas pelo item *quem* (uma forma menos pesada em relação ao agente *de que autor*, em (34b)). Nesse caso, a agramaticalidade resultante da extração do agente deixando o possuidor *in situ* nos parece ser ainda mais evidente:

(i) \**De quem* o João rasgou vários livros daquele professor?

- (36) a. O João rasgou várias fotos [<sub>tema</sub> de artistas famosos] [<sub>possuidor</sub> da Maria].  
 b. *De quem* o João rasgou várias fotos de artistas famosos ~~de quem?~~

Resumindo, os fatos observados em (33)-(36) mostram que no PB o genitivo interpretado como o *possuidor* pode ser extraído livremente para o início da sentença, mesmo na presença de um genitivo *tema* ou *agente* no sintagma nominal, o que indica que *tema* e *agente* não bloqueiam a extração do *possuidor*. Em contrapartida, se o genitivo interpretado como o *possuidor* estiver presente, nem o *tema* nem o *agente* podem ser extraídos. Em outras palavras, a presença do *possuidor* bloqueia a extração do *agente* e do *tema*.

Vejamos como se dá o padrão de extração entre *agente* e *tema*.

(37a) é uma sentença que apresenta na posição de objeto um sintagma nominal com dois genitivos, um com interpretação de *tema*, outro com interpretação de *agente*, conforme assinalado. Em (37b), o genitivo *agente* é extraído para o início da sentença e o genitivo *tema* permanece *in situ*, resultando numa construção gramatical, indicando que a presença do *tema* não impede a extração do *agente*. Por outro lado, (37c) é uma sentença agramatical. Note-se que neste último caso, o *tema* foi extraído para o início da sentença e o *agente* permaneceu *in situ*, resultando em agramaticalidade (pelo menos se comparada a (37b)) e indicando que a presença do *agente* bloqueia a extração do *tema*.

- (37) a. O João rasgou várias fotos [<sub>tema</sub> daquela atriz] [<sub>agente</sub> daquele fotógrafo].  
 b. *De que fotógrafo* o João rasgou várias fotos daquela atriz ~~de que fotógrafo?~~  
 c. \**De que atriz* o João rasgou várias fotos ~~de que atriz~~ daquele fotógrafo?

Os dados até aqui observados mostram que tanto a presença do genitivo *possuidor* quanto a presença do genitivo *agente* bloqueiam a extração do *tema*. Contudo, vimos que o genitivo *tema* pode ser extraído em PB, conforme ilustrado em (26), desde que nenhum outro genitivo esteja presente na estrutura. Note-se ainda que quando o *agente* é realizado na forma de um *by-phrase* (introduzido pela preposição *por*), a extração do genitivo *tema* é possível, conforme mostra (38):

- (38) a. *De qual tipo de mineral* o presidente proibiu a exploração ~~de qual tipo de mineral~~ por empresas estrangeiras? (cf. O presidente proibiu a exploração de petróleo por empresas estrangeiras.)
- b. *De que tipo de medicamento* o ministério da saúde proibiu a venda ~~de que tipo de medicamento~~ pelos farmacêuticos? (cf. O ministério da saúde proibiu a venda de certos medicamentos pelos farmacêuticos.)

As restrições de extração em construções com múltiplos genitivos em PB podem ser resumidas como a seguir:

- (i) genitivo *possuidor* bloqueia a extração de genitivo *agente* e genitivo *tema*, mas *tema* e *agente* não bloqueiam a extração do *possuidor*,
- (ii) *agente* bloqueia a extração de *tema*, mas não o contrário;
- (iii) *tema* só pode ser extraído na ausência de genitivo *possuidor* e *agente*, mas pode ser extraído se o *agente* for realizado em forma de *by-phrase* (não genitivo).

A seguir, discutimos os padrões de extração verificados nesta seção, considerando a questão da definitude, que exerce um papel de restrição para extração de genitivos em línguas como o inglês (cf. CHOMSKY, 1986a; MANZINI, 1992) e o espanhol (TICIO, 2003), por exemplo, mas que em PB parece não atuar.

#### 3.4.1. Extração e definitude

Nesta seção apresentamos dados do PB que mostram que a restrição de definitude observada em línguas como o inglês e o espanhol para extração de genitivos não é operante e os mesmos padrões verificados para extração a partir de DPs indefinidos no PB são encontrados para extrações a partir de DPs definidos.

No inglês, como tem sido verificado por um robusto número de trabalhos (FIENGO & HIGGINBOTHAM (1981), BOWERS (1987), DIESING (1992), MANZINI (1992), DAVIES & DUBINSKY (2003), entre outros), a extração para fora de DPs indefinidos é amplamente mais aceitável do que a extração a partir de DPs

definidos, fenômeno denominado de “Efeito de Especificidade”. Compare os dados em (39):

(39) a. Who did you read some/many books about?

‘Sobre quem você leu alguns/muitos livros’

b. \*Who did you read the/that book about?

‘Sobre quem você leu o/aquele livro’

(DAVIES & DUBINSKY (2003), p. 5, ex. (9a) e (9b))

O bloqueio de extração a partir de DPs definidos tem levado algumas análises a incluírem no *rol* de ilhas fortes o DP definido no inglês (cf. SZALBOCSI & DEN DIKKEN (2000)), já que tanto argumentos quanto adjuntos do nome não podem ser extraídos de tais constituintes. O espanhol, por outro lado, apresenta uma restrição parcial para extração a partir de DPs definidos. Como foi observado por Torrego (1987), Ormazabal (1991) e Ticio (2003), em espanhol, apenas o genitivo *tema* pode ser extraído de um DP definido, sendo agramatical a extração do genitivo *agente* e do *possuidor*. Os dados a seguir apresentam contrastes de extração no espanhol:

(40) a. \*¿De qué autor has leído [los libros  $t_{agente}$ ]?

‘De que autor você leu os livros’

b. \*¿De quién has visto [las fotos de ese monte  $t_{possuidor}$ ]?

‘De quem você viu as fotos desse monte’

c. ¿De qué cantante salieron publicadas [las fotos  $t_{tema}$ ]?

‘De que cantor saíram publicadas as fotos’

(TICIO, 2003, p.31, ex. (16))

(40) apresenta três sentenças com extração de genitivos a partir de DPs definidos (encabeçados pelo artigo definido) do espanhol. (40a) e (40b) apresentam, respectivamente, a extração de um genitivo com interpretação de *agente* e de *possuidor*, resultando em construções agramaticais. Por outro lado, a extração do genitivo *tema* em (40c) resulta numa construção gramatical.

(41), abaixo, apresenta as construções equivalentes ao espanhol no PB, com extração de genitivos a partir de DPs definidos, todavia, o padrão de gramaticalidade verificado em (40) não se estende ao PB:

- (41) a. *De que escritor* o João leu os livros?  
 b. *De quem* o João viu as fotos de férias?  
 c. *De que artista famoso* publicaram as fotos?

Os exemplos em (41) mostram que tanto a extração de genitivo *agente* (41a), quanto do genitivo *possuidor* (41b) e do genitivo *tema* (41c), a partir de um DP definido, resultam em construções gramaticais, fato que aponta para uma diferença do PB em relação a línguas como o inglês, em que parece haver total bloqueio para extração a partir de DPs definidos, e como o espanhol, que permite uma extração parcial, conforme verificado em (40).

Dessa forma, a generalização de que o DP definido seja uma ilha para extração, como formulada para o inglês, não pode ser estendida para o PB, da mesma forma que não podemos atribuir a essa língua um parcial efeito de definitude para extração, como aquele verificado no espanhol. O PB apresenta uma extração livre dos genitivos tanto de contextos definidos, quanto de contextos indefinidos, como ilustrado em (42)-(43) a seguir:

- (42) Extração de genitivos a partir de DPs definidos no PB  
 a. *De que modelo* o João rasgou [a foto/as três fotos ~~de que modelo~~] ?  
 b. *De que pintor* o João danificou [o quadro/dois quadros ~~de que pintor~~]?  
 c. *De qual vizinho* o João arranhou [o carro/os dois carros ~~de qual vizinho~~]?  
 (43) Extração de genitivos a partir de DPs indefinidos no PB  
 a. *De que modelo* o João rasgou [várias/algumas fotos ~~de que modelo~~]?  
 b. *De que pintor* o João danificou [vários/alguns quadros ~~de que pintor~~]?  
 c. *De qual vizinho* o João arranhou [vários/alguns carros ~~de qual vizinho~~]?

Nos exemplos (42a) e (43a), podemos interpretar *modelo* como a pessoa que foi fotografada, portanto, o *tema*, e a extração desse genitivo tanto de um DP definido (42a), quanto de um DP indefinido (43a) resulta em uma sentença gramatical. Da mesma forma, é possível extrair para fora do DP o genitivo com interpretação de *agente* em (42b) e (43b) e o genitivo com interpretação de *possuidor* em (42c) e (43c), independente do fato de o DP ser definido ou indefinido.

A definitude do DP também não interfere nas restrições observadas na seção anterior, de forma que o mesmo padrão observado para extração nos casos construções com múltiplos genitivos, em que o *possuidor* bloqueia extração do *agente* e do *tema* e o *agente* bloqueia a extração do *tema*, independe do fato de o DP ser definido ou não. O mesmo contraste verificado em (44), com DPs definidos, é encontrado em (45), com DPs indefinidos:

- (44) Extração de genitivo a partir de DPs definidos no PB (múltiplos genitivos)
- a. [<sub>possuidor</sub> *De quem*] o João rasgou o livro/os dois livros [<sub>agente</sub> do Chomsky]?
  - a'. \* [<sub>agente</sub> *De quem*] o João rasgou o livro/os dois livros [<sub>possuidor</sub> da Maria]?
  
  - b. [<sub>possuidor</sub> *De quem*] o João rasgou a foto/as duas fotos [<sub>tema</sub> do Superman]?
  - b'. \* [<sub>tema</sub> *De quem*] o João rasgou a foto/as duas fotos [<sub>possuidor</sub> da Maria]?
  
  - c. [<sub>agente</sub> *De que fotógrafo*] o João rasgou a foto/as duas fotos [<sub>tema</sub> de um artista famoso]?
  - c'. \* [<sub>tema</sub> *De que artista famoso*] o João rasgou a foto/as duas fotos daquele fotógrafo?
- (45) Extração de genitivo a partir de DPs indefinidos no PB (múltiplos genitivos)
- a. [<sub>possuidor</sub> *De quem*] o João rasgou vários/muitos/alguns livros [<sub>agente</sub> do Chomsky]?
  - a'. \* [<sub>agente</sub> *De quem*] o João rasgou vários/muitos/alguns livros [<sub>possuidor</sub> da Maria]?
  
  - b. [<sub>possuidor</sub> *De quem*] o João rasgou várias/muitas/algumas fotos [<sub>tema</sub> do Superman]?
  - b'. \* [<sub>tema</sub> *De quem*] o João rasgou várias/muitas/algumas fotos [<sub>possuidor</sub> da Maria]?
  
  - c. [<sub>agente</sub> *De que fotógrafo*] o João rasgou várias/muitas/algumas fotos [<sub>tema</sub> de artista famoso]?
  - c'. \* [<sub>tema</sub> *De que artista famoso*] o João rasgou várias/muitas/algumas fotos [daquele fotógrafo]?



Há, contudo, casos de DPs definidos no PB em que a extração é bloqueada. DPs definidos introduzidos por demonstrativos, como os em (46), parecem, a princípio, ter estatuto de ilha para extração, semelhante ao que ocorre no inglês:

- (46) a. \*De que autor o João leu esse livro?  
 b. \*De que assunto o João leu esse livro?  
 c. \*De que professor o João leu esse livro?

A agramaticalidade de construções como as em (46), todavia, não parece ser determinada pela extração dos genitivos, uma vez que mesmo quando realizados *in situ*, a agramaticalidade permanece:

- (47) a. \*O João leu esse livro de que autor?  
 b. \*O João leu esse livro de que assunto?  
 c. \*O João leu esse livro de que professor?

Comparando (46) e (47) podemos concluir que a agramaticalidade de (46) não se deve exclusivamente ao fenômeno da extração e sim a restrições de outra natureza, talvez de incompatibilidade entre o pronome demonstrativo encabeçando o DP e o elemento interrogativo introduzindo o genitivo. Dessa forma, exemplos como os de (46) serão excluídos da análise sobre extração, dado que outros fatores, além dos estruturais, parecem responsáveis pela agramaticalidade de tais casos.

Resumindo, o que os dados observados nesta seção mostram é que, em PB, a extração de genitivos é indiferente ao fato de o DP de onde o genitivo é extraído ser definido ou indefinido, o que diferencia essa língua de outras em que um DP definido se apresenta como uma ilha para extração, como parece ser o caso do inglês, ou de línguas como o espanhol, em que a extração a partir de DPs definidos se dá apenas parcialmente. Na seção que segue, faremos um breve resumo de algumas análises para o padrão de extração encontrado em geral nas línguas românicas, pontuando as limitações de tais análises para os dados do PB, para, em seguida, no capítulo a seguir, apresentar a proposta para o caso de extração no PB.

### 3.5. Análises prévias

Nesta seção, situamos algumas análises oferecidas para dar conta do fenômeno de extração de genitivos nas línguas românicas, apontando limitações dessas propostas para o padrão de extração encontrado no PB. No entanto, conforme será discutido no capítulo seguinte, a nossa proposta para acomodar os dados de extração verificados no PB, segue as intuições básicas apresentadas nas propostas a seguir.

#### 3.5.1 Cinque (1980)

O texto de Cinque (1980) consiste numa das primeiras análises sobre o fenômeno da extração a partir de construções nominais nas línguas românicas. No referido texto, o autor explora, em maior número, construções nominais do italiano, língua que apresenta um padrão de extração de genitivos semelhante ao PB. Como observou Cinque, em (48), abaixo, o genitivo *di cui* pode ser interpretado tanto quanto o possuidor da foto, a pessoa que a tirou ou ainda a pessoa que aparece na foto, o que indica que *possuidor*, *agente* e *tema* podem ser extraídos no italiano em forma *di NP*.

- (48) a. Giorgio [<sub>PP</sub>di cui] ho sporcato [<sub>NP</sub>la fotografia *t*]  
 ‘Giorgio de quem sujei a foto’  
 b. [Ne] ho sporcato [<sub>NP</sub>la fotografia]  
 ‘Ihe sujei a foto’

(CINQUE, 1980, p. 49, ex. (53))

Compare agora os dados em (49) e (50):

- (49) a. \*Giorgio, [<sub>PP</sub>di cui] ho sporcato [<sub>NP</sub>la tua fotografia *t*]  
 ‘Giorgio, de quem sujei a tua fotografia’

- (50) a. *Giorgio*, [<sub>PP</sub>di cui] ho sporcato [<sub>NP</sub>la fotografia di Cesare f]  
 ‘Giorgio, de quem sujei a foto de Cesare’

Em (49), *Giorgio* é interpretado como o *objeto* do NP e a agramaticalidade da sua extração na presença de um possuidor/agente (representado por *tua* em (49)) é esperada, levando-se em conta a relação de proeminência em que esses argumentos são licenciados. Por outro lado, em (50), *Giorgio* só pode ser interpretado como a pessoa que possui a foto ou que a tirou, e *Cesare* é interpretado como a pessoa que aparece na foto. Dessa forma, a gramaticalidade de (50) é esperada já que é uma extração do “sujeito sintático” do sintagma nominal, o argumento mais proeminente na estrutura.

Em relação a restrições de definitude, similar ao que ocorre no PB, o fato de o DP ser definido ou indefinido não parece interferir na extração de genitivos no italiano, como sugere o dado em (51):

- (51) a. *il cataclism*, [di cui] possediamo solo [um/La sua descrizione]...  
 ‘o cataclisma, de que temos apenas uma/a sua descrição...’

(CINQUE, 1980, p. 50, ex. (56a))

Para capturar os contrastes entre (49) e (50), Cinque apresenta uma generalização que prevê que no italiano apenas o que o autor denominou de “sujeito sintático” do sintagma nominal é que pode ser extraído. Em linhas gerais, de acordo com o autor, o “sujeito sintático” do NP é o sintagma genitivo mais proeminente na estrutura (sintagma na forma *di NP*). Assim, um *possuidor*, genitivo mais proeminente, ocupa a posição de um sujeito sintático dentro do NP; um *agente* só ocupa tal posição na ausência do *possuidor*, e o *tema* estaria na posição de sujeito sintático no NP quando *possuidor* e *agente* estão ausentes.

Entre as características do que Cinque denominou o “sujeito sintático” do sintagma nominal está a possibilidade de este ser realizado pela forma pronominal possessiva. Vimos, na seção anterior, que essa propriedade (de ser realizado por uma forma pronominal possessiva) é característica das construções genitivas. Assim, genitivos *tema*, *agente* e *possuidor* são candidatos ao estatuto de “sujeito”, na concepção de Cinque, uma vez que podem ser pronominalizados, e, por

conseqüência, são constituintes que podem ser extraídos. (52) e (53), dados do PB, a seguir, mostram claramente que construções passíveis de serem realizadas pela forma pronominal possessiva podem ser extraídas:

- (52) a. A destruição [<sub>tema</sub> da cidade] / A *sua* destruição  
 b. O livro [<sub>possuidor</sub> de João] / O *seu* livro  
 c. O livro [<sub>agente</sub> do Chomsky] / O *seu* livro
- (53) a. De que cidade João presenciou a destruição?  
 b. De quem o João rasgou o livro?  
 c. De que autor o João rasgou o livro?

A generalização de Cinque (de que apenas sujeitos do sintagma nominal podem ser extraídos) também pode ser observada nos casos de extração em construções com múltiplos genitivos no PB, uma vez que em tais construções, apenas o genitivo mais proeminente é o que pode ser possessivizado (similar ao que ocorre em italiano como observaram Giorgi & Longobardi (1991), p. 66). Da mesma forma que apenas o genitivo mais proeminente é o que pode ser extraído, esse genitivo é também o único que pode ser realizado pela forma pronominal *seu/sua*, como os dados abaixo mostram:

- (54) a. Rasguei o *seu*<sub>possuidor/\*agente</sub> livro do João<sub>\*possuidor/agente</sub>.  
 b. Rasguei a *sua*<sub>agente/\*tema</sub> foto da Maria<sub>\*agente/tema</sub>.

Em (54a) *João* só pode ser interpretado como o *agente*, quem escreveu o livro, enquanto que o pronome *seu* só pode ser interpretado como o *possuidor*, em outros termos, o pronome *seu* só pode ser interpretado como o genitivo mais proeminente (nesse caso, o *possuidor*). Em (54b), *Maria* só pode ser interpretada como a pessoa que foi fotografada, enquanto que o pronome *sua* pode ser interpretado como *agente* ou *possuidor*, novamente, o pronome possessivo representa o genitivo mais proeminente. De acordo com os contrastes verificados em 2.4., para extração no PB, numa estrutura como a de (54a), entre o *possuidor* e o *agente*, apenas o *possuidor* poderia ser extraído para o início da sentença, na forma interrogativa, e em (54b), apenas o *agente*, fato que corresponde à generalização de Cinque supracitada.

Sobre a generalização de que apenas o sujeito do sintagma nominal pode ser extraído no italiano, Cinque propõe que isso deriva da opacidade, induzida pelo sujeito do NP, ao vestígio de outros argumentos internos a esse constituinte, o que implica assumir, de acordo com o autor, que o vestígio de um *wh* está sujeito ao Princípio A da Teoria de Ligação<sup>5,6</sup>. Além do caráter singular da proposta de Cinque, no que se refere ao fato de um vestígio de *wh* ter mesmas propriedades de licenciamento que anáforas, essa proposta nada tem a dizer sobre a possibilidade da extração de adjuntos adnominais, como ocorre no PB. Se, em termos estruturais, adjuntos são licenciados de forma distinta de argumentos, como capturar o fato de que esses constituintes possam ser extraídos, se não são licenciados como “sujeitos” do NP?

Na subseção a seguir, apresentamos a proposta de Giorgi & Longobardi (1991), que, calcados na análise de Cinque (1980), buscam capturar os contrastes de extração no italiano, sem recorrer à ideia de que vestígios de *wh* estão sujeitos ao Princípio A.

### 3.5.2. Giorgi & Longobardi (1991)

Baseados nos contrastes de ligação verificados entre os argumentos genitivos no italiano, como aqueles verificados na seção 2.3, a estrutura do sintagma nominal proposta por Giorgi & Longobardi (1991), seguindo um modelo X-barrá padrão, apresenta três diferentes níveis, nos quais, dependendo da interpretação, um genitivo pode aparecer. Assim, um argumento interno é gerado como irmão de N, o argumento externo, no nível irmão de N' e o possuidor, gerado no nível em que é irmão de N”.

Estendendo a proposta de Cinque (1980), a fim de fornecer uma teoria que permita que apenas sintagmas que possam aparecer como pronomes possessivos

---

<sup>5</sup> Ver Longobardi (1991) e obras aí citadas para a insustentabilidade da ideia de Cinque de que os vestígios de *wh* estariam sujeitos ao Princípio A da Teoria da Ligação.

<sup>6</sup> Ver Chomsky (1981) para a definição dos Princípios da Teoria da Ligação.

em posição de Spec possam ser extraídos, Giorgi & Longobardi apresentam as três condições seguintes<sup>7</sup>:

- (55) a. Existe um princípio geral determinando quais sintagmas podem aparecer na posição Spec de um NP  
 b. Todo vestígio deve ser propriamente regido por um núcleo e se um vestígio é propriamente regido por N ele deve ter um antecedente dentro da projeção máxima de N  
 c. Um vestígio na posição de [Spec, NP] pode ser regido por um núcleo externo.

(55a) deixa aberta a possibilidade de não apenas o *possuidor* ocupar a posição [Spec, NP], havendo também a possibilidade de tanto o *agente* quanto o *tema* ocupar tal posição, a partir de movimento interno ao sintagma nominal. O princípio a que (55a) faz referência, denominado “Princípio de Possessivação”, é formulado em Giorgi & Longobardi da seguinte forma:

- (56) Princípio de Possessivação<sup>8</sup>  
 O único sintagma que pode aparecer como possessivo é o argumento genitivo do NP mais alto hierarquicamente

Note-se que os autores assumem uma configuração tradicional para o sintagma nominal, anterior à proposta de Abney (1987), com o pronome possessivo ocupando a posição [Spec, NP], margem da construção nominal. De acordo com (56), nos casos em que o *possuidor* não está presente, o *agente* é o candidato para ser pronominalizado e, da mesma forma, na ausência de *possuidor* e *agente*, o genitivo *tema* é candidato para a possessivação, e, assim, é candidato para ocupar [Spec, NP].

---

<sup>7</sup> a. There exists a general principle determining which phrases may appear in the Spec of an NP  
 b. Every trace must be properly governed by a head and if a trace is properly governed by N it must have an antecedent within Nmax  
 c. A trace in the Spec NP can be governed by an external head  
 (GIORGI & LONGOBARDI (1991), p. 64, ex. (18))

<sup>8</sup> Possessivization Principle  
 The unique phrase allowed to appear as a possessive is the hierarchically highest genitive argument of an NP (GIORGI & LONGOBARDI, op. cit. p. 68, ex. (31))

No que tange à condição em (55b), é crucial para a análise de Giorgi & Longobardi a assunção de que nomes são regentes deficientes. Por esta razão, o vestígio de um complemento de N, por não ser propriamente regido por esse núcleo, tem de encontrar um antecedente dentro do NP, como ilustrado em (57), abaixo.

- (57) a. *il soldado di cui ho visto la t cattura t*  
 ‘o soldado de quem eu vi a captura’  
 b. *ne ho visto la t cattura t*  
 ‘lho vi a captura’

(GIORGI & LONGOBARDI, 1991, p. 65, ex. (21))

Como N não rege seus complementos, por ser deficiente, (55c) aparece como a única forma de um vestígio ser propriamente regido dentro do NP, que é estando na posição [Spec, NP], posição na qual é propriamente regido por uma categoria externa ao NP, como acontece similarmente em construções de Marcação Excepcional de Caso.

Assim, a única forma de um vestígio ser licenciado é encontrar-se na posição [Spec, NP], ou, como no caso em (57), se licenciado em posição de complemento, deve, mover-se através de [Spec, NP], deixando um segundo vestígio, que servirá como antecedente para o na posição de base. Disso decorre que, quando [Spec, NP] está ocupado por um *possuidor*, o movimento de um *agente* ou *tema* é bloqueado, já que o vestígio deixado pelo *agente* ou *tema* violaria ECP (não seria propriamente regido, nem encontraria antecedente dentro do NP).

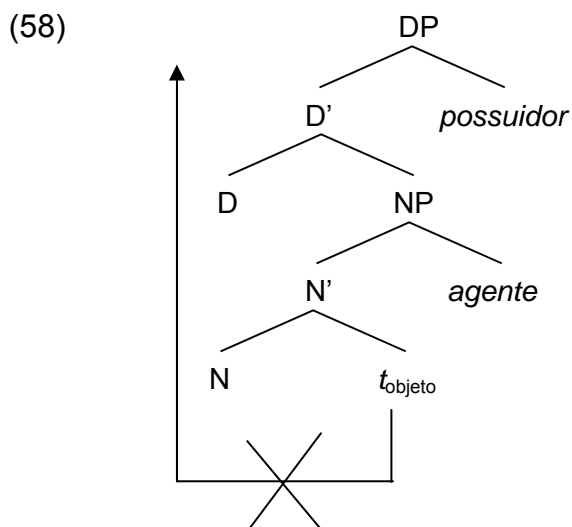
Como na análise apresentada em Cinque (1980), a análise apresentada por Giorgi & Longobardi não diz nada a respeito da configuração de adjunção de PPs no sintagma nominal, nem sobre como, em termos estruturais, a extração de um PP adjunto seria ou não licenciada. Ainda, a referida análise apresenta um problema de natureza teórica em relação à assunção da deficiência do núcleo nominal como um regente para seu complemento. Esse caráter peculiar do núcleo nominal tem sido rejeitado em análises como as de Ormazabal (1991) e Ticio (2003), já que não se adéqua à linha de investigação que assume um paralelo entre Ns e Vs.

Outra análise semelhante a dos autores é a apresentada em Torrego (1987) *apud* Ticio (2003) para o fenômeno de extração de PPs, no espanhol, a partir de construções nominais. Contudo, uma diferença primordial em relação ao trabalho de

Giorgi & Longobardi (1991) é a estrutura de DP adotada por Torrego, baseada em Abney (1987). A seguir, resumiremos a análise da autora.

### 3.5.3. Torrego (1987)

Torrego (1987) *apud* Ticio (2003), assumindo uma estrutura para as construções nominais do espanhol, tal como sugerido pela hipótese DP (ABNEY, 1987), desenvolve uma análise similar a Giorgi & Longobardi em relação às ideias de violação de ECP. Da mesma forma que proposto por esses autores, Torrego propõe que o núcleo nominal é deficiente em reger seu complemento e a extração para fora do DP tem de ser precedida por movimentos internos à construção nominal, a fim de garantir que cada vestígio obedeça ao ECP. Assim, por exemplo, um objeto, para ser extraído, tem de se mover através das duas posições de Spec disponíveis dentro do DP ([Spec, NP] e [Spec, DP]), e, nos casos em que os Specs estão ocupados, o movimento do objeto para fora do DP é bloqueado por violação de ECP: o vestígio deixado dentro do DP nem é regido lexicalmente, nem encontra antecedente. (58) representa a estrutura de DP assumida por Torrego, para o espanhol, mostrando a violação do ECP, com movimento do objeto no caso em que os Specs estão preenchidos com outros genitivos:

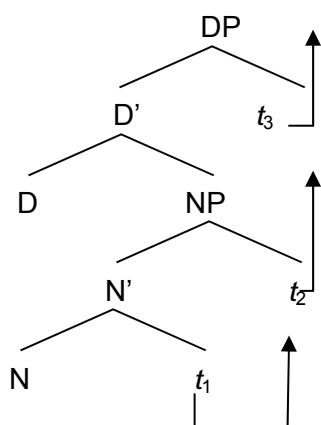


(58) representa a estrutura básica do DP proposta em Torrego (1987). Note-se que, nessa estrutura, os fenômenos de ligação discutidos em 2.3 são capturados



pelas relações de proeminência estabelecidas entre os genitivos. Assumindo que N é uma categoria incapaz de servir como regente, de acordo com o ECP, o vestígio do objeto de N está numa posição não regida lexicalmente e não encontra um antecedente dentro do domínio do DP, resultando, assim, numa estrutura agramatical. (59), por outro lado, apresenta um movimento do objeto para fora do DP a partir de movimentos de Spec em Spec, dessa vez, respeitando ECP:  $t_1$  toma  $t_2$  como antecedente, que por sua vez, toma  $t_3$  como antecedente. Note-se que embora não atendam à condição de serem regidos lexicalmente, os vestígios atendem à condição de encontrarem um antecedente próximo:

(59)



A análise de Torrego (1987), todavia, assim como a de Giorgi & Longobardi, assume uma natureza deficiente para N que, diferente de outras categorias lexicais, como V e P, não é capaz de reger seu complemento. Colocando à parte a questão da deficiência de N, o que análises como as de Giorgi & Longobardi e Torrego apresentam é a existência de movimento interno dos genitivos para a periferia do sintagma nominal, posição a partir da qual tais genitivos podem ser extraídos. Em outros termos, essas análises exploram a ideia de que existem condições impostas sobre movimentos dentro do sintagma nominal, as quais privilegiam movimentos curtos. Essa ideia, como iremos discutir no próximo capítulo, pode ser capturada por uma condição mais “minimalista” do que o ECP, a condição de *Localidade*, apresentada em Manzini (1994), a qual, por abarcar um número maior de fenômenos da língua (lacunas parasitas, CED), mostra-se mais adequada, em termos teóricos, para a análise do padrão de extração de constituintes verificado em construções nominais.

Como iremos situar logo adiante, a noção de *Localidade* é adotada por Ticio (2003), para sua análise sobre extração de PPs a partir de sintagmas nominais. Em

adição, Ticio lança mão de outra restrição, a de “anti-localidade” (GROHMANN, 2000), a qual estaria também atuando no fenômeno da extração no espanhol. Antes de apresentarmos a análise de Ticio, vamos verificar de forma breve a análise de Valois (1996) para casos de extração no francês.

#### 3.5.4. Valois (1996)

Analisando a estrutura do DP no francês, Valois apontou que o mesmo padrão de extração verificado no italiano, em relação às construções genitivas, também é verificado nesta língua. Os exemplos em (60) ilustram o padrão de extração de genitivos no francês:

- (60) a. \*La ville (theme) dont nous désapprouvons [<sub>DP</sub> l’invasion des bosniaques (agent)]  
 ‘a vila da qual desaprovamos a invasão dos bosnianos’
- b. \*De qui avez-vous (agent) donné [<sub>DP</sub> le portrait de ce collectionneur (possessor)] au musée dès Beaux-Arts?  
 ‘De quem você doou o retrato desse colecionador ao Museu de Belas Artes’
- (VALOIS, 1996, p. 369, ex. (54))

O exemplo acima mostra que no francês um genitivo *tema* não pode ser extraído quando um genitivo *agente* é realizado (60a) e, da mesma forma, a extração do genitivo *agente*, é bloqueada em (60b) pela presença do *possuidor*.

Para dar conta dos contrastes de extração no francês, Valois lança mão da análise proposta em Giorgi & Longobardi, apresentada aqui anteriormente, assumindo, dessa forma, que nomes são deficientes enquanto regentes e, para atender ao ECP, o vestígio de um sintagma extraído de dentro do DP deve aparecer em [Spec, DP], a fim de que o vestígio *in situ* seja regido por antecedência. Assim, por exemplo, o vestígio do *tema* em (60a) não encontra um antecedente dentro do DP, violando ECP.

Com vimos anteriormente, esse tipo de análise não parece ser teoricamente desejável, uma vez que o estatuto de N como uma categoria deficiente parece pouco plausível. No mais, como o abandono da noção de regência, em termos minimalistas, é um resultado desejável, esse tipo de análise carece de reformulação.

### 3.5.5. Ticio (2003)

O trabalho de Ticio (2003) abarca um número considerável de fenômenos observados em construções nominais do espanhol, como extração de argumentos e adjuntos, ordem de adjetivos e elipse. No entanto, nesta seção, oferecemos um panorama mais restrito de sua análise, focalizando especificamente sua proposta para as restrições de extração de genitivos no espanhol.

Em seu estudo, Ticio (2003) assume a divisão do DP em diferentes domínios prolíficos, baseada no mesmo tipo de divisão que Grohmann e Haegeman (2002) propõem para dar conta de fenômenos de duplicação de possessivos em DPs de línguas como o holandês ocidental (*West Flemish*). A noção de domínio prolífico, bem como a noção de *anti-localidade*, como condição atuante para movimentos em cada domínio prolífico, adotadas em Ticio, são baseadas na proposta em Grohmann (2000).

A divisão da sentença em três domínios prolíficos, tal como proposta em Grohmann (op. cit.), busca capturar diferentes tipos de movimentos que ocorrem no domínio da sentença, e que não são permitidos pela gramática. Baseado nos tipos de movimentos não permitidos, devido, principalmente, à natureza da extensão do movimento (movimentos muito curtos de constituintes), Grohmann propõe a divisão da sentença nos três seguintes domínios:

$$(61) \quad CP_{\omega D} > AgrP_{\varphi D} > vP_{\theta D}$$

O domínio  $vP_{\theta D}$  corresponde à parte da derivação em que as relações temáticas são criadas, é o domínio que contém o predicado e seus argumentos;  $AgrP_{\varphi D}$  é o domínio em que as propriedades de concordância são licenciadas, onde argumentos podem ser licenciados para Caso e traços- $\varphi$ ;  $CP_{\omega D}$  corresponde ao

domínio em que informações discursivas são estabelecidas. De acordo com Grohmann, cada um desses domínios forma uma parte da derivação em que as componentes FF e FL avaliam a derivação. A noção de domínio prolífico de Grohmann é dada a seguir:

(62) Domínio prolífico<sup>9</sup>

Um Domínio prolífico é uma parte contextualmente definida do sistema computacional, que (i) provê às interfaces as informações relevantes para o contexto e (ii) consiste de estrutura interna, interagindo com operações derivacionais.

(GROHMANN, 2000, p.58)

A delimitação desses três domínios permite traçar um limite dentro do qual a ocorrência de um mesmo objeto, mais de uma vez, leva à violação da condição de “anti-localidade” e, se de alguma forma, a duplicidade do objeto é verificada dentro de um mesmo domínio, isso apresenta reflexos drásticos em termos de *output*. Exemplos desses reflexos drásticos no *output* podem ser observados em casos de movimento curto de um argumento dentro do mesmo domínio, em que tanto o elemento movido quanto a sua cópia deixada na posição de onde foi movido são realizados por diferentes formas fonológicas por FF. É o caso de análises como as de Hornstein (1999) para movimento em construções de reflexivos como a representada em (63), a seguir:

(63) John<sub>i</sub> likes himself<sub>i</sub>  
‘John se gosta’

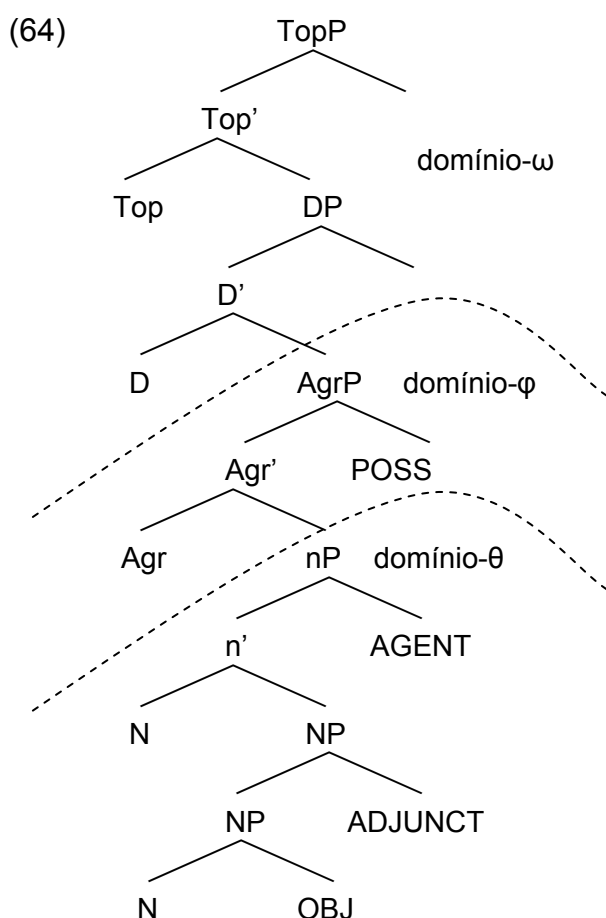
Numa teoria como a apresentada em Hornstein (1999), (63) apresenta duas ocorrências de um mesmo objeto, *John*, o qual foi movido da posição de objeto para a posição temática de sujeito, resultando em duas ocorrências de *John* dentro do domínio temático. Assumindo a teoria de Grohmann, brevemente resenhada aqui, numa teoria de movimento para construções com reflexivos, como a construção em

---

<sup>9</sup> Prolific Domain: A prolific Domain is a contextually defined part of the computational system, which (i) provides the interfaces with the information relevant to the context and (ii) consists of internal structure, interacting with derivational operations.

(63), a realização fonética de *himself* pode ser pensada como resultado da ação da condição de “anti-localidade”. Note-se que, apesar de em termos sintáticos *John* e *himself*, em (63), serem duas ocorrências de um mesmo objeto, as formas fonéticas de realização são distintas, condizendo com a forma pela qual a noção de *anti-localidade* é efetivada em cada Domínio prolífico.

Lançando mão da proposta de domínios prolíficos, Ticio (2003) propõe que, assim como a sentença, o DP do espanhol apresenta três domínios prolíficos: o domínio temático, que contém o predicado e seus argumentos; o de concordância (*agreement*), onde os argumentos podem receber Caso e traços-*phi* e o domínio do discurso, em que a informação do discurso é decodificada. A autora assume uma estrutura interna do DP como ilustrada em (64):



A projeção de uma categoria como TopP segue o paralelo encontrado no domínio da sentença em propostas como as de Rizzi (1997), para quem categorias

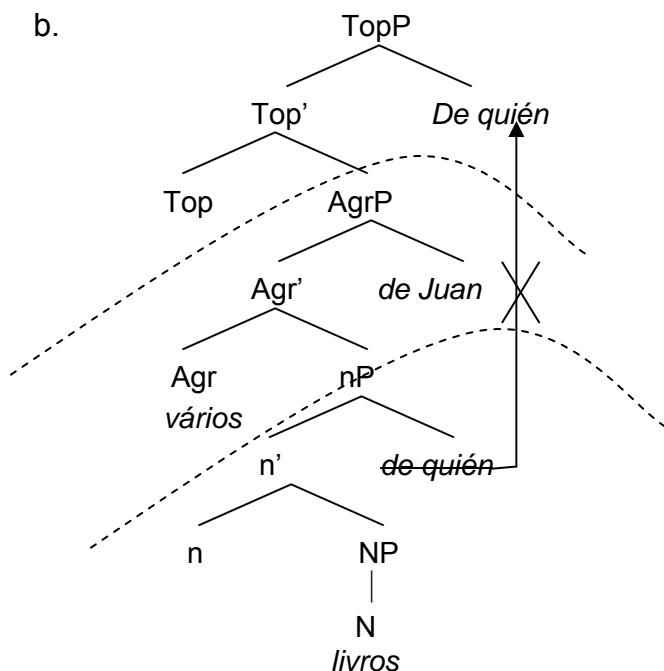
como TopP, FocP, além de CP, são projetadas. Embora nas línguas românicas, em geral, uma posição como TopP na margem do DP, a princípio, pareça não se justificar empiricamente, línguas como o holandês ocidental (West Flemish), como será discutido no próximo capítulo, são evidências a favor de tal projeção. Como margem da construção nominal, [Spec, TopP] é a posição que serve como “válvula de escape” para constituintes extraídos de dentro do DP. A projeção *nP* é postulada em paralelo com a projeção *vP* no domínio da sentença, onde o argumento externo é licenciado; AgrP corresponde à NUMP de Ritter (1991), projeção relacionada a traços de número.

Para as restrições de movimento operantes no DP, Ticio assume a hipótese de *anti-localidade*, como desenvolvida em Grohmann (2000), o que implica que um elemento deve mover-se apenas de um domínio a outro e não dentro de um mesmo domínio, a não ser que alguma evidência do contrário seja observada na interface, caso não atestado em construções nominais do espanhol. Em adição à restrição de movimento apenas de um domínio a outro, Ticio também propõe que os movimentos dentro do DP do espanhol cruzam apenas uma única projeção máxima em cada passo da derivação, seguindo análise similar àquela desenvolvida em Manzini (1994)<sup>10</sup>. A seguir, discutimos de que forma essas duas restrições para movimento dão conta dos contrastes de extração verificados no espanhol.

Similar ao que ocorre no PB, no espanhol, em construções de múltiplos genitivos, o *possuidor* bloqueia a extração do *agente* e do *tema*, mas o *agente* e o *tema* não bloqueiam a extração do *possuidor*, o *agente* bloqueia a extração do *tema*, mas não o contrário; e o *tema* só pode ser extraído na ausência de *possuidor* e *agente* (cf. TICIO, 2003). (65a), a seguir, é agramatical no espanhol devido à extração do *agente* para o início da sentença, deixando o *possuidor in situ*. (65b) é a representação arbórea para (65a):

- (65) a.\*¿[De quién<sub>agente</sub>] has leído [varios libros *t*<sub>agente</sub> [de Juan<sub>possuidor</sub>]]?  
 ‘De quem você leu vários livros do João?’

<sup>10</sup> A análise de Manzini (1994) será apresentada no capítulo 4.



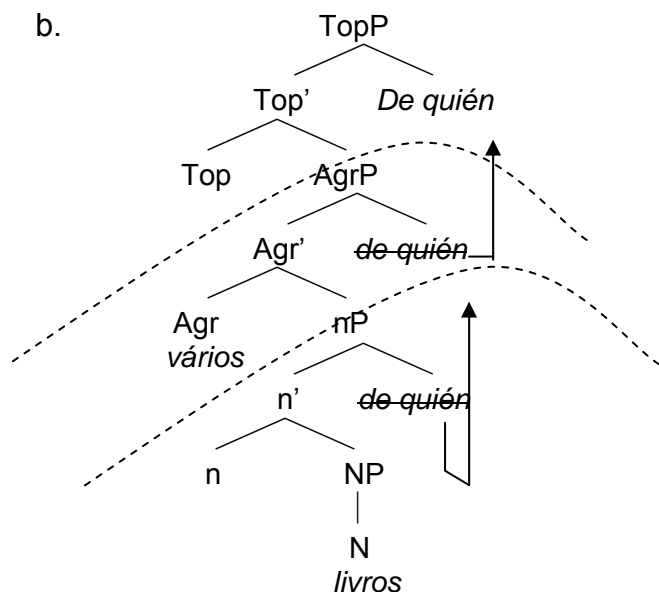
(TICIO, 2003, p. 85, ex. (71) e (72))

Note-se que, em (65), temos um sintagma nominal indefinido. Nesse caso, Ticio argumenta que DP não é projetado, diferenciando, assim, sintagmas nominais definidos, os quais projetam DP, dos indefinidos, destituídos de uma projeção DP. Essa diferença, como veremos mais adiante, é o que permite Ticio explicar os contrastes de extração em relação à definitude no espanhol<sup>11</sup>.

De acordo com (65b), a agramaticalidade de (65a) se dá, de acordo com a proposta de Ticio, porque o movimento realizado pelo *agente* cruza a projeção máxima AgrP. Se, nesse caso, o genetivo *possuidor* não tivesse sido projetado, o *agente* poderia ter sido movido previamente para [Spec, AgrP] e, em seguida, alcançado a posição [Spec, TopP], posição a partir da qual seria movido para o início da sentença, algo como ilustra (66):

- (66) a. ¿[De quién<sub>agente</sub>] has leído [vários libros <sub>t<sub>agente</sub></sub>]?  
 'De quem você leu vários livros?'

<sup>11</sup> Ver seção 2.4.1., onde dados do espanhol mostram que em contextos definidos, agente e possuidor não podem ser extraídos, apenas tema.



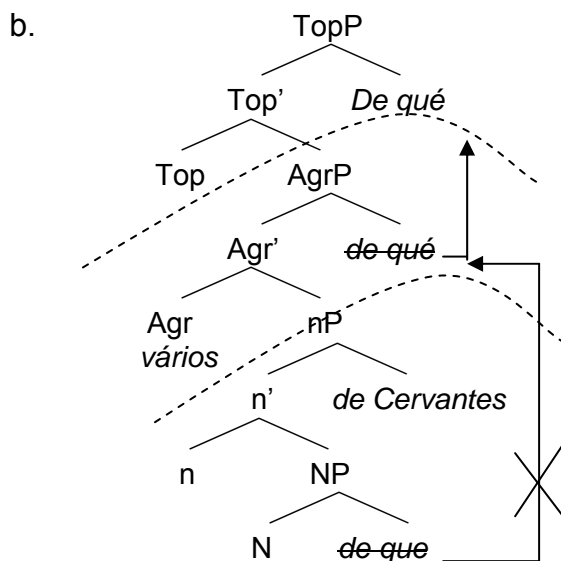
(66b) mostra que os movimentos do genitivo *agente* até chegar em [Spec, TopP] não cruzam projeções máximas e se dão de um domínio a outro, atendendo às restrições de movimento como propostas por Ticio, resultando na construção gramatical (66a).

De forma semelhante, a presença do *possuidor* bloqueia a extração do *tema* porque, nesse caso, para chegar à posição [Spec, TopP], o genitivo *tema* teria de cruzar a projeção AgrP cujo Spec está ocupado pelo *possuidor*.

(67a), abaixo, é uma construção má formada do espanhol, em que o *tema* foi extraído para o início da sentença, cruzando a projeção em que o genitivo *agente* é projetado. (67b) mostra a violação que um movimento como em (67a) implica:

- (67) a. \*¿De qué has leído [varios libros [<sub>t<sub>tema</sub></sub>] de Cervantes]?  
 ‘De que você leu vários livros de Cervantes?’





(TICIO, 2003, p. 87, ex. (74a) e (74b))

O movimento do *tema*, na presença do *agente*, cruza a projeção máxima *nP*, resultando na construção agramatical em (67a). De acordo com Ticio, na ausência do *agente*, *nP* não é projetado e, assim, o *tema* pode se mover para o domínio de concordância (para a posição [Spec, AgrP]), sem cruzar nenhuma projeção máxima e, em seguida, mover-se para [Spec, TopP].

Para dar conta de impossibilidades de extração de constituintes do DP, quando este é introduzido por um artigo definido<sup>12</sup>, Ticio assume, seguindo propostas como as de Abney (1987), Bernstein (1993) e Zampareli (2000), que nem todo determinante é gerado em D. Assumindo com Milsark (1977) uma divisão entre determinantes fortes e fracos, a autora propõe que apenas os fortes projetam DP e que os fracos são gerados em AgrP. Os demonstrativos e artigos definidos seriam determinantes fortes e projetariam DP, logo, a impossibilidade de extração de constituintes de dentro de DPs definidos estaria no fato de que qualquer genitivo, para alcançar [Spec, TopP], teria que cruzar a barreira DP<sup>13</sup>.

Em resumo, a proposta de Ticio, para o fenômeno da extração no espanhol, assume a existência de duas restrições para movimentos dentro do DP: (i) o movimento não pode cruzar uma projeção máxima (Condição de *Localidade*,

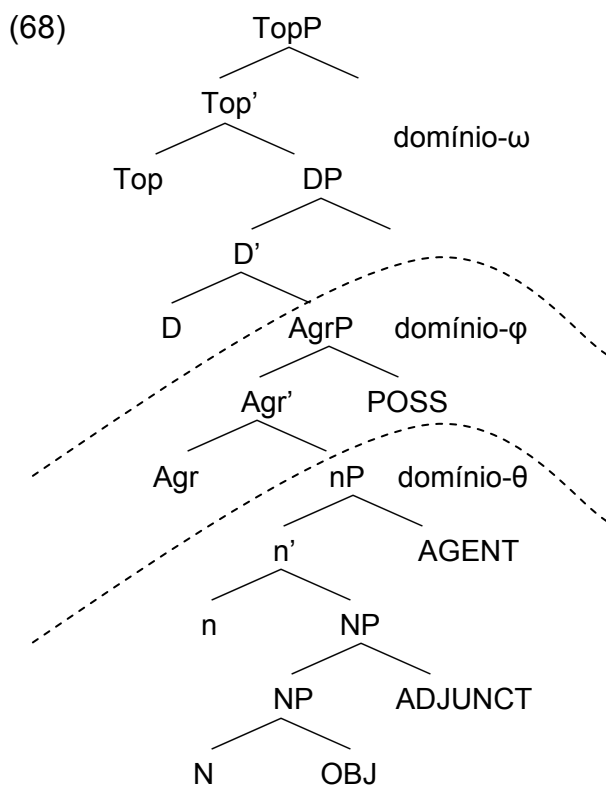
<sup>12</sup> Ver seção 2.4.1.

<sup>13</sup> No caso da possibilidade de extração do genitivo *tema* a partir de DPs definidos no espanhol, Ticio assume que, de alguma forma, existe uma relação direta entre a realização do *tema* e a presença de um determinante fraco, o que permite a extração desse genitivo. Essa relação, contudo é um ponto deixado a ser explorado na análise da autora.

baseada em Manzini (1994)) e (ii) o movimento tem de se dar de um domínio a outro (Condição de *anti-localidade*, baseada em Grohmann (2000)). Com base nessas duas restrições para movimento, iremos apresentar uma análise semelhante para os casos de extração de genitivo no PB, embora rejeitando a assunção de Ticio de não projeção da categoria DP nos casos de DPs indefinidos. Em adição, a estrutura de DP a ser apresentada para o PB difere da apresentada por Ticio para o espanhol, no que se refere à delimitação do domínio prolífico. A seguir, discutimos os dados de extração do PB, levando em consideração a estrutura de DP proposta em Ticio.

### 3.5.5.1. Adotando a análise de Ticio (2003)

O principal problema da estrutura do DP proposta em Ticio (2003), para dar conta dos contrastes de extração de genitivos no PB, diz respeito às construções de DPs definidos nesta língua, que permitem livre extração de genitivos. A estrutura do DP proposta em Ticio, ilustrada em (64), acima, é repetida a seguir, em (68).



Suponhamos que o DP no PB apresente uma configuração semelhante à apresentada em (68). A assunção de que DP não é projetado para sintagmas nominais indefinidos teria de ser crucialmente assumida para dar conta do livre padrão de extração verificado a partir de DPs indefinidos no PB, discutidos na seção 2.4. Dessa forma, uma vez que DP não fosse projetado, um genitivo – diga-se, o *possuidor*, por exemplo – alcança [Spec, TopP] sem cruzar uma projeção máxima, de acordo com a análise de Ticio.

Todavia, nos casos de DPs definidos, de acordo com essa proposta, a extração de nenhum genitivo seria permitida, uma vez que DP seria projetado servindo como barreira para o movimento do genitivo até [Spec, TopP]. Com intuito de salvar a proposta para dar conta da extração de DPs definidos no PB, poderíamos, *a priori*, propor que, no PB, o movimento do genitivo se dá primeiro para a posição de [Spec, DP] e, em seguida, para [Spec, TopP], não violando, assim, a condição de localidade sobre o movimento. Porém, o movimento de [Spec, DP] para [Spec, TopP] se dá dentro de um mesmo domínio, e, como nenhum efeito drástico de *output* é observado em casos de extração a partir de DPs definidos no PB, tal movimento não encontra evidência a favor.

### 3.6. Síntese do capítulo

Neste capítulo, centramos a discussão no quadro descritivo das construções genitivas do PB, partindo de uma caracterização dessas construções conforme delineada em Müller (1997) e, em seguida, a partir do fenômeno de ligação de anáfora dentro de DPs, mostramos que as construções com múltiplos genitivos no PB se estruturam na seguinte relação de proeminência: *possuidor* > *agente* > *tema*. Os contrastes de extração verificados na seção 2.4. mostraram que a presença de um genitivo mais alto na estrutura bloqueia a extração de qualquer genitivo gerado abaixo deste, seguindo um padrão geral do que ocorre nas demais línguas românicas. Em adição, observamos também que o PB apresenta uma extração mais livre de genitivos em relação a línguas como o espanhol ou inglês, que apresentam restrições para extração em relação à definitude do DP. Por último, apresentamos algumas análises realizadas para dar conta do fenômeno da extração em línguas

românicas e apontamos algumas limitações destas para dar conta dos dados discutidos do PB.

No capítulo que segue, tomando como ponto de partida a estrutura do DP proposta em Ticio (2003), apresentaremos e defenderemos nossa proposta para os casos de extração verificados no PB.

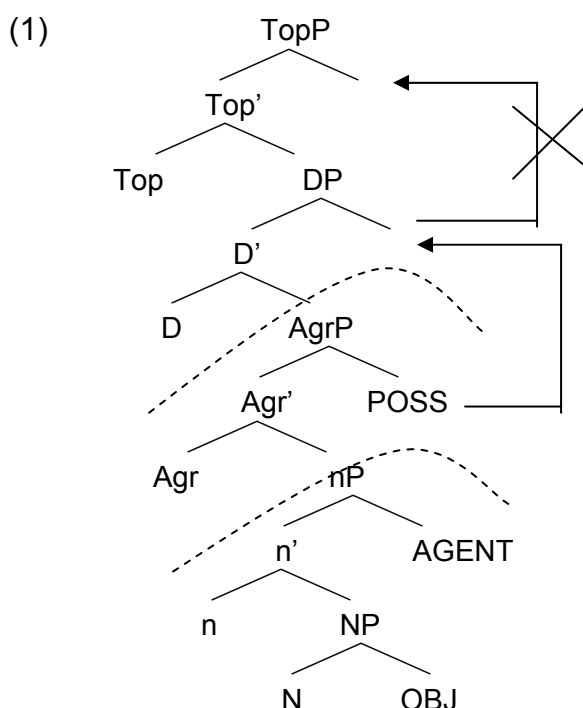
## 4. A Estrutura do DP no PB

### 4.1. Introdução

Neste capítulo, apresentamos uma proposta de estrutura do DP para o PB, a fim de acomodar os fenômenos de ligação observados em construções de múltiplos genitivos, bem como as restrições de extração em tais construções, conforme apresentados no capítulo anterior. Assumindo a divisão do DP em domínios prolíficos como em Grohmann (2000, 2003), Grohmann & Haegeman (2002) e Ticio (2003), conforme iremos argumentar, no PB, diferente do que foi proposto por Ticio (2003) para o DP do espanhol, o núcleo D é o *locus* de traços de concordância, o qual está relacionado ao licenciamento de genitivos e, como consequência, a projeção DP integra o domínio prolífico de concordância nesta língua. Argumentamos ainda que uma posição [Spec, FP], acima da projeção DP, é uma posição disponível no PB para *stranding* do genitivo. O capítulo está dividido da seguinte forma: na seção 4.2., apresentamos uma proposta de estrutura do DP para o PB, diferenciando da estrutura proposta em Ticio (2003) para o DP do espanhol; na seção 4.3., apresentamos o tipo de restrição imposta pelo sistema computacional, a qual os movimentos de constituintes estão submetidos; na seção 4.4., discutimos dois aparentes problemas de ordem empírica para a nossa análise, a saber, a ordem do quantificador *todos* dentro do sintagma nominal no PB e construções com movimento parcial do DP; na seção 4.5., discutimos a nossa proposta de que D no PB é *locus* de traços de concordância e, como tal, é um núcleo que licencia argumentos genitivos, no que se refere a Caso; por fim, na seção 4.6., apresentamos uma síntese conclusiva do capítulo.

## 4.2. A estrutura do DP no PB

Conforme discutimos no capítulo anterior, o principal problema para a adoção da estrutura de DP proposta por Ticio (2003), para dar conta dos casos de extração no PB, diz respeito à projeção de DP em sintagmas nominais definidos nesta língua. Sintagmas nominais definidos projetariam DP, bloqueando qualquer movimento de genitivo, como ilustrado em (1)



De acordo com a análise desenvolvida em Ticio (2003), o movimento do *possuidor* para [Spec, DP] é permitido, em (1), uma vez que cruza apenas uma projeção máxima (AgrP) e se dá de um domínio a outro. Contudo, o segundo movimento, para [Spec, TopP], é bloqueado devido à condição de “anti-localidade” que proíbe o movimento dentro de um mesmo domínio.

(1) prevê, dessa forma, que a extração a partir de DPs definidos não é permitida. Contudo, como mostramos no capítulo anterior, o padrão de extração a partir de DPs definidos no PB difere daquele encontrado no espanhol e no inglês, sugerindo que uma condição de “anti-localidade” parece não atuar.

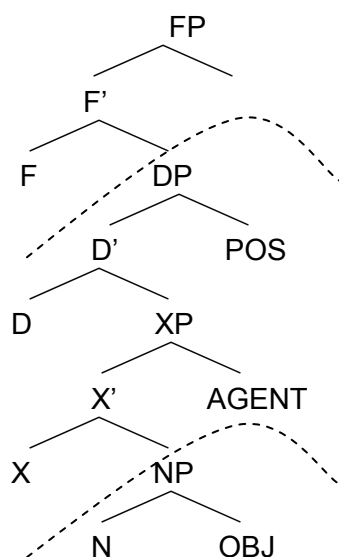
Embora na teoria desenvolvida em Ticio, (1) seja um caso de violação de “anti-localidade”, a proposta que vai ser apresentada aqui para dar conta do padrão

de extração no PB lança mão apenas de uma única restrição de movimento, a restrição de localidade, nos termos de Manzini (1994), que tem uma primeira formulação em Chomsky (1986a), com a noção de barreira. Uma segunda restrição para movimentos, como a de “anti-localidade”, será dispensada. Conforme veremos, a proposta de que apenas a condição de localidade é operante para os movimentos internos ao DP, permite acomodar de forma mais plausível o padrão de extração do PB.

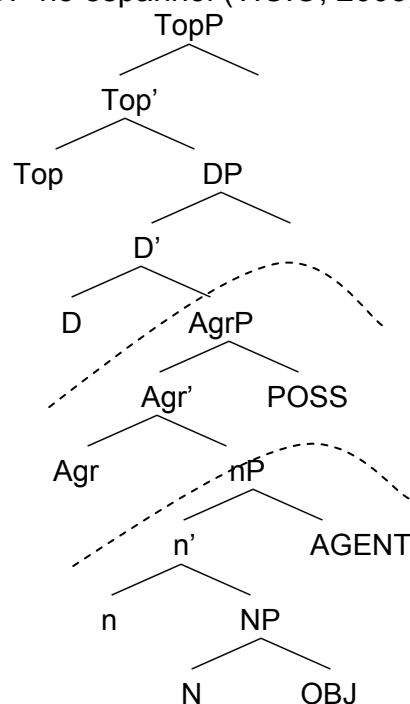
Além de mais adequada para capturar os padrões de extração entre o PB, a análise a ser apresentada, por assumir apenas uma única restrição sobre movimentos – em vez de duas, como na proposta de Ticio – é, em termos teóricos, mais desejável.

Em relação à estrutura do DP, nossa análise também difere da de Ticio. (2a), a seguir, é a estrutura do DP no PB que será assumida em nossa análise e empiricamente motivada a partir dos dados que serão discutidos ao longo deste capítulo (FP equivalente a TopP de GROHMANN (2000)). (2b) é a estrutura original proposta em Ticio para o espanhol.

(2) a. DP no Português Brasileiro



b. DP no espanhol (TICIO, 2003)



(2a) é uma estrutura que captura os fenômenos de ligação discutidos no capítulo anterior, permitindo que uma anáfora realizada dentro do genitivo *tema* seja

ligada pelo *agente* ou pelo *possuidor*, ou que o *possuidor* possa ligar uma anáfora realizada dentro do *agente*. Três diferenças entre (2a) e (2b) são cruciais: (i) DP no PB constitui o domínio prolífico de concordância no sintagma nominal; (ii) como parte do domínio de concordância, a projeção DP é quem licencia o genitivo *possuidor*; (iii) o genitivo *agente* é licenciado por uma categoria integrante do domínio de concordância. A proposta de que o *agente* é projetado fora do domínio temático, conforme iremos discutir mais adiante, permite capturar algumas propriedades que esse genitivo apresenta, que o diferencia do que iremos denominar de *verdadeiros* argumentos.

Tendo apresentado a arquitetura de DP proposta, neste trabalho, para o PB, passemos, então, à formalização da restrição de movimento que atua nos fenômenos de extração de genitivos nesta língua.

#### 4.3. Restrições de extração

Seguindo a intuição por trás das análises resenhadas no capítulo anterior, de que o fenômeno da extração de genitivos procede via movimentos extremamente curtos dentro do DP, a teoria de movimento a ser adotada aqui tem sua versão primeiramente formulada pela teoria de barreiras, como proposta em Chomsky (1986a). Conforme iremos discutir, a teoria delineada no referido trabalho permite acomodar de forma bastante sucedida o padrão de extração verificado no PB.

A ideia básica da restrição sobre movimento que será apresentada aqui pode ser concebida, em termos gerais, da seguinte forma: entre duas ocorrências de um mesmo objeto, pode haver uma e somente uma barreira. Essa ideia básica de restrição pode ser expressa pela noção da *Condição de Subjacência* imposta pelo sistema computacional, conforme formulada em Chomsky (1986a), e apresentada em (3)<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Nas palavras de Chomsky (1986a, p. 30): in a well formed chain with a link  $(\alpha_i, \alpha_{i+1})$ ,  $\alpha_{i+1}$  must be 1-subjacent to  $\alpha_i$ .



(3) Numa cadeia bem formada com um *link*  $(\alpha_i, \alpha_{i+1})$ ,  $\alpha_{i+1}$  deve estar 1-subjacente a  $\alpha_i$ .

onde 1, em “1-subjacente”, faz referência à quantidade de barreiras que deve quebrar a subjacência entre os dois termos que formam um *link* (cf. LASNIK & SAITO, 1992). Em outras palavras, (3) estabelece que entre duas ocorrências de um mesmo objeto deve haver uma e somente uma barreira.

A violação de (3) consiste numa violação de Subjacência. (4) é a definição barreira de Chomsky (1986a):

- (4)  $\gamma$  é uma barreira para  $\beta$  sse (a) ou (b):
- a.  $\gamma$  imediatamente domina  $\delta$ ,  $\delta$  uma BC para  $\delta$
  - b.  $\gamma$  é uma Categoria de Bloqueio (BC, *Blocking Category*) para  $\beta$ ,  $\gamma \neq IP$
- (CHOMSKY, 1986a, p. 14, ex. (26))

(4), por sua vez, requer que apresentemos a noção de Categoria de Bloqueio (BC), a qual é apresentada em (5). (6) e (7) são definições implicadas por essa noção.

- (5)  $\gamma$  é uma BC para  $\beta$  sse  $\gamma$  não é L-marcada e  $\gamma$  domina  $\beta$ .
- (CHOMSKY, 1986a, p. 14, ex. (25))

- (6)  $\alpha$  L-marca  $\beta$  sse  $\alpha$  é uma categoria lexical que  $\theta$ -rege  $\beta$ .
- (CHOMSKY, 1986a, p. 15, ex. (28))

- (7)  $\alpha$   $\theta$ -rege  $\beta$  sse  $\alpha$  é uma categoria de nível zero que  $\theta$ -marca  $\beta$ , e  $\alpha$ ,  $\beta$  são irmãos.
- (CHOMSKY, 1986a, p. 15, ex. (27))

Vejamos primeiro a noção de L-marcação. Em vez de nos referirmos à noção de regência, da forma em que (6) e (7) se referem, iremos nos referir apenas à relação estrutural que permite o fenômeno de L-marcação. Dessa forma, (6) e (7) serão parafraseados (e interpretados) como a seguir:

- (8)  $\beta$  é L-marcado se é irmão do núcleo lexical que lhe atribui papel temático.

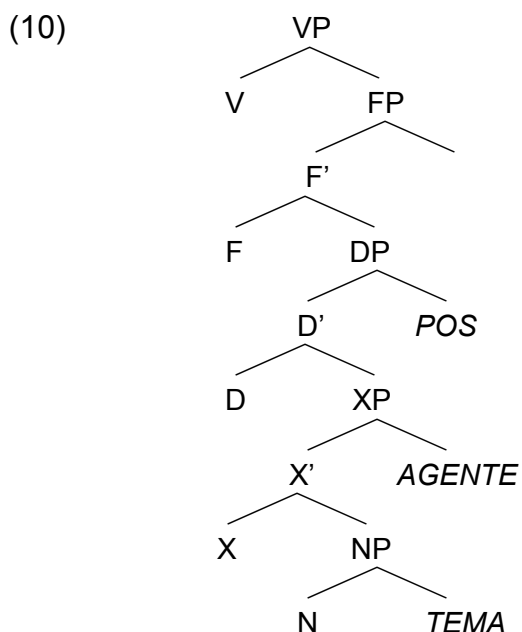
Para ilustrar o fenômeno da L-marcação, tome-se, por exemplo, o caso do sujeito e do objeto dentro de VP. Assumindo análises em que o sujeito é gerado em [Spec, VP], temos a seguinte configuração:

- (9) [<sub>VP</sub> sujeito [<sub>V'</sub> [V objeto]]]

O verbo atribui papel temático tanto ao sujeito, quanto ao objeto, mas apenas o objeto é L-marcado já que este é irmão de V.

Fazendo agora a relação entre (4) e (6), a fim de capturar a noção de barreira, temos que qualquer projeção máxima XP que domine um objeto Y e que não seja irmã de um núcleo lexical, constitui uma *Categoria de Bloqueio* e, se  $XP \neq IP$ , XP é uma barreira para o movimento de Y.

Vejamos agora de que forma as noções em (4) e (6) permitem acomodar o caso de extração de genitivos no PB, partindo da estrutura de DP em (2a), repetida aqui em (10), inserida num VP:



Conforme (10) mostra, duas posições são L-marcadas: FP, que está em posição de irmandade com o núcleo lexical V, o qual atribui papel temático à construção

nominal como um todo, e a projeção do *tema*, que é irmã do núcleo N, o qual lhe confere papel-temático.

Por ser uma projeção L-marcada, FP não desempenha papel de *Categoria de Bloqueio* para extração, um resultado desejável, já que empiricamente a extração de constituintes para fora do DP é permitida.

As projeções DP, XP e NP não são irmãs de núcleos lexicais. Como (10) mostra, DP é irmão de F, XP é irmão de D e NP é irmão de X. F, D e X são categorias funcionais e não atribuem papel temático. DP, XP e NP são, portanto, projeções não L-marcadas, isto é, projeções que não estão em posição de irmandade com núcleo lexical atribuidor de papel temático, seguindo a definição de L-marcação de Chomsky (1986a).

Como projeções não L-marcadas, DP, XP e NP se tornam *Categorias de Bloqueio* para constituintes que dominam e, como são diferentes de IP, também constituem barreiras. Em outros termos, NP é uma barreira para o movimento do *tema*, XP é barreira para movimento de *agente* e DP é barreira para movimento de *possuidor*.

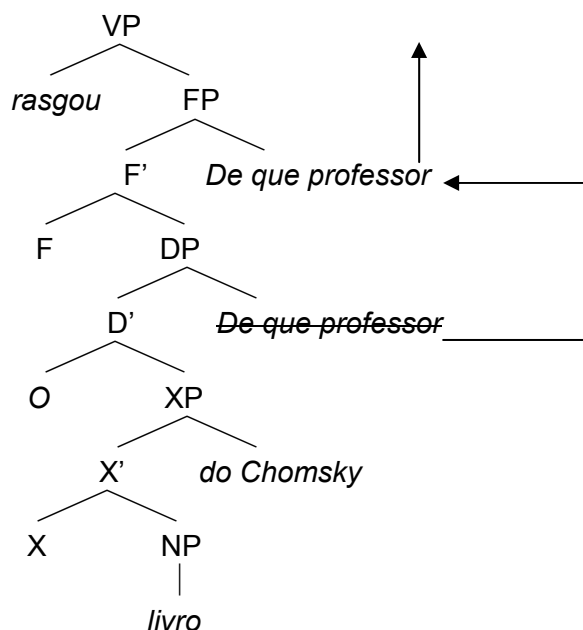
Consideremos o caso da extração do *possuidor* no PB.

Conforme discutido no capítulo anterior, um genitivo com interpretação de *possuidor* pode ser extraído tanto de DPs definidos, como indefinidos e a presença de *agente* ou *tema* não bloqueia sua extração, como podemos verificar em (11):

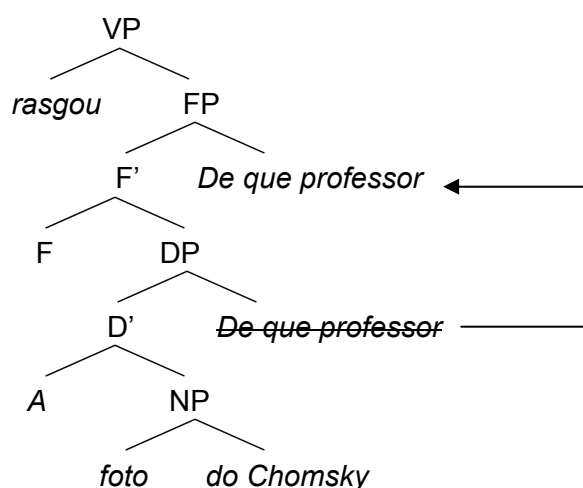
- (11) a. [<sub>possuidor</sub> *De qual professor*] você rasgou o livro [<sub>agente</sub> do Chomsky]?  
 b. [<sub>possuidor</sub> *De qual professor*] você rasgou a foto [<sub>tema</sub> do Chomsky]?

Este quadro se dá porque as projeções que hospedam *agente* e *tema* não contam como barreira para a extração do *possuidor* e, portanto, o movimento prévio que o *possuidor* tem de realizar para atingir a periferia do DP cruza apenas uma única barreira, não violando Subjacência. (12) ilustra o movimento do *possuidor* até a margem da construção nominal para os casos de (11a) e (11b), respectivamente:

(12) a.



b.



O movimento do *possuidor* até [Spec, FP], tanto em (11a) quanto em (11b), cruza apenas uma barreira, DP, não violando, portanto, Subjacência.

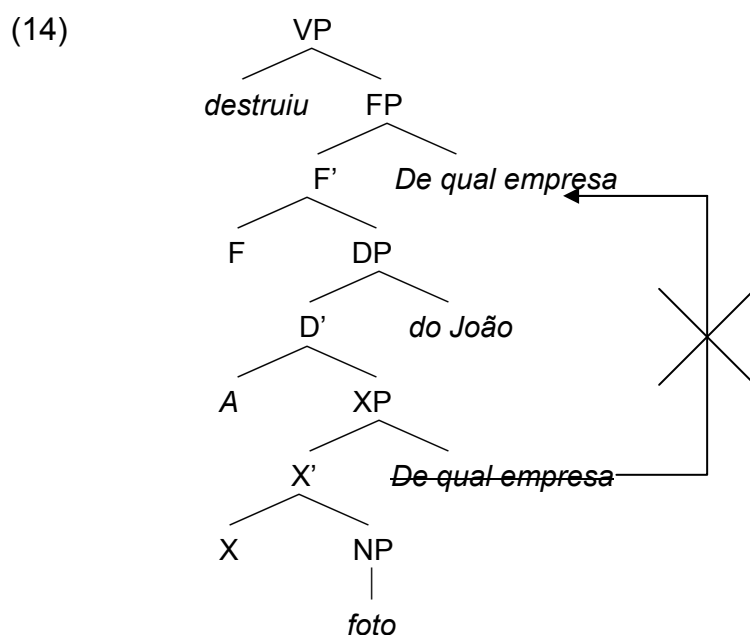
Os exemplos dados em (11) e (12) ilustram a extração a partir de DPs definidos. Para os casos de DPs indefinidos, diferente do que propõe Ticio (2003), assumamos que DP projeta, hospedando o *possuidor*, e a extração deste se dá nos mesmos moldes que em (12).

Passemos agora ao caso da extração do genitivo *agente*. Conforme descrito no capítulo anterior, o *possuidor* bloqueia a extração do *agente*, mas *tema* não bloqueia a extração do *agente*. Vamos assumir aqui que o corolário de projeções funcionais no domínio de concordância do DP só projeta quando necessário e, dessa forma, XP só projeta em casos de necessidade de se fornecer Caso a um

genitivo. Como a projeção DP constitui um *locus* para atribuição/checagem de genitivo, tal Caso pode ser atribuído/checado por D a qualquer genitivo presente, quando necessário. Dessa forma, na ausência do *possuidor*, o *agente* é licenciado por DP e XP não é projetado. Sendo este o caso, apresentamos exemplos de extração do *agente* em (13).

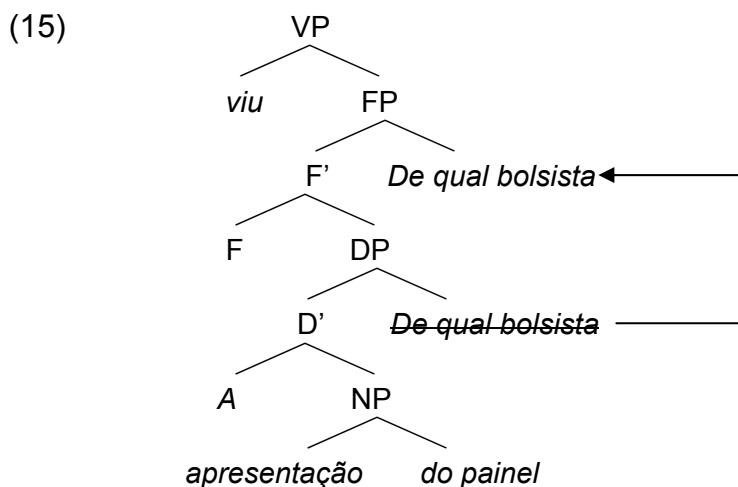
- (13) a. \*[<sub>agente</sub> De qual empresa] você destruiu o carro [<sub>possuidor</sub> do João] ~~de qual empresa?~~ (cf. Você destruiu o carro do João da Ford.)  
 b. [<sub>agente</sub> De qual bolsista] você viu a apresentação [<sub>tema</sub> do painel] ~~de qual bolsista?~~

(13a) é uma sentença agramatical porque o movimento que o *agente* realiza dentro do DP para atingir a periferia da sentença cruza duas barreiras, XP e DP, conforme ilustrado em (14):



Como a posição [Spec, DP] está ocupada pelo *possuidor*, o movimento do *agente* para a periferia da construção nominal não pode se dar via [Spec, DP], assim, (14) viola Subjacência.

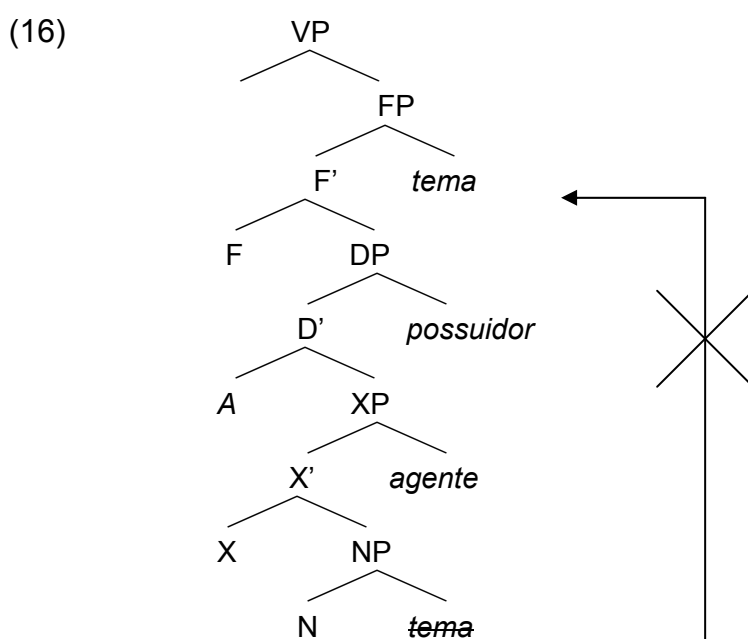
(13b) é representado na configuração arbórea em (15):



(13b), representada parcialmente em (15), não projeta um genitivo *possuidor* e, assim, o *agente* é licenciado em [Spec, DP] e seu movimento para a periferia do DP, com fins de extração, cruza apenas uma barreira, DP, atendendo à condição de Subjacência. A projeção máxima que licencia o genitivo *tema*, NP, não interfere no movimento que o *agente* realiza em (15).

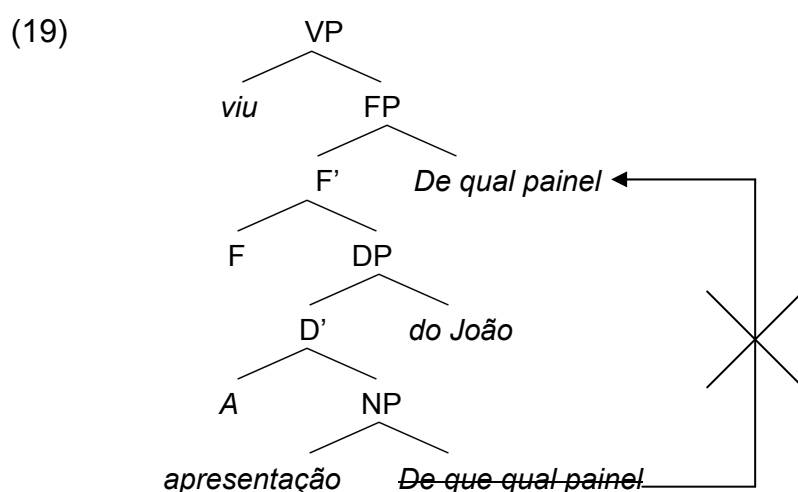
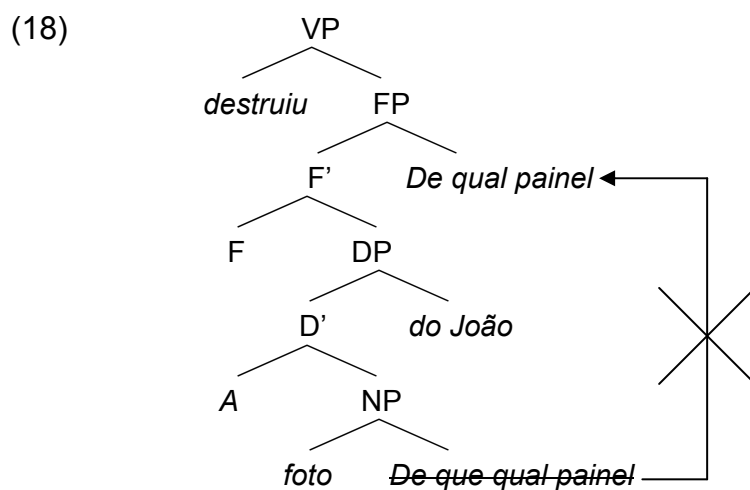
Vejamos agora como essa teoria de movimento dá conta dos contrastes de extração de genitivo *tema*.

(16), a seguir, mostra a violação que o movimento do *tema* realizaria no caso em que o *possuidor* e o *agente* fossem também projetados na estrutura:



Conforme (16) mostra, o movimento do *tema* para a periferia do sintagma nominal na presença do *agente* e do *possuidor* cruza três barreiras, NP, XP e DP, e, portanto, não é licenciado pelo sistema. A condição imposta pela noção de Subjacência adotada aqui também acomoda os casos em (17a) e (17b), representados estruturalmente em (18) e (19), respectivamente:

- (17) a. \*[<sub>tema</sub> De qual painel] você destruiu a foto [<sub>possuidor</sub> do João] ~~de qual painel?~~  
 b. \*[<sub>tema</sub> De qual painel] você viu a apresentação [<sub>agente</sub> do João] ~~de qual painel?~~



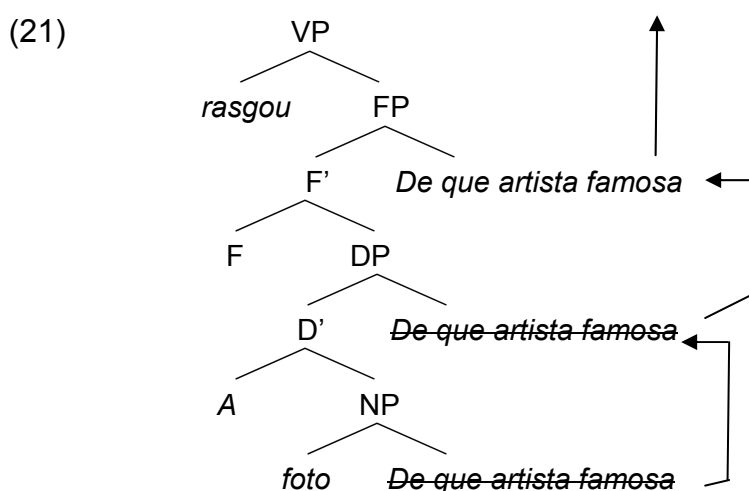
(18) e (19) são configurações idênticas, embora que, no primeiro caso, [Spec, DP] está ocupado por um genitivo *possuidor* enquanto que em (19) [Spec, DP] está

ocupado por um genitivo *agente*. Conforme vamos discutir na seção (4.5), a possibilidade de DP licenciar tanto o *possuidor* como o *agente* provém da sua propriedade de licenciar Caso para o genitivo e na ausência do *possuidor*, nenhuma projeção adicional precisa ser projetada para licenciar Caso para o *agente*, além da projeção DP.

O movimento que um *tema* precisa realizar para ser extraído do domínio nominal cruza duas barreiras tanto em (18) quanto em (19) e, por isso, derivações como (17a) e (17b) não são licenciadas pelo sistema.

Por último, vamos verificar o caso em que o genitivo *tema* pode ser extraído. De acordo com o que foi descrito no capítulo anterior, esse genitivo só pode ser extraído nos casos em que nem o *agente* nem o *possuidor* são licenciados. (20) é uma construção do PB com extração do *tema* para a periferia esquerda da sentença, e (21) a sua configuração arbórea:

(20) [<sub>tema</sub> *De que artista famosa*] o João rasgou a foto?



Com vistas a não violação de Subjacência, o movimento do genitivo procede de Spec em Spec até chegar à margem da construção nominal, posição a partir da qual pode ser extraído para a periferia da sentença. Note-se que esse movimento de Spec em Spec só é permitido se nem o *agente* nem o *possuidor* são projetados. Em (21), as ocorrências de *de que artista famosa* estão separadas apenas por uma única barreira: entre a primeira e a segunda ocorrência existe apenas a barreira NP e entre a segunda ocorrência e a terceira, existe apenas a barreira DP. A Condição de Subjacência, assim, é satisfeita para construções como (20).



Em resumo, como pudemos verificar, a Condição de Subjacência tal como delineada em Chomsky (1986a) permite acomodar o padrão de extração verificado no PB, adotando uma estrutura do DP para esta língua como a apresentada no início deste capítulo. A ideia básica da teoria de movimento adotada aqui pode ser sintetizada da seguinte forma: o movimento dos genitivos dentro do DP deve proceder sem cruzar mais de uma projeção máxima a fim de não violar Subjacência.

Para uma versão minimalista de gramática que capture a restrição de movimento acima apresentada, vamos assumir a noção de *Localidade* como proposta em Manzini (1994). Manzini apresenta uma análise com fins de acomodar dados de extração de ilhas e de lacunas parasitas, entre outros, apresentando uma versão minimalista da gramática ao reduzir formulações como ECP e Subjacência a um único princípio de economia denominado *Localidade*.

A noção de localidade proposta em Manzini pode ser entendida da seguinte forma: duas ocorrências de um mesmo objeto devem estar adjacentes em termos de domínio mínimo<sup>2</sup>. A noção de domínio mínimo, baseada e adaptada de Chomsky (1993), é dada em (22):

(22) O domínio mínimo (X) de um núcleo X consiste de todos e apenas os elementos que estão imediatamente contidos por, e não contêm imediatamente, uma projeção de X.

(MANZINI, 1994, p. 482)

De acordo com (22), o domínio mínimo (X) de um núcleo consiste de X, seu Spec, o complemento de X, mais os elementos adjungidos a X”.

Com vistas à não violação de *Localidade*, o movimento tem de se dar entre domínios mínimos adjacentes. Assim, o movimento de um constituinte em [Spec, XP] para [Spec, ZP], em (23), abaixo, viola a condição de *Localidade*, uma vez que XP e ZP não estão adjacentes.

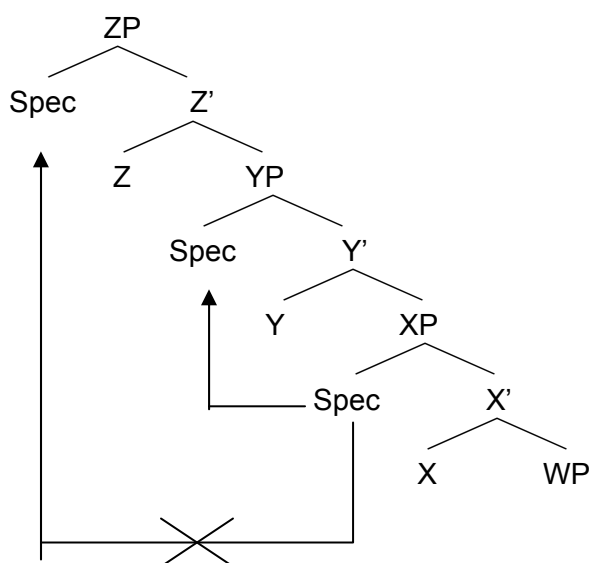
<sup>2</sup> A noção de Localidade em Manzini (1994) é dada a seguir:

(i) Localidade

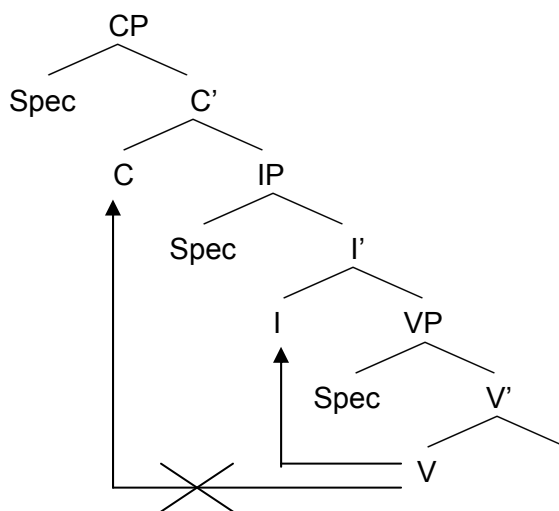
Para todo  $i$ , deixe  $A_i$  estar em  $(X_i)$ . Dada uma dependência  $(A_1, \dots, A_n)$ , para todo  $i$ ,  $(X_i)$  e  $(X_{i+1})$  estão adjacentes.

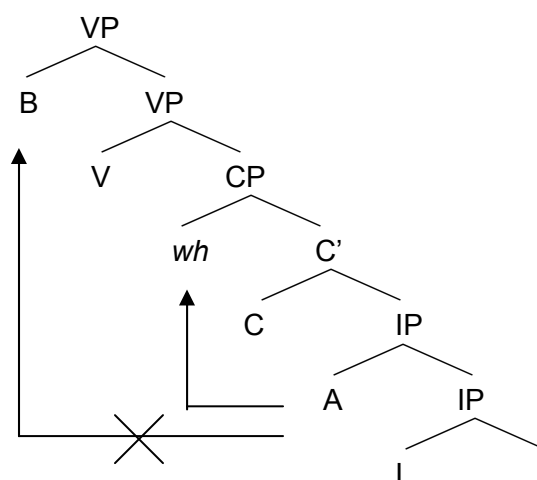
(original: *Locality*: For all  $i$ , let  $A_i$  be in  $(X_i)$ . Given a dependency  $(A_1, \dots, A_n)$ , for all  $i$ ,  $(X_i)$  and  $(X_{i+1})$  are adjacent.) (MANZINI, 1994, p. 483).

(23)



A condição de *Localidade*, dessa forma, constitui uma formalização da noção de distância mínima entre duas ocorrências de um mesmo objeto na árvore, com vistas a acomodar as restrições sobre movimento como a *Condição de Movimento de Núcleo (Head Movement Constraint)*, proposta em Travis (1984) e ilustrada em (24), e o fenômeno de extração de ilhas de *wh*, ilustrado em (25):

(24) *Head Movement Constraint*

(25) Extração de ilha *wh*

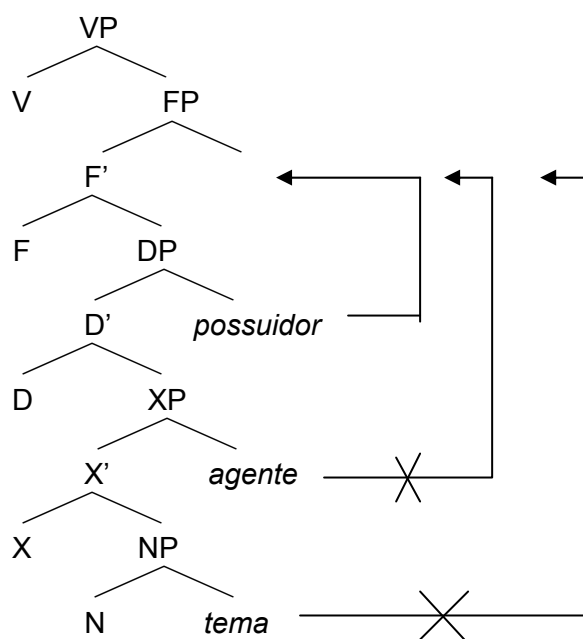
Tanto em (24), quanto em (25) os movimentos bloqueados pela gramática consistem em violação de *Localidade*, como proposto em Manzini. Note-se que o núcleo V em (24) não pode mover-se diretamente para C porque os domínios que envolvem V e C não estão adjacentes (IP serve como barreira entre o domínio mínimo de V e de C).

Da mesma forma, a extração a partir de uma ilha *wh* não é permitida, porque tal extração resultaria num movimento entre dois domínios mínimos não adjacentes. Como (25) mostra, o movimento do elemento *wh* adjungido ao IP até [Spec, CP] se dá entre dois domínios mínimos adjacentes (IP e CP) e, por isso, é licenciado. Uma adjunção direta do adjunto de IP ao VP da oração matriz (casos que seriam forçados quando [Spec, CP] da encaixada está ocupado) se dá entre dois domínios mínimos não adjacentes, violando, assim, a restrição de localidade.

Retornando ao quadro de extração no PB, agora com base na restrição de *localidade* acima delineada, vejamos de forma breve como chegamos aos mesmos resultados alcançados com a noção de *Subjacência* anteriormente adotada.

Tomemos (26), a seguir:

(26)



(26) é uma construção com múltiplos genitivos. Note-se que o único movimento de genitivo permitido é o do *possuidor* para [Spec, FP] porque apenas nesse caso o movimento do genitivo se dá entre dois domínios mínimos adjacentes (DP e FP), respeitando a restrição de localidade. Esse é um resultado desejável, já que, como vimos, numa construção como em (26), no PB, apenas a extração do *possuidor* é gramatical.

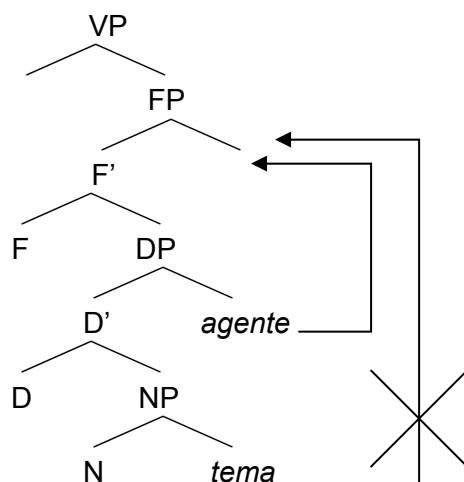
Por sua vez, a extração do *agente* no caso em que o *possuidor* é realizado, como em (26), violaria a condição de localidade, uma vez que o *agente* teria de se mover para [Spec, FP], resultando num movimento entre dois domínios mínimos não adjacentes, XP e FP.

De forma similar, o movimento do *tema*, quando *agente* e *possuidor* são realizados, como em (26), viola localidade, uma vez que NP e FP, projeções envolvidas no movimento, não são domínios mínimos adjacentes.

A noção de localidade, assim, permite que apenas o genitivo *possuidor* seja extraído do DP, em construções de múltiplos genitivos.

Vejamos como fica o caso da restrição de localidade para extração em construções em que *agente* e *tema* são licenciados, como ilustra (27):

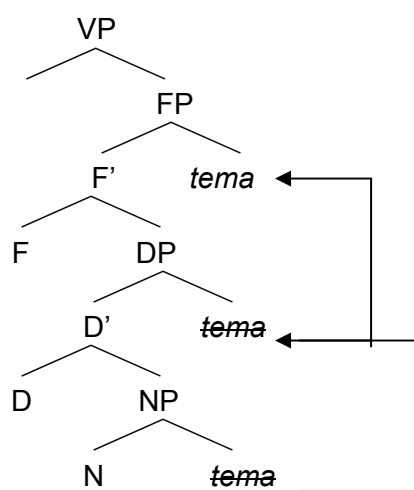
(27)



(27) ilustra a possibilidade de movimentos dos genitivos *agente* e *tema* para a posição [Spec, FP], de acordo com a condição de localidade. Apenas o *agente* pode mover-ser para [Spec, FP], já que DP e FP são dois domínios mínimos adjacentes. Por outro lado, o movimento do *tema* tem de cruzar a projeção máxima DP, uma vez que o Spec desta projeção está preenchido com o *agente*. Assim, com fins de ser extraído para a periferia da sentença, o *tema* teria de alcançar [Spec, FP] violando a condição de localidade, já que tal movimento não se daria entre dois domínios mínimos adjacentes.

A restrição de localidade também prevê o caso em que o genitivo *tema* pode ser extraído. Em tal caso, nem *possuidor*, nem *agente* são licenciados e a posição [Spec, DP] está disponível. Dessa forma, o genitivo *tema* se move primeiro para [Spec, DP] para, em seguida, mover-ser até [Spec, FP], com vista à não-violação de localidade, como ilustrado em (28):

(28)



Vimos no capítulo anterior que quando o *agente* é licenciado em forma de *by-phrase*, no sintagma nominal, ele não bloqueia a extração do genitivo *tema*, conforme os dados repetidos aqui em (29) mostram:

- (29) *De qual tipo de mineral<sub>i</sub> o presidente proibiu a exploração ~~de qual tipo de mineral~~ por empresas estrangeiras?*  
 b. *De que tipo de medicamento<sub>i</sub> o ministério da saúde proibiu a venda ~~de que tipo de medicamento~~ pelos farmacêuticos?*

Para capturar o fato de que o *by-phrase* não bloqueia a extração do genitivo *tema*, como nos exemplos em (29), e assumindo a restrição de localidade, tal como aqui estabelecida, temos de propor uma arquitetura do sintagma nominal em que a projeção que hospeda o *by-phrase* não sirva como barreira para o movimento do genitivo *tema*. Para isso, vamos assumir aqui, que *by-phrases*, em sintagmas nominais do PB, são projetados como adjuntos de NP.

Note-se que essa assunção se mostra adequada para capturar algumas propriedades que o *by-phrase* estabelece dentro do sintagma nominal. Uma das diferenças entre o agente realizado em forma de genitivo e o agente realizado em forma de *by-phrase* é que o primeiro está mais relacionado a uma propriedade não-eventiva do nome, enquanto que o segundo (*by-phrase*) está mais relacionado à eventividade do nome. Além disso, translingüisticamente, o agente em forma de genitivo está relacionado a propriedades de Caso, o que não ocorre com o *by-phrase*.

No tocante à relação entre a natureza eventiva do nome e a forma de licenciamento do *agente*, em Sedrins (2006b), verificamos que a forma de *by-phrase* para o *agente* é mais natural em construções nominais cujo núcleo apresenta uma leitura processual, o que podemos verificar nos exemplos (30)-(33), a seguir. Em (30) e (31), com leitura eventiva para o núcleo nominal, evidenciada pelos modificadores *contínua* e *freqüente*, a realização do *agente* na forma de um *by-phrase* é favorecida em detrimento da forma genitiva. Já em (32) e (33), onde *tradução* e *apresentação* recebem uma leitura não-eventiva, o licenciamento da forma genitiva do *agente* é mais natural.

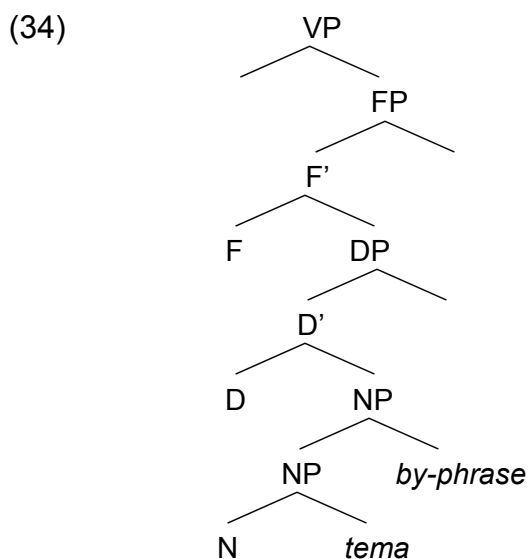
- (30) a. A tradução contínua do livro por João

- b. \*A tradução contínua do livro de João
- (31) a. A freqüente publicação do livro pela editora  
b. \*A freqüente publicação do livro da editora
- (32) a. Li uma tradução de Raposo do livro do Chomsky.  
b. ?? Li uma tradução do livro de Chomsky por Raposo.
- (33) a. Li toda a apresentação de Raposo do Programa Minimalista.  
b. ?Li toda a apresentação do Programa Minimalista pelo Raposo.

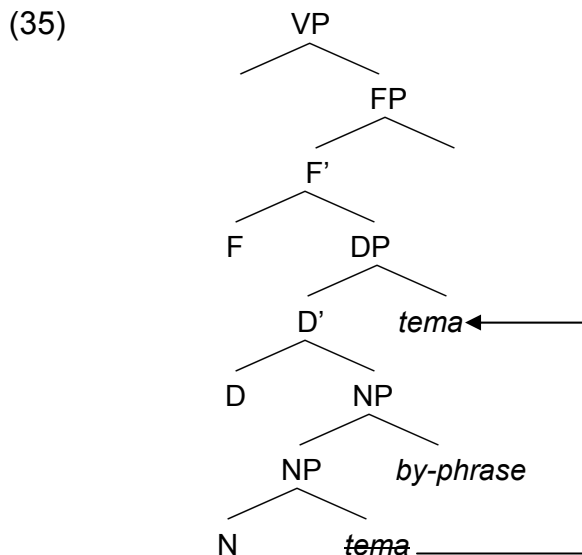
(SEDRINS, 2006, p. 22, exs. (13), (14) e (15))

Assim, a diferença entre essas duas formas de realização do agente podem ser capturadas estruturalmente se assumirmos que o agente genitivo é licenciado pelo domínio de concordância do DP, daí as propriedades de Caso que este apresenta. Por sua vez, como NP constitui o domínio temático, a postulação de que o *by-phrase* está adjungido dentro desse domínio nos permite acomodar o fato de ele estar relacionado à leitura eventiva do nominal e não participar das relações casuais estabelecidas dentro do DP (pelo menos em termos de Caso genitivo).

Com base nisso, (34) é uma estrutura com a projeção de um *agente* em forma de *by-phrase* e de um genitivo *tema*:



Como o *by-phrase* adjunto em (34) pertence ao domínio mínimo de NP, pela definição de domínio mínimo em (22), ele não interfere no movimento do genitivo *tema* para [Spec, DP], movimento que respeita a restrição de localidade, como ilustrado em (35):



Note-se que o movimento realizado pelo *tema*, em (35), se dá entre dois domínios mínimos adjacentes, NP e DP, respeitando, assim, a restrição imposta pela condição de localidade. A projeção em que o *by-phrase* é adjungido não conta como barreira, uma vez que integra o domínio mínimo de NP, onde é gerado o *tema*. Daí a gramaticalidade de construções como em (29).



Resumindo, a adoção da noção de localidade, como delineada em Manzini (1994), atrelada à estrutura de DP proposta no início deste capítulo, para o PB, permite-nos acomodar o padrão de extração nesta língua de forma bastante sucedida. A ideia de movimentos curtos dentro da construção nominal para dar conta do fenômeno da extração encontra uma formulação em termos minimalistas nessa noção de localidade que, dito de uma forma mais geral, permite apenas movimento entre dois domínios mínimos adjacentes.

Assim, a extração do genitivo possuidor é sempre permitida em PB, porque neste caso, como é o genitivo mais proeminente na estrutura, o movimento que lhe permite chegar à periferia do DP, com vistas à extração, se dá entre dois domínios mínimos adjacentes, DP e FP. O genitivo agente, por sua vez, só pode ser extraído na ausência do possuidor, porque somente nesse caso se move entre domínios mínimos adjacentes para alcançar a periferia da construção nominal, DP e FP. De forma similar, o tema só pode ser extraído na ausência de agente e possuidor, porque apenas neste caso pode se mover de um domínio mínimo a outro até alcançar a periferia do sintagma nominal.

Ainda, a noção de domínio mínimo também permite acomodar o fato de que o adjunto *by-phrase* não sirva como barreira para extração do genitivo *tema*, uma vez que a projeção que hospeda esse adjunto não constitui um domínio mínimo à parte, mas integra o domínio mínimo em que o *tema* é projetado.

A discussão até aqui realizada, dessa forma, mostrou como a restrição sobre a localidade do movimento permite capturar o fenômeno da extração de genitivos em PB de maneira satisfatória, sem a necessidade, contudo, da postulação de restrições adicionais.

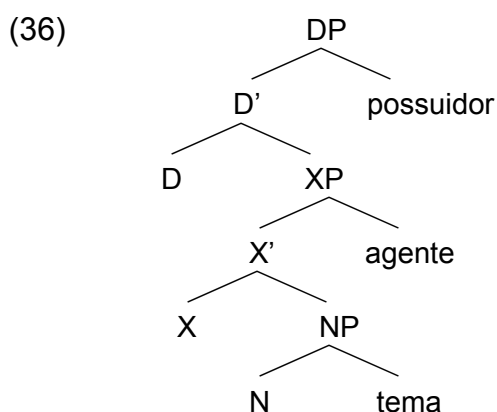
Tendo apresentado a análise do fenômeno da extração em PB, com base na noção de localidade, nas seções que seguem nosso foco de análise será a estrutura de DP proposta em (2a) para esta língua. Passaremos a discutir evidências empíricas que favoreçam a estrutura do DP aqui proposta, bem como casos que parecem, a princípio, problemáticos para nossa proposta.

#### 4.4. Dois aparentes problemas

Na análise apresentada na seção anterior, nada foi discutido em relação ao papel que uma projeção como FP exerce dentro da construção nominal. Enquanto que as projeções NP, XP e DP parecem ser empiricamente motivadas, estando relacionadas com licenciamento de argumentos genitivos, a postulação da existência da projeção de uma categoria como FP, no domínio nominal, no PB, precisa ser justificada.

Aparentemente, o papel que FP exerce, de acordo com a análise acima apresentada, é o de hospedeiro para o genitivo que será extraído para a periferia esquerda da sentença. Assim, um genitivo para ser extraído para fora do domínio nominal, precisa primeiro alcançar a periferia do DP, mais precisamente a posição [Spec, FP]. A pergunta que surge é, com vistas a uma diminuição na proliferação de categorias funcionais, ou ainda, de evitar redundâncias em termos de adequação descritiva, por que [Spec, DP] não poderia servir como a posição de válvula de escape, como proposto em muitas análises?

Note-se que, se assumíssemos a projeção DP como a projeção mais proeminente na estrutura nominal, e a posição [Spec, DP] sendo a posição de válvula de escape para os genitivos, os mesmos resultados da análise esboçada na seção anterior seriam alcançados. Considerando, por hipótese, que uma categoria como FP não seja projetada (ou que não haja necessidade para a sua projeção), a estrutura do DP no PB seria como mostra (36):



Adotando a condição de localidade e assumindo a estrutura do DP como em (36), o padrão de extração no PB pode ser acomodado de forma tão bem sucedida quanto para a estrutura que propusemos anteriormente com a projeção de FP.

Em (36), apenas o *possuidor* pode ser extraído já que sua extração não cruzaria domínios mínimos dentro da construção nominal. O *agente*, por sua vez, não poderia ser extraído já que teria de “pular” o domínio DP, cujo Spec está ocupado pelo *possuidor*. Da mesma forma, o *tema*, em (36), para ser extraído para o início da sentença, cruzaria os domínios mínimos de XP e DP, violando a condição de localidade.

A possibilidade de extração do *agente* e do *tema* também são previstas em (36). Na ausência do *possuidor*, o *agente* é projetado em [Spec, DP], estando, portanto, já na periferia da construção nominal, em condições de ser extraído. O *tema*, por sua vez, na ausência do *agente* e do *possuidor*, move-se para [Spec, DP] ficando acessível para extração.

A postulação da existência da projeção FP, contudo, não só é empiricamente motivada, como podemos observar ao nos debruçarmos sobre o padrão de extração em línguas com construções de duplicação do possessivo, como também adequada para acomodar fenômenos tradicionalmente denominados como extraposição de PP, verificado em línguas como inglês e também no PB, conforme iremos discutir ao longo desta seção.

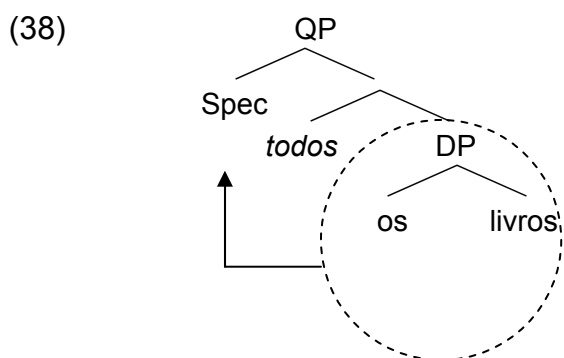
Com fins de passar à justificativa da postulação de uma projeção como FP, na estrutura do sintagma nominal do PB, partiremos da discussão de dois fenômenos que se apresentam como aparentes problemas para a estrutura do DP como proposta nesta tese: a ordem do quantificador *todos* dentro do sintagma nominal e um movimento “parcial” do DP.

Uma vez que assumimos aqui a derivação de argumentos genitivos dentro da construção nominal, as análises propostas para o PB, para dar conta da ordem do quantificador *todos* dentro do DP (cf. KATO & NASCIMENTO (1993), CERQUEIRA (1996), VICENTE (2006)) se mostram para nós como um problema de violação de constituição.

(37), a seguir, mostra possíveis posições que o quantificador *todos* pode ocupar dentro do sintagma nominal no PB:

- (37) a. A Maria leu *todos* os livros.  
 b. A Maria leu os livros *todos*.

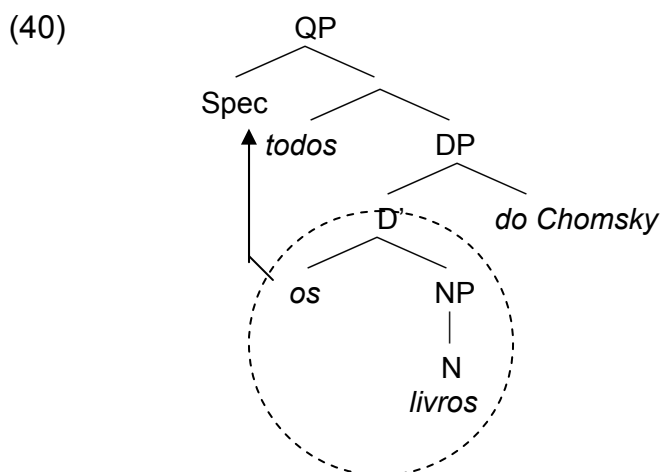
Assumindo que o quantificador seleciona o DP (segundo análises correntes para o PB), (37a) é a ordem esperada, com o quantificador *todos* precedendo o DP. Ainda, se assumirmos que o DP se move para a posição [Spec, QP], em casos como (33b), seguindo análises como as de Shlonsky (1991) para o hebraico, Kato & Nascimento (1993), Cerqueira (1996) e Vicente (2006), para o PB, (33b) é também previsível se obtivermos uma derivação como (38):



O problema surge para casos com construções em que o movimento do DP para [Spec, QP] parece ocorrer, mas o genitivo dentro do DP fica encalhado, como em (39):

- (39) Maria leu os livros *todos* do Chomsky.

Assumindo uma estrutura como a proposta aqui para o DP, com o genitivo gerado dentro da construção nominal, e seguindo as análises para movimento de DP para [Spec, QP], obtemos a seguinte derivação para (40):



Como (40) mostra, tal movimento não pode se dar, uma vez que não é aplicado a um constituinte. D' não é um objeto acessível para o sistema computacional. Uma forma de salvar a derivação seria supor que o movimento do DP para [Spec, QP] é antecedido do movimento do genitivo para uma posição fora do domínio nominal, como ocorre em casos de extraposição (cf. ROSS, 1967; CHOMSKY, 1977). Contudo, parece não haver evidência de que se trata de um caso de extraposição do genitivo seguido do movimento remanescente do DP para [Spec, QP]. Como (41) mostra, mesmo em posição de sujeito, podemos encontrar casos de aparente extraposição do genitivo. Se, nesse caso, assumirmos que houve extraposição do genitivo *da Maria* para fora do domínio nominal, estamos assumindo que, pelo menos no PB, a extração de constituintes a partir da posição de sujeito não implica agramaticalidade.

(41) Os alunos *todos* da Maria fizeram o dever de casa.

Como é amplamente conhecido na literatura gerativista, a extração de um elemento de dentro de um sujeito acarreta agramaticalidade (cf. Condição sobre Domínio de Extração (HUANG, 1982))<sup>3</sup>. Essa restrição sobre a extração a partir de uma posição de sujeito é verificada no PB, como pode ser observado a partir do contraste entre (42) e (43):

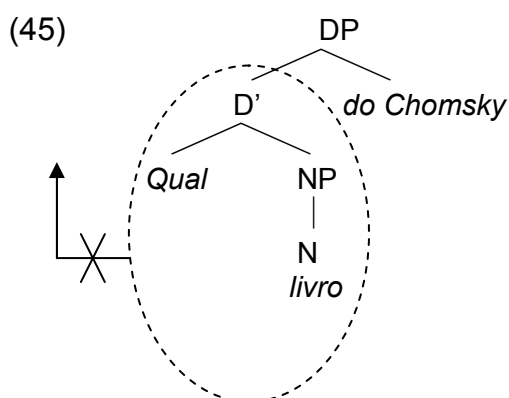
<sup>3</sup> Ver capítulo 1, para a definição da Condição sobre Domínio de Extração.

- (42) a. O João disse que o pai da Maria saiu cedo.  
 b. \**De quem* (que) o João disse que o pai ~~de quem~~ saiu cedo?
- (43) a. O João disse que a Maria rasgou o livro do Pedro.  
 b. *De quem* (que) o João disse que a Maria rasgou o livro ~~de quem~~?

Os dados acima mostram que a extração de uma construção genitiva de dentro de um DP na posição de sujeito (42b) é ruim no PB, mas não a extração de um genitivo de dentro de um DP na posição de objeto (cf. (43b)). Esse contraste evidencia que, nessa língua, a Condição sobre Domínio de Extração, como verificada em Huang (1982), é operante. Em outras palavras, a extração de um constituinte para fora de um DP na posição de sujeito não é permitida no PB. Dessa forma, é improvável supor que em (41) houve movimento do genitivo para fora do DP, antes do movimento de *os alunos* para [Spec, QP], o que nos leva a colocar de lado a proposta de movimento do DP para [Spec, QP].

Um segundo problema para nossa análise é apresentado em (44). Note-se que houve um movimento de parte do DP deixando o genitivo no fim da sentença. (45) é a configuração arbórea de (44):

- (44) Qual livro (que) você leu do Chomsky?



Da mesma forma que no caso do movimento do DP para [Spec, QP], o movimento que (44) parece licenciar é problemático, uma vez que viola a noção de constituência.

A seguir, vamos discutir de que forma tais aparentes casos de violação de constituência são resolvidos, assumindo uma estrutura de DP como proposta em

(2a). Conforme iremos argumentar, uma análise alternativa para manter (2a) e resolver o referido caso com o quantificador será assumir a adjunção do quantificador ao DP, seguindo trabalhos a perspectiva de análise apresentada em Sportiche (1988), Benmamoun (1999) e Bošković (2004). Para os casos de encaimento do genitivo, como em (44), o principal ponto a ser explorado é a existência da projeção FP, para onde o genitivo se move, permitindo o movimento do DP remanescente.

Passemos primeiro à problemática do quantificador.

#### 4.4.1. Q como adjunto

A fim de resolver o impasse brevemente colocado logo acima, para a ordem do quantificador *todos* no PB, acomodando esse fenômeno na estrutura de DP aqui proposta, iremos, nesta seção, propor que, contrariamente às análises correntes que têm sido assumidas para esse fenômeno no PB, a ordem em que o quantificador se encontra posposto ao DP, no PB, não é produto de movimento, mas sim resultado da adjunção do quantificador à projeção do NP, semelhante à adjunção de adjetivos à construção nominal.

Similarmente ao que Benmamoun (1999) propôs para o árabe, iremos argumentar que as ordens [Q DP] e [DP Q] são constituintes sintáticos distintos. O primeiro é um QP que seleciona DP, enquanto que o segundo é um DP que contém um sintagma de quantificador. Essa proposta tem pelo menos uma vantagem em termos teóricos que é a de excluir um movimento tão curto do DP, como propõem as análises de Kato & Nascimento (1993) e Vicente (2006), por exemplo, evitando, assim, problemas relacionados à minimalidade. Em termos empíricos, essa proposta permite capturar o papel semelhante a de adjetivo que o quantificador parece desempenhar na posição [DP Q], conforme observado primeiramente em Galves (2001).

Como bem observou Bošković (2004), há, pelo menos, duas perspectivas para se capturar o fenômeno da flutuação de quantificador: (i) a análise de

encalhamento (SPORTICHE (1998) parece ser o trabalho mais representativo), na qual o quantificador e o nominal que ele modifica são gerados como um constituinte, ficando Q encalhado após o movimento do nominal; e (ii) a análise em que Q é tratado como um advérbio (KAYNE, 1975; BOBALJIK, 2003, entre outros).

Para nossa análise, iremos descartar a perspectiva que trata os quantificadores como elementos adverbiais, baseados em dois pontos: (i) o quantificador *todos* no PB, diferente de típicos advérbios, apresenta concordância com o nome o qual modifica; (ii) diferente de línguas que permitem nomes com modificadores adverbiais (grego, por exemplo, cf. ALEXIADOU, 2001), o PB não apresenta tal possibilidade. Assim, a perspectiva (i), da análise de encalhamento para o quantificador, será a assumida aqui.

Pelo viés da análise de encalhamento, duas possibilidades são geralmente discutidas para a derivação de uma construção contendo um DP e um quantificador: (i) Q é um adjunto de NP (ou DP) ou (ii) Q seleciona DP como seu complemento. Para as abordagens em que Q é assumido como um adjunto, a ordem [DP Q] se deve ao movimento do DP para uma posição mais alta na sentença<sup>4</sup>. Para a abordagem de seleção, a ordem [DP Q] resulta do movimento do DP para a posição [Spec, QP], como é o caso do que propõem as análises de Kato & Nascimento (1993) e Vicente (2006), já referidas anteriormente.

Se assumirmos a ordem [DP Q] como produto de movimento do DP para a posição [Spec, QP], abstraindo alguns problemas de minimalidade<sup>5</sup>, esse movimento parece violar constituência, como vimos na seção anterior, já que se aplica a um “constituinte parcial”, resultando em algo como \*[<sub>QP</sub> D' Q[<sub>DP</sub> D' PP].

O movimento do DP para [Spec, QP], nas análises que o assume, é seguido pela assunção de que Q seleciona DP como seu complemento (cf. SHLONSKY, 1991; KATO & NASCIMENTO, 1993; CERQUEIRA, 1996 e VICENTE, 2006). Shlonsky (1991) é uma das análises mais representativas dessa proposta de

<sup>4</sup> Bošković (2004) assume a análise de adjunto para Q e no quadro teórico lá apresentado, a flutuação do quantificador numa estrutura como (i) *Mary hates them all* ('Mary odeia eles todos') se deve ao movimento do pronome na estrutura, encalhando o quantificador numa posição mais abaixo. O autor argumenta que de fato a seqüência *them all* em (i) não é um constituinte. Uma evidência empírica para isso é dada em contexto de coordenadas: *\*Mary likes you and/but not them all* ('Mary gosta de você e/mas não deles todos') (cf. Bošković (2004), nota (26), p. 706).

<sup>5</sup> O problema de minimalidade a que nos referimos é o movimento muito curto que tais análises propõem. Se movimento é forçado para checagem de traços (assumindo Chomsky (1998) e trabalhos subseqüentes) por que é que Q não pode checar seus traços com o NP numa configuração de irmandade, tornando obrigatório o movimento do NP da posição de complemento para a posição de Spec da mesma categoria? Ver Abels (2003) e Grohmann (2000 e 2002) para restrições sobre movimentos curtos.



movimento. A principal evidência na sua análise, baseada em dados do hebraico, é que a ordem [DP Q], nessa língua, resulta em concordância morfológicamente visível entre esses dois constituintes<sup>6</sup>. De acordo com o autor, tal concordância, que apenas aparece na ordem [DP Q], se dá devido a uma relação [*Spec-head*] estabelecida entre DP e Q, de forma similar ao padrão de concordância verificado entre o sujeito e *Infl* no nível da sentença. Em outras palavras, a concordância visível apresentada na ordem [DP\_Q] é um reflexo da configuração [*Spec-head*].

Em relação às propostas para o PB, a única perspectiva explorada, tanto quanto é de nosso conhecimento, é a proposta na qual a ordem [DP Q] se deve ao movimento do DP para a posição [*Spec, QP*], como configura nos trabalhos de Kato & Nascimento, 1993; Cerqueira, 1996 e Vicente 2006. Todas essas análises são baseadas no fato de que o complexo DP+Q se comporta como um único constituinte, diferente do inglês, por exemplo (ver nota 4), como mostram alguns testes<sup>7</sup>:

(46) Contexto de pergunta-resposta (sujeito)

A: Quem odeia a Maria?

Who does hate Mary?

B: (Todas) as mulheres (todas)

(All) the women (\*all)

(47) Pergunta-resposta (objeto)

A: Quem a Maria odeia?

Who does Mary hate?

B: (Todos) os alunos (todos)

(All) the students (\*all)

<sup>6</sup> Apenas na ordem [NP Q], em hebraico, Q é realizado com um clítico que apresenta marca para gênero e número que concorda com as marcas de gênero/número do NP. O mesmo padrão é encontrado em línguas como o árabe (cf. BENMAMOUN, 1999). Referimo-nos a NP, conservando a nomenclatura apresentada pelo autor.

<sup>7</sup> Como mostra Vicente (2006), em seus exemplos aqui retomados em (46)-(50), o inglês e o PB apresentam um comportamento diferente em relação à estrutura do DP com quantificador. O que os contrastes entre essas duas línguas apresentam é que, em PB, mas não no inglês, a ordem DP+Q se comporta como um único constituinte.

- (48) Coordenadas (posição de sujeito)  
 (Todos) os alunos (todos) e a Maria foram ao cinema  
 (All) the students (\*all) and Mary went to the movies
- (49) Coordenação (posição de objeto)  
 Ontem nós vimos (todos) os alunos (todos) e a Maria no cinema.  
 Yesterday we saw (all) the students (\*all) and Mary in the movies.
- (50) Deslocamento à esquerda  
 (Todos) os alunos (todos), eu vi.  
 (??All) the students (\*all), I saw.

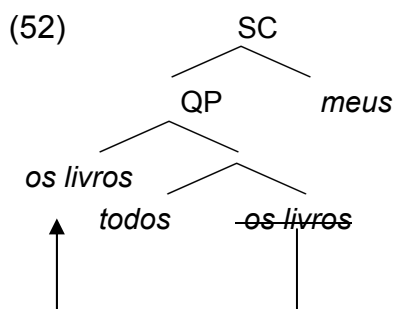
(VICENTE, 2006, p. 85, ex. (20)-(22))

Cerqueira (1996) é um exemplo de análise que assume o movimento do DP para [Spec, QP]. Em sua análise, o autor parte da problemática da ordem de constituintes como em (51c), a fim de delinear sua proposta de configuração de *small clause* para as construções com pronomes possessivos, como as que seguem:

- (51) a. todos os meus livros  
 b. os meus livros todos  
 c. os livros todos meus

(CERQUEIRA, 1996, p. 45, ex. (11))

De acordo com Cerqueira (1996), para dar conta de uma construção como (51c), com *todos* entre o nome e o possessivo, uma proposta de que o quantificador universal *todos* seja gerado em [Spec, NP] ou que selecione NP não é plausível, devido ao fato de que tal quantificador, em PB, seleciona um DP, nunca ocorrendo entre um determinante e um nome. Por outro lado, propor que o pronome possessivo e o DP possuído (*livros*, no caso de (51)) sejam gerados em estruturas de *small clause*, permite que o movimento do DP possuído ocorra para [Spec, QP] obtendo-se a ordem em (51c), como ilustra (52):



Conforme problematizamos na seção anterior, essa proposta de movimento do DP para [Spec, QP] não é consistente e, por isso, será descartada. Nossa proposta é a de que, contrariamente às correntes análises oferecidas para a ordem [DP Q] no PB, não há movimento do DP para a posição [Spec, QP], mas sim adjunção do quantificador à construção nominal. Note-se que a assunção de que o quantificador está adjungido ao DP mantém a noção de “constituente único” verificada em construções como (46)-(50) no PB. As evidências empíricas que iremos discutir em favor de tal proposta provêm de um diferente padrão de concordância entre a ordem [Q DP] e [DP Q], já apresentado em Scherre (1988) e Vicente (2006), bem como de diferenças de interpretação entre as duas ordens. Essa proposta se baseia principalmente no trabalho de Benmamoun (1999), que passamos a discutir logo a seguir.

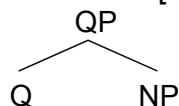
#### 4.4.1.1. A análise de Benmamoun (1999)

Em seu estudo sobre o comportamento sintático de quantificadores no árabe, Benmamoun propõe que as ordens [Q\_NP]<sup>8</sup> e [NP\_Q] representam sintagmas distintos envolvendo diferentes relações sintáticas. No primeiro caso, (Q\_NP), o autor assume que Q é o núcleo da projeção QP que contém o NP, mas, no segundo

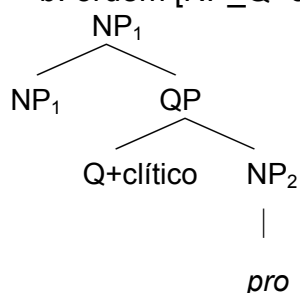
<sup>8</sup> Benmamoun se refere a NP porque, de fato, Q parece ser realizado abaixo do nível em que D é realizado (com movimento posterior de Q para D), como o autor assume em sua análise. Assim, Q c-comanda NP, não DP. Esse não parece ser o caso do PB, porque esta língua claramente realiza o quantificador *todos* acima do núcleo D, como em [todas [DP as meninas]] e não como em \*[DP as [QP todas [NP meninas]]]. Estamos assumindo aqui, juntamente com outras análises (KATO & NASCIMENTO, 1993; CERQUEIRA, 1996 e VICENTE, 2006) que na ordem [Q\_DP], Q seleciona DP, não NP.

caso, (NP\_Q), contrariamente a Shlonsky (1991), Q é uma instância de adjunto do NP. Ambas as estruturas são ilustradas a seguir<sup>9</sup>:

(53) a. ordem [Q\_NP] no árabe



b. ordem [NP\_Q+clítico] no árabe



Para corroborar as diferentes estruturas em (53), Benmamoun primeiramente argumenta contra a ideia de Shlonsky de que a concordância entre o complexo Q+clítico e o NP na ordem [NP\_Q+clítico], em línguas como o árabe, é obtida exclusivamente em configurações *Spec-head*. Para isso, o autor mostra casos em que a concordância entre clítico e quantificador é morfologicamente visível em claros contextos de relações não *Spec-head*, como nos casos em que clítico e NP estão coindexados, mas separados por ilhas<sup>10,11</sup>(cf. (54)).

- (54) a. hadu læ-wlad<sub>i</sub>    lli mš-at                    [island qbəl  
 these    the-children that leave.PAST-3FS before  
 ma-y-ži-w        kull-hum<sub>i</sub>]  
 NEG-3-come-P all-them  
 ‘These are the children that she left before meeting them all.’  
 ‘Essas são as crianças que ela saiu antes de encontrá-las todas’

<sup>9</sup> (53b) ilustra o caso em que Q+clítico é realizado e o NP o precede, ou quando um pronome nulo é realizado dentro do QP com o qual Q concorda.

<sup>10</sup> É imperativo notar que Benmamoun centra sua análise no árabe, língua que se comporta de forma similar ao hebraico em relação ao fenômeno do quantificador (ver nota 6, sobre o caso do hebraico).

<sup>11</sup> Os traços de concordância observados no complexo Q+clítico, nesse caso, são checados com um pronome nulo *pro* dentro da ilha (ver (53b)). Assim, o NP na sentença matriz está relacionado ao QP dentro da ilha via estratégia de pronome resumptivo (ver BENMAMOUN (1999) e AOUN & BENMAMOUN (1998) para maiores detalhes).

O principal argumento de Benmamoun em favor de uma estrutura de adjunto em vez de uma relação de *Spec-head*, para a ordem [NP\_Q], no árabe, está relacionado a questões de Caso e de concordância nesta língua. O autor mostra que, no árabe, o Caso na ordem [Q\_NP] é invariavelmente o Caso genitivo (cf. (55)), enquanto que o Caso na ordem [NP\_Q] varia de acordo com o núcleo que rege a projeção contendo o NP (cf. (56)).

(55) Morfologia de Caso na ordem [Q\_NP] (árabe)

a. kull-u t.-t.ullaab-i žaa?-uu  
 all-NOM the-students-GEN come.PAST-3MP  
 ‘All the students came.’  
 ‘Todos os estudantes vieram’

b. ra?ay-tu kull-a t.-t.ullaab-i  
 see.PAST-1S all-ACC the-students-GEN  
 ‘I saw all the students.’  
 ‘Eu vi todos os estudantes’

c. kitaab-u kull-i t.-t.ullaab-i  
 book-NOM all-GEN the-students-GEN  
 ‘the book of all the students’  
 ‘o livro de todos os estudantes’

d. maġa kull-i t.-t.ullaab-i  
 with all-GEN the-students-GEN  
 ‘with all the students’  
 ‘com todos os estudantes’

(BENMAMOUN, 1999, p. 623, ex. (4))

(56) Morfologia de Caso na ordem [NP\_Q] (árabe)

a. t.-t.ullaab-u      kull-u-hum      žaa?-uu  
 the-students-NOM all-NOM-them come.PAST-3MP  
 ‘All the students came.’

b. ra?ay-tu      t.-t.ullaab-a      kull-a-hum  
 see.PAST-1S the-students-ACC all-ACC-them  
 ‘I saw all the students.’

c. kitaab-u      t.-t.ullaab-i      kull-i-him  
 book-NOM the-students-GEN all-GEN-them  
 ‘the book of all the students’

(BENMAMOUN, op. cit., p. 631, ex. (25))

O diferente padrão morfológico de Caso verificado entre as ordens [Q\_NP] e [NP\_Q], no árabe, favorece a ideia de que, na ordem [NP\_Q], o nome é o núcleo da projeção contendo Q (um adjunto) e, como núcleo, N porta o Caso atribuído a toda projeção [NP\_Q].

O segundo argumento, apresentado em Benmamoun (op. cit.), em favor de sua proposta para N como o núcleo da projeção [NP\_Q], é a concordância que o NP apresenta com a categoria que rege o complexo [NP\_Q]: quando o NP é realizado em forma de pronome, um fenômeno de duplicação se dá entre o núcleo que rege o sintagma [NP\_Q] e o NP: o regente (no caso, um verbo) deve apresentar um clítico que concorda com a forma pronominal, como mostram os exemplos em (57).

(57) a. tlaqa-\*(hum)      kull-hum  
 meet.PAST.3MS-them all-them  
 ‘He met them all.’  
 ‘Ele os encontrou todos’

b. ktub-\*(hum) kull-hum  
 books-them all-them  
 ‘the books of all of them’  
 ‘os livros de todos eles’

c. ṃa-\*(hum) kull-hum  
 with-them all-them  
 ‘with them all’  
 ‘com eles todos’

(BENMAMOUN, op.cit., p. 632, ex. (27))

Propondo que na ordem [NP\_Q] Q está adjungido à construção nominal, Benmamoun sugere que a concordância visível apresentada pelo quantificador nesse contexto é produto da sua concordância com um pronome nulo dentro da projeção QP (ver (53b) e nota 11), coindexado ao NP. Em outras palavras, a concordância visível manifestada em Q não é uma concordância direta entre Q e o NP que ele modifica, mas entre Q e um pronome nulo dentro da projeção QP. Partindo dessa proposta, apresentamos na seção a seguir uma análise similar para a ordem [DP\_Q] no PB.

#### 4.4.1.2. Adjugando Q no PB

No PB, as propriedades de concordância e de Caso que provêm evidências para a ideia de adjunção do quantificador no árabe não são manifestadas morfologicamente, mas um fato interessante relacionado à concordância parece mostrar que uma análise de adjunção do quantificador pode ser estendida para o caso do PB. Observemos primeiro que, em (58), o aparente quantificador flutuante dentro da ilha está relacionado ao DP da sentença matriz, concordando em relação a gênero e número:

(58) a. Vou salvar *os capítulos* [antes que *todos* sejam apagados].



b. Dei chocolate para *as meninas* [depois que *todas* fizeram o dever de casa].



Em casos como os de (58), não podemos assumir que o DP da sentença matriz tenha sido gerado dentro da ilha, sendo alçado em seguida. Isso decorre da condição bastante conhecida sobre extração de constituintes a partir de ilhas de adjunto (ROSS, 1967), a qual também é operante no PB. Essa língua não permite extração de constituintes a partir desse tipo de ilha, como mostra (58):

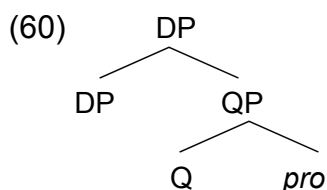
(59) a. \**Que livro* a Maria limpou a casa depois que o João leu ~~que livro~~ ?

Se o DP na matriz, nos casos de (58), não é gerado na projeção em que se encontra o quantificador (na sentença encaixada), de que forma se dá a concordância entre Q, na sentença encaixada, e o DP, na sentença matriz? A melhor opção para dar conta da concordância nos casos de (58) parece ser assumir a análise de Benmamoun para o árabe: existe um pronome nulo gerado com Q dentro da sentença encaixada e a concordância visível que Q apresenta no PB, em casos como os apresentados em (58), é um reflexo da concordância entre Q e *pro*.

A correspondência de concordância entre o DP na oração matriz e o Q na sentença adjunto pode ser dada pela estratégia de pronome resumptivo (seguindo BENMAMOUN (1999) e AOUN & BENMAMOUN (1998)). Assim, podemos pensar que, em (58), os quantificadores estão concordando com um pronome nulo, o qual, por sua vez, toma como antecedente o DP foneticamente realizado na sentença matriz.

Voltando agora diretamente para o caso da ordem [DP\_Q] no PB, vamos assumir, seguindo a análise de Benmamoun, que em tal ordem Q está adjungido ao DP. Nesse caso, Q não seleciona DP. Vamos assumir também que, como no árabe, o quantificador, nessa ordem, seleciona um *pro*, permitindo-nos uma homogeneidade em termos de subcategorização para Q (mantemos a noção de transitividade para Q que seleciona um constituinte nominal, DP ou *pro*, por exemplo). A estrutura da ordem [DP Q], no PB é, então, dada em (60):





Assumindo uma análise para o quantificador, como a desenvolvida em Benmamoun, podemos prever que, na ordem [DP\_Q], exista a possibilidade de uma concordância parcial entre Q e DP. Referimo-nos a essa concordância parcial como uma possibilidade de Q concordar com o pronome nulo *pro*, mas não exatamente com os traços do DP. Em outras palavras, podemos esperar que na ordem [DP Q], Q não concorde inteiramente com DP, já que Q, na proposta de adjunção aqui adotada, checaria seus traços de concordância com *pro* e não com DP.

Um fato interessante, que corrobora essa proposta, é que, no PB coloquial, o quantificador *todos* tem uma variante realizada sem marca visível de concordância para gênero e número (*tudo*, *tudinho*), um tipo de quantificador neutro em relação à morfologia visível de traços- $\phi$ , o qual é apenas permitido na ordem [DP Q]. Compare os dados em (61) e (62)<sup>12</sup>:

(61) PB padrão

- a. As meninas todas
- b. Todas as meninas

(62) PB coloquial

- a. As meninas tudo/tudinho
- b. \*Tudo/\*tudinho as meninas

Vamos assumir que Q entra em relação de concordância com um núcleo nominal, uma concordância de traços- $\phi$ , os quais são, no PB, realizados morfologicamente. Vamos assumir, ainda, que essa concordância é dada entre Q e a categoria a qual Q seleciona (DP ou *pro*). Assim, se Q seleciona um DP lexical, então Q concorda com este e nos casos em que Q seleciona *pro* a concordância se dá entre Q e *pro*.

<sup>12</sup> Essa variante do quantificador *todos* é também observada em Scherre (1988) e Vicente (2006).

Voltando aos casos de ilhas, apresentados em (58), onde o DP na sentença matriz e o quantificador dentro da ilha estão relacionados, concordando em traços- $\phi$ , havíamos sugerido que, nesses exemplos, repetidos aqui em (63), o quantificador está concordando com *pro*, dentro da ilha, e não com o DP na sentença matriz, e a correspondência entre o quantificador e o DP da matriz se deve a uma estratégia de pronome resumptivo.

- (63) a. Vou salvar os capítulos [antes que todos *pro* sejam apagados].  
 b. Dei chocolate para as meninas [depois que todas *pro* fizeram o dever de casa].

Suponhamos que *pro* na sentença encaixada tome como antecedente para referência o DP na sentença matriz<sup>13</sup>, mas a relação entre *pro* e DP não precise ser completamente combinada para traços- $\phi$ . Nos casos em que *pro* não é completamente especificado para traços- $\phi$ , o quantificador assume a forma neutra quando concorda com esse *pro* deficiente. Note que a forma neutra do quantificador é possível em casos como (63), como mostra (64):

- (64) a. Vou salvar os capítulos [antes que *tudinho* seja apagado].  
 b. Dei chocolate para as meninas [depois que *tudinho* fizeram o dever de casa].

Rodrigues (2007) apresenta uma análise similar para a concordância entre um DP na sentença matriz e um pronome nulo (*pro*) em sentenças encaixadas, classificadas como construções de controle não-obrigatório. A autora observa que, nessas construções, em algumas línguas românicas, os traços- $\phi$  do controlador não combinam inteiramente com os traços- $\phi$  do controlado na sentença encaixada, apesar de a referência entre controlador e controlado ser a mesma. Rodrigues assume que os casos de controle não-obrigatório não são uma instância de PRO, nem produto de movimento, como numa teoria de movimento para construções de controle (HORNSTEIN (2001), por exemplo), mas casos com um *pro* gerado na

<sup>13</sup> Ver Rodrigues (2002, 2004) e Ferreira (2000) que convincentemente mostram que a categoria *pro* no PB somente é licenciada quando há um antecedente para referência.

sentença encaixada, o qual carrega seus próprios traços de concordância e assim não é dependente dos traços de concordância do seu antecedente.

Se a análise de Rodrigues estiver correta, então, dizer que, em (58), existe um *pro* relacionado ao DP da sentença matriz, mas que é independente dos traços- $\phi$  deste, parece ser a maneira mais natural de capturar a concordância entre o Q na encaixada e o DP da matriz.

Em suma, faz-se plausível assumir que a ordem [Q DP], no PB, é a ordem em que o quantificador seleciona um DP e checa com esse seus traços- $\phi$ , o que explica por que, nessa ordem, não podemos ter um quantificador com marcas de concordância diferentes das apresentadas pelo DP que ele seleciona (ver exemplo (62b)). Por sua vez, na ordem [DP Q], Q seleciona um *pro* e checa seus traços- $\phi$  com o pronome nulo e, portanto, a concordância visível entre Q e DP, nessa ordem, pode não ser completa. Essa análise parece ser mais coerente do que aquela em que o DP move-se para [Spec, DP], uma vez que em tal caso Q deveria apresentar o mesmo padrão de concordância do DP, se se assume que o quantificador checa seus traços- $\phi$  com o DP.

Note-se que, assumindo a existência de um *pro* da forma como está sendo sugerido aqui, nós descartamos a proposta de que na ordem [DP Q] o quantificador seleciona o DP. Assim, parece que a melhor forma de capturar o fato de que [DP Q] se comporta como um constituinte (ver (46)-(50)) é argumentar em favor da adjunção do quantificador.

Voltemos agora ao problema apontado na seção 4.4.1. Vimos que seguir análises de movimento do DP para a posição [Spec, QP], com vistas à obtenção da ordem [DP Q], seria problemático para dar conta de alguns casos em construções nominais com genitivos, uma vez que esses sintagmas são gerados dentro do DP. O problema é que um movimento como  $[_{QP} D'_i Q[_{DP} \bar{D}'_i PP]]$  deveria se dar já que, em PB, a ordem [DP Q PP<sub>genitivo</sub>] é possível, mas tal movimento viola a noção de constituência.

Na análise alternativa apresentada aqui para a adjunção do quantificador na ordem [DP\_Q], a problemática de mover um não-constituinte desaparece, uma vez que o movimento do DP para a posição [Spec, QP] não precisa ser realizado. Contudo, precisamos estipular onde exatamente a adjunção do quantificador se dá, a fim de acomodar a ordem empiricamente observada no PB, na qual o quantificador

está entre o nome e o genitivo. Para isso, vamos retomar casos de ordem de adjetivo.

Sedrins (2006b) observou que existem casos, no PB, em que alguns adjetivos podem ser realizados entre o nome e seu complemento, de forma similar ao que ocorre em outras línguas românicas (cf. CINQUE, 1994; ALEXIADOU, HAEGEMAN & STAVROU, 2007). Essa ordem é ilustrada em (65).

- (65) a. Dedicção *total* a você  
 b. O desmatamento *desenfreado* da mata atlântica

Conforme sugerimos em Sedrins (2006), a ordem dos constituintes em (65) se deve ao movimento do núcleo nominal N para uma posição mais alta dentro do DP, seguindo a análise de Cinque (1994), para o movimento de N em línguas como o italiano. O adjetivo é adjungido à esquerda da projeção NP e, após o movimento de N, obtemos a ordem *N-adjetivo-complemento*, algo como ilustrado em (66):

- (66) [DP [XP N [NP AP [NP [N PP]]]]]
- 

O movimento de N para uma posição mais alta dentro do DP é uma operação observada em diversas línguas (ver ALEXIADOU, HAEGEMAN & STAVROU, 2007). Vamos, então, assumir que, em PB, como em outras línguas românicas, tal movimento existe. Assim, voltando para o caso do quantificador *todos*, vamos sugerir que a adjunção deste item lexical ocorre da mesma forma que a adjunção de adjetivos, logo, uma adjunção à projeção NP. Quando N se move, obtém-se a ordem N-Q-PP<sub>genitivo</sub>, como ilustra (67).

- (67) [DP [XP N [NP QP [NP [N PP]]]]]
- 

Finalmente, (68a) e (68b) representam, respectivamente, as ordens pré e pós-nominal do quantificador, de acordo com a análise delineada acima:

- (68) a. [QP [DP ... [NP [N PP]]]]

b. [DP ... [NP QP [NP [N PP]]]]

As duas estruturas acima propostas permitem ainda capturar diferenças de interpretação referente à ordem do quantificador *todos* no PB. Apesar de, em alguns contextos, a alternância na ordem [Q DP] e [DP Q] não apresentar uma diferença de interpretação bastante nítida, como nos exemplos em (69), em (70) temos uma diferença entre as leituras possíveis, de acordo com a ordem do quantificador:

- (69) a. A Maria odeia todos os estudantes. (A Maria odeia 100% dos estudantes)  
 b. A Maria odeia os estudantes todos. (A Maria odeia 100% dos estudantes)
- (70) a. Maria riscou todas as duas páginas. (leitura não exaustiva)  
 b. Maria riscou as duas páginas todas. (leitura exaustiva – riscou por inteiro)

Em (70), a leitura de exaustividade, que pode ser capturada por um adjetivo como *inteiras/completas*, só é possível quando *todos* está posposto ao DP. O contraste entre as leituras possíveis nos exemplos de (70) mostra que, quando posposto, o quantificador se comporta como um adjetivo. Esse comportamento de adjetivo para o quantificador *todos* na posição posposta ao DP foi também verificado em Galves (2001), de forma independente. A autora observou que em contextos de singular o comportamento de adjetivo para *todos* se mostra de forma mais evidente, do que em DPs no plural, como em (69). (71) ilustra um exemplo da autora:

- (71) a. **Todo** (o) dia ela faz tudo sempre igual.  
 b. Eu passei o dia **todo** procurando uma solução.  
 (GALVES, 2001, p. 107, exs. (45) e (46))

Galves observou que em (71a), *todos* apresenta uma leitura de quantificador universal, como em *todos os dias*, enquanto que em (71b), *todo* está atribuindo um atributo a *dia*, da mesma forma que o adjetivo *inteiro*, como em *dia inteiro*.

Se o quantificador na posição posposta ao DP se comporta como um adjetivo, a proposta de que nesse caso ele é adjungido ao DP, da mesma forma que ocorre com a adjunção de adjetivos ao DP, torna-se mais vantajosa em relação à proposta

de movimento do DP para [Spec, QP], uma vez que permite capturar os contrastes de leitura que a forma *todos* apresenta dependendo da posição em que é gerado.

Em resumo, a proposta de que a ordem [DP Q] é resultado de movimento do DP para [Spec, QP], além de não ser viável em termos minimalistas, não se mostra satisfatória para explicar padrões específicos que cada ordem [Q DP] e [DP Q] apresenta. Um desses padrões é o de concordância neutra que o quantificador pode apresentar apenas quando posposto. Ainda, não é satisfatória também para explicar o fato de que o quantificador *todos* parece se comportar como adjetivo, na ordem [DP Q], e como quantificador, na ordem [Q DP].

Contudo, conforme buscamos argumentar nesta seção, se assumirmos que as ordens [Q DP] e [DP Q] são duas estruturas sintáticas distintas, os padrões específicos de concordância e de interpretação que cada ordem apresenta podem ser acomodados de maneira mais adequada. Na ordem [Q DP], temos a projeção de um QP, Q subcategorizando um DP e concordando com este em traços- $\phi$ . Daí o fato de que, nesta ordem, além de a leitura de quantificador ser estabelecida para Q, já que Q c-comanda DP, também a concordância entre Q e DP se dá de forma direta refletindo uma concordância completa para traços- $\phi$ , em termos de morfologia visível.

Já a ordem [DP Q] é resultado da adjunção do Q a NP, como ocorre nos casos de adjunção de adjetivo. Dessa forma, a concordância entre Q e NP se dá de forma indireta, sendo possível, portanto, a obtenção de uma concordância parcial (neutra em termos de traços- $\phi$ ), assim como, da mesma forma, a leitura de adjetivo se torna disponível.

A proposta de adjunção do quantificador na ordem [DP Q] também permite desfazer a problemática apontada na seção anterior que se referia ao movimento de um “constituente parcial”, assumindo que genitivos são gerados internamente ao DP em posição de Spec. Assim, em vez de um movimento como em (72), seguindo análises de movimento do DP para [Spec, QP], temos uma estrutura como (73), na ordem [NP Q PP<sub>genitivo</sub>], sem violação de constituência:

(72)  $[_{QP} D'_{i} Q[_{DP} t_{i} PP]]$

(73)  $[_{DP} [_{YP} [_{NP} QP[_{NP} [N PP]]]]]$



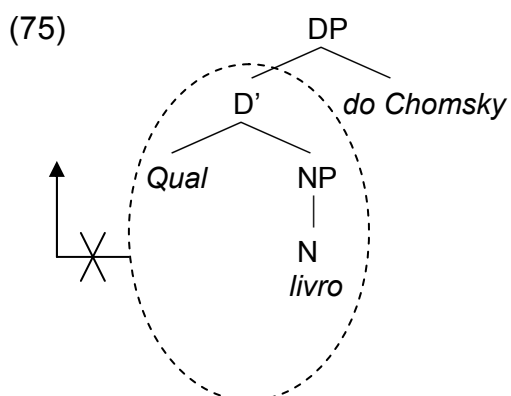
Passemos agora ao segundo problema apontado na seção anterior, sobre o encaimento do genitivo.

#### 4.4.2. Genitivo em [Spec, FP]

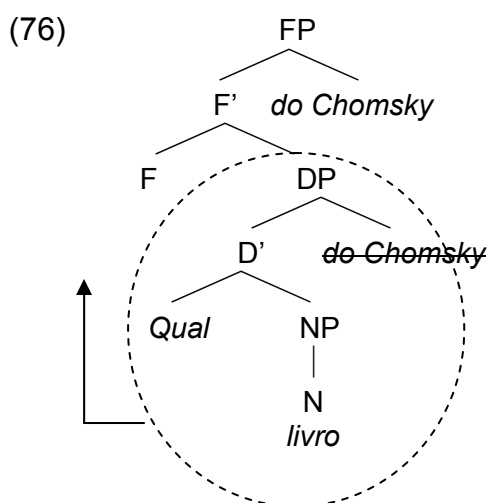
Nesta seção, apresentamos evidências para a postulação da projeção da categoria FP, como a projeção mais proeminente na estrutura nominal do PB, localizada acima de DP. Note-se que, em nossa proposta de adjunção do quantificador, a fim de corroborar nossa primeira proposta de que, de fato, o genitivo é licenciado internamente ao DP, em posição de Spec, ainda a postulação de uma projeção como FP, acima de DP, como defendido nesta tese, não se tornou evidente. No início da seção 4.4.1., apresentamos dois aparentes problemas para nossa proposta de que o genitivo é licenciado dentro da projeção de DP, em posição de Spec: (i) o problema do quantificador na ordem [DP\_Q], que apontava para violação de constituência na ordem [DP Q genitivo], se fosse assumida uma análise de movimento do DP para [Spec, QP]; e (ii) casos em que parte do DP se move para o início da sentença, deixando o genitivo para trás. Tendo resolvido o caso do quantificador, cabe-nos, nesta seção, estudar o segundo caso.

Como apontado anteriormente, o movimento do nominal modificado deixando o genitivo para trás, como em (74), ilustrado na configuração arbórea em (75), é problemático para uma proposta na qual os genitivos são gerados dentro do DP, uma vez que tal movimento parece apontar para uma violação de constituência.

(74) Qual livro (que) você leu [~~Qual livro~~ do Chomsky]?



A ideia básica a ser desenvolvida nesta seção é a de que em vez de um movimento como (75), impossível de ser realizado no modelo de gramática aqui adotado, a derivação de construções como aquela em (74) pode ser capturada como mostra (76):



Como mostra (76), no caso em que um “constituente parcial” é movido para o início da sentença, como em (74), o genitivo se move primeiro para [Spec, FP] e, em seguida, o DP é movido, sem problemas de constituência, uma vez que a projeção DP é um objeto visível para a computação sintática.

Antes de apresentarmos argumentos para a derivação em (76), iremos, na seção que segue, discutir uma forma alternativa para a derivação de construções como (74), considerando que genitivos do tipo *do Chomsky*, sejam gerados em configuração de adjunção (adjunção sem rótulo, nos termos de HORNSTEIN &



NUNES (2008)), o que será mais adiante descartado por motivações teóricas e empíricas.

#### 4.4.2.1. Genitivos como adjuntos

Numa abordagem como a desenvolvida em Grimshaw (1990), sobre a natureza da estrutura argumental de nomes, os casos de sintagmas nominais com construções de múltiplos genitivos, objeto de análise neste capítulo, são casos em que o núcleo nominal não projeta uma estrutura argumental, e, dessa forma, todos os sintagmas genitivos que aparecem nesse tipo de construção apresentam *status*/propriedades sintático-semânticas de adjunto e não de argumentos.

Grimshaw (1990) verificou que apenas quando um nome apresenta uma leitura eventiva (mais precisamente uma leitura de “evento complexo”, nos termos da autora), ele torna obrigatória a presença de um complemento, fato que evidencia que apenas esse tipo de nome licencia verdadeiros argumentos.

Uma das propriedades de um nome com leitura eventiva é o fato de que quando licencia um *agente*, este é realizado na forma de um *by-phrase*, mas não na forma genitiva<sup>14</sup>.

Uma vez que em construções de múltiplos genitivos o *agente* é realizado na forma genitiva, os genitivos, nesse tipo de construção, seguindo a proposta de Grimshaw (1990), são mais modificadores do que argumentos. O fato que corrobora essa ideia é o licenciamento de um *possuidor* nesse tipo de construção: um evento não entra em relação de posse, mas um referente sim.

A possibilidade de realizar os genitivos com uma cópula é também uma evidência empírica em favor do tratamento desses genitivos como adjuntos (GRIMSHAW, 1990; ALEXIADOU, HAEGEMAN & STAVROU, 2007). (77) são exemplos do inglês e (78), exemplos do PB:

---

<sup>14</sup> Ver. exs.(30)-(33), seção 4.3., para exemplos do PB.

- (77) a. The book of John / The book is of John  
 b. The book of Chomsky / The book is of Chomsky  
 c. The book of syntax / The book is of syntax

- (78) a. O livro do João/ O livro é do João  
 b. O livro do Chomsky/O livro é do Chomsky  
 c. A foto daquela modelo/ A foto é daquela modelo

Note-se que um verdadeiro argumento (nos termos de Grimshaw), não pode ser um predicado:

- (79) The destruction of the city / \*The destruction is of the city

- (80) A destruição da cidade/ \*A destruição é da cidade

Os mesmos contrastes encontrados no inglês são encontrados no PB, conforme os exemplos (77)-(80) mostram. Observe que, excetuando-se o genitivo *tema*, realizado com um nominal do tipo *destruição*, de natureza eventiva, os demais genitivos, realizados com nomes do tipo *livro* e *foto* podem funcionar como predicados, similar ao que ocorre com casos de adjetivos, os quais são tradicionalmente tratados como adjuntos, como ilustra (81):

- (81) O livro velho/ O livro é velho

Uma outra evidência em favor do tratamento de genitivos como adjuntos, é o fato de que eles não apresentam, contrariamente aos verdadeiros argumentos, uma interpretação semântica específica. Em (82a), o complemento *da cidade* apresenta uma relação temática específica com o núcleo nominal e só pode ser interpretado como o *tema*, enquanto que em (82b), *do João* pode ter pelo menos três possibilidades de interpretação, ou como *tema*, ou como *agente* ou como *possuidor*:

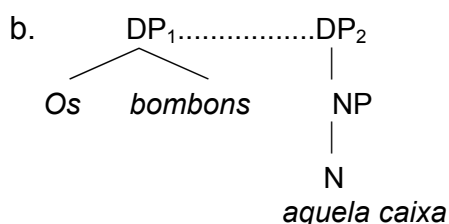
- (82) a. A destruição da cidade  
 b. O livro do João

Com base nas propriedades acima destacadas, para as construções de múltiplos genitivos, vamos supor que tais construções sejam casos de construções com múltiplos adjuntos. Assim, uma construção como (83), com um núcleo nominal não-eventivo, apresentaria três adjuntos conforme sinalizado entre colchetes.

(83) O quadro [ADJUNTO dos girassóis] [ADJUNTO de Picasso] [ADJUNTO daquele museu]

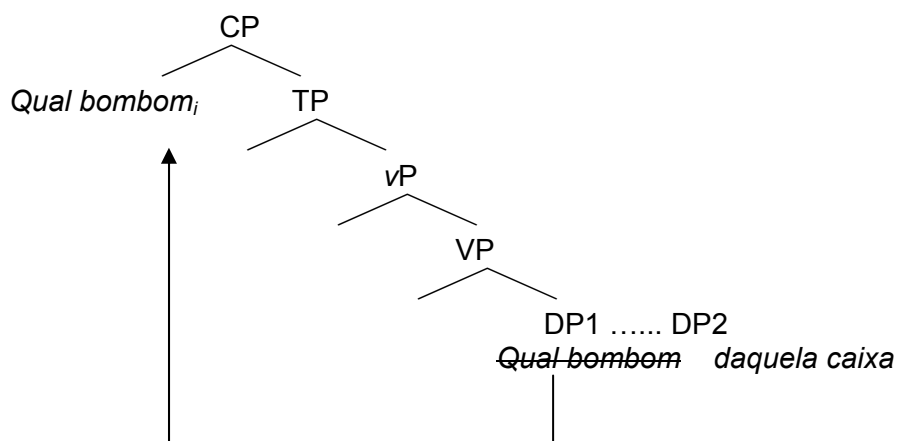
Um caminho para capturar as possibilidades de extração desses genitivos seria assumir uma abordagem como aquela desenvolvida em Avelar (2006). De acordo com a proposta de Avelar, PPs adjuntos de nomes introduzidos pela preposição *de* no PB são manipulados na sintaxe como verdadeiros DPs, com inserção tardia da preposição *de*. O autor assume que a adjunção ao DP não precisa ser rotulada, seguindo a proposta de adjunção sem rotulação obrigatória, apresentada em Hornstein & Nunes (2006) e discutida no capítulo 2. A livre extração observada, no PB, de adjuntos adnominais, na forma de *de-phrases*, se dá no caso em que esse adjuntos são rotulados à estrutura, tornando-se visíveis para operações de movimento. Vejamos o exemplo em (84), retirado de Avelar (2006):

(84) a. Os bombons daquela caixa



Para uma estrutura como (84b), o verbo da sentença seleciona DP<sub>1</sub> e nada, a princípio, impede o movimento do DP<sub>1</sub> ou do DP<sub>2</sub> para a periferia da sentença quando necessário. (85) ilustra um caso de movimento do DP<sub>1</sub>.

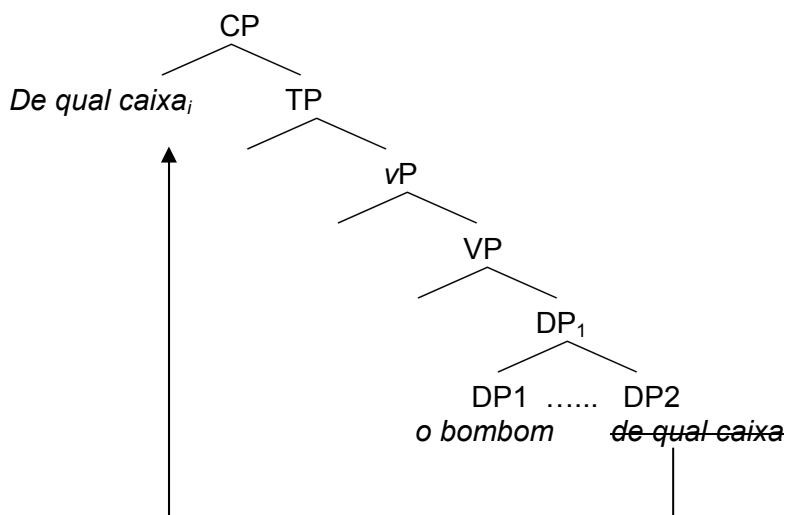
(85) a. *Qual bombom* a criança comeu ~~qual bombom~~ daquela caixa?



Uma vez que o DP<sub>2</sub> adjunto, em (85), foi apenas concatenado, não rotulado, a extração do DP<sub>1</sub> não viola constituência.

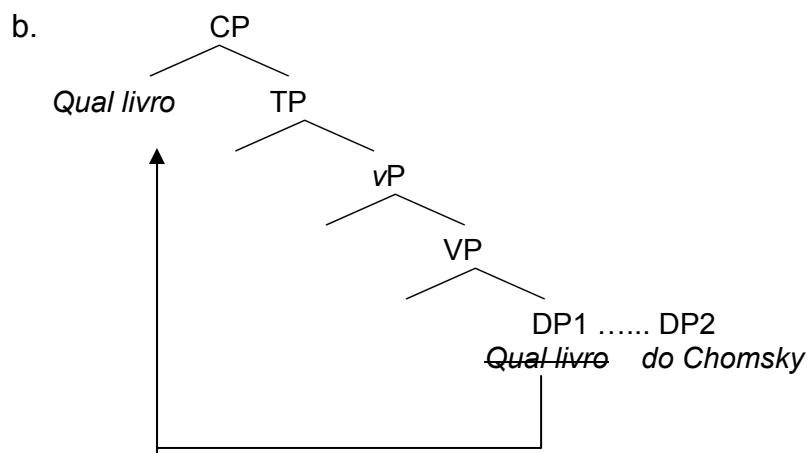
(86) ilustra o caso em que o genitivo adjunto, o DP<sub>2</sub>, é extraído. Note-se que, para ser extraído, a rotulação entre DP<sub>1</sub> e DP<sub>2</sub> tem de ser estabelecida, para que DP<sub>2</sub> esteja visível à operação *Mover* do sistema computacional.

(86) a. *De qual caixa* a criança comeu o bombom ~~de qual caixa~~?



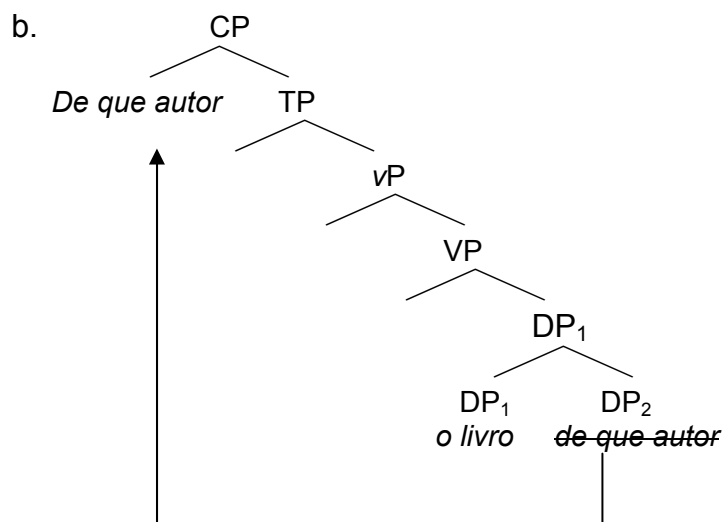
Suponhamos, agora, que para nosso caso problemático de (74), repetido aqui em (87a), assumamos uma estrutura como (87b), tomando os genitivos como adjuntos e assumindo a proposta de adjunção sem rotulação obrigatória:

(87) a. Qual livro (que) você leu do Chomsky?



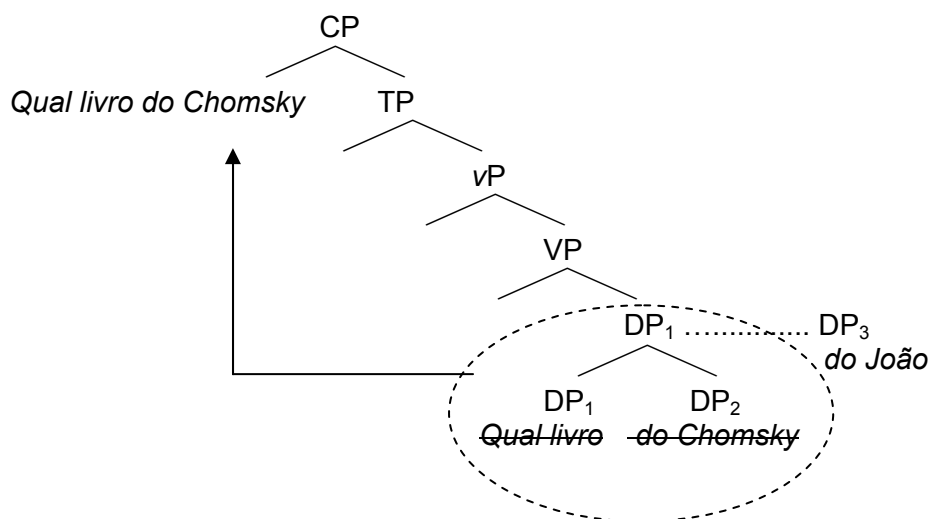
Note-se que um movimento como em (75b) não viola constituência. Para os casos em que o genitivo (do Chomsky) é extraído (cf. (88a)), podemos pensar que houve rotulação e, uma vez que tal genitivo está na periferia do DP, ele pode ser movido, como mostra (88b).

(88) a. *De que autor* você leu o livro ~~de que autor~~?



Essa abordagem também permite extrações como a apresentada em (89b), a seguir:

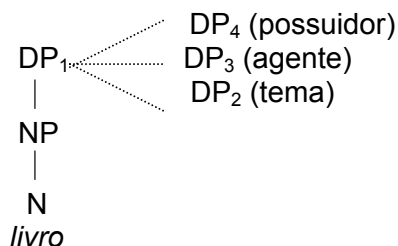
(89) a. *Qual livro do Chomsky a Maria rasgou qual livro do Chomsky, do João?*



(89a) é uma construção com mais de um argumento genitivo (*do Chomsky* e *do João*) e, como podemos verificar em (89b), a proposta de adjunção para genitivos, nos termos de adjunção sem rotulação obrigatória, poderia acomodar o fenômeno de extração também quando mais de um genitivo é licenciado. Contudo, algo mais precisa ser dito.

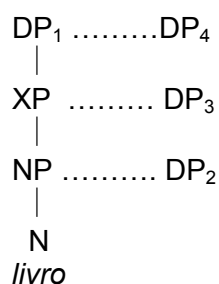
Como apontado no capítulo anterior, em construções de múltiplos genitivos, o padrão de extração segue a hierarquia *possuidor*>*agente*>*tema*: apenas o mais proeminente na estrutura pode ser extraído para fora do domínio nominal. Numa abordagem em que esses genitivos sejam tratados como adjuntos e a adjunção é dada sem rotulação obrigatória, parece que, em termos estruturais, nada impede a extração de um genitivo mais interno na estrutura<sup>15</sup>. Vejamos os casos de (90) e (91):

(90)



<sup>15</sup> É importante salientar que na proposta de Avelar (2006) o autor considera apenas casos de construções genitivas com interpretação de *posse*, deixando de lado os casos em que o genitivo apresenta as interpretações de *agente* e *tema*, que, para ele, são casos de sintagmas argumentais (ver nota 11, p. 85, de Avelar, 2006).

(91)



(90) ilustra a possibilidade de adjunção dos genitivos à projeção do DP. Nesse caso, nenhuma ordem é obtida entre os genitivos e a rotulação poderia se dar entre  $\text{DP}_1$  e qualquer um dos DPs adjungidos a ele. Se este for o caso, precisaríamos dizer algo mais sobre como a gramática opera com um objeto na forma apresentada em (90), a fim de explicar por que apenas o genitivo com interpretação de *possuidor* pode ser extraído. Da mesma forma, mesmo que supuséssemos um licenciamento dos genitivos como em (91), a fim de capturar os fenômenos de ligação observados no capítulo anterior, teríamos de explicar por que apenas o adjunto  $\text{DP}_4$  pode ser extraído no PB.

Por este motivo, e, principalmente por razões a que passaremos a discutir na próxima seção, o tratamento para as construções genitivas, como se fossem licenciadas como adjuntos, será dispensado em nossa análise. Assim, a seguir, mantendo nossa proposta de que os sintagmas genitivos são gerados em posição de Spec de categorias internas ao sintagma nominal, vamos mostrar que os exemplos de extração que parecem uma violação de constituência podem ser acomodados numa abordagem em que FP é projetada.

#### 4.4.2.2. Genitivos são gerados em Specs

Vimos na seção anterior que os genitivos com interpretação de *agente* e *possuidor* apresentam propriedades semânticas semelhantes a de adjuntos e não de verdadeiros argumentos do nome. Duas propriedades foram apontadas: a primeira delas foi a possibilidade de realizar os genitivos com uma cópula e a segunda foi o fato de que elas não apresentam, contrariamente aos verdadeiros argumentos, uma interpretação semântica específica.

Essas propriedades, no entanto, podem ser tomadas como reflexo das propriedades do domínio em que cada genitivo é gerado, e não reflexo do fato de que tais genitivos serem projetados como adjuntos dentro da construção nominal. Assim sendo, o argumento em favor da projeção de genitivos em configuração de adjunção se empobrece.

O fato de que apenas “verdadeiros argumentos” de N, objetos de nomes como *destruição*, por exemplo, seguindo a análise de Grimshaw (1990), apresentam uma interpretação semântica delineada, pode ser capturado assumindo-se que apenas este é projetado dentro do domínio temático do DP, daí a semântica mais delineada deste constituinte. Por sua vez, a interpretação semântica menos delineada para outros genitivos pode ser capturada assumindo que estes são licenciados fora do domínio temático, gerados no domínio de concordância do DP.

A proposta de que apenas o argumento verdadeiro é gerado dentro do domínio temático da construção nominal segue a ideia desenvolvida em Grimshaw (1990) de que apenas nomes de evento/processo projetam uma estrutura argumental licenciando argumentos gramaticais. Assim, como argumento verdadeiro de N, o objeto de um nome com estrutura argumental é licenciado dentro do domínio temático da construção nominal (no domínio mínimo de N) onde recebe seu papel-temático.

Nomes não-eventivos não projetam estrutura argumental e os genitivos que são licenciados com esse tipo de nome, não compõem, portanto, sua estrutura argumental. Esses genitivos são licenciados em termos de papel-temático de forma indireta em relação ao núcleo nominal, sendo projetados no domínio de concordância da construção nominal.

Já no tocante à possibilidade de servirem como predicados em construções de cópula, gostaríamos de sugerir que essa propriedade está relacionada mais com a natureza eventiva do núcleo nominal, do que com uma restrição relacionada à natureza do adjunto do sintagma genitivo. Note-se que não é apenas um verdadeiro argumento que não pode ser utilizado em construção de cópula, como mostra (92), mas todo o DP com o núcleo nominal eventivo:



- (92) a. \*Aquela destruição é de Roma.  
 b. \*Aquela é a destruição de Roma.
- (93) a. Aquele livro é do Chomsky.  
 b. Aquele é o livro do Chomsky.

O contraste entre (92)-(93) sugere que a possibilidade de predicação em construção de cópula parece estar relacionada mais à natureza eventiva do núcleo nominal do que com o tipo de construção genitiva. Enquanto que nomes de natureza eventiva não permitem construções com cópula dos tipos apresentados em (92), nomes de natureza não-eventiva o permitem.

Dessa forma, a possibilidade de realizar os genitivos com uma cópula e a interpretação semântica menos delineada de genitivos em construções com múltiplos genitivos são reflexo, respectivamente, do fato de que tais construções são geradas fora do domínio temático do DP e da natureza não-eventiva do nominal com o qual entram em relação. Assim, tais propriedades não carecem necessariamente de uma postulação da projeção de genitivos em configuração de adjunção.

Com base nessas afirmações, passemos agora a propriedades que sugerem que os genitivos em construções de múltiplos genitivos são argumentos, diferenciado-se de verdadeiros adjuntos.

Translingüisticamente, uma característica interessante apresentada por sintagmas genitivos é que, contrariamente a “adjuntos puros” (URIAGEREKA, 2001), tais construções apresentam marcas de Caso: genitivo em inglês, alemão e grego, por exemplo; dativo ou nominativo em húngaro; dativo em alemão; etc (cf. ALEXIADOU, HAEGEMAN & STAVROU, 2007, p. 549). Se associamos marcas de Caso a argumentos, da mesma forma em que sujeito e objeto, argumentos do verbo, apresentam tais marcas em línguas de morfologia visível para Caso, então, o fato de que os genitivos *possuidor*, *agente* e *tema* apresentam marcas de Caso pode ser uma evidência de que tais construções sejam projetadas como argumentos, ou, pelo menos, constitui uma propriedade que diferencia verdadeiros adjuntos de sintagmas genitivos.

As construções genitivas também podem ser diferenciadas de “adjuntos puros” no que tange à propriedade de concordância que essas construções

apresentam com o núcleo nominal que modificam. Em línguas como o húngaro, por exemplo, o padrão de concordância que um genitivo pronominal apresenta com o núcleo nominal é muito similar ao padrão de concordância entre o sujeito e *Infl* no domínio da sentença, como observam Alexiadou, Haegeman & Stavrou (2007):

- (94) a. (én) szeret-0-em  
1SG love-PRES-1SG
- b. János szeret-0-0  
János love-PRES-3SG
- c. a(z) (én) haz-a-0-m  
the 1SG house-POSS-SG-1SG
- d. a János haz-a-0-0  
the János house-POSS-SG-3SG

(HERTZ, 2003, p. 142, ex. (3) *apud* ALEXIADOU, HAEGEMAN & STAVROU, 2007, p. 557, ex. (17))

Outra propriedade diz respeito ao fato de que, em línguas como o inglês, as construções genitivas podem ocupar a mesma posição que um verdadeiro complemento do nome. A posição [Spec, DP], no inglês, pode tanto alojar um verdadeiro argumento, como em (95a), ou um genitivo *possuidor/agente*, como mostra (95b), mas não um típico adjunto (95c):

- (95) a. Rome's destruction (the destruction of Rome)  
'A destruição de Roma'
- b. John's car (the car of John)  
'O carro de João'

c. \*Chocolate's cake (cake of chocolate)

'bolo de chocolate'

Assim, uma abordagem que trate o genitivo em (95b) como um adjunto e o genitivo em (95a) como um complemento, carece de uma explicação para o fato de que ambos possam ser realizados numa mesma posição, contrariamente do que ocorre com o típico adjunto em (95c).

Ainda em relação a uma língua como o inglês, como capturar o fato de que o genitivo em posição pré-nominal está em distribuição complementar com o determinante, como mostra (96), se assumíssemos que o genitivo é realizado como adjunto do DP?

(96) a. (\*the) John's car

Outra propriedade interessante das construções genitivas é que elas podem entrar em relação de ligação. Conforme discutimos no capítulo anterior, construções genitivas no PB podem ser antecedentes para reflexivos dentro do sintagma nominal. Essa propriedade de ligação é observada também em outras línguas românicas como francês, italiano e espanhol, pelo menos (cf. GIORGI & LONGOBARDI (1991), TICIO (2003), entre outros). A ligação entre um genitivo *possuidor* ou *agente* e o genitivo *tema* é semelhante àquela estabelecida pelo sujeito da sentença que pode ligar o objeto. Dessa forma, se os genitivos *possuidor* e *agente* são gerados em posição de Spec, como propomos aqui, a ligação do genitivo *tema* pode ser obtida.

Centrado agora mais precisamente nos dados do PB, uma evidência interessante é fornecida a partir da extração de ilhas fracas. Como (97), a seguir, mostra, no PB, a clássica assimetria entre a extração de argumentos e adjuntos a partir de ilhas fracas é obtida. De acordo com o que foi observado na literatura sobre esse fenômeno, a extração de um argumento, a partir de uma ilha fraca, é melhor que a extração de um adjunto, como mostrado a seguir.

(97) a. *O que* a Maria não acha que o João quebrou ~~e que~~ ontem?

b. \**Quando* a Maria não acha que o João quebrou o carro ~~quando~~?

(97) são casos de extração a partir de contextos de ilhas fracas, mais precisamente, ilhas de negação. Enquanto que, em (97a), a extração do argumento que está na sentença encaixada para o início da sentença matriz resulta numa construção aceitável no PB, a extração do adjunto da sentença encaixada para a periferia esquerda da sentença matriz em (97b) é agramatical.

Interessantemente, o resultado da extração de construções genitivas em contextos de ilhas fracas é semelhante ao resultado obtido com a extração de argumentos, como mostra (98):

- (98) a. *De que pessoa/De que autor* você não acha que o João rasgou o livro *De que pessoa/De que autor*?
- b. *De qual medicamento* você não acha que o governo proibiu a venda *de qual medicamento*?

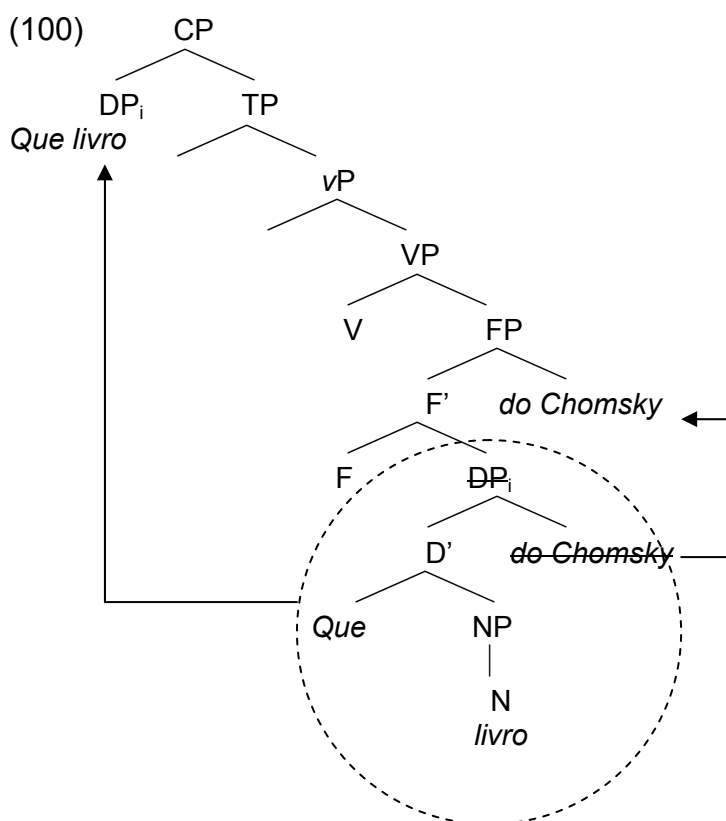
Comparando os dados de (97) com os dados de (98), vemos que o comportamento sintático de construções genitivas, em relação ao fenômeno da extração a partir de contexto de ilha fraca, difere do padrão encontrado para verdadeiros adjuntos e se assemelha ao comportamento de extração para argumentos.

Em suma, as propriedades observadas nesta seção parecem desfavorecer o tratamento das construções genitivas como construções adjuntas. Além disso, vimos que se as construções com múltiplos genitivos fossem tratadas como casos de múltiplos adjuntos, algo mais teria de ser dito sobre o funcionamento da gramática, no que diz respeito à maneira como esses adjuntos seriam organizados na estrutura, de forma a obtermos as relações de c-comando que são estabelecidas entre esses genitivos, bem como as restrições para extração verificadas quando mais de um genitivo está presente.

Descartando, a partir desses fatos, o tratamento de adjunto para as construções de múltiplos genitivos, passemos, a seguir, a um outro viés pelo qual poderíamos manter nossa análise sem a postulação de uma projeção FP: a proposta de extraposição do genitivo.

Como colocamos na seção 4.4.2., a derivação para a construção em (99), de acordo com a proposta aqui delineada, apresentada em (100):

(99) Que livro (que) você leu do Chomsky?



Como mostra (100), o genitivo é alçado para a posição [Spec, FP] e, em seguida, o DP é alçado para a periferia esquerda da sentença, resultando em construções como em (99).

Uma análise de movimento do material que “sobra”, após o movimento do PP genitivo, é apresentada para o PB em Bastos (2006), mas de forma diferente da aqui proposta.

Bastos (op. cit.) argumenta a favor de uma extraposição do PP que pode se dar à direita ou à esquerda da construção nominal, de forma que as ordens de constituintes apresentadas em (101) sejam ordens previstas no PB:

- (101) a. O João riscou de Van Gogh quantas pinturas?  
 b. O João riscou quantas pinturas de Van Gogh?

(BASTOS, 2006, p. 14, ex. (52))

De acordo com a autora, as ordens (101a) e (101b) são resultados de extraposição do PP, como mostra (102a) e (102b):

- (102) a. [CP ... [V PP [DP WH N t<sub>PP</sub>]]  
 b. [CP ... [V [DP WH N t<sub>PP</sub>] PP]

De acordo com (102), o PP sai da construção nominal, num movimento ou à direita (102a), ou à esquerda (102b). Para mostrar que em (101b) o PP *de Van Gogh* não está *in situ*, Bastos apresenta dados em que um advérbio como *ontem* pode aparecer entre *quantas pinturas* e *de Van Gogh*, como em (103):

- (103) O João riscou quantas pinturas ontem de Van Gogh?

A presença do advérbio, em (103), indica que houve movimento do objeto para uma posição acima de VP. Contudo, temos de assumir que esse movimento foi precedido por um movimento do PP *de Van Gogh*, permitindo que o material remanescente dentro do DP (*quantas pinturas*) fosse posteriormente movido, assim, sem violação de constituência.

Da mesma forma, o advérbio *ontem* aparece em posição similar para a ordem de (101a), caso em que, na proposta de Bastos, corresponde à extraposição do PP à direita.

- (104) O João riscou de Van Gogh ontem quantas pinturas?

O fenômeno de extraposição à direita do PP, como propõe Bastos para (104), remete ao modelo da teoria gerativa padrão (ROSS, 1967; ROSENBAUM, 1967; CHOMSKY, 1977), em que exemplos do inglês, como em (105b), eram tidos como resultados de regras transformacionais aplicadas pela gramática, as quais moviam o PP para o final da sentença, como mostra (106):

- (105) a. A review of this article came out yesterday.  
 'Uma resenha desse artigo apareceu ontem'  
 b. A review came out yesterday of this article.  
 'Uma resenha apareceu ontem desse artigo'

(ROSS, 1986, p. 176, ex. (5.45))

(106) Regra de extraposição de PP

$$\begin{array}{r}
 X - [\text{NP P NP}] - Y \\
 \text{OPT} \\
 \begin{array}{ccc}
 1 & 2 & 3 \quad \rightarrow \\
 1 & 0 & 3+2
 \end{array}
 \end{array}$$

(ROSS, 1986, p. 176, ex. (5.46))

Com o advento da proposta de Kayne (1994), na qual o fenômeno de adjunção à direita é banido da gramática (ver também ZUART (1992) *apud* BÜRING & HARTMANN (1995), FUKUI & TAKANO (1998)), assim como, com a maquinaria apresentada em Larson (1998), por exemplo, para aparentes casos de movimento à direita, o fenômeno da extraposição tem sido reinterpretado sob formas alternativas que descartam a possibilidade de movimento à direita (ver, por exemplo, KASAI (2008) e trabalhos ali citados).

Seguindo a intuição desses trabalhos, descartamos um movimento como em (102b), como proposto por Bastos para o PB, e argumentamos que os casos de aparente extraposição do PP são casos em que este constituinte se encontra na posição [Spec, FP].

Assim, reinterpretando os dados apresentados em Bastos, repetidos aqui em (107), a derivação se dá como ilustrado em (108):

- (107) a. O João riscou de Van Gogh (ontem) quantas pinturas?  
 b. O João riscou quantas pinturas (ontem) de Van Gogh?

(108) a.  $[\text{CP} \dots [\text{ZP PP}_i [\text{VP adv}[\text{VP V} [\text{FP PP} [\text{DP WH N PP}]]]]]]]$

b.  $[\text{CP} \dots [\text{ZP DP} [\text{VP adv}[\text{VP V} [\text{FP PP} [\text{DP WH N PP}]]]]]]]$

Para a derivação de (107a), uma vez que o genitivo *de Van Gogh* é alçado para a periferia da construção nominal, para a posição [Spec, FP], ele é em seguida alçado para uma posição mais alta na estrutura e, assim, casos em que um advérbio como *ontem* aparece entre *Van Gogh* e *quantas pinturas* são resultantes de uma configuração como (108a). Por sua vez, em (107b) o genitivo é primeiramente

alçado para [Spec, FP], lá permanecendo, e o DP remanescente é alçado para uma posição acima de VP.

Com a postulação de uma projeção como FP, no topo da construção nominal, nossa análise permite acomodar os dados do PB de aparentes casos de extraposição do PP, sem, contudo, propor um deslocamento à direita. Dessa forma, a análise aqui proposta torna desnecessária a postulação de operações de adjunção à direita pela gramática, e se adéqua a uma teoria de gramática como a proposta em Kayne (1994).

Para a existência de uma projeção acima de DP, Grohmann (2003) argumenta que essa é a projeção que hospeda sintagmas possuidores topicalizados, dentro de construções nominais, em línguas como o holandês, o *West Flemish* e certos dialetos do norueguês (projeção denominada TopP, pelo autor).

De acordo com o autor, o deslocamento dos possessivos dentro da construção nominal, nessas línguas, apresenta similaridades entre a construção nominal e o domínio da sentença, fato que favorece um paralelismo entre o domínio da sentença e o domínio nominal. Se o domínio da sentença parece projetar uma categoria como TopP, como propõe Rizzi (1997), para hospedar constituintes topicalizados, não seria uma surpresa se no domínio do DP, que apresenta uma arquitetura semelhante à da sentença, a categoria Top fosse projetada. De fato, Grohmann (op. cit) mostra convincentemente que no holandês e no *West Flemish* o tipo de topicalização encontrado no domínio nominal apresenta os mesmos efeitos de “anti-localidade” observados em construções de topicalização no domínio da sentença<sup>16</sup>.

A análise de Grohmann é centrada em construções de duplicação do possessivo prenominal em línguas germânicas, observando de que forma sua teoria de anti-localidade se aplica. Em termos descritivos, como observa o autor, uma construção com duplicação do possuidor é uma expressão nominal complexa que contém um sintagma possuidor, um pronome possessivo prenominal (que corresponde à duplicação do possuidor) e o núcleo nominal em si, NP, que representa o possuído. Grohmann oferece uma estrutura como (109) para tais construções:

---

<sup>16</sup> Ver capítulo 3 para a discussão da noção de “anti-localidade” apresentada em Grohmann (2000).



(109) [<sub>DP</sub> POSS PRON NP]

(GROHMANN, 2003, p. 202, ex. (8))

Exemplos dessas construções são dados em (110):

(110) [meiner Cousine aus Griechenland] ihre Show  
My cousin from Greece her show

(holandês)

(111) [men zuster ut Gent] euren boek  
My sister from Ghent her book

(West Flemish)

(112) vår kollega fra Tromsø] sine vurderinger  
Our colleague from Tromsø REFL judgements

(Norueguês)

(GROHMANN, 2003, p. 205-206, ex. (15a), (16a) e (17a))

Conforme os dados (110)-(112) mostram, a relação entre o possuidor e o pronome possessivo pode ser assumida como uma relação de resumpção. O pronome “resume” o DP possuidor à esquerda na construção nominal. De acordo com Grohmann, o fenômeno da duplicação observado nessas línguas se dá devido à atuação do efeito de “anti-localidade”, que, como efeito drástico na interface FF da gramática, faz com que ambas as cópias (possuidor e pronome possessivo) sejam foneticamente realizadas. Esse efeito é obtido, porque o possuidor realiza um movimento dentro do limite do domínio de concordância do DP (movimento interno a um mesmo domínio).

Línguas como o holandês e o West Flemish, além de apresentarem o fenômeno de duplicação do possuidor, também permitem que tal constituinte seja deslocado para a periferia esquerda da construção nominal. Esse fenômeno é ilustrado a seguir:

(113) Verhosfstadt den dienen zen fouten  
Verhosfstadt RP his mistakes  
'Verhosfstadt's mistakes'

(West Flemish)

(114) (der) Merkel der ihre Fresse  
 the.DAT Merkel RP her mug  
 'Merkel's mug'

(holandês)

(GROHMANN, 2003, p. 216, ex. (50) e (51))

RP é usado em Grohmann (2003) para indicar o pronome resumptivo. A derivação de (113) e (114) é ilustrada em (115):

(115) [<sub>TopP</sub> POSS Top<sup>o</sup> [<sub>DP</sub> POSS → RP D<sup>o</sup> [<sub>AgrP</sub> POSS Agr<sup>o</sup> [<sub>PossP</sub> POSS → PRON Poss<sup>o</sup> [<sub>NP</sub> ...]]]]]]

O movimento que POSS realiza dentro do mesmo domínio de concordância, da posição de [Spec, PossP] para [Spec, AgrP] faz com que a cópia em [Spec, PossP] seja pronunciada na forma pronominal *zen*, como em (113). Da mesma forma, dentro do domínio discursivo, o movimento seguido que POSS realiza da posição [Spec, DP]<sup>17</sup> para [Spec, TopP], faz com que a cópia em [Spec, DP] seja pronunciada na forma do resumptivo, *den dienen* em (113). A cópia mais alta de POSS corresponde a *Verhofstadt*.

A postulação de uma projeção como TopP no topo da construção nominal permite Grohmann acomodar os casos de deslocamento à esquerda do possessivo, bem como explicar o fenômeno da duplicação que ocorre com a presença de um resumptivo.

De forma similar à proposta de Grohmann (2003), Giusti (1996) propõe que o fenômeno da duplicação do possessivo em línguas germânicas pode ser comparado ao fenômeno de deslocamento à esquerda do clítico, em línguas românicas, sugerindo que, da mesma forma que um constituinte topicalizado, ocupa a posição de TopP, no romance, o possuidor prenominal, em construções de duplicação de possessivo, ocupa a posição [Spec, TopP] (cf. HAEGEMAN, 2004, p. 229).

<sup>17</sup> É imperativo pontuar que, na análise de Grohmann (2003), DP é uma categoria projetada no domínio discursivo da construção nominal. Assim sendo, o movimento de POSS de [Spec, DP] para [Spec, TopP], na análise do autor, se dá dentro de um mesmo domínio prolífico (o discursivo), daí o efeito de *output* observado em FF: a cópia de POSS em [Spec, DP] é pronunciada na forma de pronome resumptivo.

Outra evidência para a existência de uma projeção acima de DP provém da comparação entre contrastes de extração de DPs possessivos pronominais entre línguas germânicas, de um lado, que não permitem tal extração, e línguas como o húngaro e o grego moderno que a permitem.

Tanto línguas germânicas (116), quanto o húngaro (117), por exemplo, podem realizar um DP possessivo precedendo o artigo:

(116) West Flemish

Da zyn Valère de zyne.

That are Valère the his

'Those are Valère's.'

(HAEGEMAN (2004), p. 214, ex. (7))

(117) Húngaro

Mari-nak a kalap-já

Mari-DATIVO the hat-3SG

'Mari's hat'

(HAEGEMAN, ALEXIADOU & STAVROU 2008, p. 135, ex. (105))

A realização do possuidor precedendo o artigo, nos exemplos acima, sugere que tal constituinte seja gerado em [Spec, DP], como tem sido assumido, por exemplo, em Szalbocki (1994). Apesar de em ambas as línguas, West Flemish e húngaro, o possuidor ocupar a posição [Spec, DP], apenas nesta a última a extração do possuidor é possível:

(118) húngaro

Ki-nek<sub>k</sub> ismer-té-tek [DP t<sub>k</sub> a vendég-é-Ø-t]?

Who-DAT know-PAST-2PL the guest-POSS-3SG-ACC

'Whose guest did you know?'

(GRAVUSEVA (2000), p. 744, ex. (1c))

(119) West Flemish

\*Wiensen ee-j      gie boek gelezen?

Whose have-you you book read

(HAEGEMAN, 2004, p. 212, ex. (2c))

De acordo com a análise desenvolvida em Gravuseva (2000), a possibilidade de extração do possuidor está relacionada à disponibilidade do movimento deste constituinte para a posição [Spec, DP]. Ou seja, uma vez que o possuidor estiver em [Spec, DP] ele pode ser extraído para fora do domínio nominal. Essa proposta de Gravuseva (2000) captura a intuição por trás das análises apresentadas no capítulo anterior, de que para ser movido para fora de um DP, o constituinte tem de se encontrar na margem da construção nominal. Se a análise da autora estiver correta e assumindo que o possuidor prenominal no West Flemish se encontra em [Spec, DP], como o dado em (116) sugere, a impossibilidade de extração em (119) carece de explicação.

Haegeman (2004) parte da proposta de Gravuseva (2000) para argumentar a favor da existência de uma projeção acima de DP, uma posição de natureza A', para onde possuidores extraíveis são alçados.

Discutindo o contraste entre línguas que permitem a extração do possuidor e línguas que não a permitem, a autora observa que a possibilidade de extração de um possuidor está relacionada à posição periférica que este constituinte ocupa dentro da construção nominal. Assim, em línguas germânicas, que não permitem a extração do possuidor prenominal, este se encontra em [Spec, DP], posição não periférica da construção nominal, uma vez que há outra categoria projetada acima de DP.

Por outro lado, em línguas como o grego moderno e o húngaro, por exemplo, que permitem extração do possuidor prenominal, este é alçado para uma posição acima de [Spec, DP], uma posição A', posição a partir da qual pode ser extraído.

Os dados em (120)-(121), a seguir, ilustram o contraste entre esses dois tipos de línguas:

(120) línguas germânicas

[<sub>FP</sub> [<sub>DP</sub> possuidor<sub>i</sub> [<sub>D'</sub> pronome<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> ... [NP]]]]

(121) húngaro

[<sub>FP</sub> possuidor [<sub>DP</sub> [<sub>D'</sub> az [<sub>IP</sub> ... [NP]]]]

(HAEGEMAN, 2004, p. 238, ex. (69)-(70))

A postulação de uma projeção acima de DP, representada por FP nos exemplos (120)-(121), permite acomodar o fato de que tanto em húngaro quanto em línguas germânicas existe a possibilidade de um possuidor ser realizado numa posição acima daquela onde o determinante é projetado, ao mesmo tempo em que permite capturar a assimetria de extração desse possuidor prenominal entre essas línguas: no húngaro, o possuidor se encontra na margem da construção nominal [Spec, FP], posição a partir da qual pode ser extraído (cf. (121)), enquanto que em línguas germânicas, o possuidor prenominal se encontra em uma posição mais interna [Spec, DP] não sendo possível a sua extração para fora do domínio nominal.

Haegeman (2004) observa que os possuidores prenominais em línguas como o húngaro e o grego, que permitem sua extração, apresentam características de elementos projetados em posições A': em húngaro, o dativo prenominal ocupa a mesma posição para onde elementos wh dentro do nominal são movidos; em grego, o possessivo prenominal recebe uma leitura de foco. Já no caso de línguas germânicas, o possuidor prenominal não recebe nenhuma leitura de foco ou de ênfase contrastiva, indicando que provavelmente ocupa posição distinta daquela ocupada por possuidores prenominais do húngaro e do grego.

A postulação de uma projeção acima de DP, dessa forma, permite acomodar o fato de que apesar de línguas como o húngaro e o holandês, por exemplo, apresentarem possuidores em posição prenominal, a extração deste seja possível naquela, mas não nesta, já que apenas no húngaro o possuidor prenominal está na posição periférica do sintagma nominal.

Assim, a postulação de uma projeção acima de DP, como uma projeção cujo Spec se caracteriza como uma posição A', que acomoda elementos relacionados com leitura de tópico ou foco, por exemplo, além de ser empiricamente motivada, dado o contraste observado entre húngaro e o holandês, por exemplo, do ponto de

vista teórico permite explicar o fato de que apesar de o húngaro e o holandês apresentarem possuidores pronominais, apenas em húngaro a extração é possível, tendo em vista que o possuidor pronominal ocupa posições distintas nessas línguas. Ainda, a projeção de uma posição A' dentro do domínio nominal para hospedar possíveis constituintes focalizados, por exemplo, como parece ser o caso do grego, é um resultado esperado, uma vez que assumimos que a estrutura do DP é paralela à estrutura da sentença.

Voltemos ao caso particular do PB. Na proposta aqui delineada, nos casos em que o nome modificado é movido, deixando a construção genitiva para trás, como em (122b), a seguir, houve um prévio movimento do genitivo para [Spec, FP], seguido do movimento do nome modificado para uma posição acima de VP. Disso decorre que, apesar de, em termos de realização, o genitivo em (122a) e em (122b) parecerem estar numa mesma posição, apenas em (122a) ele estaria na posição em que foi gerado.

- (122) a. A Maria leu o livro do Chomsky.  
 b. A Maria leu o livro ontem do Chomsky.

Diferenças de leitura em relação a propriedades de foco sugerem que de fato *do Chomsky*, em (122a), está numa posição diferente da que aparece em (122b), validando nossa proposta de movimento do genitivo para [Spec, FP], no caso de (122b). Em ambos os exemplos, o genitivo (*do Chomsky*) é o último elemento à direita na sentença. Conforme os dados em (123) mostram, em (123a), mas não em (123b), o genitivo pode receber leitura de foco:

- (123) Pergunta: De que autor a Maria leu o livro ontem?  
 R1: A Maria leu o livro do Chomsky (ontem).  
 R2: \*A Maria leu o livro ontem do Chomsky.

Em línguas como o português, a posição natural para a ocorrência de um constituinte focalizado é a posição mais encaixada na estrutura, a periferia direita da sentença (cf. MENUZZI, 2000; e COSTA, 1998). Note-se que, apesar de, tanto em R1, quanto em R2, o genitivo ser realizado na posição da periferia direita da

sentença, apenas em R1 esse constituinte pode receber leitura de foco, como mostra o contraste em (123). Esse contraste pode ser naturalmente capturado se atribuirmos a diferença de leitura, em (123), a posições diferentes que o genitivo ocupa em cada uma delas. No caso de R1, o genitivo está na posição de base, em que foi gerado, posição mais encaixada na estrutura (complemento de V), podendo, assim, receber leitura de foco. Por outro lado, em R2, o genitivo foi movido para [Spec, FP], permitindo o posterior movimento de *o livro* e, nesse caso, a leitura de foco não está disponível. Se esta análise estiver correta, podemos pensar que o movimento do genitivo para [Spec, FP], em R2, se deve a uma “defocalização” do genitivo<sup>18</sup>, nos termos em que Costa (1998) sugere para casos de *scrambling* do objeto no português.

A partir dos fatos relatados acima, fica evidente que a postulação de uma projeção funcional acima de DP é não só empiricamente adequada para dar conta do contraste de extração de elementos pronominais, verificado entre línguas como o húngaro e o holandês, por exemplo, como também nos permite acomodar o fato de que elementos licenciados em posição pré-determinante, em línguas como o grego, apresentem informações de caráter discursivo, como tópico, mas não em línguas germânicas (cf. HAEGEMAN, 2004). Uma vez que os possuidores pré-determinantes, no húngaro e no grego, ocupem a posição A' de [Spec, FP], mas em línguas germânicas ocupem [Spec, DP], as propriedades contrastivas entre essas línguas são naturalmente acomodadas. Mais precisamente, em relação ao PB, a existência da projeção FP, acima de DP, nos permite acomodar propriedades sintáticas de deslocamento, verificadas em casos de movimento “parcial” da construção nominal, como o movimento do nome modificado em (122b). Do ponto de vista teórico, a projeção de FP nos permite manter uma análise para a extração de PPs no PB lançando mão de apenas uma única restrição da gramática, a restrição de *Localidade*. Ainda, se uma teoria como a de Kayne (1994) é relevante para a gramática, nossa análise, que propõe o encailhamento do genitivo em [Spec, FP], em vez de sua extraposição à direita, se torna mais adequada.

---

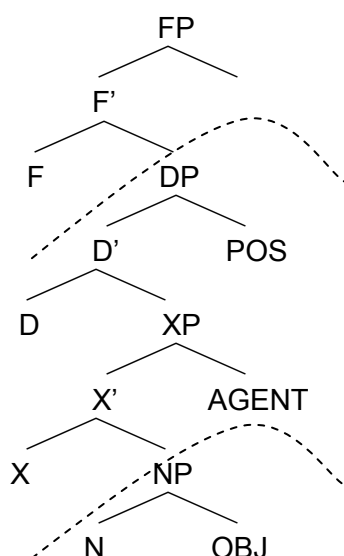
<sup>18</sup> Costa (1998) observa que em português europeu existe *scrambling* do objeto com vistas a uma “defocalização” desse constituinte quanto um advérbio como *bem* é realizado depois do objeto. A abordagem adotada em Costa é baseada no trabalho de Cinque (1993) de acordo com o qual a leitura de foco recai sempre no constituinte mais encaixado na sentença. No nosso caso, sugerimos que a diferença entre R1 e R2 se deve à diferente posição que o genitivo ocupa na sentença.

Tendo delineado as razões para a existência de FP, na estrutura de DP proposta nesta tese, passaremos, a seguir, a discutir outro ponto central deste trabalho, que é a proposta de que, pelo menos no PB, é o núcleo D que licencia argumentos genitivos, no que tange a propriedades de Caso.

#### 4.5. D como *locus* de traços de concordância no PB

A fim de acomodar o fenômeno da extração no PB, propusemos no início deste capítulo a estrutura do DP como apresentada em (124), a seguir:

(124) DP no Português Brasileiro



Apontamos três principais diferenças entre a estrutura em (124) e a proposta em Ticio (2003), para o DP do espanhol: (i) DP constitui o domínio de concordância no PB e não o discursivo; (ii) como *locus* de concordância, é a projeção DP que licencia o *possuidor* e não AgrP, como na proposta de Ticio e (iii) o *agente* também é licenciado no domínio de concordância, e não no domínio temático como propôs Ticio.

O objetivo desta seção é oferecer uma justificativa para a assunção de que D é o *locus* de concordância dentro do sintagma nominal e, como apresenta tal propriedade, D licencia argumentos genitivos, atribuindo/checando-lhes Caso. A



ideia de que o núcleo portador de traços de concordância no DP é também o núcleo que licencia argumentos genitivos, pelo menos em termos de Caso, tem sido assumida em um robusto número de trabalhos sobre a estrutura do DP (CORNILESCU (1993), PICALLO (1991), SILONI (1997), ENGELHARDT (2000), entre outros). Dessa forma, propor que o *possuidor* ou o *agente* podem ser projetados em [Spec, DP], no PB, não soa como um fator surpresa ou singular desta língua se D for *locus* de concordância.

Dados de concordância nominal discutidos em vários trabalhos no PB apontam para o interessante fato de que, nesta língua, a marca de plural é obrigatória apenas no determinante, pelo menos na variante dita PB coloquial. De fato, os casos em que a marcação de plural ocorre apenas no determinante parecem ser mais naturais do que os casos em que a marca de plural aparece em todos os elementos do sintagma nominal (cf. MAGALHÃES (2004), COSTA & FIGUEIREDO-SILVA (2006), MOURA (2006), entre outros).

(125) apresenta padrões de concordância nominal no PB:

- (125) a. Os livro/Os livros  
 b. Aqueles menino/ Aqueles meninos  
 c. Essas coisa/ Essas coisas  
 d. Os menino todo/Os meninos todos

Note-se que a não realização da marca de plural no determinante, quando o nome está marcado para plural, é bloqueada em PB:

- (126) a. \*O livros  
 b. \*Aquele meninas bonitas  
 c. \*Todos o menino

Poder-se-ia pensar que a marca obrigatória de plural teria de ser manifestada no primeiro elemento à esquerda do sintagma nominal, independente de seu estatuto como núcleo D. Contudo (126c) é uma evidência para o fato de que é D quem carrega os traços de concordância. Concordâncias nominais como as em (127), a seguir, também são licenciadas no PB:

- (127) a. Todo os menino  
 b. Todo aqueles menino  
 c. O meus livros  
 d. Toda minhas dúvidas

- (128) a. \*Todos o menino  
 b. \*Os meu livro

O contraste entre (127) e (128) mostra que, independente da ordem em que o determinante (o, meu) apareça, ele continua sendo o constituinte em que a marca de plural é obrigatória<sup>19</sup>. Assim, os dados apresentados em (125)-(128) são evidências empíricas a favor da proposta de que o núcleo D, no PB, é quem porta os traços de concordância, pelo menos no que se refere a número.

A partir do acima exposto, passamos a discutir a ideia de que a categoria portadora de traços- $\phi$  no DP licencia Caso genitivo.

Tradicionalmente, a noção de Caso genitivo pode ser concebida como aquele Caso que é atribuído pelo núcleo nominal ao seu complemento (cf. CHOMSKY, 1986b, por exemplo). Assim, em uma construção como (129), N atribui/cheça Caso genitivo à construção genitiva *da cidade*:

- (129) A destruição [<sub>genitivo</sub> da cidade]

Línguas com morfologia casual, como o Latim, o alemão e o húngaro, por exemplo, apresentam marcas específicas para sinalizar o Caso atribuído pelo núcleo nominal.

Além do genitivo complemento de N, relacionado geralmente à interpretação de *tema*, constituintes interpretados como o *agente* e o *possuidor* também apresentam propriedades de Caso genitivo, pelo menos em línguas como o inglês, o hebraico, o italiano, o espanhol e o PB, entre muitas outras. Como, tradicionalmente, um núcleo funcional ou lexical atribui/cheça um e apenas um único Caso, em construções nominais com mais de um genitivo, há de se prever que para cada genitivo exista um núcleo que lhe confira Caso.

<sup>19</sup> Em (127b) estamos assumindo como núcleo D a forma pronominal *meus*, e o elemento *o* como uma forma expletiva homófona do artigo definido projetada em alguma posição acima de D.

Além de N, categorias como funcionais como D, Agr e Pos têm sido propostas na literatura a fim de acomodar o fenômeno de construções de múltiplos genitivos (ver ABNEY (1987), ENGELHARDT (2000), ALEXIADOU, HAEGEMAN, & STAVROU (2007), entre outros). No presente trabalho, assumimos que D, como *locus* de concordância no PB, é a categoria que atribui/cheça Caso ao genitivo *possuidor* ou ao *agente*, a este último quando o *possuidor* não é realizado. No caso em que tanto o *agente* e o *possuidor* são projetados, uma segunda categoria funcional, além de D, é projetada na estrutura do DP, em PB, a fim de garantir Caso ao genitivo *agente*<sup>20</sup>. Ainda, seguindo análises tradicionais (CHOMSKY, 1986b), assumimos que o genitivo *tema* recebe Caso genitivo do núcleo nominal N.

Um exemplo de análise que mostra a relação entre traços de concordância e licenciamento de genitivos em construções nominais é o trabalho de Engelhardt (2000), para construções nominais do hebraico. Essa autora observa que, nessa língua, o núcleo nominal pode apresentar marcas de concordância apenas com genitivos *agente* e *possuidor*, mas não com o *tema*. Em outras palavras, se um núcleo nominal apresentar marca de concordância, como em (130), o genitivo só pode ser interpretado como *agente* ou *possuidor*.

(130) *ciyurey- hem* [*agente/possuidor/\*tema* *šel ha- yeladim*]

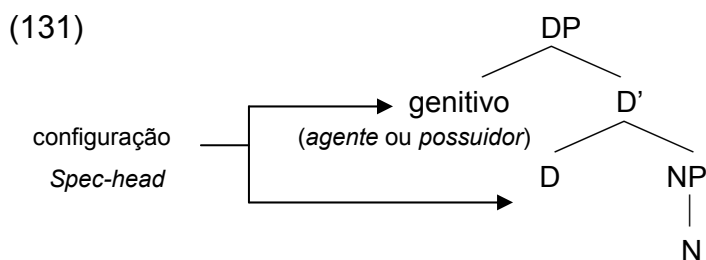
Drawings- 3PM of DEF- children

Gravuras- 3PM de as crianças

(ENGELHARDT, 2000, p. 57, ex. (33b))

De acordo com Engelhardt, a marca de concordância *hem*, em (130), que o núcleo nominal apresenta, é reflexo da relação *Spec-head* que o genitivo apresenta com o núcleo D, como ilustrado em (131):

<sup>20</sup> Deixamos em aberto a questão sobre que categoria licenciaria o genitivo *agente* quando o genitivo *possuidor* também é realizado. A proposta para a existência de tal categoria se dá em conformidade com o quadro teórico aqui adotado, tendo em vista que, como já dissemos, permite acomodar a premissa tradicional de que um núcleo lexical ou funcional atribui/cheça um e apenas um único Caso. Assim, a existência de um núcleo além de N e D garante que um Caso seja atribuído/cheçado ao/com o genitivo *agente*.



Para explicar por que o genitivo *tema* não acarreta marca de concordância com o núcleo nominal, a autora assume que *tema*, por ser gerado em posição irmã de N, recebe Caso deste, não entrando numa configuração *Spec-head* com D.

Note-se que a proposta para dar conta do padrão de concordância verificado em DPs com genitivos no hebraico, é similar às análises para dar conta da morfologia visível entre sujeito e verbo, resultante da configuração de concordância entre *sujeito* e I no nível da sentença. Esse paralelo entre o nível da sentença e o nível do DP propõe que D, núcleo que provê concordância para *agente* e *possuidor* no hebraico, é também o núcleo que atribui/cheça Caso a esses genitivos. Conforme Engelhardt enfatiza, essa assimetria entre sujeito/complemento ou, em outros termos, genitivo externo (*agente*, *possuidor*) e genitivo interno (*tema*), em relação à concordância, se dá sobre assunções minimalistas de que a concordância está relacionada a Caso (Chomsky 1995, 1998).

Outro ponto forte da argumentação de Engelhardt, para a proposta de que D licencia o padrão de concordância, como o verificado em (130), é o fato de que DPs que bloqueiam definitude (portanto, DPs indefinidos) não licenciam marcas de concordância. A autora mostra de forma bastante convincente que nos casos em que o DP do hebraico bloqueia definitude, D não é projetado e, uma vez que D, que carrega traços de concordância, não é licenciado, nenhuma morfologia de concordância é verificada. O fato de que D não é projetado em contextos que bloqueiam definitude é corroborado, entre outros fenômenos, pela impossibilidade de atribuição/chechagem de Caso a genitivos *agente/possuidor* em tais contextos. Quando D não é projetado, genitivo *agente/possuidor* não é licenciado.

No PB, algumas construções como as de contextos de cópula a seguir, em que o sujeito é um DP com uma construção genitiva, parecem indicar uma certa relação de dependência entre a presença do artigo e do genitivo *possuidor*:

- (132) a. \*Braço [<sub>possuidor</sub> do João] é feio.  
 b. O braço do João é feio.
- (133) a. \*Roupa [<sub>possuidor</sub> da Maria] é bonita.  
 b. A roupa da Maria é bonita.
- (134) a. Livro [<sub>agente</sub> do Chomsky] é difícil.  
 b. O livro do Chomsky é difícil.
- (135) a. Roupa [<sub>matéria</sub> de renda] é bonita.  
 b. A roupa de renda é bonita.

(132) ilustra um caso de posse inalienável e (133) posse alienável. Os contrastes verificados em (133) e (135) mostram que o DP com um genitivo *possuidor*, no PB, tem de ser encabeçado por um artigo realizado foneticamente (cf. (132)). Em (134), vemos que um DP com um genitivo *agente*, no PB, pode ou não ser licenciado com um artigo foneticamente realizado. Da mesma forma, o adjunto adnominal de *matéria* (*de renda*) (cf. (135)) não apresenta uma dependência em relação à presença do artigo definido, da forma que o *possuidor* apresenta.

A dependência entre D e o *possuidor* apresentada em (132) e (133) pode ser capturada pela ideia de que o núcleo D licencia o *possuidor* no DP e, na ausência deste núcleo, a realização do *possuidor* é bloqueada. Genitivo *agente* e adjuntos, por outro lado, por serem licenciados por núcleos diferentes na estrutura, são independentes da realização de D.

Diante dos fatos descritos, a proposta de que no PB o genitivo *possuidor* é licenciado em [Spec, DP], além de desejável em termos de acomodar os fenômenos de extração no modelo de análise aqui proposto, mostra-se empiricamente adequada.

#### 4.6. Síntese do capítulo

Ao longo deste capítulo, apresentamos e discutimos a nossa proposta para dar conta do padrão de extração de argumentos genitivos no PB, conforme delineado no capítulo anterior. Partindo da análise de Ticio (2003), propusemos, baseados em Haegeman (2004), que no PB, o sintagma nominal apresenta, além da projeção DP, que nesta língua integra o domínio de concordância, uma categoria FP projetada acima de DP cuja posição Spec apresenta *status* de uma posição A', servindo como posição de válvula de escape para genitivos. Por outro lado, [Spec, DP], como posição que licencia argumentos genitivos, caracteriza-se como uma posição A, relacionada à checagem de Caso (genitivo).

Como restrição do sistema computacional, regulando o padrão de movimentos de genitivos no PB, assumimos unicamente a condição de *Localidade*, como delineada em Manzini (1994), a qual, basicamente, só permite movimentos entre duas projeções máximas adjacentes. A análise apresentada, além de se mostrar mais adequada para dar conta do padrão de extração de genitivos no PB, é do ponto de vista teórico mais desejável, em relação à análise esboçada em Ticio (2003), uma vez que, diferente da análise desta autora, lança mão de apenas uma restrição da gramática sobre movimentos de constituintes.

No capítulo a seguir, iremos procurar estender a análise aqui apresentada para os casos de extração de típicos adjuntos adnominais no PB, que, como veremos, parecem projetados em configurações distintas das construções genitivas.

## 5. Adjuntos

### 5.1. Introdução

A partir da análise realizada no capítulo anterior, neste capítulo, iremos estender a proposta de restrição de *Localidade*, bem como a de estrutura do DP delineadas no capítulo 3, para o estudo da sintaxe de extração de adjuntos adnominais no PB, introduzidos pela preposição *de*. Conforme iremos verificar, o grupo dos não-genitivos, ou típicos adjuntos adnominais, como iremos nos referir, não apresenta um padrão homogêneo em relação ao da extração de genitivos. Analisando o comportamento sintático de adjuntos adnominais com interpretação de *matéria* e de *origem/procedência*, será verificado que estes constituintes não podem ser extraídos no PB e que aparentes casos de extração desses sintagmas correspondem, na verdade, não a construções em configuração de adjunção, mas a construções de *small clause* para o primeiro caso e genitivas para o segundo. Assumindo a teoria de checagem de traços, como delineada em Chomsky (2000), vamos defender que esses adjuntos, concatenados abaixo da projeção DP, não podem se mover para [Spec, DP], por serem incapazes de checar o traço [EPP] de D, e, por conseqüência, não podem alcançar a posição [Spec, FP], sem que a condição de *Localidade* seja violada.

A análise a ser apresentada discute também padrões de extração em construções nominais com adjuntos adnominais *temporais*, os quais parecem ter uma sintaxe similar a dos adjuntos de *matéria* e de *procedência/origem*.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: Na seção 5.2., discutimos a generalização de Avelar (2006) para quem os adjuntos adnominais no PB, introduzidos por *de*, são adjungidos a DP e, por conseqüência, podem ser extraídos sem restrições estruturais para a periferia esquerda da sentença, mostrando, contudo, que típicos adjuntos, na verdade, são mais resistentes à extração. Na seção 5.3., discutimos o comportamento sintático do adjunto de *matéria*, argumentando que nos casos em que se verifica uma aparente extração desse tipo de adjunto estamos, na verdade, lidando com casos de estruturas de *small clause*.

Ainda, na referida seção, apresentamos uma proposta para a impossibilidade de extração de típicos adjuntos de *matéria*, lançando mão da noção de localidade, bem como de adjunção sem rotulação obrigatória, para dar conta do fenômeno de “encalhamento” do adjunto. Na seção 5.4., analisamos o caso de adjuntos adnominais de *origem*, propondo uma análise similar para o comportamento sintático do adjunto de *matéria*. Na seção 5.5., analisamos o caso de construções com adjuntos adnominais *temporais* e, por fim, na seção 5.6., apresentamos uma síntese da discussão realizada ao longo do capítulo.

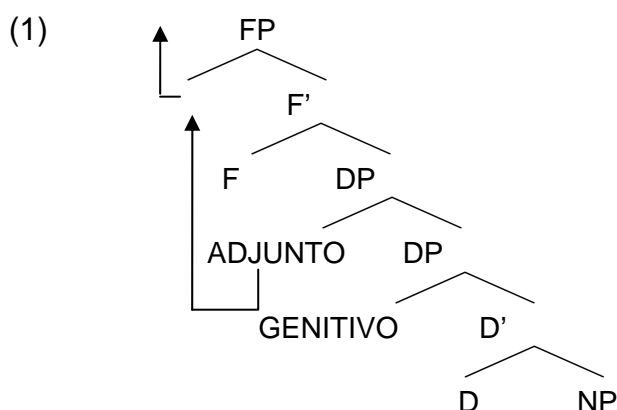
## 5.2. Extração de adjuntos

Conforme vimos no capítulo 3, os sintagmas genitivos, em PB, são caracterizados, entre outras propriedades, pela possibilidade de serem realizados pela forma pronominal possessiva *seu/sua*. Vimos também que, em relação à interpretação semântica, esse tipo de construção é associado basicamente aos papéis temáticos de *tema*, *agente* e *possuidor*. Não obstante, vimos ainda que as construções genitivas no PB podem ser extraídas livremente a partir de construções nominais, tanto de contextos de DPs definidos quanto de DPs indefinidos e que são licenciadas, diferente de verdadeiros adjuntos, em posições geralmente associadas a argumentos: posição de complemento (como é o caso de complementos de nomes como *destruição*) e posição de Spec (como é o caso dos genitivos *agente* e *possuidor*).

No mais, de acordo com o que foi apontado em vários momentos desta tese, Avelar (2006) observou que sintagmas tradicionalmente classificados como adjuntos adnominais no PB, introduzidos por *de* (doravante *de-adjuntos*) podem ser livremente extraídos para o início da sentença. Assim, se a análise de Avelar e a apresentada no capítulo anterior estiverem corretas, no PB, tanto argumentos (no caso da presente análise, genitivos), quanto adjuntos de nome introduzidos por *de*, são constituintes passives de extração. Conforme discutido no capítulo anterior, a livre extração verificada para *de-adjuntos* no PB, na análise de Avelar, está relacionada ao fato de que nessa língua tais adjuntos são licenciados já na margem



do DP e, assim, não haveria restrições de ordem estrutural impedindo seu movimento para fora do DP, algo como ilustrado em (1)<sup>1</sup>:



De acordo com (1), o movimento do adjunto para a margem da construção nominal se dá entre dois domínios mínimos adjacentes (DP e FP), mesmo em presença do genitivo, não violando, assim, a condição de localidade. Por sua vez, podemos verificar também, com base na mesma estrutura que, se, ao contrário, o genitivo é que fosse movido para [Spec, FP], mesmo com a presença do adjunto, o movimento, de novo, se dá entre dois domínios mínimos adjacentes (DP e FP), sem violação da condição de localidade.

Diante desse quadro, a previsão em relação ao fenômeno de extração, a partir de uma construção nominal no PB, de acordo com a restrição de localidade aqui defendida, é de que a presença de adjuntos adnominais não interfiram na extração de um argumento genitivo e vice-versa, uma vez que ambos são licenciados dentro de um mesmo domínio mínimo, a saber, DP. De fato, no PB, como mostram os dados em (2), um genitivo pode ser extraído para fora do domínio nominal, mesmo na presença de um adjunto adnominal:

<sup>1</sup> É imperativo notar que na proposta de Avelar (2006), a projeção DP é a mais proeminente do sintagma nominal. Não há, em sua proposta, a postulação de uma categoria FP, nos termos em que é proposto nesta tese. Mantendo a nossa proposta de que no PB há a projeção de uma categoria FP, acima de DP, e a proposta de Avelar de adjunção à projeção DP, em termos estruturais, a viabilidade de extração de um adjunto adnominal projetado em DP, tal como defendido pelo autor, permanece.

- (2) *De quem* (que) o João rasgou um livro [ADJUNTO ADN. de capa dura] ~~de quem?~~

Da mesma forma, construções como as apresentadas em (3), em que o núcleo nominal modificado é movido juntamente com o adjunto, deixando a construção genitiva para trás, sugere que nessa língua os típicos adjuntos são licenciados de tal forma que a presença da construção genitiva não impede seu movimento:

- (3) *Qual livro de capa dura* o João rasgou da Maria?

Com a finalidade de corroborar sua generalização de que no PB adjuntos adnominais introduzidos por *de* são, em termos estruturais, extraíveis, Avelar argumenta que aparentes casos de resistência à possibilidade de extração desses adjuntos, como as apresentadas em (4), se devem não a fatores de ordem estrutural, mas a alguma restrição sobre a interpretação semântica desses PPs<sup>2</sup>.

- (4) a. \*De qual brinquinho você beijou [o rapaz t]?  
 b. \*De qual vestido o ladrão roubou [a moça t]  
 c. \*De qual boné você conhece [a criança t]  
 d. \* De qual livro a criança rabiscou [aquela capa t]

(AVELAR, 2006, p. 130, ex. (135))

Conforme observou o autor, mesmo quando os constituintes interrogativos em (5) ocorrem *in situ*, a degradação em relação à gramaticalidade permanece:

<sup>2</sup> Alguns exemplos retirados de Avelar (2006), para sua sustentação de que adjuntos adnominais introduzidos por *de* podem ser livremente extraídos, são apresentados em (i), a seguir. Como podemos observar, nas informações em parênteses que seguem cada exemplo abaixo, na verdade, tais construções são casos de extração de genitivo e não de típicos adjuntos adnominais:

(i)

a. *De qual caixa* a criança comeu os bombons? (ex. (1), de AVELAR, p. 1)  
 (testes de genitivo: (a) A caixa tem bombons; (b) A caixa, *cujos* bombons a criança comeu...; (c) A *sua* caixa, como em “não comi esses bombons porque a *sua* caixa (ou caixa deles) estava roída”).

b. *De qual porta* o funcionário já trocou a maçaneta? (ex. (2), de AVELAR, p. 70)  
 (claramente uma construção parte-todo (maçaneta-porta), portanto, genitiva).

c. *De quem/de qual moça* o João estava admirando um retrato? (ex. (33b), de AVELAR, p. 82)  
 (claramente genitivo *tema*).

- (5) a. ??Você beijou [o rapaz de qual brinquinho]?  
 b. ??O ladrão roubou [a moça de qual vestido]?  
 c. ??Você conhece [a criança com qual boné]?  
 d. ??A criança rabiscou [aquela capa de qual livro]?

(AVELAR, 2006, p. 130, ex. (136a), (137a), (138a) e (139a))

Uma vez que mesmo *in situ* a agramaticalidade permanece, o problema em (4) não se deve a restrições impostas para extração. O autor, assim, propõe que a agramaticalidade de casos como (4) e (5) se deve a uma incompatibilidade entre o constituinte interrogativo e a interpretação mais/menos difusa do adjunto adnominal, num sentido que vamos precisar melhor. De acordo com Avelar, quanto menos difusa a interpretação do adjunto adnominal, maior a incompatibilidade com o constituinte interrogativo (*qual*, nos casos em (4) e (5)). A noção de interpretação mais/menos difusa do adjunto adnominal pode ser ilustrada com os exemplos em (6):

- (6) a. A Maria conhece o rapaz do brinquinho.  
 b. A Maria conhece o rapaz de brinquinho.

(AVELAR, 2006, p. 131, ex. (140))

Como observou Avelar, o adjunto adnominal em (6a), com um DP definido (*do brinquinho*), pode ter várias interpretações: pode se referir a um rapaz que está usando um brinquinho, ou um rapaz que vende brinquinho, ou que elogiou o brinquinho, gosta de brinquinho, etc. por outro lado, no exemplo em (6b), a leitura é mais direcionada: a leitura disponível parece ser apenas aquela em que o rapaz está usando um brinquinho (cf. AVELAR, op. cit.).

Avelar observa ainda que (7) e (8) a seguir são construções possíveis no PB, desde com interpretação do adjunto adnominal de forma mais difusa:

- (7) a. A Maria conhece o rapaz de qual brinquinho?  
 b. A Maria conhece o vendedor de qual brinquinho?

- (8) a. De qual brinquinho a Maria conhece o rapaz?  
 b. De qual brinquinho a Maria conhece o vendedor?

(AVELAR, op. cit. p. 131, ex. (142) e (143))

De acordo com o lingüista, (7) seria gramatical, “por exemplo, num contexto em que vários tipos de brinquinho estivessem sendo vendidos, e que cada um desses tipos tivesse um vendedor diferente” (AVELAR, op. cit, p. 131) e seria agramatical no caso em que se referisse a um suposto rapaz usando brinquinho (leitura menos difusa).

Como podemos depreender dos casos de extração dos adjuntos em (8), em contextos *out-of-the-blue*, construções como essas são bastante ruins. Uma dependência de contexto parece ser bem maior no caso da aceitabilidade da extração de adjuntos do que no caso de extração de uma construção genitiva. A exemplo disso, comparem-se os exemplos de extração a seguir:

- (9) Extração de genitivos
- De qual estrada* o governo iniciou a pavimentação ~~de qual estrada?~~
  - De que fotógrafo* a Maria rasgou todas as fotos ~~de que fotógrafo?~~
  - De qual aluno* a Maria corrigiu a redação ~~de qual aluno?~~
  - De qual pintor* o João leiloou os quadros ~~de qual pintor?~~
- (10) Extração de adjuntos (não-genitivos)
- ??/\**De qual brinquinho* a Maria conhece o rapaz ~~de qual brinquinho?~~
  - ??/\**De qual cidade* o João encontrou o homem ~~de qual cidade?~~
  - \**De que* a Maria quebrou um vaso ~~de quê?~~
  - \**De que* o João comprou uma caneta ~~de quê?~~

Observando os exemplos em (11) e (12) abaixo, vemos que de fato parece haver algum tipo de restrição de ordem estrutural bloqueando a extração dos adjuntos adnominais, uma vez que quando realizados *in situ*, o resultado é gramatical.

- (11) a. O João comeu um bolo de chocolate.  
 b. O João comeu um bolo *de quê?*  
 c. \**De que* o João comeu um bolo?
- (12) a. O João quebrou uma estante de madeira.  
 b. O João quebrou uma estante *de quê?*  
 c. \**De que* o João quebrou uma estante?

Como (11) e (12) sugerem, não podemos atribuir a agramaticalidade decorrente da extração do adjunto em (11c) e (12c) a uma incompatibilidade entre o elemento interrogativo e a interpretação do PP, como propõe Avelar, já que, quando *in situ*, essa incompatibilidade não é verificada (exemplos (11b) e (12b)). Conforme iremos discutir logo adiante, a agramaticalidade de (11c) e (12c) resulta da violação da condição de localidade. Em outras palavras, para casos como apresentados em (11) e (12), iremos argumentar que restrições de ordem estrutural bloqueiam a extração desses adjuntos. Passemos primeiro ao caso da extração dos adjuntos de *matéria*.

### 5.3. Adjuntos adnominais de *matéria*

Tradicionalmente, os sintagmas preposicionados, introduzidos por *de*, são classificados conforme a interpretação semântica que desencadeiam. Em PB, dois tipos de PPs introduzidos por *de* são tipicamente classificados como adjuntos adnominais: os adjuntos com interpretação de *matéria* e os com interpretação de *origem/procedência*. Conforme os exemplos (13)-(14) mostram, esses adjuntos não podem ser realizados pela forma pronominal possessiva:

- (13) *Matéria*
- a. bolo de chocolate > \*o *seu* bolo  
 b. mesa de vidro > \*a *sua* mesa  
 c. pente de madeira > \*o *seu* pente

(14) Procedência/origem

- a. O homem de São Paulo > \*O *seu* homem
- b. O amigo de Portugal > \*O *seu* amigo

Consideremos primeiro o comportamento sintático dos adjuntos de *matéria*. Conforme iremos observar logo a seguir, no PB, os PPs introduzidos por *de* e que acarretam leitura de *matéria* podem ser gerados pelo menos de duas formas distintas: em forma de adjunto, dentro da construção nominal, ou numa configuração de *small clause*. A forma como o adjunto de *matéria* é realizado parece depender diretamente das propriedades de subcategorização do verbo da sentença.

Nesse sentido, Bastos (2006), de forma independente, observou que complementos de verbos como *ver*, *querer*, *gostar*, *comprar*, entre outros, que aparentemente se mostram como um DP, apresentam, na realidade, uma estrutura de *small clause* em PB. Assim, objetos de verbos na forma [*Wh-N* PP], como os ilustrados em (15), não seriam gerados como um único DP, mas sim em forma de *small clause*. A possibilidade de pronominalização em (15b) do constituinte *quantas pessoas* mostra que a seqüência *quantas pessoas sem camisa* em (15a) não é um único constituinte:

- (15) a. O João viu/quer/gosta de [quantas pessoas sem camisa]?  
 b. O João viu/quer/gosta de **elas** sem camisa?

(BASTOS, 2006, p. 9, ex. (30a) e (30b))

Bastos observa ainda que esse grupo de verbos pode tomar como complemento certos tipos de *small clauses* com a seqüência [DP [todo N]], como ilustrado em (16), em que [*todo N*] apresenta uma clara leitura predicativa:

- (16) a. O João viu/quer gosta de [a Maria] [toda professora]  
 b. O João viu/quer/gosta de [ela] [toda professora]

(BASTOS, 2006, p. 10, ex. (32a) e (32b))

Com base nesses fatos, descritos por Bastos (op. cit.), voltemos às construções com adjuntos adnominais de *matéria*. Podemos verificar que os

complementos verbais nos exemplos em (17) e (18) são projetados em estrutura de *small clause*, como sugere o teste de pronominalização, enquanto que nos exemplos em (19) e (20) são projetados internos ao DP, formando um único constituinte:

- (17) a. O João *quer/prefere* [uma estante de madeira].  
 b. O João *quer/ prefere* [ela] [de madeira]  
 c. O João *quer/prefere* [ela] [toda de madeira]

- (18) a. O João *quer/ prefere* um bolo de chocolate  
 b. O João *quer/prefere* [ele] [de chocolate]  
 c. O João *quer/prefere* [ele] [todo de chocolate]

- (19) a. O João quebrou [uma estante de madeira].  
 b. \*O João quebrou [ela] [de madeira]  
 c. \*O João quebrou [ela] [toda de madeira]  
 d. O João quebrou ela (=estante de madeira).

- (20) a. O João comeu [um bolo de chocolate].  
 b. \*O João comeu [ele] [de chocolate].  
 c. \*O João comeu [ele] [todo de chocolate].  
 d. O João comeu ele (=o bolo de chocolate).

Em relação ao fenômeno da extração, verificamos que o adjunto de *matéria* só pode ser extraído apenas no caso em que é gerado numa configuração de *small clause*. Quando gerado interno ao DP, o adjunto não pode ser extraído nem de contextos definidos, nem de contextos indefinidos, como mostram os exemplos a seguir:

Extração de adjuntos de *matéria* gerados internos ao DP:

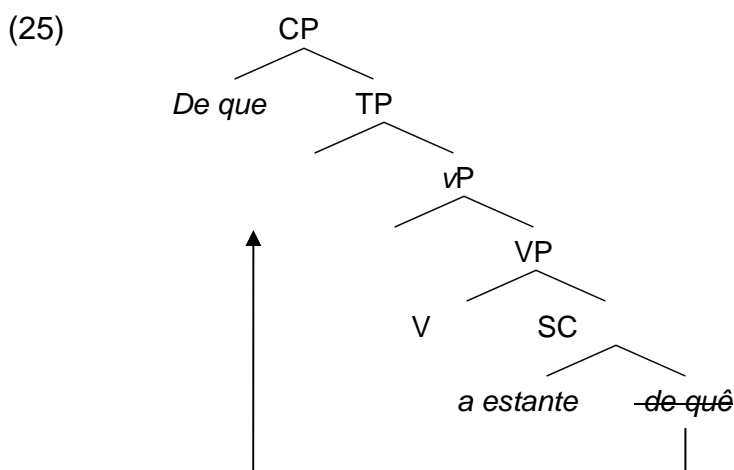
- (21) a. O João quebrou [uma estante da madeira].  
 b. O João quebrou a/uma estante de quê?  
 c. \**De que* o João quebrou uma/a estante?

- (22) a. A Maria comeu [o/um bolo de chocolate].  
 b. A Maria comeu o/um bolo de quê/de que sabor?  
 c. \**De que* a Maria comeu um/o bolo?

Extração de adjuntos de *matéria* gerados em configuração de *small clause*:

- (23) a. Você quer/prefere [a estante de que/de qual material]?  
 b. ?*De que/qual material* você quer/prefere a estante?
- (24) a. Você quer/prefere [o bolo de que/qual sabor]?  
 b. *De que/qual sabor* você quer/prefere o bolo?

Assumindo, a partir dos testes de pronominalização, que em casos como (23) e (24) temos, na verdade, como complemento do verbo, um constituinte numa configuração de *small clause* e não um único DP, a possibilidade de extração pode ser atribuída ao fato de que, uma vez que a relação entre o nome modificado e o PP adjunto modificador se dá em forma de *small clause*, nenhuma barreira impede a extração do adjunto como ilustrado em (25), uma vez que o adjunto já se encontra na posição periférica do complemento verbal:



A questão que surge agora é como dar conta do fato de que quando realizado interno ao DP, o adjunto de *matéria* não pode ser extraído. A análise proposta no capítulo anterior para dar conta das restrições de extração a partir de sintagmas nominais no PB apresentou como única restrição para movimento a noção de



localidade, como desenvolvida em Manzini (1994), uma versão minimalista de Chomsky (1986a).

A fim de delinear a proposta de como adjuntos de *matéria* são licenciados dentro de DPs, no PB, vamos verificar duas propriedades sintáticas desse tipo de construção. A primeira delas consiste no fato de que a presença do adjunto de *matéria* não interfere na extração da construção genitiva, indicando que a projeção em que ele é adjungido não conta como barreira para a extração do genitivo. Essa propriedade é verificada nos dados em (26) e (27).

- (26) a. O João comeu o bolo [ADJUNTO de chocolate] [GENITIVO da Maria].  
 b. *De quem* o João comeu o bolo de chocolate?  
 c. \**De que* o João comeu o bolo da Maria?
- (27) a. O João quebrou a estante [ADJUNTO de madeira] [GENITIVO da Maria].  
 b. *De quem* o João quebrou a estante de madeira?  
 c. \**De que* o João quebrou a estante da Maria?

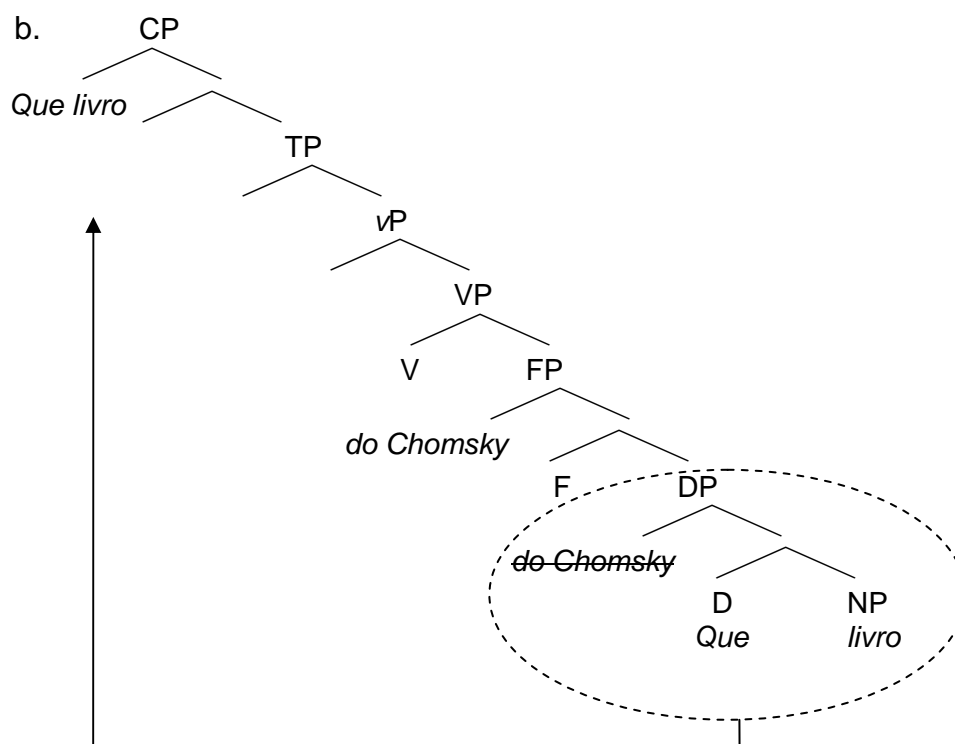
A partir dos dados acima, devemos postular que adjuntos adnominais de *matéria* sejam projetados, dentro da construção nominal, de tal forma que não interfiram na extração de genitivos.

Outra propriedade desse tipo de adjunto é o fato de que apesar de não poder ser extraído, ele pode ficar encalhado quando há movimento parcial do DP para o início da sentença, como mostra (28):

- (28) a. Quantos bolos o João comeu, de chocolate?  
 b. Quantas estantes o João quebrou, de madeira?

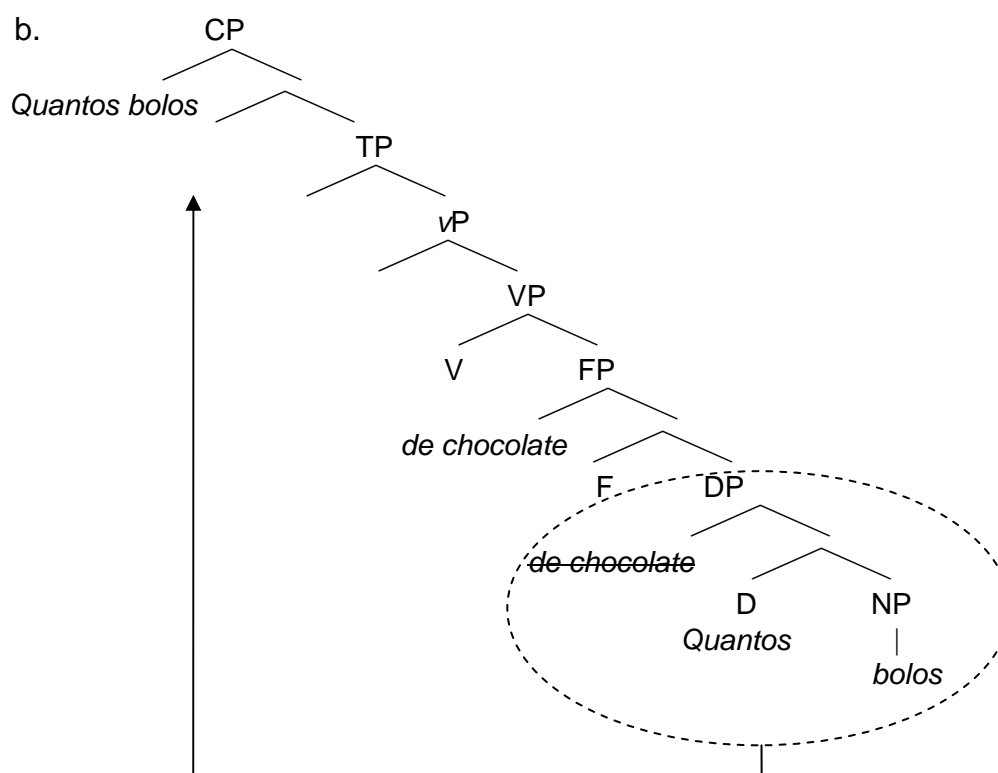
De acordo com a análise apresentada no capítulo anterior, nos casos em que os genitivos ficavam encalhados, estes ocupam a posição [Spec, FP], permitindo o movimento de DP sem violação de constituência, como ilustrado em (29):

(29) a. Que livro você leu do Chomsky?



Uma vez que os adjuntos de *matéria* são gerados internos ao DP, a fim de evitar uma violação de constituência, nos casos em que esses adjuntos são encaçados, deveríamos supor que, como ilustra (30b), esse adjunto vai para a margem da construção nominal [Spec, FP], e o DP remanescente é extraído para o início da sentença. Essa possibilidade é ilustrada em (30):

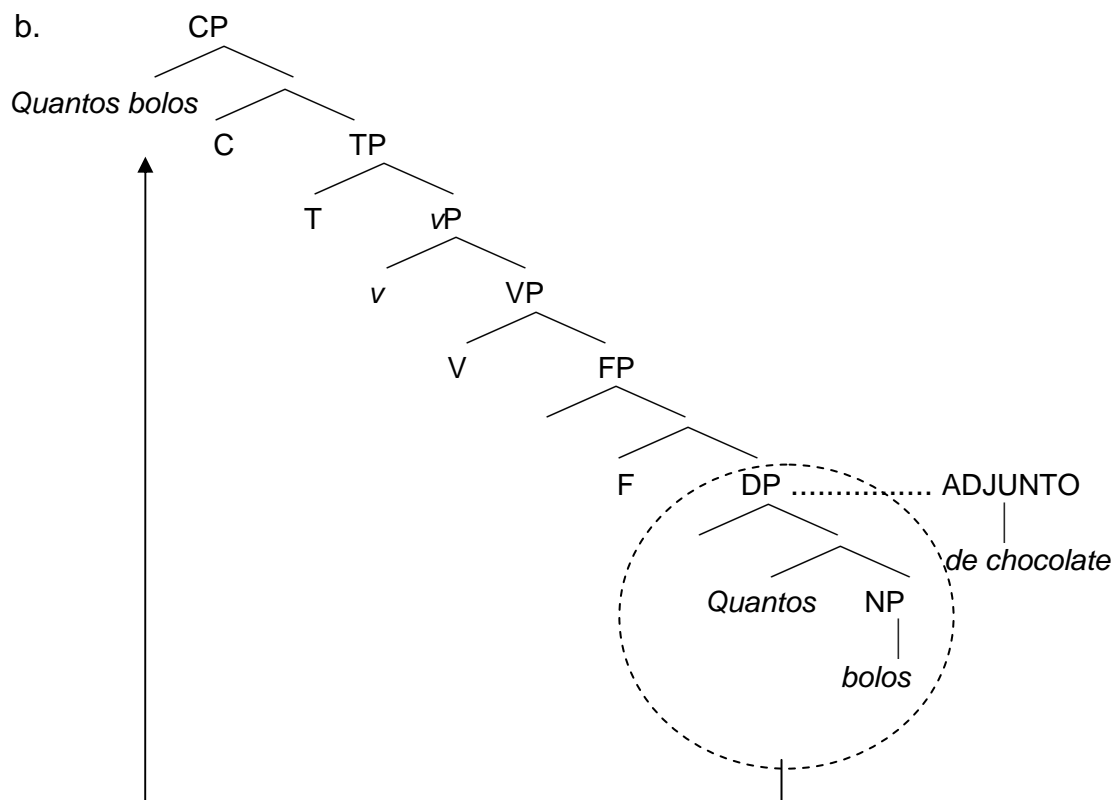
(30) a. Quantos bolos o João comeu de chocolate?



A impossibilidade de extração do adjunto de *matéria* (cf. (26c) e (27c)), contudo, sugere que a derivação ilustrada em (30b), para a construção em (30a), não é a correta. Se o adjunto de *matéria* pudesse ocupar a posição periférica da construção nominal, a posição [Spec, FP], era de se esperar que a extração desse adjunto fosse possível em PB, uma vez que nenhuma restrição de localidade é aplicada nessa posição. Assim, (30b) deve ser uma derivação descartada.

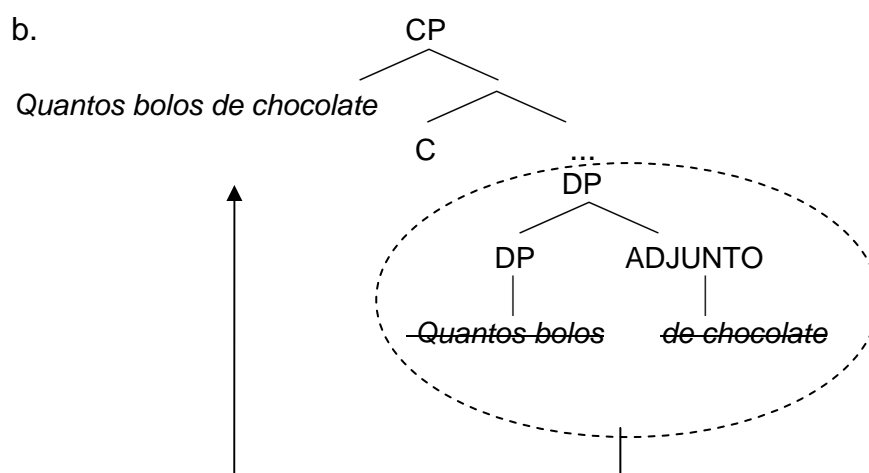
A saída mais plausível para dar conta do comportamento sintático do adjunto de *matéria* no PB, seria postular que esse adjunto, diferente das construções genitivas, é gerado em configuração de adjunção dentro do sintagma nominal e a adjunção se dá sem obrigação de rotulação, como sugerem Hornstein & Nunes (2008). Uma vez que a adjunção dos PPs de *matéria* não sofre rotulação, eles são invisíveis para operações sintáticas como *Move*, permanecendo *in situ*. Dessa forma, a derivação sintática para uma construção como (30a) pode ser ilustrada como a seguir:

(31) a. *Quantos bolos* o João comeu ~~*quantos bolos*~~ de chocolate?



A concatenação do adjunto de *matéria*, sem a ocorrência da sua rotulação com o DP, como mostra (31b), permite que todo o DP seja extraído, deixando esse adjunto *in situ*, sem que haja uma violação de constituência. Vejamos como ficam os casos em que uma rotulação da concatenação do adjunto de *matéria* é possível. Como (32) mostra, em PB é possível que o DP mais o adjunto de *matéria* sejam realizados no início da sentença. Isso é possível, uma vez que a combinação entre o DP e o adjunto seja seguida de rotulação, como mostra (32b):

(32) a. Quantos bolos de chocolate o João comeu?



Note-se que essa proposta de adjunção, para os PPs de *matéria* realizados dentro do sintagma nominal, permite também explicar por que tais constituintes não interferem na extração de genitivos, como visto em (26)-(27). Como adjuntos são constituintes contidos, mas não dominados por uma categoria sintática, o ponto em que são adjungidos não conta como um novo domínio mínimo.

Todavia, algo mais precisa ser dito em relação ao fato de que pelo menos em PB, adjuntos adnominais de *matéria* não podem ser extraídos. De acordo com a proposta apresentada no capítulo anterior, para as restrições de movimento de dentro do DP no PB, para que um adjunto de *matéria* possa ser extraído para fora do domínio do DP, ele tem de alcançar a posição [Spec, FP] do sintagma nominal, posição caracterizada como uma posição A', a partir da qual a extração de PPs de dentro de DPs é possível. Dessa forma, para que o adjunto de *matéria* pudesse ser extraído para o início da sentença, além de assegurarmos a sua rotulação com o DP, para que se torne um objeto visível a *Move*, teríamos de postular o seu movimento para [Spec, FP].

Em relação à possibilidade de rotulação do adjunto de *matéria*, vimos que ela é possível, permitindo que haja no PB construções como (32a), em que o adjunto e o DP são rotulados e, em seguida, movidos para o início da sentença. Se o adjunto de *matéria* pode ser rotulado, a questão que surge é por que ele não se moveria para [Spec, FP], posição a partir da qual poderia ser extraído sozinho para o início da sentença. Note-se, por exemplo, em (32b), que não existem barreiras que impeçam esse movimento.

Uma provável alternativa é postular que a possibilidade de um constituinte ocupar [Spec, FP], no PB, está condicionada à possibilidade de este constituinte checar um traço de D, provavelmente um traço [EPP], em configuração *Spec-head*. As construções genitivas, como verdadeiros DPs, poderiam checar o traço [EPP] de D, mas não um adjunto de *matéria*, provavelmente, porque seria um verdadeiro PP ou teria traços mais semelhantes aos de um adjetivo. Essa proposta encontra um paralelismo entre o DP e a sentença, se atribuímos a D um papel semelhante ao que T desempenha no domínio da sentença: seguindo Chomsky (2000), é o traço [EPP] de T que engatilha o movimento do DP sujeito para seu Spec. Da mesma forma, o traço [EPP] de D engatilha o movimento de um genitivo para seu Spec.

Um tipo de análise similar é apresentado em Gutiérrez-Bravo (2001). Conforme argumenta o autor, o padrão de extração a partir de DPs, no espanhol, está condicionado à possibilidade de o constituinte a ser extraído poder checar um traço de Caso de AgrGen e também ao mesmo tempo o traço [*wh*] em D. AgrGen, na proposta do autor, é uma categoria projetada logo abaixo de DP e onde o Caso genitivo é atribuído, algo equivalente à projeção NumP de Ritter (1991) (ver cap. 2).

AgrGen é um núcleo que se move para D e, então, a possibilidade de um constituinte ir para [Spec, DP], posição mais proeminente do sintagma nominal, na proposta do autor, está condicionada pela possibilidade de esse constituinte poder checar tanto um traço *wh* de D, quanto o traço de Caso de AgrGen. Se um constituinte se move para [Spec, DP] checando com D o traço *wh*, mas não checando o traço de Caso de AgrGen, a derivação fracassa. Nessa proposta, o Caso checado/atribuído por AgrGen é o genitivo. Assim, apenas genitivos podem ser alçados para [Spec, DP], uma vez que apenas esses podem checar o traço de AgrGen<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A análise de Gutiérrez-Bravo (2001) é dispensada neste trabalho, uma vez que podemos identificar algumas restrições. Além da anomalia da proposta do autor em relação à postulação de que [Spec, DP] seja ao mesmo tempo uma posição A e A' (posição que serve como válvula de escape e onde traços de Caso são checados), a análise do autor apresenta ainda um problema de natureza empírica. De acordo com sua análise, prevê-se que apenas genitivos poderiam ser extraídos do DP no espanhol, não sendo permitida a extração de outros tipos de constituintes, uma vez que a extração estaria condicionada estritamente à questão de Caso, mais especificamente ao Caso genitivo. Contudo, como mostrou Ticio (2003), por exemplo, no espanhol, PPs não-genitivos podem ser extraídos para fora da construção nominal, como mostra (i):

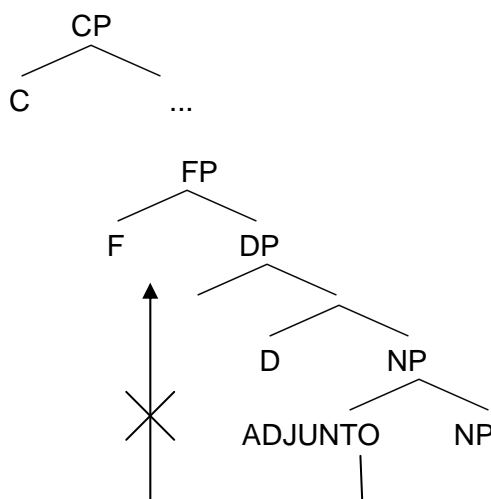
(i) ¿Sin qué vimos varios libros?  
'Sem o que vimos vários livros?'  
(TICIO, 2003, p. 42, ex. (27b))

Diferente da proposta de Gutierrez-Bravo, a que estamos propondo aqui é que, em vez de um traço de Caso específico (traço de Caso genitivo), o traço a ser checado em [Spec, DP] é um traço de natureza [EPP], em D, o qual, para satisfação, força o movimento de um constituinte de natureza DP (um genitivo) para seu Spec. Logo, a possibilidade de um constituinte, gerado abaixo de DP, atingir [Spec, DP], seria satisfazer os requerimentos de [EPP], em conformidade com a Condição de Elo Mínimo (ver cap. 2).

Note-se que a proposta de que D possui um traço [EPP] a ser checado condiz com a análise esboçada no capítulo anterior, já que o movimento do genitivo até [Spec, FP] tem de passar pela posição [Spec, DP], respeitando a noção de Localidade. O movimento de um constituinte para [Spec, FP] é, assim, condicionado pelo fato de que apenas os constituintes que ocupem [Spec, DP], checando o traço [EPP] de D, possam alcançar a periferia da construção nominal. Nenhuma restrição do sistema computacional está sendo adicionada aqui, além da condição de Localidade proposta no capítulo anterior.

Essa proposta apresenta as seguintes implicações: diferente da proposta de Avelar (2006), temos de propor que o adjunto não é licenciado na periferia da construção nominal, uma vez que, se assim o fosse, a restrição de localidade, tal como apresentada no capítulo anterior, não impediria a extração desse constituinte. Dessa forma, em nossa proposta, o adjunto adnominal de *matéria* é gerado em posição abaixo de DP, talvez como um adjunto de NP. Não sendo capaz de checar o traço [EPP] de D. Sendo incapaz de se mover para [Spec, DP], o movimento do adjunto adnominal de *matéria* para a posição periférica [Spec, FP] violaria restrições de localidade, como ilustrado em (33):

(33)



Por não ser um constituinte capaz de checar o traço [EPP] de D, o adjunto em (33) não é alçado para [Spec, DP], já que movimento é engatilhado por motivo de checagem de traço. Como o movimento do adjunto de *matéria* para [Spec, DP] não é licenciado, o seu movimento direto para [Spec, FP] também não o é pela restrição de localidade.

Em suma, a proposta para dar conta do comportamento sintático do adjunto adnominal de *matéria* aqui sugerida, postula que tal constituinte seja gerado em configuração de adjunção, e a adjunção se dá nos termos de Hornstein & Nunes (2008), sem rotulação obrigatória. Quando o adjunto não é rotulado, existe a possibilidade do movimento do DP, deixando o adjunto *in situ*, sem violação de constituição. Quando rotulado com o DP, se o DP é movido para o início da sentença, este leva consigo o adjunto, como no exemplo em (32). Ainda, a adjunção do PP de *matéria*, dentro do sintagma nominal, se dá numa posição abaixo de DP, e sua extração, sozinho, para fora do domínio nominal, estaria condicionada à possibilidade de este se mover para [Spec, DP], antes de ser alcançado para [Spec, FP], a fim de não violar a restrição de localidade. Contudo, como esse adjunto não é capaz de checar o traço [EPP] de D, o seu movimento para [Spec, DP] não é engatilhado e, conseqüentemente, não pode alcançar a periferia da construção nominal, a posição [Spec, FP], o que impossibilita sua extração.

A seguir, veremos que o comportamento do adjunto adnominal de *matéria* não é um caso particular no PB. Como será discutido na seção que segue, adjuntos adnominais de *origem* apresentam o mesmo comportamento sintático de adjuntos de *matéria*, sugerindo que estes podem ser tratados de forma similar.

#### 5.4. Adjuntos adnominais de *origem*

Além do adjunto adnominal de *matéria*, outro tipo de construção não-genitiva, classificada tradicionalmente como adjunto adnominal, são os sintagmas preposicionais que acarretam interpretação de *origem/procedência*. Como os exemplos em (34) e (35), a seguir, mostram, a extração desse tipo de adjunto resulta em construções agramaticais.



- (34) a. O João encontrou [o amigo de São Paulo].  
 b. \**De qual cidade* o João encontrou o amigo ~~*de qual cidade?*~~
- (35) a. A Maria queimou [o tapete da China].  
 b. \**De onde/De que lugar* a Maria queimou o tapete<sup>4</sup> ~~*de onde/de que lugar?*~~

Um contraste interessante pode ser verificado, a princípio, entre DPs definidos e indefinidos, envolvendo adjuntos de *origem/procedência*, como o apresentado em (36) e (37), a seguir:

- (36) a. ??/\**De qual cidade* o João entrevistou a garota ~~*de qual cidade?*~~  
 b. ??/\* *De que país* o João beijou a menina ~~*de que país?*~~
- (37) a. *De qual cidade* o João entrevistou várias garotas ~~*de qual cidade?*~~  
 b. *De que país* o João beijou algumas meninas ~~*de que país?*~~

O contraste entre (36) e (37), à primeira vista, parece sugerir que um efeito de definitude pode estar atuando como restrição para a extração do adjunto de *origem* no PB, indicando que a extração desse tipo de adjunto só é possível a partir de DPs indefinidos, como ocorre em (37), mas não de DPs definidos, como mostra (36).

Vimos, no capítulo 3, que no espanhol a definitude do DP é um fator que restringe a extração de sintagmas preposicionados a partir da construção nominal, mas que no PB, pelo menos no que concerne à extração de genitivos, a definitude do DP não é atuante no fenômeno da extração. Se existe a atuação de um efeito de definitude para a extração de alguns adjuntos adnominais no PB, como sugere o contraste entre (36)-(37), como capturar essa restrição de acordo com a análise aqui apresentada? Note-se que a restrição que assumimos para dar conta das (im)possibilidades de extração de PPs a partir de DPs, no PB, nada tem a dizer sobre a questão da definitude do DP.

Como iremos argumentar, o contraste de extração entre (36) e (37) não está diretamente ligado à questão de definitude do DP, mas ao fato de que *de qual cidade/país*, em cada um desses exemplos, apresenta configurações sintáticas

<sup>4</sup> Note-se que, numa leitura locativa, essa construção soa gramatical.

distintas. A diferença básica entre as duas construções é que, em (36), o PP é um verdadeiro adjunto de *origem*, enquanto que, em (37), o PP apresenta comportamento de uma construção genitiva.

Uma primeira propriedade que difere os dois casos é o fato de que o DP em (36) não pode ser parafraseado em forma de sentença com o verbo *ter*, diferente do que ocorre com o DP em (37), como mostra o contraste em (38):

- (38) a. A garota daquela cidade/daquele país > \*aquela cidade/aquele país tem a garota  
 b. Várias garotas daquela cidade/país > aquela cidade/país tem várias garotas

Além dessa propriedade, os PPs em (36) não podem ser substituídos pela forma pronominal possessiva, contrariamente aos PPs em (37):

- (39) a. O João entrevistou [a garota daquela cidade/país] > \*O João entrevistou a sua (= cidade/país) garota.  
 b. O João entrevistou [várias garotas daquela cidade/país] > O João entrevistou várias garotas suas (=daquela cidade/país).

A possibilidade de ser parafraseado por uma sentença com o verbo *ter* e de ser realizado pela forma pronominal possessiva, indica que os PPs em (37) são construções genitivas. Os PPs em (36), por outro lado, se caracterizam como típicos adjuntos de *origem*.

Note-se que a leitura para as construções nominais em (37) é semelhante à leitura de construções que designam parte-todo, um exemplo típico de construção genitiva (ver cap. 3).

Diante dessas propriedades, podemos verificar que casos de aparentes adjuntos de *origem*, como os apresentados a seguir, são, na verdade, casos de construções genitivas e, como tais, podem ser extraídas:

- (40) a. O João entrevistou várias garotas de Maceió.  
 b. Maceió tem várias garotas.  
 c. O João entrevistou várias garotas suas (=de Maceió).  
 c. *De qual cidade* o João entrevistou várias garotas?

- (41) a. O João visitou muitas praias de Maceió.  
 b. Maceió tem muitas praias.  
 c. O João visitou muitas praias suas (=de Maceió).  
 d. *De qual cidade* o João visitou muitas praias?
- (42) a. A Maria fotografou [alguns monumentos históricos de São Paulo]  
 b. São Paulo tem alguns monumentos históricos.  
 c. A Maria fotografou alguns monumentos históricos seus (= de São Paulo)  
 d. *De qual cidade* a Maria fotografou alguns monumentos históricos?

As construções que não permitem a leitura de parte-todo, como as apresentadas em (43) e (44), seriam, então, exemplos típicos de construções em que temos adjuntos de *origem*. Note-se que nesses casos, a extração do PP não é possível:

- (43) a. O João encontrou [o amigo de São Paulo] (\*São Paulo tem um amigo)  
 b. \**De onde/de que cidade* o João encontrou o amigo?
- (44) a. A Maria queimou um tapete da China. (\*A China tem um tapete)  
 b. \**De onde* a Maria queimou um tapete?

O contraste de extração entre um típico adjunto de *origem* (45) e uma construção do tipo *parte-todo* (46) é dado a seguir:

- (45) a. A Maria quebrou um vaso da Índia. (\*A Índia tem um vaso)  
 b. \**De onde /de que país* a Maria quebrou um vaso?
- (46) a. A Maria quebrou um vaso da sala. (A sala tem um vaso)  
 b. *De onde* a Maria quebrou um vaso?

O que o contraste entre (45) e (46) nos mostra é que os verdadeiros adjuntos de *origem* não podem ser extraídos no PB. Se este for o caso, podemos assumir

que estes adjuntos são projetados dentro do sintagma nominal da mesma forma que os adjuntos de *matéria*, analisados na seção anterior.

Note-se que os adjuntos de *origem* não interferem na extração de um genitivo:

- (47) a. A Maria quebrou um vaso da Índia da Ana.  
b. *De quem (que)* a Maria quebrou um vaso da Índia?

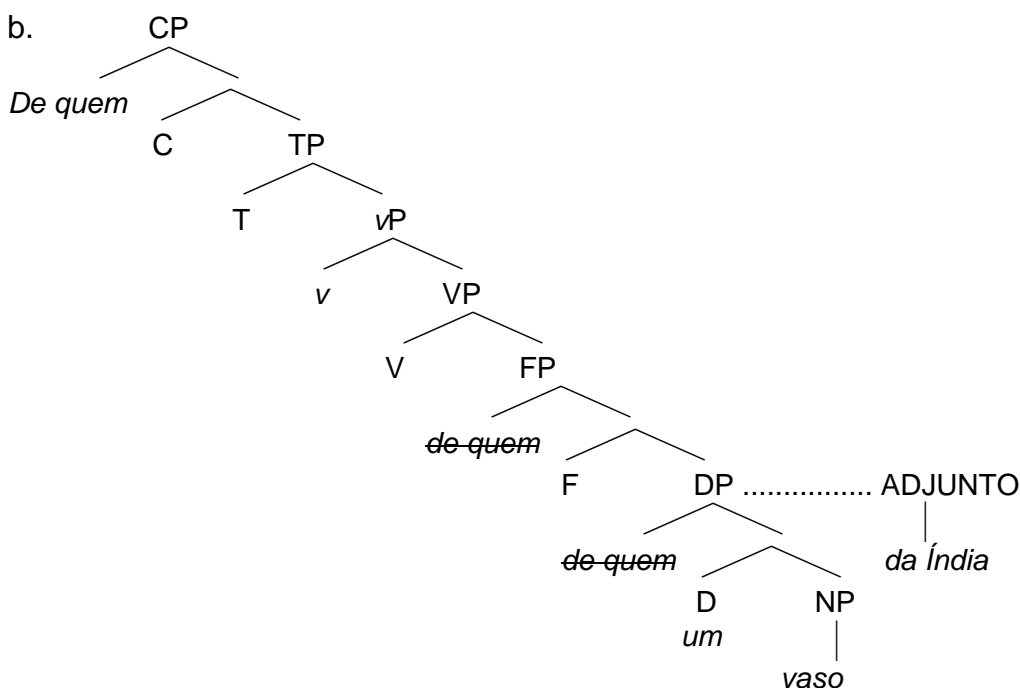
Ainda, esses adjuntos podem ser “deixados para trás” nos casos em que há movimento parcial do DP, como mostra (48):

- (48) Que vaso a Maria quebrou, da Índia?

Para dar conta do fato de que o adjunto de *origem*, sozinho, não pode ser extraído, nossa proposta é a de que nesse caso, ele é projetado em configuração de adjunção, e a adjunção se dá sem rotulação. Uma vez que não houve rotulação, o adjunto é invisível para a operação *Move*. Da mesma forma, esse adjunto também não interfere na extração de genitivos.

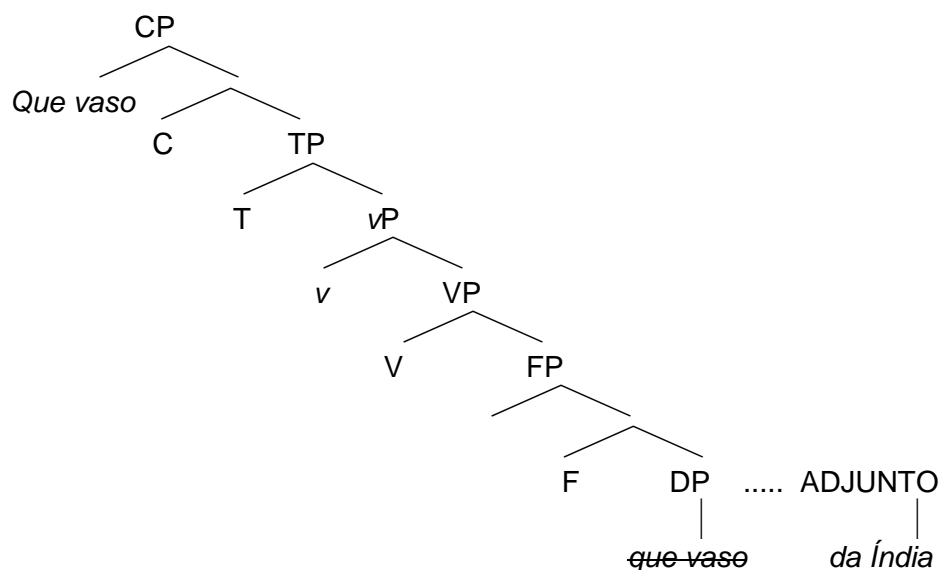
(47b) e (48) são gerados como ilustrado em (49) e (50), respectivamente:

- (49) a. *De quem* a Maria quebrou um vaso da Índia?



(50) a. Que vaso a Maria quebrou da Índia?

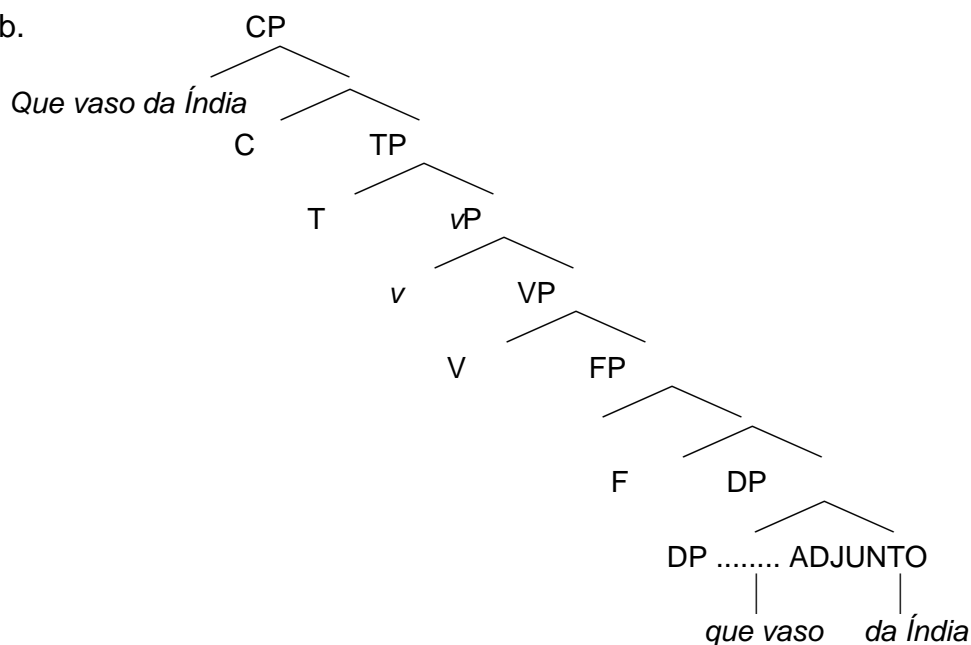
b.



No caso em que o adjunto é movido junto com toda a construção nominal, como mostra (51), houve rotulação:

(51) a. Que vaso da Índia a Maria quebrou?

b.

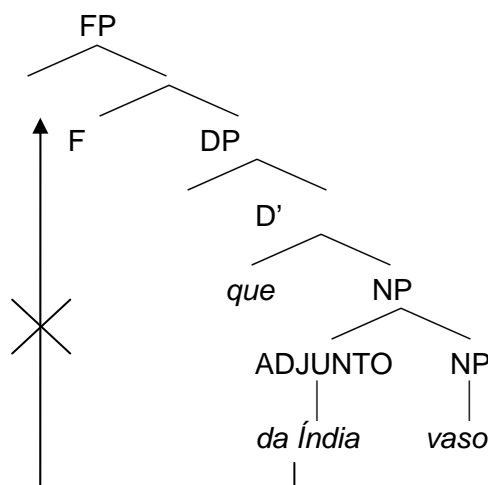


Finalmente, para explicar a impossibilidade de extração do adjunto de *origem* sozinho para o início da sentença, vamos nos valer da mesma explicação fornecida

para a impossibilidade de extração do adjunto de *matéria*: por ser incapaz de checar o traço [EPP] de D, o adjunto, mesmo quando rotulado, não pode ser alçado para a periferia de [Spec, FP], uma vez que esse movimento violaria a condição de localidade, cruzando a projeção DP, como ilustra (52):

(52) a. \**De onde /de que país a Maria quebrou um vaso?*

b.



Como sugerimos na seção anterior, a impossibilidade de adjuntos de *matéria* checarem o traço [EPP] de D pode estar relacionada ao fato de que, diferente de construções genitivas, que são manipuladas na sintaxe como verdadeiros DPs, esses adjuntos são manipulados como verdadeiros PPs, ou como itens de natureza adjetiva. Vamos assumir que esse também seja o caso do adjunto de *origem/procedência*. Uma evidência para o tratamento diferenciado entre as construções genitivas e os adjuntos adnominais de *matéria* e *origem* pode ser verificada diacronicamente em relação ao uso da preposição *de*. Como verificou Poggio (2002), originalmente, a preposição *de* no português era usada para indicar as relações de *matéria* e *origem*, e apenas gradativamente o uso dessa preposição foi estendido para introduzir outros adjuntos do nome. Dessa forma, além da marcação casual, haveria a necessidade do uso da preposição para delinear a noção de *matéria* e *origem*, indicando que além do papel de um mero realizador de Caso, a preposição *de* em tais contextos exerceria mais alguma função (provavelmente relacionada a papel temático). Se este for o caso, não seria improvável postular que essa preposição, diferente do que ocorre com construções genitivas, já está introduzindo o adjunto quando este é concatenado à estrutura.

Translingüisticamente, podemos verificar que a relação de *matéria* e *origem* dentro de sintagmas nominais é realizada de forma distinta de como são realizadas as construções genitivas. Tomando-se como exemplo construções nominais no inglês, vemos que nessa língua as construções genitivas em forma de PP são introduzidas pelo elemento funcional *of* (de), enquanto que a relação de *origem* é obtida através do uso da preposição lexical *from*:

- (53) a. The destruction *of* the city  
 b. The man *from* São Paulo

A relação de *matéria* dentro do sintagma nominal no inglês, por outro lado, tanto pode se dar com o uso do elemento funcional *of*, como mostrado em (54a), ou com uma forma adjetiva (54b):

- (54) a. The cake *of* chocolate  
 b. The *chocolate* cake

Essas formas distintas de realizar os adjuntos de *matéria* e de *origem* podem ser tomadas como evidência de que não estamos lidando com construções semelhantes a construções genitivas. Como os dados do inglês sugerem, no caso do adjunto de origem, parece estarmos lidando com um verdadeiro PP, e no caso do adjunto de *matéria* com uma forma tipicamente adjetiva. Assim, em ambos os casos, podemos sugerir que não estamos lidando com categorias de natureza de um DP que sejam capazes de checar o traço [EPP] de D.

Em resumo, a agramaticalidade resultante da extração de adjuntos adnominais de *matéria* ou de *origem*, no PB, parece estar atrelada à impossibilidade de esses modificadores entrarem em relação de checagem com o traço [EPP] de D. Dessa forma, sem necessidade de movimento desses adjuntos para [Spec, DP], seu movimento para [Spec, FP] viola a condição de localidade, uma vez que esse movimento não se daria entre dois domínios mínimos adjacentes. A seguir, vamos apresentar o caso dos adjuntos adnominais *temporais* no PB.

### 5.5. Adjuntos adnominais *temporais*

A análise até aqui esboçada estabelece que típicos adjuntos de nome, como é o caso de adjuntos de *matéria* e de *origem*, não podem ser extraídos para o início da sentença, devido ao fato de estes não poderem ser alçados para [Spec, DP], por não serem capazes de entrar em relação de checagem com D. Poder-se-ia chegar à conclusão de que construções introduzidas por *de*, não-genitivas, e que entram em relação de modificação de um núcleo nominal, não poderiam ser extraídas no PB, pelo fato de não constituírem verdadeiros DPs na sintaxe. Em outras palavras, poder-se-ia estabelecer que no PB, construções genitivas são extraíveis, mas não típicos adjuntos adnominais.

Esse tipo de observação foi realizado em Cinque (1980) e retomado em Longobardi (1991) para o fenômeno da extração no italiano. Esses autores observaram que a extração a partir de construções nominais no italiano procede apenas no caso em que o constituinte a ser extraído pode ser possessivizado (realizado pela forma pronominal possessiva), ou seja, se o constituinte for um sintagma genitivo. Assim, conforme Longobardi pontuou, algumas seqüências de *di*+NP do italiano, adverbiais por natureza, nos termos do autor, nem podem ser possessivizadas, como também não podem ser extraídas, como é o caso, por exemplo, de construções temporais introduzidas por *di*. (55), a seguir, mostra o contraste entre a extração de uma construção genitiva, *di ter pittori fiamminghi*, e de um adjunto adnominal *temporal* (*di 300 ani fa*):

- (55) a. In quel museo si possono vedere opere di tre pittori fiamminghi  
In that museum it is possible to see works of three Flemish painters
- b. In quel museo si possono vedere opere di 300 anni fa  
In that museum it is possible to see works of 300 years ago
- (56) a. In quel museo si possono vedere loro opere (dei pittori fiamminghi)  
In that museum it is possible to see their works (of the Flemish painters)



- b. In quel museo si possono vedere loro opere (\*di 300 anni fa)  
In that museum it is possible to see works of theirs (\*of 300 years ago)
- c. Di quanti pittori fiamminghi si possono vedere opere, in quel museo?  
Of how many Flemish painters is it possible to see works, in that museum?
- d. \*Di quanti anni fa si possono vedere opere, in quel museo?  
Of how many years ago it is possible to see works, in that museum?

(LONGOBARDI (1991), p. 62, ex. (14) e (15))

Observando dados de extração, do PB, de adjuntos adnominais equivalentes aos do italiano, acima, podemos verificar, a princípio, uma ligeira aceitabilidade dessas construções:

- (57) a. ?*De quantos anos atrás* a gente pode ver obras naquele museu?  
b. ?*De até quantos anos atrás* a gente pode encontrar obras naquele museu?

Note-se que esse tipo de adjunto não apresenta as propriedades de construções genitivas, como se pode verificar em (58), o que serve como indício de que estamos tratando de estruturas não-argumentais.

- (58) a. \*Naquele museu podemos ver *suas* (= de 300 anos atrás) obras.  
b. \*300 anos atrás, *cujas* obras podemos ver naquele museu...  
c. \*Naquele museu, podemos ver obras *dele* (= de 300 anos atrás).

A nosso ver, o julgamento de gramaticalidade para os exemplos em (57) nem são tão naturais como o caso da extração de um legítimo argumento genitivo (59a), como também não é tão ruim, como no caso da extração de um adjunto de *matéria* (59b), por exemplo:

- (59) a. [GENITIVO *De quem*] a Maria rasgou uma foto?  
b. [ADJUNTO \**De que*] o João quebrou uma estante?

Observando outros casos de extração de adjuntos *temporais*, como os apresentados a seguir, verificamos que, no geral, a extração desse adjunto não resulta em sentenças gramaticais:

- (60) a. ??*De qual década* (que) a Maria leu um livro ~~*de qual década*~~? (cf. A Maria leu um livro da década de 40)  
 b. ??*De que ano* (que) o João leu o texto ~~*de que ano*~~ (do Chomsky)? (cf. O João leu o texto de 2008 do Chomsky)  
 c. ??*De que período* (que) o João investiga as revoltas populares ~~*de que período*~~?

Note-se, em (61), que quando os adjuntos adnominais, em (60), são realizados *in situ*, a construção é completamente gramatical:

- (61) a. A Maria leu um livro *de qual década*?  
 b. O João leu o texto (do Chomsky) *de que ano*?  
 c. O João investiga as revoltas populares *de que período*?

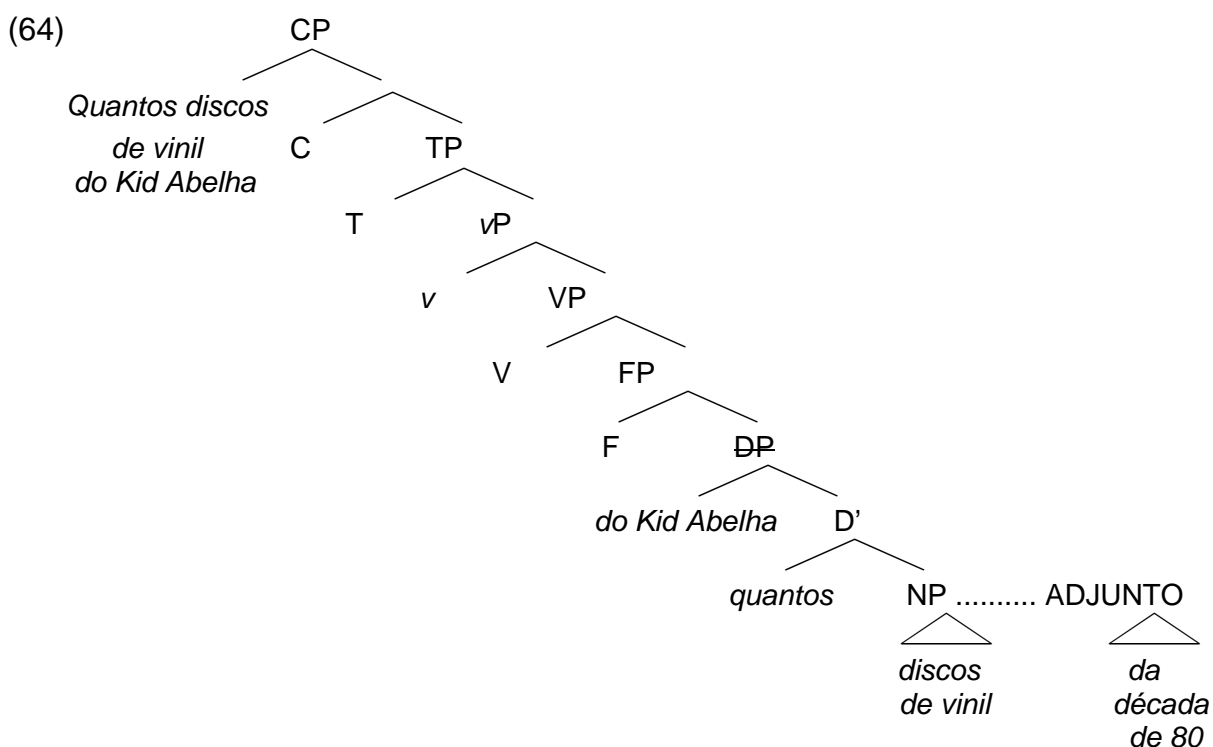
O contraste entre (60) e (61) sugere a atuação de alguma restrição para a extração de adjuntos adnominais *temporais* no PB, da mesma forma que ocorre com adjuntos de *matéria* e de *procedência/origem*. Igualmente, o adjunto *temporal* pode ser movido com toda a construção nominal para o início da sentença (62b), ou pode ficar encalhado após o movimento do DP (62c).

- (62) a. O João leu o texto de 86 do Chomsky.  
 b. *Que texto de 86* o João leu, do Chomsky?  
 c. *Que texto do Chomsky* o João leu, de 86?

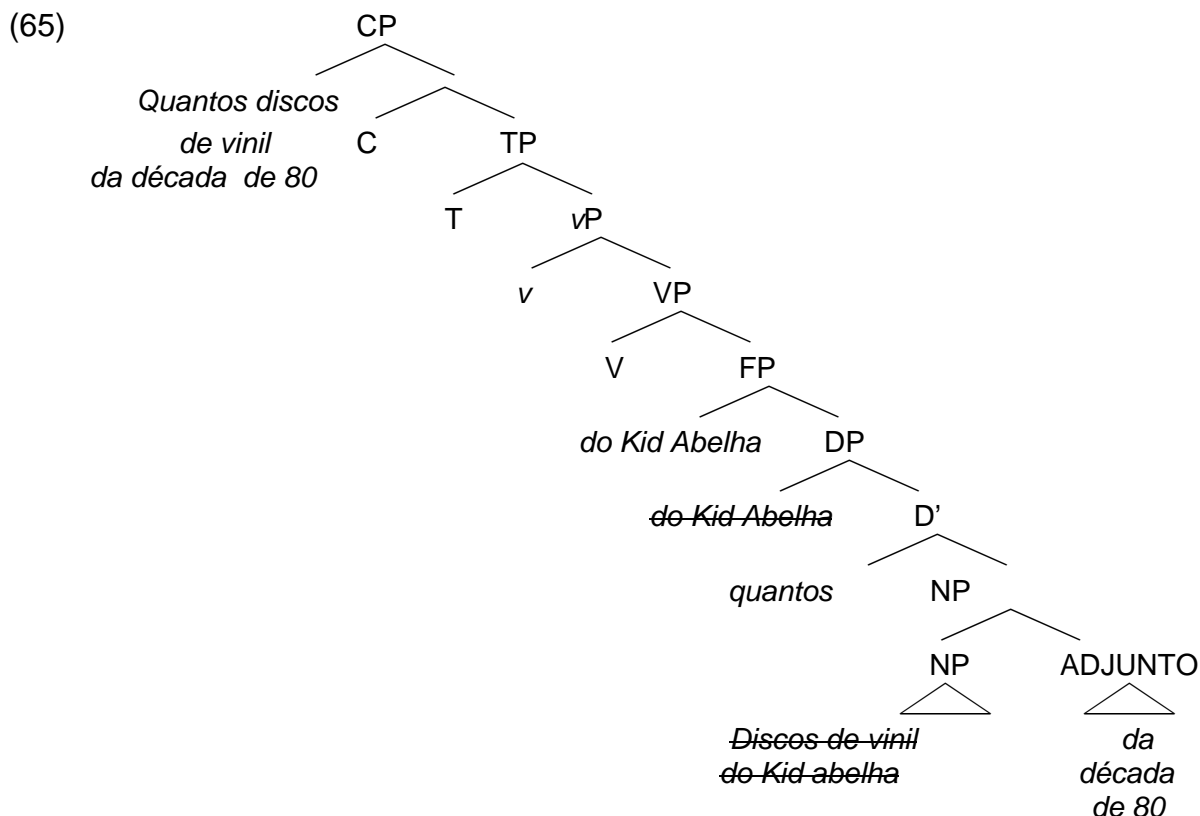
Note-se, ainda, que a presença do genitivo, em (62b), não interfere no movimento do adjunto, juntamente com o nominal modificado. Da mesma forma, a presença do adjunto não interfere no movimento do genitivo juntamente com o nominal modificado (62c). Esse padrão também é verificado nas construções a seguir.

- (63) a. O João quebrou dois discos de vinil do Kid Abelha, da década de 80.  
 a. *Quantos discos de vinil do Kid Abelha* o João quebrou, da década de 80?  
 b. *Quantos discos de vinil da década de 80* o João quebrou, do Kid Abelha?

Seguindo a proposta delineada para os casos de adjunção do adjunto de *matéria* e o de *origem/procedência*, a derivação de (63b), em que o adjunto *temporal* não é movido juntamente com a construção nominal a qual é adjungido, é dada em (64). Note-se que, nesse caso, não houve rotulação da adjunção.



Para o caso em (63c), em que o adjunto é movido para o início da sentença com a construção nominal, deixando o genitivo para trás, há rotulação do adjunto com o DP e o genitivo é alçado para fora do DP, indo para a posição [Spec, FP], como ilustrado em (65):



Conforme podemos verificar a partir da discussão até aqui realizada, a condição de localidade, como apresentada no capítulo anterior, aparece como única restrição para a extração tanto de argumentos, quanto de adjuntos de nome no PB. O contraste de extração entre um adjunto e um argumento, deve-se a posições distintas em que cada um desses adjuntos é gerado. De acordo com a análise aqui apresentada, a degradação de exemplos de extração de adjuntos adnominais, no PB, pode ser explicada assumindo-se a condição de localidade e postulando-se que esse adjunto é projetado em posição abaixo da projeção DP. Assim, o movimento desse adjunto para a periferia da construção nominal violaria a condição de localidade, já que cruzaria o domínio de DP. Essa conclusão refuta a generalização de Avelar (2006) para quem os adjuntos adnominais introduzidos por *de* são sempre licenciados na projeção DP. Se, de fato, adjuntos adnominais de *matéria* e de *origem*, por exemplo, em forma interrogativa, não podem ser extraídos para o início da sentença, mas podem permanecer *in situ*, como buscamos mostrar neste capítulo, alguma restrição parece atuar bloqueando o movimento desses adjuntos para a margem esquerda da sentença. Se a única restrição para movimentos é capturada pela noção de localidade, então o movimento desses adjuntos é bloqueado porque se daria entre dois domínios mínimos não-adjacentes. Dessa forma, supor que

esses adjuntos sejam gerados em posição abaixo da projeção DP, e não na própria projeção DP, permite-nos acomodar a sua impossibilidade de extração.

## 5.6. Síntese do capítulo

Vimos neste capítulo que uma análise acurada do fenômeno da extração de adjuntos adnominais no PB apresenta um contraste em relação ao padrão de extração verificado para as construções genitivas. Enquanto que as construções genitivas podem ser livremente extraídas para fora do domínio nominal, a extração de típico adjunto adnominal é bloqueada. Casos aparentes de extração de adjuntos de *matéria*, por exemplo, são casos de configurações de *small clause*, onde nenhuma restrição de localidade é atuante para a extração do PP. Uma vez que esses adjuntos parecem ser licenciados em projeção abaixo de DP e, por serem incapazes de ocupar a posição [Spec, DP], o seu movimento para a margem da construção nominal, viola a condição de localidade.

Assumindo o quadro teórico desenvolvido em Chomsky (2000), para quem os movimentos são realizados com finalidade de checagem de traços, pudemos fornecer uma explicação para o movimento prévio que um genitivo realiza para a posição de [Spec, DP] antes de ser alçado para [Spec, FP]: esse movimento prévio se dá para checagem de um traço [EPP] de D, traço este que tem de ser satisfeito por uma categoria da natureza DP. Sugerimos, ainda, que a impossibilidade de adjuntos adnominais serem alçados para [Spec, DP] se deve à natureza não nominal desse tipo de constituinte: esses adjuntos ou seriam manipulados na sintaxe como verdadeiros PPs, ou como formas adjetivas típicas. Assim, apenas construções genitivas, manipuladas na sintaxe como verdadeiros DPs, seriam capazes de ocupar a posição [Spec, DP], posição A, relacionada a Caso genitivo. Dessa forma, a análise aqui apresentada permite capturar o fato de que no PB típicos adjuntos adnominais são resistentes para extração, lançando mão, como única restrição para movimento, da condição de localidade, como delineada no capítulo anterior.

## 6. Considerações finais

O foco de análise desta tese foi a extração de sintagmas preposicionados introduzidos pela preposição *de* que são gerados em construções nominais do PB. Tomando como suporte teórico o modelo de Princípios & Parâmetros na sua versão minimalista (CHOMSKY, 1995), buscamos explicar o padrão de extração de *de-phrases* encontrado no PB, que se mostra peculiar quando comparado ao padrão verificado em línguas como o inglês e o espanhol, por exemplo.

No capítulo 2 desta tese, apresentamos os pressupostos da análise realizada nos capítulos posteriores, a saber, a assunção de que adjuntos são licenciados na estrutura sintática de uma sentença através da operação *concatenar*, sem que haja obrigatoriedade de *rotulação*, nos termos em que é proposto em Hornstein & Nunes (2008, 2006); ainda, assumimos com algumas análises que o item *de* introdutor de construções genitivas, no PB, é introduzido na estrutura após a concatenação do genitivo ao DP; outro pressuposto foi a assunção de que o DP apresenta uma estrutura clausal que reflete a arquitetura da sentença, apresentando, além de NP, uma projeção relacionada à concordância e outra cujo Spec apresenta propriedade de válvula de escape de constituintes para fora do domínio nominal. Essas duas projeções apresentam uma relação direta com o papel que TP e CP desempenham no nível da sentença; em relação à noção de argumento/adjunto de nome, assumimos como *de-phrases* argumentos aqueles licenciados em posições argumentais (posições em que papel temático e/ou Caso é atribuído/checado), e como *de-phrases* adjuntos aqueles licenciados em posições não argumentais, em configuração de adjunção.

Com base nesses pressupostos, passamos, no capítulo 3, a uma descrição e análise das construções verdadeiramente genitivas, as quais, entre outras propriedades, podem ser realizadas pela forma pronominal possessiva *seu/sua*. Essas construções apresentam uma interpretação semântica bastante delineada, restringindo-se aos papéis temáticos de *posse*, *agente* e *tema*. De forma similar ao que ocorre em outras línguas românicas, as construções com múltiplos genitivos no PB são organizadas de tal forma que observamos a seguinte relação de c-comando: *possuidor* c-comanda *agente*, que, por sua vez, c-comanda *tema*. O padrão de

extração de genitivos no PB, conforme verificado, é, a princípio, similar ao encontrado em línguas como o italiano e o francês, por exemplo. Contudo, quando consideramos a questão da definitude do DP, vimos que o PB se difere de línguas como o espanhol e o inglês, por exemplo, línguas em que a extração parece ser sensível à questão da definitude. No PB, ao contrário, genitivos podem ser livremente extraídos tanto de DPs introduzidos por núcleos indefinidos, quanto definidos. Ainda em relação ao fenômeno da extração de genitivos, vimos que esta está submetida a alguma restrição a qual, no caso de uma construção com mais de um genitivo, permite que apenas aquele mais proeminente seja extraído.

A partir do quadro delineado no capítulo 3, propusemos, no capítulo 4, uma estrutura de DP para o PB, a fim de acomodar o padrão de extração de genitivos verificado nessa língua. Além de uma arquitetura para o DP no PB, propusemos também que as restrições de extração verificadas podem ser capturadas através de uma única condição, capturada pela noção de *Localidade*, como proposto em Manzini (1994). Basicamente, essa restrição prediz que um movimento tem de se dar entre dois domínios mínimos adjacentes. No que tange à estrutura do DP, propusemos que genitivos são licenciados, no que concerne a Caso, em [Spec, DP] e que existe uma categoria acima de DP, a que denominamos FP, cujo Spec serve como válvula de escape para constituintes saírem do DP. Para corroborar a idéia de que D é um núcleo relacionado a Caso, recorreremos ao fato de que em PB, esse núcleo é quem carrega os traços de concordância (pelo menos no que se refere a número) (cf. MAGALHÃES, 2004; COSTA & FIGUEIREDO SILVA, 2006; AVELAR, 2006) e, como geralmente o núcleo portador de traços de concordância pode conferir Caso, o fato de uma construção genitiva ser licenciada em [Spec, DP] com finalidade de receber Caso é um resultado esperado.

Já no tocante à postulação da existência de FP acima de DP, recorreremos a dados de línguas germânicas, como os apresentados em Haegeman (2004), os quais se mostram como evidências para a existência de uma projeção acima daquela em que o determinante é licenciado. Se as línguas naturais dispõem de uma projeção acima de DP, no nível nominal, dados de aparentes “extraposição” de *de-phrases* no PB podem ser acomodados sem se recorrer a uma maquinaria que permite movimentos à direita na gramática. Se assumimos que a arquitetura do DP reflete a da sentença, e se a sentença do PB apresenta claramente posição de

tópico, não é teoricamente inviável supor que encontramos semelhante posição no domínio da construção nominal.

Com base na análise apresentada no capítulo 4, seguimos, no capítulo 5, para a análise do que denominamos de típicos adjuntos adnominais introduzidos pela preposição *de*. Analisamos basicamente casos de adjuntos que designam *matéria*, *origem/procedência* e *tempo*. Vimos que em relação às construções genitivas, esses adjuntos são mais resistentes à extração. Para dar conta desse fato, sugerimos que tais adjuntos são licenciados de tal forma que a restrição de *Localidade*, assumida em nossa análise, bloqueia a extração desses constituintes. Assim, a saída mais viável foi propor que esses adjuntos são gerados em posição abaixo de DP, posição a partir da qual, mesmo quando rotulados, são incapazes de atingir a periferia da construção nominal, uma vez que violariam a restrição de *Localidade*.

Muitas questões ficam em aberto, como esperamos ser de costume em todo trabalho acadêmico. Devido às imposições de tempo, que nos forçam à finalização deste trabalho, deixaremos a discussão de várias implicações desta análise para trabalhos futuros. Esperamos ter contribuído de alguma forma para os estudos de sintaxe do português brasileiro e nosso conhecimento acerca dessa língua.



## Referências bibliográficas

ABELS, K. *Successive cyclicity, anti-locality, and adposition stranding*. 2003. Ph.D. dissertation. University of Connecticut.

ABNEY, S. *The English noun phrase and its sentential aspect*. Massachusetts, 1987. Ph.D. dissertation. MIT.

ALEXIADOU, A. *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. Noun Phrase in the generative perspective. *Studies in generative grammar*. 71. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

ANDERSON, M. Prenominal genitive NPs. *The linguistic review*. n. 3. pp. 1-24. 1983.

AOUN, J.; BENMAMOUN, E. Minimality, reconstruction and PF movement. *Linguistic Inquiry*. v. 29, pp. 569–597. 1998.

AVELAR, J. O. de. *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Campinas, 2006. Tese de doutorado, UNICAMP.

BASTOS, A. *Discontinuous wh-constituents in Brazilian Portuguese*. University of Connecticut/ Department of Linguistics. Ms. 2006.

BENMAMOUN, E. The syntax of quantifiers and quantifier float. *Linguistic Inquiry*. n. 30, pp. 621–642, 1999.

BERG, M. B. *O comportamento semântico-lexical de preposições do português do Brasil*. Tese de doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

BERNSTEIN, J. B. *Topics in the syntax of nominal structure across Romance*. Doctoral dissertation, CUNY, New York. 1993.

BOBALJIK, J. Floating quantifiers: handle with care. In: CHENG, L.; SYBESMA, R. (eds.). *The second Glot international state-of-the-article book*. Berlin: Mouton, 2003. pp. 107–148.

BOŠKOVIĆ, Ž. Be careful where you float your quantifiers. *Natural language & linguistic theory*. n. 22, pp. 681-742.

BOŠKOVIĆ, Z. On the locality of left branch extraction and the structure of NP. *Studia Linguistica*. 59 (1), pp. 1-45. 2005.

BOWERS, J. Extended X-bar theory, the ECP, and the left branch condition. *Proceedings of the sixth West Coast conference on formal linguistics (WCCFL 6)*, The Stanford linguistic association, Stanford, pp. 47-62.

BÜRING, D.; HARTMANN, K. All right! In: LUTZ, U.; PAFEL, J. (eds.). *On extraction and extraposition in German*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

CANÇADO, M. *Argumentos: complementos e adjuntos*. UFMG, 2005, Ms.

CARVALHO, D. da S. A estrutura interna dos pronomes pessoas no português brasileiro. Tese de doutorado. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2009.

CASTILLO, J. *Thematic relations between nouns*. College Park, 2001. Doctoral dissertation, University of Maryland.

CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (Agr) no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996a.

CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. Campinas, 1996b. Tese em Linguística. UNICAMP.

CHAMETZKY, R. A. *Phrase structure: from GB to minimalism*. Oxford: Blackwell, 2000.

CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs.). *The view from building 20*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1993. pp. 1-52.

CHOMSKY, N. Bare phrase structure. In: WEBELHUTH, G. (ed.). *Government and binding theory and the minimalist program*. Oxford: Blackwell, 1995 [1994].

CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1986a.

CHOMSKY, N. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.). *Structures and beyond: the cartography of syntactic structures*. vol. 3. Oxford University Press, 2004. pp. 104-131.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: a life in language*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2001.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger Publishers, 1986b.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris publications, 1981.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000 [1998].

CHOMSKY, N. On phases. In: FREIDIN, R.; OTERO, C. P.; ZUBIZARRETA, M. L. *Foundational issues in linguistic theory: essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2008. pp. 133-166.

CHOMSKY, N. On wh movement. In: CULICOVER, P. W.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (eds.). *Formal syntax*. New York: Academic Press, 1977. pp. 71-132.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Massachusetts: Ginn, 1970.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

- CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.
- CINQUE, G. A Null Theory of Phrase and Compound Stress. *Linguistic Inquiry* 24, 239-297. 1993.
- CINQUE, G. On extraction from NP in Italian. In: CINQUE, G. *Italian syntax and universal grammar*. Cambridge University Press. 1980.
- CINQUE, G. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In: CINQUE, G. et. Al. (eds.). *Paths towards universal grammar: studies in honor of Richard S. Kayne*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.
- CORNILESCU, A. Notes on the structure of the Romanian DP and the assignment of Genitive Case. *Working papers in linguistics*. 3 (2), pp. 1-21. University of Venice, Italy, 1993.
- COSTA, J. *Word order variation: a constraint based approach*. Haia: Holland Academic Graphics, 1998.
- COSTA, J. ; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Lingüísticos* XXXV, p. 95-109. 2006.
- CULICOVER, P.; ROCHEMONT, M. Adjunct extraction from NP and the ECP. *Linguistic Inquiry*. n. 23, p. 496-501. 1992.
- DAVIES, W.; DUBINSKY, S. On extraction from NPs. *Natural language & linguistic theory*. 21, pp. 1-37, 2003.
- DEMONTE, V. C-comand, prepositions and predication. *Linguistic Inquiry*. v. 18, 1987, pp. 147-157.
- DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.
- DOWTY, D. On the semantic content of the notion thematic role. In: CHIERCHIA, G.; PARTEE, B.; TURNER, R. (eds.). *Properties, types and meanings*. Dordrecht: Kluwer, 1989.
- DOWTY, D. *The dual analysis of adjuncts/complements in categorial grammar*. Ohio State University, 2002.
- ENGELHARDT, M. The projection of argument-taking nominals. *Natural language and linguistic theory*. n. 18. pp. 41-88. 2000.
- FARIAS, J. G. de. *Estatuto sintático de preposições no português brasileiro*, 2003. Dissertação de mestrado. UFAL, Maceió, 2003.
- FARIAS, J. G. de. *Aspectos da sintaxe de preposições no português*. 2005. Tese de doutorado. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2005a.
- FARIAS, J. G. de. Sobre a natureza categorial das preposições *a*, *para* e *em* em contextos estruturais com verbos do tipo *ir* e *chegar*: item lexical ou funcional? In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. G. de. (orgs.). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Edufal, 2005b.
- FERREIRA, M. B. Argumentos Nulos em Português Brasileiro. Campinas, 2000. Dissertação de Mestrado em Lingüística. UNICAMP.

- FIENGO, R.; HIGGINBOTHAM, J. Opacity in NP. *Linguistic analysis* 7, 395-422. 1981.
- FLORUPI, S.
- FRAGA, C. Prepositions and distributed morphology. *EVELIN*. Campinas, UNICAMP, 2006. Handout.
- FUKUI, N; TAKANO, Y. Symmetry in syntax: merge and demerge. *Journal of East Asian linguistics*. 7, pp. 27-86. 1998.
- GALVES, C. Movimento de V, níveis de representação e a estrutura de IP. In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 97-124.
- GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GIORGI, A. On NPs,  $\theta$ -marking and c-command. In: GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GIUSTI, G. Is there a TopP and a FocP in the noun phrase? *University of Venice working papers in linguistics*. 6 (1), pp. 105-128. 1996.
- GONÇALVES, C. A. V. A dicotomia adjunto/complemento (ad)nominal rediscutida. *Estudos lingüísticos* 221; anais do GEL. Ribeirão Preto-SP, p. 800-807. v. 2.
- GRAVUSEVA, E. On the syntax of possessor extraction. *Lingua*. n. 110, pp. 743-772. 2000.
- GRIMSHAW, J. *Argument structure*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1990.
- GROHMANN, K. *Prolific domains: on the anti-locality of movement dependencies*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- GROHMANN, K. *Prolific peripheries: a radical view from the left*. College Park, 2000. Doctoral dissertation, University of Maryland.
- GROHMANN, K.; HAEGEMAN, L. Resuming reflexives. Paper presented at the 19<sup>th</sup> *Scandinavian conference of linguistics*. Universitetet i Tromsø.
- GUTIÉRREZ-BRAVO, R. Phases, Case and Accessibility: the case of extraction from DP in Spanish. In: McCLOSKEY, J. (ed.). *Syntax and semantics at Santa Cruz 3*. Santa Cruz: University of California, 2001.
- HAEGEMAN, L. DP-periphery and clausal periphery: possessor doubling in West Flemish. In: ADGER, D.; De CAT, C.; TSOULAS, G. *Peripheries: syntactic edges and their effects*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. pp. 211-240.
- HIGGINBOTHAM, J. Logical form, binding and nominals. *Linguistic Inquiry*. n. 14. pp. 395-420. 1983.
- HORNSTEIN, N. *Move! A minimalist theory of construal*. Maiden, MA: Blackwell, 2001.
- HORNSTEIN, N. Movement and control. *Linguistic Inquiry*. n. 30, pp. 69-96, 1999.

- HORNSTEIN, N.; NUNES, J. Adjunction, labeling and bare phrase structure. *Biolinguistics*. 2.1., 57-86. 2008.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J. *Some thoughts on adjunction*. Ms. 2006.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. *Understanding minimalism*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- HUANG, J. *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. Cambridge, Mass., 1982. PhD dissertation. MIT.
- KASAI, H. Linearizing Rightward Movement. In: CHANG, C. B.; HAYNIE, H. J. (eds.). *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics.*, Somerville, MA: Cascadilla, pp. 315-323.
- KAYNE, R. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.
- KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1994.
- LARSON, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*. 19, pp. 335-391. 1988.
- LASNIK, H.; SAITO, M. *Move  $\alpha$* . Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.
- LASNIK, H.; SAITO, M. On the nature of proper government. *Linguistic Inquiry*. n. 15, pp. 235-289. 1984.
- LONGOBARDI, G. Extraction from NP and the proper notion of head government. In: GIORGI, A. & LONGOBARDI, G. *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LUTZ, U. Some notes on extraction theory. In: LUTZ, U.; PAFEL, J. (eds.). *On extraction and extraposition in German*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- MAGALHÃES, T. M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, v. 20 (1), p. 149-170. 2004.
- MANZINI, M. R. Locality, minimalism and parasitic gaps. *Linguistic Inquiry*. n. 25, 481-508. 1994.
- MANZINI, M. R. *Locality: a theory and some of its empirical consequences*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1992.
- MENUZZI, S. Advérbios monossilábicos na periferia direita do PB: sobre a relação entre sintaxe e prosódia. 2005. Ms. IEL/UNICAMP.
- MILNER, J.-C. *Ordres et raisons de langue*. Paris: le Seuil, 1982.
- MILSARK. Towards an explanation of certain peculiarities in the existential construction in English' *Linguistic Analysis* 3, 1-30. 1977.
- MOURA, M. D. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas. *Leitura: Revista do programa de pós-graduação em letras e lingüística da UFAL*. Maceió, n. 33, pp. 87-110, 2006.

- MÜLLER, A. L. P. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Tese de doutorado, UNICAMP, 1997.
- NASCIMENTO, M.; KATO, M. A. A representação da estrutura sentencial do português e a posição dos aspectuais e quantificadores. *Anais da ANPOLL*. 1993.
- NUNES, J.; URIAGEREKA, J. Cyclicity and extraction domains. *Syntax* 3, p. 20-43. 2000.
- OGAWA, Y. *A unified theory of verbal and nominal projections*. New York: Oxford University Press, 2001.
- ORMAZABAL, J. *Asymmetries on wh-movement and some theoretical consequences*. Storrs: University of Connecticut, ms. 1991.
- PARTEE, B. H.; BORSCHEV, V. Genitives, relational nouns, and argument-modifier ambiguity. In: LANG, E.; MAIENBORN, C. FABRICIUS-HANSEN, C. *Modifying (the grammar of) adjuncts*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.
- PICALLO, M. C. Nominals and nominalizations in Catalan. *Probus* 3, pp. 279-316. 1991.
- POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- REZENDE, L. M. Operações da linguagem e algumas construções nominais. *ALFA*, São Paulo, 2002, n. 46. pp. 111-127.
- RITTER, E. Two functional categories in noun phrases: evidence from Modern Hebrew. In: ROTHSTEIN, S. (org.). *Perspectives on phrase structure. Syntax and semantics*, 26. New York: Academic Press, 1991.
- RIZZI, L. *Relativized minimality*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1990.
- RIZZI, L. The finite structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997.
- RODRIGUES, C. Agreement and Flotation in Control Configurations. In: DUBINSKY, S.; DAVIES, W. D. (eds.). *New Horizons in the Grammar of Raising and Control*. Dordrecht: Springer, 2007. pp. 213-229.
- RODRIGUES, C. *Impoverished morphology and A-movement out of Case domains*. College Park, 2004. PhD. University of Maryland.
- RODRIGUES, C. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, D. (ed.). *Syntactic Effects of Morphological Change*. pp. Oxford: Oxford University Press, 2002. pp. 160-178.
- RODRIGUES, R. S. *Testando a distinção tradicional entre complementos e adjuntos nominais*. Dissertação de mestrado, PUC do Rio Grande do Sul, 2000.
- ROSENBAUM, P. S. *The Grammar of English predicate complement constructions*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1967.

- ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. 1967. Ph.D dissertation. MIT.
- SABEL, J. A minimalist analysis of syntactic islands. *The Linguistic Review*. 19, p. 271-315. 2002.
- SALLES, H. M. M. L. *Preposições do português: um estudo preliminar*. Dissertação de mestrado, UnB, 1992.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro, 1988. Tese de doutorado. UFRJ.
- SEDRINS, A. P. A estrutura do sintagma nominal e as propriedades sintáticas de distinção das funções adjunto e complemento de nome. In: PINHEIRO, C. L. (org.). *Ensaíos sobre língua e literatura*. Maceió: Edufal, 2006a.
- SEDRINS, A. P. Sobre a estrutura do DP: algumas considerações acerca da posição do complemento nominal em relação ao núcleo nominal. *Leitura: Revista do programa de pós-graduação em letras e lingüística da UFAL*. Maceió, n. 33, pp. 17-29, 2006.
- SHLONSKY, U. Quantifiers as functional heads: a study of quantifier float in Hebrew. *Lingua*. n. 84, pp. 159–180. 1991.
- SILONI, T. Event nominals and the construct state. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *The new comparative syntax*. London: Longman, 1997.
- SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry*. n. 19, pp. 425–449. 1988.
- STEPANOV, A. The end of CED? Minimalism and extraction domains. *Syntax*, 10:1, 2007, p. 80-126.
- STOWELL, T. Subjects, specifiers, and X'-theory. In: BALTIN, M.R.; KROCH A.S. *Alternative Concepts of Phrase Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. pp. 232-262.
- SVENONIUS, P. On the edge. In: ADGER, D.; de CAT, C.; TSOULAS, G. *Peripheries: syntactic edges and their effects*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004.
- SZABOLCSI, A. The noun phrase. In: KIEFER, F.; KISS, É. (eds.). *Syntax and semantics*, 27: the syntactic structure of Hungarian. San Diego: Academic Press, 1994. pp. 179-274.
- SZABOLCSI, A.; den DIKKEN, M. *Islands*. Ms. 2000.
- TICIO, M. E. *On the structure of DPs*. Connecticut, 2003. Doctoral dissertation, University of Connecticut.
- TORREGO, E. *On empty categories in nominals*, Ms., UMass. Boston. 1987.
- TRAVIS, L. *Parameters and the effects of word order variation*. Cambridge, Massachusetts, 1984. Doctoral dissertation, MIT.
- URIAGEREKA, J. *Pure adjuncts*. Ms. University of Maryland, College Park, 2001.
- URIAGEREKA, J. *Rhyme and reason: an introduction to minimalist syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1998.

VALOIS, D. On the structure of the French DP. *Canadian Journal of Linguistics*. 41, pp. 349-375. 1996.

VIANNA, M. N. Z. Complemento nominal e adjunto adnominal: por uma simplificação de análise. *Ensaio de lingüística*. Belo Horizonte, UFMG/Faculdade de Letras. n. 6. pp. 152-163.

VICENTE, H. da S. G. *O quantificador flutuante todos no português brasileiro e no inglês: uma abordagem gerativa*. Brasília, 2006. Tese em Linguística. Universidade de Brasília.

ZAMPARELLI, R. *Layers in the Determiner Phrase*. Doctoral dissertation, University of Rochester. 2000.

ZRIBI-HERTZ, A. On the asymmetrical but regular properties of French possessive DPs. In: COENE, M.; d'HULST, Y (eds.). *From NP to DP: the expression of possession in noun phrases*. New York/Amsterdam: John Benjamins, 2003. pp. 141-163.

ZWART, C.J-W. Dutch expletives and small clause predicate raising. In: BRODERICK, K. (ed.). *Proceedings of NELS 22*, Amherst, MA: University of Massachusetts, GLSA Publications, pp. 477-491. 1992.